



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Patrícia Fraga

Identities deterioradas: representações sociais sobre a população em situação de rua no
Brasil ao longo da história

Florianópolis
2023

Patrícia Fraga

Identities deterioradas: representações sociais sobre a população em situação de rua no
Brasil ao longo da história

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fraga, Patrícia

Identities deterioradas : representações sociais sobre a população em situação de rua no Brasil ao longo da história / Patrícia Fraga ; orientador, Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento, 2023.

231 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. População adulta em situação de rua. 3. Preconceito. 4. Representações Sociais Preconceituosas. I. Boska de Moraes Sarmiento, Prof. Dr. Hélder. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. III. Título.

Patrícia Fraga

Identities deterioradas: representações sociais sobre a população em situação de rua no
Brasil ao longo da história

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 20 de março de 2023, pela
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates

Instituição Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Eliete Cibele Cipriano Vaz

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Liliane Moser

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado
para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

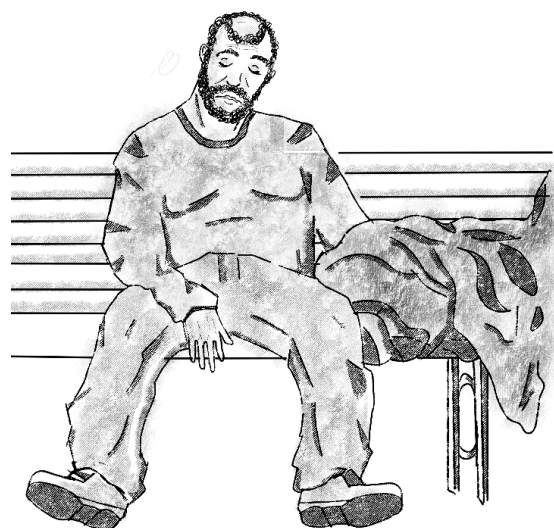


Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento
Orientador

Florianópolis, 2023



MARCO, Cauê A. 2022.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à Universidade Federal de Santa Catarina que me proporcionou ensino de qualidade desde a graduação. Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e aos professores e servidores que iluminam nosso processo de aprendizagem. Um agradecimento especial às professoras que colaboraram diretamente de forma dedicada e gentil para a materialização deste estudo: Prof.^a Dr.^a Darlene de Moraes Silveira; Prof.^a Dr.^a Eliete Cibele Cipriano Vaz; Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates; Prof.^a Dr.^a Liliane Moser. E a Dr.^a Camila Woerner Biribio. Ao meu orientador Professor Doutor Hélder Boska de Moraes Sarmento pelo conhecimento compartilhado, pela confiança, atenção e zelo que contribuíram muito para meu processo de formação ao longo dos últimos anos. À minha família pequena e amada por estar sempre ao meu lado me dando a força necessária para seguir em frente. Aos meus colegas de trabalho, aos/as alunos/as residentes e estagiários/as. E, um agradecimento especial às pessoas que ainda estão, ou estiveram em situação de rua com as quais tive o privilégio de aprender parte do conhecimento que hoje venho compartilhar com vocês.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 1969, p. 17).

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o processo de formação da população adulta em situação de rua e das representações sociais preconceituosas sobre ela no Brasil. Sustenta a tese de que a população adulta em situação de rua é um produto e não, a causa da violência e criminalidade no Brasil. E que o fenômeno população adulta em situação de rua possui características particulares relacionadas à história do país, à formação do povo brasileiro e, conseqüentemente, ao perfil da classe trabalhadora. Nestas condições, o preconceito possui relação direta com a história do Brasil, marcada pelo modo de produção escravista colonial, assinalado pela dominação, exploração e pelo racismo no contexto de um país político-econômico dependente. A tese tem por objetivo geral compreender como se constituiu historicamente a formação da população em situação de rua e as representações sociais preconceituosas sobre ela no Brasil. Para tanto, faz análise documental de publicações feitas por periódicos de jornais impressos brasileiros disponíveis de forma digital na Plataforma de Pesquisa Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BND). A pesquisa conta com um recorte temporal de pouco mais de dois séculos com a análise de notícias publicadas desde 1808 até 2021. Os resultados e análises são apresentados em quatro capítulos. No primeiro são feitas considerações sobre o surgimento e expansão da população em situação de rua e seu agravamento a partir da gênese do capitalismo no Brasil e no mundo. No segundo, é incitada a discussão sobre o preconceito, apontado como um dos principais limites ao acesso da população em situação de rua às políticas sociais. Para tanto, apresenta os conceitos de estigma, estereótipo, preconceito e representações sociais e dialoga com o papel da imprensa na disseminação destes. O terceiro apresenta os resultados da pesquisa referente ao século XIX e, o quarto, os dados sobre os séculos XX e XXI. A pesquisa permitiu identificar que há uma disseminação de representações sociais preconceituosas sobre a população adulta em situação de rua ao longo da história do Brasil. E que, o fenômeno social da população em situação de rua apesar de ser um produto da desigualdade social e da pauperização enquanto expressões das contradições capitalistas, é representado de forma preconceituosa. Sendo que tais representações corroboram para a construção de uma identidade social deteriorada que associa esse segmento populacional ao crime, a violência, a violação de normas sociais, a exploração, a vadiagem e a dessemelhança. Essa forma de representar incita o medo, a repulsa e o desprezo e é utilizada como justificativa para medidas e atos coercitivos, punitivos e até mesmo de extermínio dessa população. E conclui que sendo o preconceito uma construção histórica baseada em ultra generalizações que desconsideram a leitura crítica da realidade, faz-se urgente o rompimento com as formas de representação social de caráter preconceituoso sobre essa população e, seu fortalecimento enquanto sujeitos políticos.

Palavras-chave: População adulta em situação de rua; Preconceito; Representações Sociais Preconceituosas.

ABSTRACT

The present work has as its object the formation process of the homeless population and prejudiced social representations about it in Brazil. It supports the thesis that the adult population living on the streets is a product and not the cause of violence and crime in Brazil. And that the homeless population phenomenon has particular characteristics related to the country's history, the formation of the Brazilian people and, consequently, the profile of the working class. Under these conditions, prejudice has a direct relationship with the history of Brazil, marked by the colonial slave mode of production, marked by domination, exploitation and racism in the context of a dependent political-economic country. The general objective of this thesis is to understand how the formation of the homeless population was historically constituted and the prejudiced social representations about it in Brazil. To do so, it makes a documental analysis of publications made by periodicals of printed newspapers in Brazil available digitally in the Hemeroteca Research Platform of the National Digital Library (BND). The research has a time frame of just over two centuries with the analysis of news published from 1808 to 2021. The results and analyzes are presented in four chapters. In the first, considerations are made about the emergence and expansion of the homeless population and its aggravation from the genesis of capitalism in Brazil and in the world. In the second, the discussion about prejudice is incited, pointed out as one of the main limits to the access of the homeless population to social policies. Therefore, it presents the concepts of stigma, stereotype, prejudice and social representations and dialogues with the role of the press in their dissemination. The third presents the research results referring to the 19th century and, the fourth, data on the 20th and 21st centuries. The research identified that there is a dissemination of prejudiced social representations about the adult population living on the streets throughout the history of Brazil. And that the social phenomenon of the homeless population, despite being a product of social inequality and impoverishment as expressions of capitalist contradictions, is represented in a prejudiced way. Since such representations corroborate the construction of a deteriorated social identity that associates this population segment with crime, violence, violation of social norms, exploitation, vagrancy and dissimilarity. This way of representing incites fear, disgust and contempt and is used as a justification for coercive, punitive measures and acts and even extermination of this population. And it concludes that since prejudice is a historical construction based on ultrageneralizations that disregard the critical reading of reality, it is urgent to break with the forms of social representation of a prejudiced nature about this population and, their strengthening as political subjects.

Keywords: Homeless population; Prejudice; Prejudiced Social Representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trecho do Jornal Correio Braziliense (DF) de agosto de 2008.....	25
Figura 2 – Fragmentos de jornais brasileiros do século XIX disponibilizados pela Biblioteca Nacional Digital.....	102
Figura 3 – Capa da edição de número 77 do Jornal Boca de Rua de janeiro de 2021	104
Figura 4 – Trecho de notícia (Jornal Correio Mercantil, 1867, p. 03).....	126
Figura 5 – Trecho de notícia (Jornal Diário do Rio de Janeiro, 1856, p. 01).....	128
Figura 6 – Trecho de notícia (Jornal O Correio da Tarde, 1856, p. 01)	128
Figura 7 – Trecho de notícia (Jornal O Diário de Pernambuco, 1869, p. 03)	129
Figura 8 – Trecho de notícia (Jornal A República/RJ (1872, p. 02).....	138
Figura 9 – Trecho de notícia (Jornal Diário de Pernambuco, 1857, p. 02)	146
Figura 10 – Trecho de notícia (Jornal do Commercio (RJ), 1861, p.01).....	146
Figura 11 – Trecho de notícia (Jornal Diário do Pará - PA, edição n. 2072 de 1989)	160
Figura 12 – Trecho de notícia (Jornal O Momento - BA, edição n. 685, de 1948, p. 01).....	162
Figura 13 – Trecho de notícia (Jornal Correio do Norte - SC, edição de n. 607 de 1960).....	166
Figura 14 – Trecho de notícia (Jornal Correio de Notícias - PR, edição n. 812 de 1980)	169
Figura 15 – Trecho de notícia (Jornal O Mensageiro - PA, edição 00104 de 1997).....	170
Figura 16 – Trecho de notícia (Jornal Correio Braziliense - DF, edição n. 8738 de 1987) ...	171
Figura 17 – Trecho de notícia (Jornal Correio Rio Grandense - RS, edição n. 4341 de 1993)	172
Figura 18 – Manchetes de notícias sobre a PSR no século XXI	175
Figura 19 – Trecho de notícia (Jornal do Commercio - RJ, edição 137 de 2016).....	179
Figura 20 – Trecho de notícia (Jornal A Tribuna, edição 44505 de 2022).....	180
Figura 21 – Trechos de notícias (Jornal do Commercio – RJ, 1838 e Jornal do Brasil -RJ, 2009)	181
Figura 22 – Trecho de notícia (Jornal Correio Braziliense - DF, 2005).....	182
Figura 23 – Trecho de notícia (Jornal A Tribuna - SP, 2019, edição n. 43412, p. 02).....	183
Figura 24 – Trecho de notícia (Jornal Correio Braziliense - DF, mês 07 de 2008)	184
Figura 25 – Trecho de notícia (Jornal Correio Braziliense - DF, mês 10 de 2008)	184
Figura 26 – Trecho de notícia do Portal R7, 2013	185
Figura 27 – Manchetes de notícias sobre violência contra a PSR no século XXI.....	186
Figura 28 – Trecho de notícia (Jornal A Tribuna - SP, edição n.44, 2010)	187
Figura 29 – Trecho de notícia (Jornal do Brasil - RJ, edição n. 22 de 2008).....	189

Figura 30 – Trecho de notícia (Jornal do Brasil - RJ, edição n. 27 de 2008).....	189
Figura 31 – Trecho de notícia (Jornal do Brasil - RJ, edição n. 22 de 2008).....	189
Figura 32 – Trecho de notícia (Jornal do Brasil - RJ), edição n.295 de 2009).....	190
Figura 33 – Trecho de notícia (Jornal O Fluminense - RJ, edição n. 35848, 2000).....	198
Figura 34 – Trecho de notícia (Jornal A Tribuna - SP, edição n. 43934, 2020).....	199
Figura 35 – Trechos de notícias (Jornal do Commercio – RJ, edição n. 47 de 1853. Jornal Diário de Pernambuco – PE, edição n. 68 de 1864. Jornal O momento – BA, edição n. 699 de 1948. Jornal A Tribuna – SP, edição n. 44116 de 2020.....	206

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Incidência dos termos de pesquisa nas notícias de jornais.....	24
Gráfico 2 – Mendicância segundo tipo de notícia: comparativo entre as notícias da primeira e da segunda metade do século XIX.....	151
Gráfico 3 – Mendicância segundo tipo de notícia: comparativo entre as notícias dos séculos XX e XXI	155
Gráfico 4 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 1808 a 1869.	208
Gráfico 5 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 1870 a 1899	209
Gráfico 6 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 1900 a 1999	210
Gráfico 7 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 2000 a 2021	212
Gráfico 8 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 1808 a 2021.	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados quantitativos da pesquisa por período, periódico, análise e seleção	27
Quadro 2 – Exemplo de quadro sinóptico dos dados da pesquisa.....	28
Quadro 3 – Categorias dos dados da pesquisa.....	29
Quadro 4 – Criminalização da mendicância e vadiagem segundo os Códigos Penais brasileiros	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASMARE	Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis
BDN	Biblioteca Nacional Digital
CCT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTs	Comunidades Terapêuticas
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPSR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MP	Medida Provisória
NICs	Novos Países Industrializados
OMC	Organização Mundial do Comércio
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PSR	População em Situação de Rua
SAM	Serviço de Assistência a Mendicância
SRM	Serviço de Repressão a Mendicância
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	SELEÇÃO DO TERMO DE PESQUISA.....	22
1.2	DEFINIÇÃO DOS RECORTES TEMPORAIS DA PESQUISA	26
1.3	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	28
1.4	SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	28
2	CAPITALISMO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	31
2.1	A MORALIZAÇÃO DO TRABALHO: WORKHOUSES E VISITADORES – PERSEGUIR E CASTIGAR.....	38
2.2	O TRABALHO NO CAPITALISMO.....	40
2.3	CAPITALISMOS DEPENDENTE E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	49
2.4	RACISMO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	52
2.5	A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: DESIGUALDADE SOCIAL E PSR.....	57
2.6	BRASIL, CAPITALISMO E PSR NO SÉCULO XX - DE 1929 A 1980.....	59
2.7	BRASIL, CAPITALISMO E PSR NO SÉCULO XX - DE 1980 AOS ANOS 2000.....	66
2.8	BRASIL, CAPITALISMO E PSR NO SÉCULO XX	70
3.	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS SOBRE A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA	79
3.1	ESTIGMA, ESTEREÓTIPO E PRECONCEITO E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DA PSR.	82
3.2	A DICOTOMIA ANTAGÔNICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	88
3.3	O PAPEL DA IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO E PERPETUAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS DA PSR.....	93
3.4	A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE OS INTERESSES NA PROPAGAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS DA PSR	96
3.5	OS LIMITES IMPOSTOS PELAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS AO ACESSO DA PSR À SEGURIDADE SOCIAL E OS CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO	105
4.	BRASIL DO SÉCULO XIX – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS “MENDIGOS”.....	108
4.1	AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS “MENDIGOS” NO BRASIL.....	109

4.2	O “MENDIGO EUROPEU”	113
4.3	O “MENDIGO VADIO” – AMORAL PORQUE NÃO TRABALHA	116
4.4	O “MENDIGO” PERIGOSO E CRIMINOSO	118
4.5	O “MENDIGO DE PROFISSÃO” E O “MENDIGO RICO”	121
4.6	O “MENDIGO APROVEITADOR” E O DISCURSO ANTI-ESMOLAS.....	125
4.7	O “MENDIGO INVISÍVEL” – NÃO HUMANO	127
4.8	O “MENDIGO RETIRANTE” – A REPRESENTAÇÃO SOCIAL PRECONCEITUOSA SOBRE O POVO NORDESTINO	130
4.9	O “MENDIGO PRETO” – OS EX-ESCRAVIZADOS.....	137
4.10	AS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS PARA CONTROLE DA MENDICIDADE NO SÉCULO XIX.....	141
4.11	CONSIDERAÇÕES SOBRE A MENDICIDADE NO BRASIL NO SÉCULO XIX	150
5.	BRASIL DOS SÉCULOS XX E XXI – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS “MENDIGOS”.....	154
5.1	A MANUTENÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS CONTRA A PSR NO SÉCULO XX - E A “MULTIDÃO DE MENDIGOS”	156
5.2	O “MENDIGO RECUPERÁVEL”	165
5.3	A INTENSIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO DA PSR A PARTIR DA DÉCADA DE 1980 – A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO “MENDIGO BOM É MENDIGO MORTO”	168
5.4	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PSR NO SÉCULO XX.....	173
5.5	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PSR NO SÉCULO XXI	174
5.6	NOVO SÉCULO, ANTIGAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS	179
5.7	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL PRECONCEITUOSA DO “ZUMBI DO CRACK”.	183
5.8	OS AVANÇOS NA DESCONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS CONTRA A PSR.....	188
5.9	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PSR NO SÉCULO XXI.....	192
6.	CONCLUSÃO	200
	REFERÊNCIAS	217

1 INTRODUÇÃO

“Foi um simples detalhe, uma primeira vez que se tornou a vida toda”¹

AUDIR, 35 ANOS

Do que eu preciso hoje? É o governo, ter a mão na consciência e ver: “Tu quer mudar? Tu quer sair de vida?”, me dá uma oportunidade aí, e procura ver... se eu vim... tá afim disso, nunca vem, não, ninguém, qualquer uma oportunidade, se oferecer pra mim com certeza eu vou, eu vou querer.

Antes do assassinato da Candelária², antes do assassinato de Vigário Geral³, já tava na rua há muuuuitos anos antes disso. Eu tava lá, tava na Avenida Chile, na Sena... dor Dantas. Eu conhecia todos eles. Nunca falei nada, mas, todos eles. Ah, acho que eu... eu tinha, é... dezessete, mais ou menos assim. Hoje tô com trinta e cinco. É... Tô na rua desde dez anos de idade. Foi um simples detalhe, uma primeira vez que se tornou a vida toda. Que se tornou a vida toda. Eu tinha nove ano, dez ano, não tinha concepção de, de raciocínio. Pra parar de usar cola...

Minha mãe e meu pai, eles, é... me procurava, mas... O culpado foi eu, de certa parte. Outros, foi eles. Porque... Eles vieram várias vezes me procurar, e eu fugia. Hoje tenho contato com eles, sim. Eles moram lá em Caxias. Lá em Caxias. Eles num, num vai me bancar. Eu vou voltar pra casa depois de velho pra ser bancado pela família?

¹ Este texto consiste em um fragmento do livro *Histórias de Vida, Vozes da Rua: relatos de pessoas em situação de rua*, organizado por Cláudia Brito, Lenir Silva e Caco Xavier e publicado pela Fiocruz. E, se trata da transcrição da entrevista de um homem em situação de rua a respeito de sua história de vida. Nesse livro são apresentados os relatos de pessoas em situação de rua pacientes do Consultório na Rua (CnaR) ligado à Clínica de Saúde da Família Victor Valla do Rio de Janeiro. Este apresenta “histórias repletas de riqueza e pluralidade acerca dos modos de vida, valores, sentimentos, medos e desejos dessas pessoas, que traduzem de forma talvez surpreendente, para alguns, a consciência de sujeitos que percebem, vive e interroga as coisas do (seu) mundo” (BRITO; SILVA; XAVIER, 2021, p. 08).

² Há 22 anos, na madrugada de 23 de julho de 1993, mais de 40 crianças e adolescentes dormiam nos arredores da Igreja da Candelária, no Centro do Rio, quando homens armados abriram fogo, promovendo um massacre que chocou o mundo. Mais de duas décadas depois, um dos sobreviventes da chacina que deixou oito mortos ainda tem pesadelos com a lembrança daqueles momentos de horror” (GLOBO.COM, 2015, Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/chacina-da-candelaria-sobrevivente-ainda-tem-pesadelos-diz-irma.html>).

³ “Na noite de 29 de agosto de 1993, há exatos 25 anos, dezenas de homens armados e encapuzados entraram na favela de Vigário Geral, na Zona Norte, e assassinaram 21 pessoas inocentes a sangue frio. Os criminosos eram policiais militares, que se espalharam pela comunidade atirando contra moradores motivados por pura vingança, após a morte de quatro PMs baleados por traficantes locais. A matança de moradores, que ficou conhecida como chacina de Vigário Geral, foi notícia no mundo inteiro e chegou a ser julgada na Organização dos Estados Americanos (OEA) como crime contra os direitos humanos” (GLOBO.COM, 2018, Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/vigario-geral.html>).

Hoje só conto com Deus. Nunca foi diferente. Nem hospital, nem farmácia. Nunca tinha ido antes. Ah, agora eu vim aqui, por causa dessa bicheira, mas... nunca, vim no hospital por causa de doença. Mas... por causa da minha fé em Deus.

Se eu... tenho mérito aí, de provar isso agora... um mundo de verdade... Eu tenho trabalho, trabalho em obra. Mas agora cato garrafa. Antes morar na rua era mil maravilha, agora é um verdadeiro pesadelo. Antes eu era, juventude, é criança, era tudo maravilha, mara, tudo. Passar frio... Quando, quando a maturidade da vida chega... já é outro pensamento. Pesadelo! Saturado de tudo. A... coisa que eu mais queria nesse mundo era, ter um cantinho. E trabalhar assim, como gente normal. Tenho amigos na rua. Tudo aqui em Manguinhos. Eu garimpo o dia todo. Pet, lata, tudo... Ganho uns vinte por dia. Uns vinte. Se eu pudesse sair da rua? Imediatamente! (BRITO; SILVA; XAVIER, 2021, p. 175).

Essa história narrada de forma breve simboliza a realidade de milhares de pessoas em situação de rua, pobres, sem emprego formal, em sua maioria negros, representados socialmente de forma preconceituosa como “criminosos”, “viciados”, “aproveitadores”, “perigosos” e “não-humanos”. Cotidianamente assassinados, violentados, negligenciados, calados e punidos no âmbito do modo de produção capitalista gerador de desigualdade social e exclusão. E, em sua particularidade brasileira, expressada nos atos desumanos que ocorrem dia após dia ao longo da história justificados por representações de caráter preconceituoso e estigmatizante que aloca esses sujeitos na posição de indesejáveis e desimportantes.

O objeto da presente tese é, precisamente, o processo de formação da população adulta em situação de rua e das representações sociais preconceituosas sobre ela no Brasil. Nesta direção, a ideia é investigar a história e a materialização concreta dessas representações na realidade brasileira e sua relação com as especificidades da formação da PSR no país. O que nos levou a seguinte pergunta de pesquisa: **Como se deu o processo de formação da população em situação de rua no Brasil e quais representações sociais foram construídas sobre ela ao longo da história?**

O tema população em situação de rua (PSR) é objeto de estudo da pesquisadora há 13 anos, o interesse surgiu a partir de inquietações motivadas por experiências pessoais e profissionais. A jornada de pesquisas se iniciou na graduação em Serviço Social a partir da inserção como estagiária na Unidade de Emergência do Hospital Universitário da UFSC. No cotidiano do estágio era recorrente o atendimento a pessoas em situação de rua que procuravam o serviço com demandas variadas, algumas relacionadas a problemas clínicos de saúde, outras apenas para tomar um banho, pernoitar em local seguro ou se alimentar.

No estágio percebia que haviam muitas dificuldades na realização de encaminhamentos desses indivíduos aos serviços voltados à proteção social, em parte pela desarticulação destes, mas também, pelo desmonte e pela violência que esses locais evidenciam, seja por brigas entre os próprios usuários, seja pelo preconceito. A inquietação gerada pela identificação desses problemas resultou na pesquisa que embasou o Trabalho de Conclusão de Curso “A Rua de Todos: Um Estudo acerca do Fenômeno População em Situação de Rua e os Limites e Possibilidades da Rede de Proteção no Município de Florianópolis” defendida em 2011.

A pesquisa sobre o tema foi retomada em 2013 quando ingressei como aluna da pós-graduação em Serviço Social no âmbito do mestrado e como assistente social do Hospital Universitário da UFSC onde voltei a atuar na Unidade de Emergência. O estudo teórico crítico associado à experiência empírica junto ao segmento populacional trouxeram novas perguntas, curiosidades e encantamentos sobre a temática. E, culminaram na elaboração da dissertação intitulada “População em Situação de Rua e Acesso à Saúde” submetida em 2015 ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Na dissertação, concluímos que dadas as características das demandas da população em situação de rua (PSR) e a urgência que requisitam, essas pessoas costumam procurar serviços de emergência do SUS por serem “portas abertas” (funcionam 24 horas e atendem por demanda espontânea). Além disso, nesses espaços há a oferta do “serviço completo” (exames clínicos e laboratoriais, medicação, procedimentos diversos, atendimento por equipe multiprofissional, internação hospitalar, encaminhamentos para serviços de benefícios de outras políticas públicas, fornecimento de roupas, etc.).

Em contrapartida, percebemos que há resistência por parte dos serviços de emergência em saúde em prestar atendimento a PSR, principalmente devido ao preconceito. Este confere descrédito à essa população e se materializa a partir da falta de mobilização e sensibilização das equipes de saúde no atendimento a essas pessoas. Não há dúvidas de que esta afirmação não deva ser generalizada, na medida em que, não se pode dizer que todos/as profissionais ajam da mesma maneira, entretanto, o preconceito por parte das equipes de saúde foi relatado, por todos/as entrevistados/as como o principal entrave ao acesso aos serviços. A sujeira, mau cheiro, o uso de álcool ou drogas e a aparência, são apontados como elementos desmotivadores da atuação profissional no âmbito da saúde com a PSR.

A partir da atuação como assistente social no atendimento a usuários/as do SUS que se encontram em situação de rua fez-se possível identificar que o preconceito impõe barreiras e limites ao acesso a direitos, serviços e políticas sociais. Além disso, influi negativamente

como agente desmobilizador de lutas, reivindicações e protagonismo desta população, pois objetiva invisibilizá-la e diminuí-la. Percebe-se ainda, que há uma contradição entre a história desse segmento populacional e a história contada – ou omitida - sobre ele e, entre as características que possuem e as que lhe são socialmente atribuídas.

A PSR sofre prejuízos em todas as esferas de suas vidas devido ao preconceito, pois, há uma identificação dessa população com a violência e criminalidade que, por conseguinte, geram medo e repulsa contra ela. Costuma-se considerá-las pessoas perigosas e assustadoras, cuja imagem associada ao desajuste social predomina sobre sua própria humanidade. O que por sua vez, induz a atentados violentos e medidas de extermínio dessa população e, remete a urgência em evidenciar a realidade com base na historicidade e contradição que a materializam.

Assim, a **tese central** que defendemos é a seguinte: o fenômeno população adulta em situação de rua possui características particulares relacionadas à história do Brasil, à formação do povo brasileiro e, conseqüentemente, ao perfil da classe trabalhadora. Marcadas pelo modo de produção escravista colonial, assinalado pela dominação, exploração e pelo racismo no contexto de um país político-econômico dependente. Nestas condições, as representações sociais preconceituosas que conferem à pessoa em situação de rua uma identidade social deteriorada são construções ideológicas que vêm sendo propagadas ao longo da história do Brasil. Se esta tese for comprovada, poderemos afirmar que a PSR adulta do país, bem como, o preconceito contra ela, são resultantes das relações de dominação e exploração já praticadas no Brasil antes mesmo da instauração do sistema capitalista e, posteriormente, intensificadas por ele. Por conseguinte, seria possível afirmar que a população adulta em situação de rua é um produto – e não causa - da violência e criminalidade.

Para desenvolvimento da pesquisa tomamos como base as categorias fundamentais do método crítico dialético, totalidade, contradição, mediação e história de modo a apreender o real em sua complexidade e concretude.

Desta forma, objetivamos compreender como se constituiu historicamente a formação da população em situação de rua e as representações sociais preconceituosas sobre ela no Brasil. Para tanto, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a relação entre a população em situação de rua e o capitalismo, levando-se em consideração as particularidades do capitalismo dependente brasileiro com ênfase na constituição do racismo, xenofobia e desigualdades sociais;
- b) Compreender como se formou a PSR no Brasil e os impactos que sofreu a partir da instauração do capitalismo no país;

- c) Apreender os conceitos de representação social, preconceito, estigma e estereótipo que influenciam a construção de uma identidade social deteriorada à PSR;
- d) Evidenciar as concepções e discursos utilizados historicamente pela imprensa brasileira para representar a PSR;
- e) Identificar e analisar as representações sociais sobre a PSR ao longo da história do Brasil e compreender de que forma estas corroboram para manutenção e agravamento do preconceito contra esse segmento populacional;
- f) Incitar o debate sobre as consequências do preconceito na vida das pessoas em situação de rua, com destaque a criminalização da questão social e incitação de atos violentos e extermínio contra essa população.

A partir da definição dos objetivos partimos para um grande desafio: elaborar um percurso metodológico capaz de oferecer as respostas às indagações propostas. Resgatar a história da formação da PSR no Brasil e as representações sociais sobre ela exigiu inicialmente movimentos de busca por dados e fontes.

Tarefa complexa, tendo em vista que, a história do Brasil por si só é contada por uma perspectiva que lhe é estranha, assim como a história de seu povo. E, principalmente, a história de determinados segmentos sociais como a PSR cuja história não só não foi contada, como também foi anulada e descaracterizada.

A busca por fontes nos levou ao levantamento documental, para tanto, inicialmente procuramos a Biblioteca Pública de Santa Catarina onde se deu o primeiro contato com fontes documentais históricas – os jornais impressos. O encantamento pela riqueza de informações contidas nesses materiais inspirou os próximos passos a partir de então.

Dada a intencionalidade de realizar um estudo a nível nacional, buscamos acesso a base de dados digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. E, realizamos por um período de 60 dias buscas pelos termos “mendigo”, “morador de rua”, “vagabundo”, “vadio”, “pedinte”, “indigente”, “sem-teto” e “pessoa em situação de rua” em diferentes períodos históricos ao longo dos séculos XIX, XX e XXI nos periódicos jornalísticos brasileiros. Esse momento da pesquisa teve caráter exploratório e foi destinado à compreensão sobre a forma de estruturação e funcionamento da base de dados e, também para delimitação dos critérios de inclusão e exclusão dos termos de pesquisa.

A etapa inicial objetivou, portanto, uma primeira aproximação com a base de dados e com os conteúdos expressos nos jornais sobre pessoas adultas em situação de rua e, permitiu elaborar algumas considerações:

- a) Os jornais são uma fonte de dados históricos rica e capaz de fornecer um panorama importante do direcionamento político e ideológico da representação social sobre a PSR;
- b) A pesquisa na Hemeroteca da BND possui como principal limite as dificuldades de acesso a dados exatos a partir de palavras compostas e/ou formadas por dois termos (morador de rua, situação de rua, etc.). Por isso, concluímos que teríamos que adequar a pesquisa a palavras-chave únicas;
- c) A quantidade de materiais para pesquisa era muito grande, por isso, seria necessário o estabelecimento de critérios rígidos de inclusão e exclusão levando-se em consideração os objetivos da pesquisa;
- d) As notícias que traziam os termos: “vagabundo”, “vadio”, “pedinte”, “indigente”, em sua maioria, não se referiam a pessoas que estavam necessariamente em situação de rua;
- e) O termo “mendigo” apareceu com maior frequência em notícias do século XIX que se referiam a pessoas utilizando a rua como espaço de moradia e subsistência. Mas também se manteve presente nas notícias dos séculos XX e XXI.

Com base nestas considerações optamos pela pesquisa de caráter documental esse tipo de pesquisa de acordo com Gil (2002, p.62-3) é semelhante à pesquisa bibliográfica, mas, diferencia-se pela natureza das fontes, na medida em que os documentos são materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Ademais, este estudo possuiu também caráter bibliográfico para qualificação da análise dos dados, clarificação de conceitos, compreensão de elementos históricos, teorias e reflexões críticas sobre o tema estudado. Considerou-se, nesta direção, essencial ao estudo proposto, o alinhamento entre as pesquisas bibliográfica e documental.

Uma vez que, concordamos com Prates e Prates (2009, p. 112) sobre a importância de atentarmos à utilização da pesquisa documental como forma de desocultar e desmistificar “processos de reprodução que nas desigualdades se capilariza perpetuando identidades subalternizadas, ciclos transgeracionais de pobreza material e simbólica e violações de direitos”. Nestas condições, optou-se pela utilização das seguintes fontes documentais: periódicos de jornais impressos do Brasil disponíveis de forma digital na Plataforma de Pesquisa Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BND).

A opção pela realização da pesquisa tendo como fontes documentais os jornais impressos brasileiros se deu pela compreensão de que além de ser um recurso rico de informações históricas, opiniões e dados concretos permeados de historicidade “[...] o jornal é um grande formador de significados” (LOZZA, 2009, p. 33). Ou seja, além de importante “[...]”

fonte primária de informação”, o jornal “[...] espelha muitos valores” (FARIA, 1998, p. 11). Assim, a partir da aproximação inicial com as fontes documentais, efetuada durante os dois primeiros meses desta pesquisa, constatamos que as informações encontradas seriam capazes de oferecer os subsídios necessários ao estudo sobre a gênese e desenvolvimento da PSR no Brasil bem como, das representações sociais preconceituosas ao seu respeito.

Delimitada a fonte de pesquisa, elaboramos uma série de questões norteadoras:

- a) Quais as particularidades da formação da PSR no Brasil?
- b) Quais as relações entre o agravamento do fenômeno PSR e o capitalismo?
- c) Como a grande imprensa representa a PSR nas notícias de jornais?
- d) A que interesses a grande imprensa atende?
- e) Quais os impactos das representações sociais preconceituosas sobre a vida das pessoas em situação de rua?
- f) Quais as ferramentas e possibilidades de luta utilizadas pela PSR no enfrentamento ao preconceito?

E, posteriormente seguimos com o desenvolvimento do percurso metodológico da pesquisa que contou com as seguintes fases: a) seleção dos termos de pesquisa; b) Definição dos recortes temporais e c) sistematização dos dados.

1.1 SELEÇÃO DO TERMO DE PESQUISA

Para seleção do termo de pesquisa que pudesse nos oferecer dados mais precisos sobre a história da PSR e das representações sobre ela no Brasil inicialmente levantamos aqueles historicamente utilizados para descrever/designar estas pessoas. Termos pejorativos como “mendigo”; “indigente”; “andarilho”; “pedinte”, “desvalido”, “morador de rua”, “vagabundo”, “vadio”, “trecheiro”, “mendicante” e “esmoleiro” utilizados para construção de uma espécie de “personagem” no imaginário social. Estes remetem a figura de um sujeito descuidado, sujo, maltrapilho, com dentes podres, com amputações, feridas, etc. Moralmente inadequados, preguiçosos, vadios, perigosos, bandidos, instáveis, desajustados e/ou pobres coitados. Essa imagem está impregnada no imaginário social pois é introjetada via imagens do Google, em obras de arte, na mídia, nos livros, piadas, contos, personagens da ficção, enfim, em todas as esferas da vida social há séculos no país.

Após o levantamento dos termos realizamos um movimento exploratório de busca por notícias sobre cada um deles. E, a partir dos resultados encontrados, definimos os cinco termos mais adequados à pesquisa por maior aproximação com o objeto de estudo: “mendigo”;

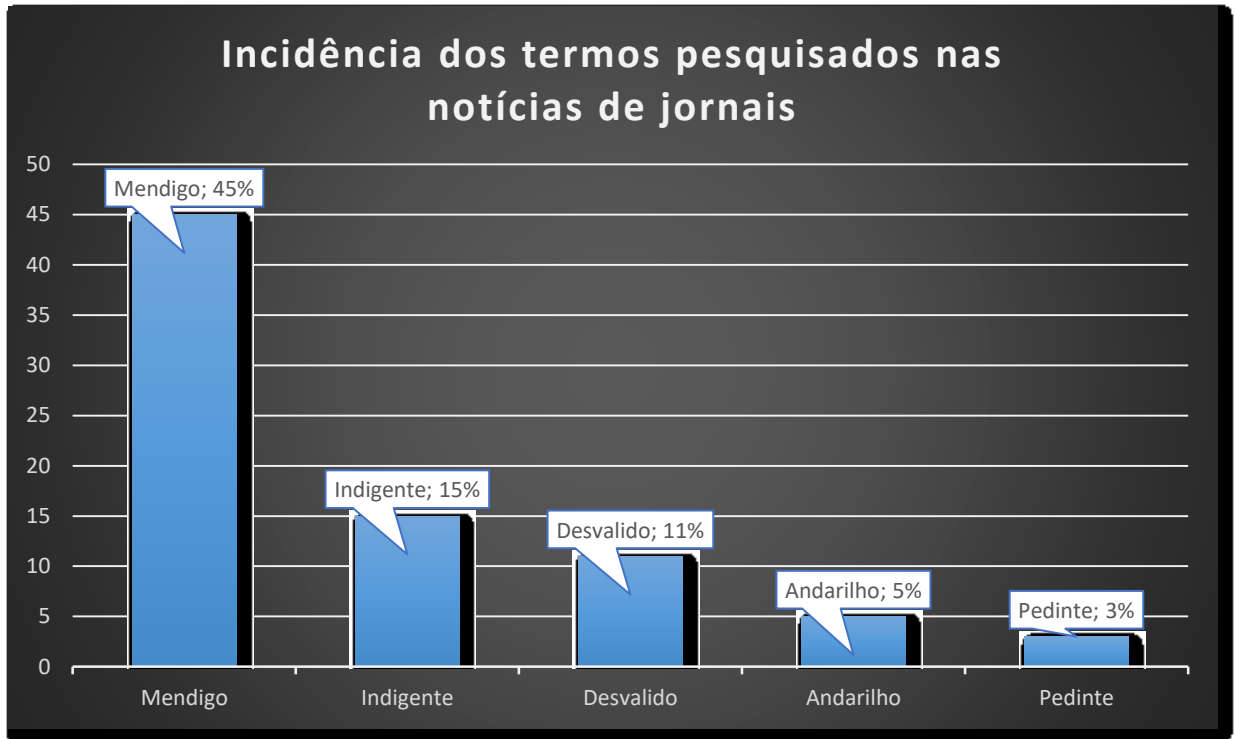
“indigente”; “andarilho”; “pedinte” e “desvalido”. E, dentre estes, optamos pela realização da pesquisa tendo como referência **todas as ocorrências do termo “mendigo” encontradas em todos os periódicos jornalísticos do país entre 1800 e 1899**. A opção por este termo de pesquisa se deu a partir da observação de divergências de significados dos outros quatro elencados a priori (“indigente”; “andarilho”; “pedinte” e “desvalido”); pela maior incidência do termo (conforme demonstra o gráfico 1) e, por ser o termo utilizado nos textos legais da época para designar a PSR⁴.

Na terceira etapa de coleta de dados (referentes ao século XX) optamos pela manutenção do uso do termo “mendigo” e, em pesquisa inicial de caráter exploratório percebemos a repetição de boa parte das categorias de notícias localizadas no século anterior. Nestas condições, readequamos a metodologia de coleta de dados e selecionamos **onze (11) notícias por década, totalizando, portanto, 110 notícias entre os anos de 1900 a 1999**. A adequação foi necessária para a materialização prática da pesquisa em tempo hábil e, objetivou

⁴ A definição dos termos de pesquisa baseou-se nas seguintes constatações: o termo “morador de rua” ao ser adicionado na base de dados apresentou resultados inadequados à pesquisa, pois, por ser composto por mais de uma palavra, boa parte das notícias encontradas não se referiam a pessoas que estavam em situação de rua, mas sim, que moravam em uma casa em determinada rua: “morador na rua”. Concluímos que a utilização de mais de uma palavra na base de dados mesmo acompanhadas de aspas (“”) não seria possível devido a imprecisão dos resultados obtidos. Já com relação aos termos “vagabundo” e “vadio” foram localizados 18.985 e 8.500 ocorrências respectivamente na base de dados (BND). Entretanto, optou-se por não tomá-los como termos de pesquisa pela diferenciação exposta em textos legais brasileiros entre “mendicância” e “vadiagem”/“vagabundagem”. Ou seja, legalmente ao longo da história do Brasil os códigos penais apresentaram uma diferenciação entre “mendigos” e “vagabundos”. A chamada “vadiagem” se configura até os dias atuais como um delito no Brasil e, está prevista no Artigo 59 da Lei de Contravenções Penais[#] que o descreve como o ato de: “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. E possui como pena inafiançável a prisão simples, de quinze dias a três meses. Já a “mendicância” era também considerada uma contravenção penal explicitada nesta mesma Lei em seu Artigo 60 que previa prisão simples também de quinze dias a três meses àquele que mendigasse “por ociosidade ou estupidez” podendo ser a pena aumentada em um sexto a um terço se o ato fosse praticado de “modo vexatório, ameaçador ou fraudulento” e/ou “mediante a simulação de moléstia ou deformidade”. Este Artigo foi revogado pela lei 11.983 de 2009, fazendo, portanto, com que o ato de “mendigar” deixasse de ser um ilícito penal sujeito a punição. Tais distinções apesar de datarem do ano de 1941 já eram consideradas pelo Código Criminal do Império que no capítulo “Vadios e Mendigos” também considerava as diferenças entre vadiagem e mendicância separando-as em Artigos diferentes (art. 295 e 296 respectivamente). O que por sua vez, também ocorreu no Código Penal de 1890 onde era efetuada a diferenciação em dois capítulos distintos: “Dos mendigos e ébrios” e “Dos vadios e capoeiras”. Com relação aos termos “trecheiro”, “esmoleiro” e “mendicante” percebemos que além da baixa incidência (ao que tudo indica não eram os termos mais utilizados pelo senso comum e, pela imprensa para designar a PSR) eles também eram por vezes, utilizados de forma não correspondente à PSR. O termo “andarilho”, era utilizado para descrever alguém que perambulava de cidade em cidade em busca de trabalho ou religiosos que percorriam longos caminhos na tarefa de pregação. E os três últimos termos “pedinte”, “desvalido” e “indigente” em parte das notícias também não se referiam a pessoas que estavam vivendo em situação de rua. Pelo termo “pedinte” foram localizadas notícias que se referiam a pessoas que pediam esmolas eventualmente, ou que pediam em favor de obras de caridade ou mesmo que pediam votos nas campanhas eleitorais. Por “desvalido” foram localizadas notícias sobre pessoas inválidas, deficientes, carentes, mas não necessariamente “em situação de rua”. E, finalmente por “indigente” (termo com segunda maior incidência depois do termo “mendigo” tivemos dificuldades com relação a grafia da palavra, pois, na busca na base de dados muitos dos resultados vinham apenas para o termo “gente”.

otimizar a busca de caráter qualitativo, uma vez que, buscamos levantar novos elementos históricos e categorias que surgiram a partir desse período.

Gráfico 1 – Incidência dos termos de pesquisa nas notícias de jornais



Fonte: A autora (2023)

Na quarta etapa da pesquisa na qual levantamos os dados referentes aos anos 2000 à 2021 selecionamos 100 notícias para o estudo, desta vez, utilizamos além do termo “mendigo” os termos: “pessoa em situação de rua” e “população em situação de rua”. Nesta etapa constatamos que as dificuldades de busca na base de dados por termos múltiplos, foi superada, principalmente a partir de 2008, devido a recorrência no uso dos termos “pessoa em situação de rua” e “população em situação de rua” após a publicação da Política Nacional para Inclusão Social da PSR.

Faz-se importante destacar que compreendemos a imprecisão do termo “mendigo” e, não compactuamos com sua utilização enquanto sinônimo de “pessoa em situação de rua”, pois, este além de ser caracteristicamente pejorativo, remonta à ideia de que estar na rua é igual a mendigar e/ou viver de esmolas. Também entendemos que o termo “mendigo” foi utilizado para designar indivíduos que apesar de terem moradia regular, utilizavam as ruas para esmolar como estratégia de sobrevivência. E, dada a heterogeneidade e complexidade que o fenômeno PSR adquire, principalmente, após o acirramento das desigualdades sociais com a instauração


do sistema capitalista no Brasil, o termo se torna ainda mais incapaz de exprimir a realidade dessa população.

Contudo, a leitura e análise das notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros levou a constatar que era bastante comum, principalmente no século XIX, a designação equivocada do sujeito em situação de rua como “mendigo”. O equívoco consiste na afirmação destas pessoas enquanto mendicantes, “proveitadoras” da caridade que, por conseguinte, conduziram a projeção de uma série de preconceitos contra essa população, na medida em que a associaram a preguiça, ao desprezo pelo trabalho e ao ócio “lucrativo” pelas vias da exploração da caridade. Conforme Prates, Prates e Machado (2011, p. 194) “mendigos são aqueles que praticam a mendicância, que esmolam em sinaleiras, nas ruas, na porta de prédios públicos”. E, “muitos dos sujeitos que habitam as ruas não praticam a mendicância” e sobrevivem a partir do trabalho.

A PSR é composta, em sua maioria, por trabalhadores, uma vez que, 70,9% exercem alguma atividade remunerada e 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Dentre essas atividades, destacam-se a de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Sendo que, apenas 15,7% pedem dinheiro como principal estratégia de sobrevivência (BRASIL, 2008).

Contudo, percebemos que o termo “mendigo” mesmo face a sua imprecisão, foi utilizado pela grande imprensa ao longo dos séculos XIX, XX e XXI o que, corroborou para a disseminação de representações preconceituosas sobre a PSR. A partir do século XX e, recentemente, já no século XXI percebemos que as notícias, de forma geral, traziam a associação entre os termos “mendigo” e “morador de rua”, ambos apareceriam nas mesmas publicações, como explícito no exemplo a seguir em notícia veiculada pelo Jornal Correio Braziliense (DF) no mês de agosto de 2008:

Figura 1 – Trecho do Jornal Correio Braziliense (DF) de agosto de 2008



MORTE NO PARQUE
Mendigo morador de rua é encontrado sem vida, e laudo do IML revela que foi atingido por objeto contundente. Comerciante nega agressão

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Também consideramos o uso do termo “morador de rua” impreciso e estigmatizante já que “considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento”. Segundo os autores, assim como se vive em casas ou apartamentos também

se pode viver no espaço da rua, “e esta pode ser uma situação contingente”. Ou seja, é um processo que pode mudar, pode ser superado e essa é uma questão central tendo em vista que “estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua” (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 194).

Assim, nesta pesquisa, utilizamos o termo “mendigo” para levantamento de dados, entretanto, utilizaremos os termos pessoas, indivíduos e ou população em situação de rua, por entender que “[...] atribuem a este fenômeno um caráter processual e transitório, não identificando diretamente o indivíduo com a rua, mas com uma circunstância adversa e possivelmente passageira” (PEREIRA; SIQUEIRA, 2010, p. 1).

1.2 DEFINIÇÃO DOS RECORTES TEMPORAIS DA PESQUISA

Para a pesquisa documental foi realizado o seguinte recorte: jornais impressos brasileiros – de todos os estados – publicados entre os anos 1808 a 2021. A delimitação do recorte temporal foi estabelecida a partir de dois critérios principais, quais sejam, a data de instauração oficial da imprensa escrita nacional brasileira (1808)⁵. Isso porque, a intenção da investigação proposta requer que cheguemos o mais longe possível temporalmente para compreensão da gênese do fenômeno e das representações sobre ele. Já o encerramento em 2021 foi escolhido por ser, até o momento da pesquisa, o ano em que continham os dados na plataforma digital utilizada. Nesse sentido, buscamos também obter dados e informações mais recentes quanto possível, com intuito de compreender o que se mantém, ou não, ao longo da história, em termos de representações sobre a PSR.

Com finalidade metodológica organizacional a pesquisa foi dividida em quatro grandes períodos: fase inicial exploratória e, posterior levantamento de dados dos séculos XIX, XX e XXI (até 2021):

- a) 1ª etapa: pesquisa exploratória na Hemeroteca da BND. Realizada entre os meses de novembro de dezembro de 2019 (2 meses). Esta se deu antes do início da coleta de dados e objetivou a aproximação e familiarização da pesquisadora com a plataforma e delimitação dos critérios de inclusão e exclusão;
- b) 2ª etapa: coleta de dados referentes ao século XIX (de 1800 a 1899). Realizada entre os meses de janeiro de 2020 e junho de 2021 (totalizando 18 meses). Neste

⁵ Em 1808 deu-se o surgimento dos dois primeiros jornais brasileiros: a Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Braziliense.

período, foram lidas e analisadas 7.093 notícias e, destas foram selecionadas para a pesquisa 1.124 (com base nos critérios de inclusão e exclusão);

- c) 3ª etapa: coleta de dados referentes ao século XX (de 1900 a 1999). Realizada entre os meses de julho a dezembro de 2021 (totalizando 6 meses). Neste período, foram lidas e analisadas 1.702 notícias e, destas, foram selecionadas para a pesquisa 110 (com base nos critérios de inclusão e exclusão);
- d) 4ª etapa: coleta de dados referentes ao século XXI (de 2000 a 2021). Realizada entre os meses de janeiro a junho de 2022 (totalizando 6 meses). Neste período, foram lidas e analisadas 1.112 notícias e, destas, foram selecionadas para a pesquisa 100 (com base nos critérios de inclusão e exclusão).

O levantamento e análise de dados foi realizado, portanto, ao longo de 3 anos. Neste período foram lidas e analisadas 9.907 notícias e selecionadas para a pesquisa 1.334. A pesquisa bibliográfica, a sistematização dos resultados e a análise crítica destes à luz de referenciais teóricos foi feita concomitantemente à coleta de dados. Ademais, entre os meses de julho a dezembro de 2022 e janeiro e fevereiro de 2023 realizamos o aprofundamento do estudo. O quadro 1 a seguir apresenta, de forma detalhada, os dados quantitativos da pesquisa:

Quadro 1 – Dados quantitativos da pesquisa por período, periódico, análise e seleção

Dados Quantitativos das notícias por período, periódico, análise e seleção			
Período	Nº de Periódicos	Nº de incidências do termo “mendigo”	Nº de notícias selecionadas para a pesquisa
1808 a 1839	48	185	57
1840 a 1849	29	454	134
1850 a 1859	24	802	134
1860 a 1869	23	1.400	102
1870 a 1879	250	2.549	484
1880 a 1889	1.579	1.703	213
1900 a 1999	1.579	1.702	110
2000 a 2021	1.580	1.112	100
Total de notícias analisadas		Total de notícias selecionadas	
9.907		1.334	

Fonte: A autora (2023)

1.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para a realização da pesquisa foram elencados critérios de inclusão e exclusão, foram consideradas como critério de inclusão para a pesquisa apenas notícias jornalísticas sobre fatos reais e aquelas que dizem respeito exclusivamente a pessoas que estavam em situação de rua. E, desconsiderados (critérios de exclusão) textos literários e/ou trechos de livros de literatura, piadas, peças de teatro, folhetins, novelas, ditados, artigos, textos ou mensagens religiosas e charges ou quadrinhos. Ressalta-se que apesar da riqueza analítica desse material consideramos que, sua utilização, demandaria análises específicas que levassem em consideração elementos subjetivos ligados às artes e ao humor e, conseqüentemente tomariam maior tempo de leitura e análise, tornando-se, portanto, inviável sua utilização nesta pesquisa. Além disso, também foi estabelecido como critério de exclusão notícias borradas que impossibilitam a leitura.

1.4 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados obtidos a partir da pesquisa documental foram sistematizados em um quadro sinóptico no qual constam: nome do periódico/jornal, ano de publicação, número da edição, número da página em que o termo de pesquisa foi localizado, descrição do tipo de conteúdo da notícia além de outras observações da pesquisadora e a transcrição da notícia, conforme exemplo:

Quadro 2 – Exemplo de quadro sinóptico dos dados da pesquisa

Quadro sinóptico dos dados da pesquisa					
JORNAL	ANO DE PUBLICAÇÃO	Nº DA EDIÇÃO	PÁG.	TIPO DE CONTEÚDO E OBSERVAÇÕES	TRANSCRIÇÃO
Gazeta Oficial do Império do Brasil	1847	131	02	Notícia sobre a prisão de um “mendigo”.	“Na Freguesia de Santa Rita foi preso o mendigo Martinho de Castro, por proferir palavras obscenas”.

Fonte: A autora (2023)

De forma concomitante à coleta de dados, categorização e sistematização das notícias ocorreu a leitura e o estudo de referenciais teóricos capazes de subsidiar a reflexão crítica sobre as mesmas. Os dados obtidos foram categorizados por tipos de notícia e discutidos entre

acadêmica e orientador a cada etapa da pesquisa. A tabela a seguir apresenta as categorias de notícias localizadas nos jornais impressos brasileiros entre os anos de 1808 a 2021. As categorias foram elencadas a partir dos assuntos das notícias e, permitiram identificar quais os temas mais abordados sobre este segmento populacional, as principais formas de representação social historicamente construídas e suas tendências ideológicas.

Quadro 3 – Categorias dos dados da pesquisa

Categorias dos dados de pesquisa		
TIPOS DE NOTÍCIAS	DADOS QUANTITATIVOS	INFORMAÇÕES QUALITATIVAS
Santas Casas/internações	8	Notícias sobre internações hospitalares
Esmolas	12	Notícias que discutem/problematizam a caridade na forma de doação de esmolas.
Políticas Públicas	14	Notícias que tratam das políticas públicas voltadas ao atendimento da PSR. Esse tipo de notícia foi localizado principalmente a partir de 2008 devido a publicização da PNPSR
Estrangeiras	29	Notícias sobre o problema da “mendicidade” no exterior. Localizadas principalmente no início do século XIX quando correspondentes internacionais enviavam aos jornais brasileiros informações sobre a situação do pauperismo na Inglaterra.
Escravidão	35	Notícias que associam “mendicidade” e Abolição da escravidão.
Migração/imigração	43	Notícias que discutiam e/ou apresentavam a problemática da “mendicidade” associando-a aos fluxos migratórios tanto do exterior quanto internos.
Críticas/denúncias	43	Notícias – geralmente nas sessões dos jornais destinadas a publicações a pedido de leitores – que denunciavam e/ou criticavam a presença de pessoas vivendo nas ruas. Geralmente voltam-se a cobrança de “soluções” pela polícia ou poder público.

Termos pejorativos	50	Notícias que não tratam diretamente do assunto, apesar disso, utilizam o termo “mendigo” de forma pejorativa, como xingamento.
Asilos de mendicidade	63	Notícias que, em sua maioria, apresentam críticas ou elogios aos asilos de mendicidade. Localizamos desde notícias que questionavam os gastos com cada “mendigo” asilado, até notícias que relatavam atos de violência nestes espaços. E, ainda notícias destinadas a elogiar a “limpeza urbana” proporcionada pela iniciativa.
Medidas higienistas	62	Notícias sobre diferentes ações destinadas a “limpeza” do espaço urbano através da retirada da PSR.
Artigos sobre mendicidade	117	Notícias que apresentam artigos e textos que objetivavam discutir a problemática da mendicidade. A maioria delas apresenta forte crítica as pessoas nesta situação e, as culpabilizam e criminalizam.
Criminalidade	117	Notícias que relatam crimes cometidos pelos então chamados “mendigos”.
Violência	135	Notícias que relatam atos de violência cometidos contra “mendigos”.
Falsos mendigos	138	Notícias voltadas a acusação/denúncia de mendigos “proveitadores”, “corruptos” e “enganadores” que supostamente enriqueciam as custas da caridade.
Prisões	203	Notícias sobre prisões de “mendigos”.
Mortes	265	Notícias sobre a morte de “mendigos”.
TOTAL	1.334	Total, de notícias selecionadas para a pesquisa.

Fonte: A autora (2023)

Cada uma das categorias de notícias foi analisada e discutida com base em referenciais teóricos localizados a partir de pesquisa bibliográfica sobre os assuntos e teve como base a abordagem crítico-dialética.

Neste enquadramento, esta é uma pesquisa quanti-qualitativa e foi elaborada com base na perspectiva de Günter (2006, p. 202) que refere-se ao “[...] processo de pesquisa como um

mosaico que descreve um fenômeno complexo a ser compreendido”. Para o autor, dada a diversidade das peças desse mosaico, sua elaboração requer a utilização de procedimentos qualitativos e quantitativos. Minayo e Sanches (1993, p. 247) também refletem sobre a importância da complementaridade do levantamento de dados quantitativos e qualitativos e, conseqüentemente, entre objetividade e subjetividade na análise e aprofundamentos dos significados mais essenciais das relações sociais. E, consideram que para isto, “o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa”.

E, por fim, a organização da tese, dividida em quatro capítulos. O primeiro deles (seção 2) apresenta os determinantes econômicos e políticos do capitalismo que corroboram diretamente para a gênese e agravamento do fenômeno social da população adulta em situação de rua nos países centrais. E, após evidencia as particularidades do capitalismo dependente no Brasil e suas influências sobre a formação e agravamento do fenômeno no país.

O segundo capítulo (seção 3) indica a perspectiva de análise adotada nesta pesquisa a partir da apresentação dos conceitos de representação social, preconceito, estigma e estereótipo nos quais nos pautamos para desenvolvimento do estudo. Também, apresenta as influências da grande imprensa na construção e disseminação de representações sociais sobre a PSR ao longo da história do Brasil.

No terceiro capítulo (seção 4) tem início a análise dos dados, com a apresentação e discussão das categorias de notícias selecionadas para a pesquisa referentes ao século XIX. E, por fim, o quarto capítulo (seção 5) volta-se à análise e discussão dos dados relativos às categorias de notícias selecionadas nos jornais publicados nos séculos XX e XXI. O que nos permitiu, ao final, tecer as considerações finais desta tese.

2 CAPITALISMO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

“Bom ar puro a atmosfera pestilencial das habitações nos pardieiros ingleses! Grande beleza da natureza os fantasiosos trapos com que se vestem os pobres ingleses e a carne mirrada e enrugada das mulheres roídas pelo trabalho e pela miséria; as crianças que jazem no esterco; os abortos provocados pelo excesso de trabalho no uniforme mecanismo das fábricas! E os preciosíssimos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e à força!” (MARX, 2010, p.04).

Neste capítulo são apresentadas considerações sobre o surgimento e expansão da população em situação de rua (PSR) enquanto fenômeno social urbano tal como o concebemos na atualidade. O estudo sobre a correlação entre PSR e capitalismo na esfera mundial é fundamental a esta pesquisa, pois subsidia a compreensão de suas especificidades no Brasil.

A população em situação de rua surge na Europa Ocidental como um fenômeno social urbano a partir do nascimento das sociedades pré-industriais no século XVIII, “no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades os absorvesse com a mesma celeridade com que se tornaram disponíveis” (SILVA, 2009, p. 25).

A migração do campo para as cidades em busca de emprego nas fábricas conduziu uma multidão de pessoas à miséria e à situação de rua. Essa situação segundo Marx é intrínseca ao sistema de produção capitalista no qual o crescimento da riqueza, produz no polo oposto, o crescimento da miséria e do pauperismo e, esta é a “lei geral, absoluta da acumulação capitalista” (MARX, 1980, p. 747).

Tal sistema produz uma população supérflua, isto é, excedente na medida em que esta, ultrapassa as necessidades da expansão do capital, formando-se assim, o que Marx (1980, p.733) designa como sendo um “exército industrial de reserva”. O que significa que “[...] a condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas” (MARX, 2002, p. 740).

Marx (1979, p. 20) destaca as grandes transformações sociais que decorrem do fim da era feudal e gênese do sistema capitalista e, analisa os impactos da substituição do camponês livre estabelecido nos domínios dos senhores feudais pelo trabalhador assalariado. Tais camponeses tiveram seus bens comunais usurpados e ficaram impossibilitados de prover sua própria subsistência e a de suas famílias. No século XVI, as terras dos pequenos proprietários já haviam sido completamente expropriadas e, apropriadas por grandes arrendatários forçando o povo a trabalhar para outrem para conseguir dinheiro a ser trocado no mercado por seus meios de subsistência.

A Inglaterra foi o berço privilegiado para o nascimento e rápido desenvolvimento do sistema capitalista de produção, o que ocorreu devido a suas escolhas e estratégias políticas e econômicas ao longo da história. De acordo com Willians (1975, p. 57) se o século XIX foi o século da produção, os séculos XVII e XVIII foram os séculos do comércio internacional com a escravidão como mola propulsora deste negócio.

Também na esfera comercial o país se destacou no chamado comércio triangular que atendia a seguinte lógica: "[...] a Inglaterra fornecia as exportações e os navios; a África, a mercadoria humana; as plantações e a matéria prima colonial". Com o tempo, essa lógica mercantil favorável à Inglaterra se estabeleceu também no comércio colonial direto com as Índias Ocidentais. Tais movimentos forneceram as bases econômicas que impulsionaram a Revolução Industrial:

Por volta de 1750, quase não havia cidade comercial ou manufatureira na Inglaterra que não estivesse ligada, de alguma forma, ao comércio triangular ou colonial direto. Os lucros obtidos forneceram um dos principais fluxos dessa acumulação de capital na Inglaterra que financiou a Revolução Industrial (WILLIAMS, 1975, p. 58).

Com o fim da escravidão na Inglaterra, Marx (1984, p. 263) destaca que a maior parte da população passa a ser composta por “camponeses livres, economicamente autônomos” que cultivavam suas próprias terras e viviam de forma comunal. Entretanto, essa forma de organização social se encerra com o nascimento das cidades industriais e a expulsão dos camponeses de suas terras, deixando-os em condição servil como detentores unicamente de sua mão de obra.

Sem dispor de meios para manutenção de sua subsistência no campo, esses camponeses expropriados migraram para as recém-inauguradas cidades para vender sua força de trabalho em troca de salários. Esses trabalhadores são, nas cidades industriais em ascensão, transformados em “[...] puras e simples máquinas” das quais é arrancado “[...] os últimos restos de atividade autônoma” (ENGELS, 2008, p. 47).

Dada a eficiência do emprego da força mecânica na indústria “[...] buscaram-se meios para utilizá-la em todos os setores”. Com isso, cresce, nesse período, o interesse pelas minas de ferro para extração de matéria prima para construção de máquinas, pontes, ferramentas, tudo que anteriormente era feito com madeira e pedra de forma rústica e artesanal. E, cresce também a exploração pelas jazidas de carvão para alimentar as máquinas a vapor.

Essa grande revolução clamava por força de trabalho para implementá-la rapidamente. Eram necessários trabalhadores em todas as esferas da produção, não apenas para o manuseio das máquinas, mas também para a extração de matérias-primas e fontes alimentadoras destas. Ocorre então, um enorme inchaço das cidades industriais de trabalhadores oriundos do campo em busca de ocupações e salários:

A veloz expansão da indústria determinou a demanda de mais braços; os salários aumentaram e, em consequência, batalhões de trabalhadores das regiões agrícolas

emigraram para as cidades – a população cresceu rapidamente e quase todo o acréscimo ocorreu na classe dos proletários (ENGELS, 2008, p. 59).

Todavia, não haviam postos de trabalho capazes de atender a toda procura gerada, o que acarretou no surgimento de uma grande massa de trabalhadores a qual a manufatura não conseguiu absorver. Além disso, muitos trabalhadores não se adaptaram à nova divisão social do trabalho pautada na produção em etapas de trabalho especializadas. O artesão, que até então, trabalhava na confecção de um produto desde sua idealização até seu acabamento final, se via compelido a trabalhar apenas em uma das etapas da produção de algo que lhe era estranho.

Desempregada a população se via compelida a elaborar estratégias de sobrevivência como a mendicância e o roubo. Conforme Marx (1979, p. 57) [...] "Estes homens, bruscamente arrancados de suas ocupações habituais, não se podiam adaptar prontamente à disciplina do novo sistema social, surgindo, por conseguinte, deles, uma porção de mendigos, ladrões e vagabundos". Essa situação deu início a “[...] um fenômeno que se generalizou, atingindo toda a Europa Ocidental, no último quartel do século XVIII: o pauperismo que desencadeou o fenômeno social PSR fortemente combatido desde então.

Ainda no auge da primeira Revolução Industrial a Inglaterra criou uma legislação contra a vadiagem que preconizava que apenas os mendigos velhos e incapacitados para o trabalho teriam a permissão para implorar por caridade. Os demais, seriam condenados à prisão, a tortura e ao retorno ao trabalho. As punições eram estabelecidas por reincidência: “[...] no caso da primeira reincidência o vagabundo deve ser açoitado novamente, devendo-se cortar-lhe meia orelha; à segunda reincidência é tratado como traidor e executado como inimigo do Estado" (MARX, 1979, p. 58).

A punição e o extermínio das parcelas da população que nos termos de Marx (1988, p. 759) perderam “a condição de existência” consistem em mecanismos de coerção e de não enfrentamento das desigualdades sociais e do pauperismo. Já que tal enfrentamento pressupõe de antemão o reconhecimento de seu agente causador: a própria organização social, política e econômica e, conseqüentemente, implica em sua superação. E, por este motivo que “[...] livrar-se dos pobres sistematicamente tem sido uma prática persistente em todas as sociedades regidas pelo modo de produção capitalista, inclusive sendo avaliada como estratégia mais adequada (PRATES; CARRARO; ZACARIAS, 2020, p. 26).

O enfrentamento aos pobres e não à pobreza é, portanto, característico à lógica do capital, tendo em vista, que combater a miséria e o pauperismo implica para o sistema sua auto destruição. Já que “a produção de capital é diretamente proporcional à geração de pobreza e desigualdades, de concentração de renda e riqueza nas mãos de particulares e, do aumento da

massa de populações descartáveis” (PRATES; CARRARO; ZACARIAS, 2020, p. 26). Ademais, quanto mais complexa se tornam as sociedades e suas formas de organização do trabalho “[...] mais agudas, manipuladoras e subliminares são as estratégias para a captura material e simbólica da classe que produz” (PRATES; CARRARO; ZACARIAS, 2020, p. 20).

Assim, tem-se que o emprego da maquinaria foi, para o capital a primeira mola propulsora de complexificação da organização do trabalho, já que segundo Marx (2002, p. 427) possibilitou “[...] baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho do qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista”. A maquinaria é, portanto, um meio para produzir mais-valia. A produção mecanizada torna a força muscular supérflua, e com isso, permite a exploração da força de trabalho de mulheres e crianças - mais barata que a dos homens. Permite também a ampliação da jornada de trabalho e a mecanização dos movimentos humanos, exaurindo a criatividade individual e conduzindo o trabalhador a mera posição de “apêndice da máquina”.

Nesse processo, a subjetividade e a criatividade do trabalho são substituídas pela organização objetiva que depende da adequação e subordinação do trabalhador à máquina. O alcance da eficiência na produção está diretamente relacionado à capacidade do trabalhador em adequar mecanicamente seus movimentos à máquina, tornando-se o que Marx (2008, p. 482) designa como uma espécie de “autômato vivo”, ou, em outras palavras, uma parte da máquina. Com a instrução da maquinaria, o instrumental de trabalho passa a empregar o trabalhador “e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho” (MARX, 2008, p. 483).

As máquinas representam a Revolução Industrial, já que, através delas, foi possível a extração da mais-valia pelo abuso físico e mental do trabalhador conduzido a rotinas de trabalho exaustivas e repetitivas, a este respeito Bresciani (1986, p. 38) afirma que:

As longas jornadas e a correspondente exaustão do trabalhador; o ritmo incansável da máquina e a necessidade do operário desenvolver movimentos mecânicos pautados por ela; as altas temperaturas inerentes a múltiplas situações de trabalho, a poluição ambiental produzida por gases venenosos e matérias em suspensão no ar e os acidentes no trabalho amplamente facilitados pela concentração exagerada de homens em pequenos espaços pela total ausência de proteção em relação às máquinas, fornos, etc. juntos corroem a saúde, deformam, aleijam e matam o trabalhador.

A condição do proletariado das fábricas nesse período era extremamente debilitada, uma vez que [...] diante da catástrofe social que não conseguiam compreender, empobrecidos, explorados, jogados em cortiços onde se misturavam o frio e a imundice” os trabalhadores se sentiam desmoralizados (HOBSBAWM, 1979, p.223). O alcoolismo, o infanticídio, a prostituição, o suicídio, a demência, o aumento da violência e da criminalidade, assim como, a

difusão de seitas e cultos de caráter místico e apocalíptico durante este período indica uma incapacidade semelhante em lidar com os terremotos da sociedade que destroçavam vidas humanas [...] (HOBSBAWM, 1979, p.225).

Muitas pessoas desistiram de trabalhar por não conseguirem se adequar ao regime desumano imposto pelas fábricas, outros foram expulsos da função laboral após se ferirem física ou mentalmente. Além disso, a substituição de boa parte do trabalho humano por máquinas gerou uma situação de desemprego de grandes proporções desencadeando na criação do que Marx (2002, p. 748) denomina como um “exército industrial de reserva”.

O exército industrial de reserva possui algumas funções na ordem capitalista, como a disposição de força de trabalho abundante ao capital; a possibilidade de manipulação dos valores dos salários em favor do detentor dos meios de produção; e, ainda, a função de suscitar o medo e a insegurança pela possível substituição por outro trabalhador que esteja desempregado e sedento por aceitar piores condições de renda e trabalho.

Neste ínterim, tem-se que a sujeição de uma parcela da classe trabalhadora à miséria possibilita ao capital a oportunidade de melhor explorar a força de trabalho empregada. Ou, nas palavras de Marx (2002, p. 740): “a condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas”.

Ao tornar força muscular supérflua o uso da maquinaria na Revolução Industrial fez com que os homens adultos passassem da condição de provedores familiares ao desemprego, o que era um negócio de grande lucratividade ao capitalismo em ascensão:

A compra por exemplo, de 4 forças de trabalho componentes de uma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe de família, mas em compensação se obtêm 4 jornadas de trabalho em lugar de 1, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um. Quatro tem de fornecer ao capital não só trabalho, mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver (MARX, 1984, p. 450).

Marx (2002) classifica o “exército industrial de reserva” ou a “superpopulação relativa” em três formas: a flutuante, a latente e a estagnada. Como superpopulação relativa flutuante Marx (2002) destaca o caso dos trabalhadores que oscilam entre a condição de empregados e desempregados conforme a demanda da produção. Já a superpopulação latente é composta por aqueles trabalhadores do campo, que perderam seus empregos na agricultura. E, ressalta que essa população tende a se aglutinar nos grandes centros urbanos, submetendo-se a baixos salários e péssimas condições de trabalho e vida.

E por fim, tem-se a superpopulação estagnada que corresponde a parcela da classe trabalhadora que possui ocupações irregulares e instáveis, com baixos rendimentos financeiros, ausência de proteção social e longas jornadas de trabalho. E ainda, há o grupo que Marx (2013) chama de lumpemproletariado cuja característica central consiste em ser o “sedimento mais baixo da superpopulação relativa”. Composta pelos “vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito”. Este, por sua vez, é formado por três categorias àqueles aptos ao trabalho, os órfãos e filhos de indigentes e os "degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho" (MARX, 2013, p.719).

Não há consenso entre os/as autores/as que pesquisam a temática da população em situação de rua sobre sua inserção nessas diferentes formas de superpopulação relativa. Para Stoffels (1977), Bursztyn (2003) e Silva (2009) a PSR integra o chamado lumpemproletariado. Segundo Stoffels (1977, p.48), “Os mendigos estão incluídos num resíduo nitidamente distinto das outras categorias, dentro da faixa relativamente periférica que é o lumpemproletariado”. Já Bursztyn (2003, p. 43) considera a PSR integrante dessa forma de superpopulação por sobreviver “[...] de esmolas, da caridade pública ou de pequenos furtos”, mas considera que estas pessoas também podem “[...] desempenhar atividades econômicas úteis”. E Silva (2009, p. 201) refere que as características e perfil da PSR “[...] possibilitam associá-la ao lumpemproletariado (parte da classe trabalhadora que se encontra no pauperismo, é apta ao trabalho, mas não é absorvida pelo mercado)” e também, assim como Bursztyn, considera sua inserção no mundo do trabalho alocando-a ainda no âmbito da “[...] forma de superpopulação relativa estagnada, que sobrevive do trabalho precarizado”.

Sobre a categorização da PSR em determinada forma específica de superpopulação relativa, concordamos com Tiengo (2018, p. 142) que considera “[...] inadequado dizer que a população em situação de rua encontra-se somente em uma das formas: lumpemproletariado, flutuante, latente ou ainda estagnada”. Isso porque, dada a heterogeneidade desse segmento populacional este “[...] compõe, ao nosso ver, a superpopulação relativa em todas as suas formas. Ora flutuante, latente, estagnada e ora lumpemproletariado, tudo depende do contexto de cada trajetória de vida” (TIENGO, 2018, p. 143). Giorgetti (2014, p. 42) também defende que a inclusão automática desse segmento populacional na categoria *lumpen* encobre a “diversidade dessa população”.

De acordo com o Primeiro Censo Amostral e Pesquisa Nacional sobre a PSR⁶ publicado em 2008 percebemos que esse segmento populacional integra a superpopulação estagnada tendo em vista que:

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Dessas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Apenas 15,7% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Contudo, a maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal: apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Essa não é uma situação ocasional. 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada (BRASIL, 2008, p. 10).

Mas também, como demonstra Tiengo (2008, p. 143) a partir da pesquisa realizada por Rosa (2005) através de entrevistas a estas pessoas e levantamento de suas histórias de vida e relações com o trabalho é possível verificar sua inserção enquanto população nas demais formas de superpopulação relativa.

Em síntese, pode-se afirmar, portanto, que mesmo sendo a geração de exércitos de reserva, uma prerrogativa essencial à acumulação de capital, essa superpopulação relativa segue socialmente hostilizada e culpabilizada dada a centralidade moral que o trabalho assume na sociedade capitalista. Especificamente o trabalho alienado e superexplorado capaz de gerar excedentes, ou seja, lucros ao capitalista. Assim, a partir da Revolução Industrial a vida da classe trabalhadora passou a ser organizada em torno do trabalho alienado com a redução significativa do tempo livre, individual e social. E o desemprego passou a ser necessário ao capital corroborando, como vimos, para o surgimento do fenômeno social da população em situação de rua.

2.1 A MORALIZAÇÃO DO TRABALHO: WORKHOUSES E VISITADORES – PERSEGUIR E CASTIGAR

Com a intensificação no número de pessoas pobres, desempregadas e em situação de rua, uma das primeiras ações higienistas na Europa voltadas à “limpeza urbana” foi a chamada Lei dos Pobres na Inglaterra. Esta objetivava acolher aqueles considerados mendigos,

⁶ O Primeiro Censo Amostral e Pesquisa Nacional sobre a PSR no Brasil contribuiu para a formulação de estratégias e políticas específicas voltadas a este segmento populacional dentre as quais, destaca-se a publicação do Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. A pesquisa nacional que resultou no Censo teve como público-alvo pessoas maiores de 18 anos vivendo em situação de rua, abrangeu 71 cidades brasileiras, incluindo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos municípios pesquisados entre os anos de 2007 e 2008.

vagabundos e loucos nas paróquias e reinseri-los no mercado de trabalho. Estes sujeitos eram periodicamente inspecionados, assim como, suas moradias que deveriam atender às regras de higiene. Já aqueles que não tinham moradia eram recolhidos das ruas, pois significava ameaça à saúde e segurança públicas.

Aos médicos urbanistas cabia a missão de criar as teorias normativas dos ideais de saúde coletiva, urbana e individual. Esse intervencionismo nas esferas pública e privada possuía a premissa da recuperação da salubridade perdida com o rápido processo de industrialização na Europa que tornou os espaços doentes. As cidades ideais seriam, segundo esta lógica, limpas física e moralmente, isentas de elementos humanos ou materiais que corrompessem sua integridade. Para construção deste modelo, foram utilizadas uma série de medidas de controle e ordenação de condutas, ações e atitudes humanas.

Com os grandes aglomerados de gente em precárias condições de higiene e salubridade se alastraram comportamentos humanos da pior espécie como crimes, violência, perversão, além de epidemias que levaram a mortes e sequelas de boa parte da população. Isto reforçou o pensamento médico-higienista que influenciou filósofos, urbanistas, e administradores políticos. O ideal de ajustamento social preconizava assim, uma ética moralizante pelo trabalho e vida digna dentro dos padrões ideológicos do capital.

Nesta lógica, em 1730 na Inglaterra foram criadas as workhouses que nada mais eram que prisões, ou melhor, depósitos de gente “[...] onde os menos capazes para o trabalho eram utilizados para fazer vários tipos de produtos (principalmente, fiar)” (FALEIROS, 1991, p. 11). A “solução” para o crescente número de pessoas morando nas ruas da Europa passou a ser a prisão de “vagabundos” sob regime de trabalho obrigatório e medidas disciplinares de ajustamento à nova ordem social. A este respeito Castel (2008, p. 124) afirma que:

Trata-se de uma estrutura administrativo-policia autônoma, com o objetivo especial de submeter os indigentes válidos ao trabalho forçado. Os vagabundos e mendigos presos não dependem mais nem das autoridades hospitalares nem do aparelho da justiça ordinária. São diretamente levados para os depósitos pelas autoridades encarregadas da manutenção da ordem.

A insalubridade e total falta de recursos necessários à vida fazia com que estes depósitos se tornassem verdadeiros morredouros. Para Chalhoub (1986, p. 29) o conceito de trabalho no sistema capitalista assume “[...] uma roupagem dignificadora e civilizadora”. E, se torna um valor absoluto na sociedade cujo fim consiste na obtenção de lucros a partir da expropriação de trabalhador que “[...] assim destituído, deveria prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho” (CHALHOUB, 1986, p. 29).

As workhouses tinham missão moralizadora pelas vias do trabalho, com vistas ao extermínio da vagabundagem e da mendicância através do enclausuramento forçado. Não só aqueles que viviam nas ruas, mas também, os pobres em geral eram constantemente vigiados e punidos. Bresciani (1986, p. 23) destaca o papel do chamado visitador de pobre, que “[...] seja na versão leiga ou na religiosa, chegou até o século XIX com uma personagem estratégica para manter sob vigilância aqueles que dependiam do auxílio da caridade” (BRESCIANI, 1986, p. 23). Segundo Marx (2010, p. 05) “nas workhouses, a assistência é engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o pobre que apela à sua caridade”.

As representações sociais preconceituosas de situação de rua como sinônimo de "vadiagem ", "preguiça ", "promiscuidade ", "classe perigosa " e "imoralidade " foram construções ideológicas capitalistas voltadas ao controle da classe trabalhadora. E versam a incitação de um processo de passividade social, fazendo-se crer que o desemprego e o pauperismo, que podem levar o indivíduo à situação de rua, são falhas morais de caráter. Essa incitação ideológica ao trabalho desprovido de liberdade, criatividade e autonomia muito interessa ao capital que tem na exploração sua fonte inesgotável de lucro.

2.2 O TRABALHO NO CAPITALISMO

O trabalho assume protagonismo no capitalismo, dada a lógica de fundamentação e funcionamento deste sistema. Neste o objetivo consiste na geração de lucros e acumulação de capital aos detentores de poder, esse processo se dá por meio da fórmula: $D - M - D'$ onde o dinheiro [D] é utilizado para produzir uma mercadoria [M], que será vendida em troca de mais dinheiro [D']. Mas como se dá o aumento da produção de valor? Como ocorre a geração de lucro em D'? Justamente através do trabalho não pago ao trabalhador, ou seja, através da extração da mais-valia. Esta consiste no lucro do patrão sobre a exploração da mão de obra do trabalhador e, parte dela é aplicada novamente na produção proporcionando crescimento da riqueza acumulada pelo detentor de capital e ampliação de sua capacidade produtiva.

Nessa lógica, a própria força de trabalho se torna uma mercadoria que terá seu preço estipulado com base na premissa da exploração. Uma vez que, o valor do salário do trabalhador será calculado com base no percentual da parcela de seu trabalho que não será paga. Nestas condições, a mercadoria se dá a partir da soma do capital variável (força de trabalho) e do capital constante (meios de produção), entretanto, o preço da mercadoria é facultado à soma do capital variável com o capital constante e com a mais-valia.

O lucro do capitalista advém da quantidade de trabalho não-pago, ou seja, trabalho excedente realizado pelo proletariado. Este lucro é obtido através da exploração de um conjunto de horas de trabalho superior ao tempo necessário para reprodução de dada mercadoria. Com objetivo de maximizar os lucros, se prorroga a jornada de trabalho e com isso extrai a mais-valia absoluta.

Em outras palavras, o sistema capitalista pressupõe o livre trabalho, ou seja, advoga que o trabalhador é livre para vender no mercado a única coisa que tem: sua força de trabalho. Todavia, ao trocar sua mercadoria (força de trabalho) por um salário, o trabalhador tem um benefício desproporcional. Isso ocorre, porque há larga desigualdade entre os ganhos das duas classes já que a força de trabalho produz muito mais que o necessário, gerando assim, lucro ao capitalista. A essa relação e seus resultados Marx aplica a lei do valor, para explicar “como, sem nenhuma trapaça violenta, o produto do trabalho assalariado se converte por si mesmo num miserável meio de vida para o trabalhador e em riqueza ociosa para o capitalista” (LUXEMBURGO, 2017, p. 21).

O trabalho é categoria central na história da humanidade e, conforme Marx, este consiste em um processo criativo no qual participam o ser humano e a natureza em interação harmônica. Neste processo o ser humano põe em movimento suas forças naturais a fim de transformar a natureza imprimindo-lhe forma útil e necessária à vida humana. Esse trabalho gera valores de uso e é condição de existência humana em qualquer organização social. Os produtos deste são resultado de ações decididas e executadas conscientemente de forma livre pelo ser humano.

Por isso, o trabalho para Marx, é uma dimensão fundamental da vida humana e se materializa a partir de sua interação direta com a natureza que integra a práxis humana e, ao mesmo tempo, é a totalidade concreta. Desse modo, é impossível separá-la do humano, pois este se confronta com a potência natural e age sobre ela se apropriando. A partir dessa ação, modifica a natureza e a si mesmo. Nas palavras de Marx (2013, p. 255) o homem:

A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade (Leiblichkeit): seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Para Marx (2013), natureza e humanidade formam uma unidade dialética, relacional. O fato de o ser humano atuar sobre a natureza faz com que se transforme, não apenas porque a

modifica, mas, essencialmente porque é uma parte dela. Essa transformação se dá através do trabalho consciente, teleológico e orientado a um fim.

Com a incorporação formal do trabalho ao capital, ocorre uma distorção no processo de trabalho e, a esse fenômeno, Marx chama de estranhamento. Esse estranhamento se dá devido a destituição do trabalho de sua potência transformadora e criativa, tornando-o algo alheio, exterior ao trabalhador. No sistema capitalista de produção é inaugurada uma nova relação do homem com o trabalho, o ser humano empregado como proletário deve abandonar suas capacidades teleológicas e tornar-se subordinado à máquina.

As máquinas passam a ditar o ritmo do trabalho e o detentor dos meios de produção é quem determinará o que, e quanto será produzido. Sem ter acesso às decisões e sequer ao resultado final de seu trabalho, o trabalhador se torna estranho a mercadoria que produz e, seu trabalho se torna alienado. Engels (2008, p. 47) destaca que a Revolução Industrial provocou uma transformação dos trabalhadores em simples máquinas “[...] arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma”.

A centralidade do trabalho no sistema capitalista se acentua com a modernização das formas de produção. Nas primeiras décadas do século XX os Estados Unidos da América (EUA) assumiram uma posição central no eixo econômico mundial emergindo ideologicamente no cenário mundial como potência econômica e modelo de liberdade e autonomia. Pautando-se inicialmente no modelo de produção Taylorista os EUA se sobressaiu mundialmente na produção, suas fábricas atuavam sob a lógica da fragmentação do trabalho e controle total sobre cada movimento realizado pelo trabalhador.

Em 1908 o fordismo foi lançado como um desdobramento do taylorismo e, a exploração do trabalho através da mecanização da atividade humana foi intensificada com o acréscimo de novos mecanismos de incitação à produtividade. Dentre os quais destacam-se a introdução de esteiras rolantes que tornaram o trabalho mais dinâmico e a divisão do trabalho em etapas onde cada trabalhador se especializa apenas em determinada função.

O fordismo possuía como pressupostos o barateamento das mercadorias através da produção em massa, a padronização dos produtos e, essencialmente, a exploração máxima da força de trabalho através da organização das linhas de montagem. Essa racionalização do processo de trabalho, trouxe consigo uma irracionalidade básica, ao desvalorizar o ritmo corporal humano robotizando-o, ignorar seus sentimentos, sua imaginação e poder criativo retirava do operário toda iniciativa tornando-o mecanicamente adequado às normas.

Adepto de uma política de boa vizinhança, o modelo fordista prezava pelo apaziguamento de conflitos sociais através da concessão de alguns direitos sociais alinhados ao

sistema de proteção social - Welfare State. Através de uma espécie de negociação entre sindicatos e empresários capitalistas mediada pelo Estado como órgão de garantia de proteção social o fordismo se desenvolveu de forma ilimitada no quesito exploração nos países centrais.

Ao tratar da temática Behring & Boschetti, 2007 e Netto, 2001 apontam que uma característica marcante deste período consistia no alinhamento entre a ampliação da acumulação capitalista e a concessão de determinados benefícios aos trabalhadores. O que foi essencial à consolidação e validação do próprio sistema e ao necessário aumento do poder de consumo da classe trabalhadora que se deslumbrava com a ideia de progresso e civilização proporcionada pelo capital em ascensão.

Contudo, antes mesmo do fim da década de 1960 esse sistema de produção entrou em crise, o que para Antunes (1999) se deu devido ao aumento do preço da força-de-trabalho graças ao sistema de proteção social. A crise se agravou ainda com a alta do petróleo no início da década de 70. E, com o desemprego estrutural que colapsaram o sistema com a baixa no poder de compra da população na contramão da alta produção que não encontrava vazão no mercado.

A derrocada nas taxas de lucro incitou uma nova reestruturação da produção baseada no aumento da exploração do trabalhador e na diminuição dos salários e direitos sociais. De acordo com Netto (2012) a reestruturação teve como base o projeto neoliberal rompendo com o pacto de classes existente até então, cujos conflitos ocasionados pela exploração do trabalhador eram apaziguados pela concessão de uma série de direitos e garantias trabalhistas. Em seu lugar, o capitalismo adotou o regime de acumulação flexível: o toyotismo que agravou ainda mais o pauperismo da classe trabalhadora e conduziu a intensificação do fenômeno população em situação de rua.

A reestruturação desencadeou conflitos sociais que Ianni (2004, p. 17) denomina como uma “guerra civil permanente” intensificada após a Primeira Guerra Mundial e “quebra” da Bolsa de Valores de Nova Iorque, eventos que acarretam impactos mundiais cujas consequências incidiram diretamente sobre a classe trabalhadora.

A crise conduziu a um aumento significativo nas taxas de desemprego nos Estados Unidos e a miséria levou inúmeras pessoas à situação de rua e/ou de pauperismo absoluto, Hobsbawn (1995, p. 105) destaca que entre 1929 e 1931, a produção de automóveis (ramo industrial de grande força na economia norte americana) caiu pela metade.

As consequências da crise Norte Americana produziram um efeito dominó que devastou os empregos em todas as partes do mundo. Na Europa e EUA Hobsbawn (1995, p. 97) afirma que “no pior da Depressão (1932 – 33), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada

menos que 44% da alemã não tinha emprego”. A realidade dos Estados Unidos neste período foi retratada pelo romancista francês Andre Maurois da seguinte maneira:

As ruínas são ainda visíveis e são terrificantes. Logo no porto de Nova York o viajante fica surpreendido, chocado pela calma trágica de um lugar antes o mais ativo do mundo. Há neste momento, nos Estados Unidos, cerca de 14 milhões de desempregados, e, como muitos deles têm família, 20 a 30 milhões de homens e mulheres vivem de esmolas. O espetáculo de uma grande nação da qual 1×4 se encontra reduzido à mendicância produz emoções bem mais fortes do que uma estatística em branco-e-preto (MAUROIS, apud FREITAS, 1978, P. 311).

Para contornar a crise, o então presidente norte-americano Franklin Roosevelt, implantou um conjunto de medidas que ficou conhecido como “New Deal”, baseadas nas propostas de John Keynes, que primavam pelo pleno emprego dos trabalhadores. O Estado passou, desta forma, a intervir diretamente na economia através de concessões de empréstimos, controle dos preços, fixação de salários-mínimos e criação de salários-desemprego, conseguindo controlar relativamente a crise, conforme aponta Iamamoto:

Coube ao Estado viabilizar salários indiretos por meio das políticas sociais públicas, operando uma rede de serviços sociais, que permitisse liberar parte da renda monetária da população para o consumo de massa e conseqüente dinamização da produção econômica. [...] esse padrão de desenvolvimento possibilitou o avanço de certas conquistas no campo do bem-estar social, especialmente nos países de primeiro mundo, por meio do conhecido Welfare State (IAMAMOTO, 2006, p. 30).

Entre os anos de 1945 a 1975 os países desenvolvidos experienciaram então os chamados “30 anos gloriosos” com desenvolvimento da economia e a manutenção das medidas do Welfare State. Entretanto, com a queda nas taxas de lucro, o modelo de produção taylorista-fordista foi substituído pelo toyotismo e a década de 80 foi marcada por uma revolução tecnológica na esfera produtiva com base na microeletrônica nos países de economia central.

Enquanto modelo de produção o toyotismo rompe com a ideia fordista de produção em massa de produtos em série e foca em produzir apenas o que é vendido com vistas a eliminar possíveis desperdícios. Nesse sistema o trabalhador se torna polivalente deixando de ser aquele que executa apenas uma tarefa repetidamente (trabalhador especializado do sistema fordista) e, passa a executar várias tarefas de acordo com a demanda. Além disso, o toyotismo se baseia na perspectiva da terceirização da produção através do emprego de subcontratações, diminuindo assim, os custos trabalhistas para os empresários.

O toyotismo surgiu como modo de produção capaz de satisfazer as exigências do capitalismo mundial, sendo adequado às novas condições de concorrência e de valorização do

capital. E, instaurou uma nova forma de gestão da força de trabalho através de dispositivos e protocolos organizacionais e institucionais, desenvolvendo uma nova hegemonia do capital na produção para a retomada da acumulação capitalista. Todo o processo sócio organizativo deste modelo gira em torno da diminuição de desperdícios de tempo e matéria-prima, e, conseqüente aumento da eficácia e lucratividade do capital. Com isso, são estimuladas a concorrência e competitividade entre os trabalhadores que podem ser facilmente substituídos graças a fragilidade de seus contratos, geralmente terceirizados.

O incentivo à pró-atividade para solução de problemas antes mesmo que estes aconteçam é combustível para que o sujeito possa se destacar perante os demais para assim, alcançar ascensão ou, para simplesmente manter seu posto de trabalho.

O mercado de trabalho cada vez mais se afunila exigindo que o trabalhador se especialize e qualifique, sem que lhe sejam oferecidas condições objetivas para isso. O acesso ao trabalho formal se torna mais elitizado e menos acessível a boa parte da população que não tem meios para se adequar a série de exigências das empresas.

Uma parte desta população passa a integrar o mercado informal de trabalho para manter sua subsistência, em condições precárias trabalham em funções que exigem um nível, de especialização menor como é o caso dos ajudantes de obras da construção civil, dos catadores de material reciclável, vigias de carros em estacionamentos, descarregadores de carga, etc. E, esta parcela da população que, sem acesso a direitos sociais e trabalhistas e, sem garantias de emprego e renda acaba tendo maior propensão à situação de rua.

A substituição do trabalho vivo e a falta de investimentos em políticas sociais transformaram o desemprego em um fenômeno de ordem estrutural. O desemprego, por sua vez, é referenciado pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008, p. 11) como um dos principais motivos pelos quais as pessoas passam a viver e morar nas ruas.

Mészáros (2009, p. 67-68) destaca o surgimento de um “novo padrão de desemprego” gerados pela “[...] substituição do trabalho não-qualificado pelo qualificado”. E, ressalta que até pouco tempo esse desemprego era justificado ideologicamente em nome do futuro brilhante que a modernização proporciona:

Em tais circunstâncias, a miséria necessariamente associada a todos os tipos de desemprego – inclusive aquele produzido no interesse da “modernização” – podia ser capitalisticamente justificado em nome de um brilhante futuro de consumo para todos. Naqueles dias, os milhões de pessoas desafortunadas, patéticas, e “disprivilegiadas”, podiam ser facilmente relegadas à periferia da sociedade. Isoladas como um fenômeno social da “Grande Sociedade” afluente, elas deveriam responsabilizar exclusivamente

a sua própria “inutilidade” (falta de qualificação profissional, preguiça, etc) pelos apuros e resignar-se a consumir os restos do farto banquete neocapitalista... (MÉSZAROS, 2009, p. 68 aspas do autor).

Assim, o agravamento do fenômeno social PSR é um reflexo da reestruturação produtiva que amplia as taxas de desemprego em esfera mundial. Com a intensificação dos níveis de exploração e avanço das estratégias e tecnologias de extração máxima de mais-valia o capitalismo avança adentrando no século XXI impulsionado pela globalização e a internacionalização do capital. Com isso, as empresas transnacionais ganham poder no mundo e se expandem através da inauguração de filiais em países periféricos e semiperiféricos, com os objetivos de explorar os mercados locais e/ou para servir de plataforma de exportação através da exploração da força de trabalho barata e abundante desses países. Sem condições de competir com essas grandes empresas, os capitais nacionais dos países periféricos ficam subordinados a elas.

Ao passo em que exploram os países periféricos as grandes economias mundiais ampliam mais e mais seu poder sobre as diferentes configurações de capitais, capital cultural, tecnológico, financeiro, entre outros. Nesta direção, os países de economia central dispõem dos mais avançados aparatos tecnológicos; da maior concentração de investimentos em pesquisa e desenvolvimento; das vantagens comerciais como, por exemplo, as melhores taxas de juros em seus empréstimos; além do que, a monopolização do capital possibilita o domínio de países menos desenvolvidos, entre outros.

Dessa maneira, os países periféricos e semiperiféricos permanecem dependentes e, em posição desfavorável na concorrência capitalista mundial. Além disso, têm suas economias subordinadas aos ditames de organismos multilaterais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial. Estes são direcionados exclusivamente à proteção da maximização do capital e incentivam as privatizações e a desproteção social sob a prerrogativa do Estado mínimo.

E, como o suporte estatal é pré-requisito para que os capitais locais tenham condições de concorrência mundial, a tendência com a minimização do Estado é a manutenção da desigualdade que impede a ascensão dos países menos desenvolvidos na cadeia de valor. Como consequência tais países permanecem subjugados às grandes economias e presos à condição de subalternidade que repercute em consequências negativas à classe trabalhadora.

Essa nova fase é chamada de era do capitalismo financeiro e é caracterizada pela união entre bancos e grandes empresas capitalistas em prol da maximização de lucros, fazendo surgir as empresas multinacionais e transnacionais, e o fortalecimento de práticas monopolistas. O

mundo se torna globalizado e o neoliberalismo se torna a doutrina predominante. Nas palavras de Ianni (2004, p. 313) o neoliberalismo compreende:

[...] a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, compreendendo a produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade; compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais.

Após a Segunda Guerra Mundial, segundo Valencia (2009, p. 56) [...] “a industrialização e a intervenção estatal provocaram uma diversificação na divisão internacional do trabalho”. Para o autor, essa diversificação consiste na constituição de três tipos distintos de formações econômico-sociais. São elas: as que monopolizaram o desenvolvimento científico, tecnológico e do conhecimento de forma geral; as que são dependentes, ou seja, os países periféricos que centraram seu desenvolvimento na superexploração do trabalho muito mais do que no desenvolvimento da produtividade; e por fim, as que consistem numa combinação das duas primeiras. Sobre estas, Valencia (2009, p. 56) refere que são as que “[...] os organismos financeiros internacionais descreveram como novos países industrializados (NICs).

Esse primeiro núcleo é formado pelos países agrupados no G-7: (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido). O segundo grupo consiste nos países da periferia capitalista, dentre eles os países da América Latina. Estes “[...] se debatem na estagnação, na desindustrialização, na privatização de suas empresas e patrimônios públicos e na desnacionalização” (VALENCIO, 2009, p. 56). Já o grupo dos NICs é composto por países que prosperaram da década de 80 até a crise de 1997, como a China, Coreia, e em menor escala alguns países da Ásia, Índia e América Latina.

O processo de globalização e o liberalismo econômico facilitaram a exploração dos países desenvolvidos que integram o G7 sobre toda a população mundial. Boschetti (2010, p. 64) ressalta que com a globalização, mais do que nunca o poder político e econômico encontra-se concentrado nos países de capitalismo central.

E, dada a posição de dependência na qual se encontram os países de capitalismo periférico, estes devem se adequar aos ditames do capital dos países de economia dominante. Isso implica afirmar que no mundo contemporâneo globalizado, o desenvolvimento social, econômico e político de dada nação não está isolado do restante do mundo. Pois, cada país mantém relações políticas e comerciais constantes com o sistema mundial e, com isso, sofre impactos decisivos (positivos ou negativos) nas respectivas economias internas.

Para Ianni (2004, p. 20) a formação de uma sociedade global corresponde a uma “[...] ‘totalidade’ simultaneamente histórica e teórica, ou seja, uma formação social e uma categoria que adquirem predominância crescente sobre umas e outras formações sociais”. Isto posto, a globalização significa no âmbito capitalista “[...] um novo ciclo de desenvolvimento da revolução burguesa em escala mundial” (IANNI, 2004 p. 21 – grifos do autor). Ainda a respeito da globalização destaca que:

Está em curso o desenvolvimento de um novo ciclo de profundas transformações sociais, compreendendo as “forças produtivas”, isto é, o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e o monopólio da violência; e as “relações de produção”, isto é as instituições jurídico-políticas e econômico-financeiras, os poderes do Estado e das organizações multilaterais, o direito internacional, as instituições relativas à integração regional, a mídia também nacional e transnacional, as redes, teias e sistemas articulando indivíduos, coletividades, povos, nações, corporações e organizações. Tudo isso envolvendo classes sociais e grupos sociais, gêneros e etnias, línguas e religiões (IANNI, 2004 p. 21 – aspas do autor).

Na contemporaneidade, as alterações no capitalismo mundial aprofundaram a precarização e do trabalho, criando, segundo Antunes (2003, p. 184):

[...] “uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada”, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros e etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.

Em consequência vislumbra-se um cenário complexo e contraditório cuja heterogeneidade e fragmentação da classe trabalhadora lado a lado a forte ideologia neoliberal dificulta a identificação enquanto classe e enfraquece as lutas sociais. A ampliação das desigualdades sociais cujas causas centram-se na lógica de acumulação capitalista fundamentada na exploração do trabalhador corroboram para o gradativo agravamento do fenômeno social PSR.

Esse complexo processo de expansão mundial do capitalismo foi apresentado neste estudo com vistas ao estabelecimento de mediações históricas entre a esfera mundial e a realidade brasileira. Nas próximas sessões o enfoque da abordagem será o estudo sobre as especificidades do surgimento e agravamento do fenômeno social PSR no Brasil a partir dos marcos históricos que levam a isto.

2.3 CAPITALISMOS DEPENDENTE E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

A partir das considerações realizadas sobre a lógica capitalista e sobre sua implementação a nível mundial trago inicialmente a reflexão de Dowbor (1982, p. 03) sobre a economia brasileira:

As principais medidas econômicas indispensáveis ao desenvolvimento do Brasil são conhecidas: trata-se, antes de tudo, de reconverter a indústria, a fim de servir às necessidades do povo e não às dos grupos internacionais, e de reconverter a agricultura, para que a terra alimente a população que a habita. Num país onde a agricultura produz para exportar antes de satisfazer as necessidades básicas da população que permanece na miséria e onde a indústria produz para o consumo de luxo antes de produzir o necessário, não há grandes mistérios quanto às medidas econômicas fundamentais necessárias para vencer o subdesenvolvimento.

A grande questão é a aplicação dessas medidas e as relações de poder e embate que pressupõem. Nas palavras de Dowbor (1982, p. 03): “a dificuldade não reside, pois, na ‘descoberta’ de uma política econômica apropriada, mas na sua aplicação. Não se trata de encontrar o caminho, trata-se de abri-lo”. A aplicação conta ainda com outro elemento dificultador central: o fato de o Brasil possuir uma economia de caráter dependente, isto é, estar sujeito “[...] à dominância das determinações capitalistas externas sobre as determinações internas” (DOWBOR, 1982, p. 17).

No Brasil o processo de transição para o sistema capitalista foi totalmente distinto do que se poderia chamar de uma “transição clássica”, onde um movimento de contradição, superação e síntese, forja a relação entre o velho e o novo modo de produção, como o que ocorreu, por exemplo, na Europa Ocidental na transição do feudalismo para o capitalismo. A transição no caso do Brasil, assim como, de boa parte do mundo, foi diretamente afetada pelo colonialismo.

O colonialismo ditou, em cada território dominado, transformações históricas pautadas em uma relação de poder e dominação daqueles que detém o capital comercial sob aqueles cujas riquezas foram expropriadas. Os territórios colonizados foram moldados, ou melhor dizendo, desmedrados pelos desejos de seus colonizadores. Pode-se dizer que os processos de colonização, foram os maiores movimentos de subjugação de uma parte da humanidade por outra, roubando-lhes à força (material e imaterial) sua própria humanidade.

À era das invasões deu início ao processo sócio histórico de colonização que atendia aos interesses comerciais europeus que, na condição de traficantes, usurparam riquezas diversas das colônias (marfim, escravos, especiarias, madeira, entre outros). Os traços da evolução

colonial marcam o Brasil até hoje, desde a formação de nosso povo até a subjugação e dependência a qual estamos historicamente submetidos:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO JR, 2011, p. 25).

O povoamento brasileiro, no século XVI, se iniciou em territórios litorâneos próximos ao oceano Atlântico com as lavouras de cana-de-açúcar e se alastrou de forma brusca e violenta do litoral para o continente com o avanço da mineração e do rebanho e, ainda sob influência das expedições bandeirantes.

A partir do século XIX ocorreu uma forte expansão territorial com a intensificação das produções de algodão e café e, mais tarde, com maior enfoque apenas no café por sua valorização comercial na Europa. E é justamente neste momento do desenvolvimento histórico que o Brasil irá desempenhar o seu papel fundamental no sistema capitalista. Já que ao exportar bens primários, em contrapartida de manufaturas de consumo estabeleceu os marcos formais de sua dependência.

O Brasil e o continente latino-americano como um todo, através da oferta de alimentos e matérias-primas contribuíram para a redução do valor real da força de trabalho, aumentando conseqüentemente, a mais-valia relativa, e ao mesmo tempo, explorando mais o seu trabalhador, com base na mais-valia absoluta. Isso possibilitou o enfoque maior dos países industriais na capacidade produtiva do trabalho em seus países do que na exploração de seus trabalhadores.

Essa direta correlação é destacada por Marini, (2017, p. 47) que afirma que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”. E, sob esta lógica, segundo o autor, o capitalismo latino-americano só tem sentido quando analisado junto aos processos capitalistas a nível mundial. Não é possível, portanto, vislumbrá-lo como um capitalismo atrasado e/ou tardio, já que com o tempo não poderá alcançar o padrão de produção dos países centrais devido a sua condição de dependência tão necessária ao desenvolvimento e acumulação nestes países.

Pode-se afirmar que o capitalismo dependente se inicia nos países da América Latina durante a Revolução Industrial na Europa, na medida em que, ocorre uma reorganização da economia mundial que incita novas formas de articulação das economias periféricas com as centrais. E, nessa articulação, as economias periféricas desempenharam funções essenciais à

criação e desenvolvimento da indústria moderna, como o fornecimento de meios de subsistência aos trabalhadores industriais e população urbana dos países centrais. E ainda, contribuíram gerando a possibilidade de criação de um mercado mundial de matérias-primas com base na exploração de sua força de trabalho.

O cenário brasileiro marcado pelo trabalho escravizado, atenção político/econômica aos interesses das elites nacionais e estrutura capitalista dependente influíram diretamente nas características da PSR que passou a se formar no país ainda no século XIX. É possível afirmar que a PSR surge enquanto um fenômeno social urbano no Brasil pouco antes da instauração do capitalismo no país.

No Brasil, esse segmento populacional assume características específicas devido a formação do capitalismo dependente que se deu sobre a base do regime de trabalho escravizado e da produção escravista. Desde o cultivo da cana de açúcar até as grandes lavouras de café, passando pelas zonas de mineração e pelos grandes latifúndios de criação de gado foram os escravos - indígenas ou negros, nativos ou importados - que compuseram a mão-de-obra necessária para produzir as riquezas escoada para o exterior. E, essa parcela da população foi, após uso desmedido de sua capacidade produtiva, descartada, largada à própria sorte e, junto aos demais segmentos sociais vulneráveis, deu gênese ao fenômeno PSR.

Movida por interesses econômicos de expansão do capitalismo dependente no Brasil a campanha que culminou com a abolição da escravidão em 1888, não trouxe consigo medidas voltadas à integração dos ex-escravizados às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado. Pelo contrário, ocorre um movimento de mão dupla por parte do Estado e, também das instituições privadas e, elites nacionais: desresponsabilização pela readaptação destas pessoas à sociedade e adoção de medidas de punição, perseguição, e/ou prisão pautadas em pressupostos preconceituosos com forte teor racista. Conforme Fernandes (2008, p. 29 e 35):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre [...] em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

A este respeito, Chalhoub (1988, p. 103) é ainda mais incisivo ao afirmar que a classe proprietária sequer acreditava em uma adaptação dos ex-escravizados à sociedade capitalista assalariada. Segundo o autor a visão consensual da elite nacional na segunda metade do século

XIX era a de que “o liberto não tinha hábitos de vida familiar, não se preocupava em acumular bens, era um retardado mental, e apresentava tendência para o ócio”. E justamente, por isso “aparecem como obstáculos ao desenvolvimento” ficando assim “desajustados, em estado de patologia social”.

Esse discurso permeado por um misto de medo e repulsa foi utilizado pelos governos republicanos para justificar medidas truculentas e intolerantes em “nome da higiene, da moral e dos bons costumes, do progresso e da civilização”. Desta forma, “perseguir capoeiras, demolir cortiços e reprimir a vadiagem” eram medidas que equivaliam a amputação de “opções indesejáveis de sobrevivência” (CHALHOUB, 1988, p. 103). Ou seja, um mendigo preto morto equivaleria a um problema a menos para o desenvolvimento do país.

2.4 RACISMO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Conforme destacado, a América-Latina encontra-se nesta posição de dependência, seus países começam a se relacionar com o mercado mundial no século XIX de forma submissa, produzindo e exportando alimentos e matérias-primas e, importando bens industrializados dos países com economias desenvolvidas, a este respeito Osório afirma que:

O simples fato de que as economias desenvolvidas produzam com níveis tecnológicos superiores e com produtividade mais elevadas do que as economias dependentes permitem que se originem modalidades de intercâmbios entre nações onde umas, as dependentes entregam produtos com mais horas de trabalho em troca de produto com menos horas de trabalho (OSÓRIO, 2016, p. 505).

Desta forma, os países desenvolvidos exploram os trabalhadores dos países com economia dependente, o que, por sua vez, leva ao desenvolvimento de umas, e ao empobrecimento e subdesenvolvimento de outras. Isso significa que a superexploração da força de trabalho influencia diretamente na posição econômica, social e política da América-Latina no mundo.

No século XX a América-Latina sofreu os impactos da crise mundial e optou pelo desmonte das empresas públicas, pela precarização e superexploração do trabalho e pela eliminação dos direitos sociais como estratégia de enfrentamento. A este respeito Marini (2000, p. 134) explica que na economia exportadora latino-americana coexiste a tendência a exploração intensa de seus recursos naturais e a destruição de parte de seu capital social, principalmente na indústria. O que significa que, “[...] a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições

para que este a reponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo (MARINI, 2000, p. 134).

Na Europa o capitalismo surge a partir do modelo de acumulação primitiva que é a fase precedente à constituição do modo de produção capitalista em qualquer lugar do mundo. Segundo Gorender (1998, p. 07) a acumulação primitiva ou “originária” pode ser conceituada como: “[...] uma acumulação do capital realizada por meio de mecanismos ainda não essencialmente capitalistas, não se baseando, portanto, na produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho assalariado livre” (GORENDER, 1998, p. 07).

A acumulação primitiva na Europa se deu no bojo do feudalismo, no Brasil nunca houve feudalismo, e a chamada “acumulação originária do capital se processou no âmbito do escravismo colonial e tendo este como a fonte da própria acumulação” (GORENDER, 1998, p. 09). Ou seja, sua gênese se deu ainda na época em que o país foi colônia de Portugal tendo em vista que parte da renda produzida permanecia no Brasil para ser investida na ampliação da produção escravista.

Com a Abolição, a forma de exploração escravista deixou de ser legitimada juridicamente, entretanto, os trabalhadores não pararam de ser explorados, o que ocorreu foi o desenvolvimento de novas formas de exploração da mão de obra. A “libertação” dos trabalhadores permitiu o avanço das relações de produção capitalista no Brasil. O que significa dizer que a extinção do escravismo colonial “[...] retirou o principal obstáculo à expansão das forças produtivas modernas e das relações de produção capitalistas” (GORENDER, 1998, p. 24).

Apesar dos avanços, o modo de produção capitalista não se afirmou de imediato como dominante na economia brasileira, tendo em vista que a indústria ainda representava uma fração pequena do produto nacional. Sendo a agricultura ainda o centro da produção sem grandes transformações após a introdução do trabalho livre onde se “[...] combinavam elementos da economia camponesa com o pagamento de salários de modalidade de pré-capitalista” (GORENDER, 1998, p. 25).

Os ex-escravizados, disputavam postos de trabalho com colonos imigrantes que apesar de não trabalharem sob regime de escravidão eram dependentes de seus senhores. O sistema de colonato, que durou cerca de cem anos no Brasil, não pode, portanto, ser considerado ainda trabalho livre, uma vez que os colonos trocavam sua força de trabalho por terra para própria subsistência e de suas famílias. Os senhores agiam como donos dos colonos, colocando-os em uma espécie de cativeiro, pois consideravam que a partir do pagamento adiantado (a disponibilização da terra) precisavam ter garantias de retorno de seu investimento. Isto se dava

através de um rígido regime de exploração onde os colonos eram obrigados a permanecer nas fazendas e trabalhar apenas para subsistir.

Entretanto, mesmo o acesso as condições precárias de trabalho no colonato eram desiguais e, aos negros, principalmente ex-escravizados restavam apenas oportunidades de inserção laboral em posições ainda mais exploratórias e subjugadas. O que, por sua vez, evidencia a existência de uma forte hierarquia de cunho racista nas políticas de imigração do Império do Brasil. Com intuito de “branquear” o povo brasileiro e, sob a alegação de incitar o progresso a partir do trabalho de imigrantes brancos (considerados mais trabalhadores e capazes) ocorriam hierarquizações com relação aos próprios imigrantes europeus, onde os alemães eram considerados mais eficientes.

O colonato nas fazendas de grandes detentores de capital trabalhava com maquinário e, pautando-se na hierarquia racial governamental e da elite do agronegócio, eram oferecidos os postos de trabalho apenas a europeus, preferencialmente de origem alemã ou italiana e, jamais aos negros. A este respeito Seyferth (1996, p. 47, grifos da autora) afirma que “[...] as chamadas ‘raças inferiores’ foram deixadas à margem de todos os projetos oficiais ou particulares envolvendo imigrantes: ‘agricultura moderna’ era coisa para civilizados brancos”. Assim, “caboclos, negros, mestiços em geral e até imigrantes portugueses eram considerados apenas coadjuvantes do progresso a ser introduzido por uma agricultura racional – serviam para o trabalho pesado de desbravamento e desmatamento” (SEYFERTH, 1996, p. 47).

Fica claro, portanto, que a ideia de progresso e desenvolvimento econômico que orientou as políticas de colonização brasileira foi pautada em pressupostos de inferioridade e hierarquização de natureza racial” (SEYFERTH, 1996, p. 48). E, apontam para uma desigualdade drástica no acesso ao trabalho pela população negra no período do colonato.

Bem (2006, p. 05) ressalta a influência de Silvio Romero sobre o pensamento intelectual neste período, este defendia que o Brasil precisava se integrar à civilização americano-europeia do futuro. No entanto, para alcançar esse objetivo era necessária a superação da inferioridade “racial” acentuada pela miscigenação. Sua teoria, portanto, era de que apenas processo de "branqueamento" da população, corrigiria “[...] a degeneração "racial" que, no seu entender, explicava o atraso do Brasil” (BEM, 2006, p.05).

Esse pensamento racista e discriminatório influenciou diretamente a política de incentivo a imigração europeia para o Brasil. E, com isso, acentuou o preconceito contra os negros que sofriam desvantagens competitivas no mercado de trabalho emergente perante os imigrantes europeus:

A influência de Silvio Romero foi tão grande a ponto de estimular o recrutamento de imigrantes em vários países europeus, dando início a uma nova fase imigratória que somente será interrompida com o processo de nacionalização da mão-de-obra, introduzido por Getúlio Vargas na década de 30 do século XX. As consequências da ideologia do "branqueamento" tornaram-se bastante visíveis a partir do início do século XX, levando ao exercício de práticas assimilacionistas sobre a população afrodescendente, bloqueando o afloramento de uma consciência mais resistente entre esta e contribuindo, ao mesmo tempo, para instituir o mito da democracia "racial" (BEM, 2006, p. 05).

Nesta direção, tem-se que apesar da extinção legal da escravidão e, da instituição do trabalho “livre” não se alteraram os padrões de preconceito racial e a discriminação e desigualdade de condições entre negros e brancos. Além disso, não se alteraram os padrões tradicionalistas de dominação senhorial, onde os negros libertos permaneciam sob julgo dos senhores firmando assim, uma estratificação social e, sobre tudo racial no Brasil.

A estratificação racial pesa sobre os ombros da população negra, colocando-a em pé de desigualdade na sociedade branca, como aponta Fernandes (1972, p. 26) “[...] em termos de condição social do ‘negro’ e do ‘mulato’, a uma condenação à desigualdade social com tudo que ela representa nem mundo histórico construído pelo branco e para o branco”.

Durante o período de escravidão o negro vivia um estado de dependência social, não tinha o direito de fazer escolhas, viver em família e possuir autonomia sobre suas próprias vidas. Para Fernandes (1972, p. 37) após a Abolição, os negros tornam-se párias para a sociedade e, sem nenhum apoio, precisam aprender a se adaptar à sociedade branca mesmo com todos os obstáculos no caminho. A adaptação, no entanto, não significou uma possibilidade de resgate a suas origens para construção de uma vida digna em outro país. Pelo contrário, para ter o direito de participar, mesmo que de forma subalternizada, o negro precisava esquecer-se de quem é, aceitar os padrões sociais e se adequar. Aos que conseguiram era atribuída a imagem do “negro de alma branca” (FERNANDES, 1972. 27).

A total espoliação sofrida pela população negra no período pós Abolição fornece importantes indícios a respeito de como a construção histórica do Brasil desencadeou uma estrutura de desigualdade social em benefício do branco. A concentração racial da renda coloca a população negra em posição desfavorável na sociedade capitalista competitiva. Uma vez que, o negro sai de um regime servil, não recebe nenhuma forma de indenização, apoio e/ou suporte que lhe permitisse competir em uma sociedade que vivia um momento de extremas transformações sociais.

Alforriados os negros segundo Fernandes (1972, p. 62) possuíam algumas “opções”, quais sejam, o retorno as regiões de origem (geralmente áreas rurais ou de comunidades estagnadas economicamente e socialmente no país). Porém, tal solução implicava a submersão

numa economia natural de subsistência” (FERNANDES, 1972, p. 62). A segunda “opção” seria permanecer como trabalhador rural, o que significava competir com os colonos imigrantes em pé de desigualdade e, em troca de baixíssimos salários e péssimas condições de vida.

Havia ainda, a possibilidade de migrar para cidades grandes, em especial neste período, para São Paulo e se amontoar em favelas. Essa opção segundo Fernandes (1972, p. 63) “[...] subentendia o desemprego permanente ou temporário”. Ou ainda, podiam fugir para as cidades pequenas o que Fernandes (1972, p. 67) aponta como sendo uma “opção” tão estagnada quanto voltar aos locais de origem uma vez que “tal solução implicava uma aceitação voluntária de posições desvantajosas, sem esperanças em relação ao futuro”.

Mattos (2004, p. 21) destaca a associação do direito ao voto com o poder aquisitivo, cor da pele e gênero em 1824, e com isso, ressalta a desigualdade social e política pautada em pressupostos racistas. A autora expõe a divisão social após a Abolição onde o homem branco detém privilégios e os negros são relegados a perseguição e a marginalidade:

Pela Constituição de 1824, o voto era masculino e censitário. Masculino porque só os homens votavam. Censitário porque dependia de rendimentos: só podia votar quem tivesse uma renda anual de no mínimo 100 mil-réis; para ser candidato a deputado, era preciso ter uma renda mínima de 400 mil-réis; para candidatar-se a senador, 800 mil-réis. Os libertos (ex-escravos), mesmo tendo renda suficiente, não podiam votar nem ser votados. Portanto, ficavam excluídos da cidadania plena todas as mulheres, muitos homens, os escravos e os libertos. Os libertos tinham dificuldade até mesmo de andar pelas ruas. Viviam sob suspeita de serem escravos fugidos, estando sujeitos a todo tipo de desrespeito até que apresentassem sua carta de alforria (MATTOS, 2004, p. 21).

Essas considerações são relevantes nesta pesquisa, pois, evidenciam os pressupostos históricos da situação de rua no Brasil. Na atualidade, estima-se que 67% da PSR seja negra ou parda (BRASIL, 2009), fato que está diretamente relacionado as condições de desigualdade de oportunidades entre negros e brancos.

A situação de rua no Brasil já era observada antes mesmo da Abolição da escravidão, tendo em vista que muitos dos escravizados que, por motivos de doenças, velhice ou invalidez eram abandonados à própria sorte e passavam a morar nas ruas. E, se torna um problema social em gradativa progressão a partir da Abolição com o crescimento das cidades, os processos migratórios de escravizados alforriados e a não absorção da mão de obra (principalmente negra) pelo capitalismo que dava seus primeiros passos no país.

E, neste sentido, conforme destaca Bursztyń (2003, p. 19) é possível afirmar que “viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do

capitalismo”. Haja vista que, parafraseando o autor, é nas ruas das cidades que estas pessoas desempregadas vindas do interior vão encontrar seu sustento.

Ou seja, neste período, muitos daqueles que “[...] não conseguiram seu espaço privado de moradia e, seu trabalho assalariado em uma fábrica” irão utilizar a rua como local de sobrevivência. Assim, “[...] muitos ofícios eram desempenhados em áreas públicas. E era ali que se expressavam as condições de privação” (BURSZTYN, 2003, p. 19). Nosso objetivo a seguir consiste em aprofundar a reflexão a respeito do período de industrialização brasileira e a formação do fenômeno população em situação de rua no País.

2.5 A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: DESIGUALDADE SOCIAL E PSR

O agravamento do fenômeno social da PSR no Brasil remonta a construção dos centros urbanos no período de industrialização no país. No cenário urbano, industrializado, voltado ao capital e baseado na obtenção de lucros através da mais-valia extraída do trabalho não pago; da divisão social de classes pautada no enriquecimento de uma pequena parcela de indivíduos através do empobrecimento da grande massa populacional; da miséria urbana e do desemprego é, que se dá o surgimento da população em situação de rua enquanto um fenômeno social urbano de grandes proporções tal qual é compreendido na atualidade.

A lavoura cafeeira experimentou no século XIX uma grande expansão concentrando-se no Centro-Sul, essencialmente nos arredores da cidade de São Paulo. Com o mercado de exportação de café em alta foram desenvolvidos meios de transporte mais eficientes como as ferrovias e rodovias, ocorreu uma expansão dos serviços bancários, a instalação de usinas geradoras de energia elétrica, entre outras mudanças que impulsionaram a criação dos centros urbanos.

Com a Proclamação de República em 1889 tem-se o marco da mudança na sociedade brasileira de agro exportadora para urbano-industrial. Com este movimento, foram se formando as primeiras vilas industriais onde o desenvolvimento urbano começou a ter faces capitalistas baseado no regime de trabalho assalariado livre. A expansão cafeeira aliada a posição geográfica estratégica de São Paulo fez com que a cidade se tornasse a mais industrializada do país e, o polo consumidor mais importante do Brasil, tanto pelo número de compradores quanto pela maior variedade de produtos industrializados oferecidos no mercado.

Importante destacar que a industrialização no Brasil teve início com a produção de bens de consumo não duráveis para satisfação das necessidades básicas da população. Apenas na década de 30 é que foram implantadas indústrias de base, principalmente em São Paulo, na

região conhecida como ABCD paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema). Desde o fim da Segunda Guerra Mundial São Paulo se tornou também polo de instalação de transnacionais.

A região Sudeste do Brasil (SP, RJ e MG) se destaca como polo industrial e torna-se comum a migração de pessoas de outras regiões em busca do sonho de liberdade e sucesso alcançados pelo trabalho livre. A este respeito Gorender (1998, p. 39) afirma que: "[...] daí, precisamente, se originou o mito do capitão de indústria imigrante, que chegou ao Brasil com as mãos vazias e, à custa de uma vida a pão e banana alcançou a justa recompensa da riqueza". Muitos trabalhadores do campo migraram para esses centros em busca de trabalho.

Não obstante, o cenário real na segunda metade do século XX mostra-se bastante diverso do sonho idealizado pelos migrantes que, ao chegar nos centros urbanos, especialmente em São Paulo, se depararam com a miséria, o desemprego e o desamparo social. Com salários muito baixos, e jornadas de trabalho de 11 a 12 horas diárias, condições higiênicas e de segurança precárias nas fábricas, além de altos índices de desemprego e subemprego, a realidade nas cidades se mostrava o oposto da ideologia de sucesso e liberdade capitalista.

Percebe-se que tal qual ao que ocorreu na Europa, o movimento de migração do campo para as cidades capitalistas recém-formadas desencadeou no Brasil, uma série de problemas sociais relacionados às bases de sustentação do próprio sistema de produção. Sendo pressupostos do capitalismo a não absorção total do número de trabalhadores disponíveis e, a priorização da economia em detrimento da área social, tem-se a formação de um cenário desfavorável à classe trabalhadora. Que, expropriada de condições mínimas de subsistência é conduzida às regiões periféricas dos centros urbanos e, mesmo, à situação de rua.

Boa parte dessas pessoas expropriadas de condições subsistência eram ex-escravizadas e/ou descendentes de escravizados. De acordo com Fernandes (1972, p. 67):

[...] os problemas dos negros ou mulatos brasileiros são, acima de tudo, um problema gerado pela incapacidade da sociedade nacional de criar rapidamente uma economia capitalista expansiva, capaz de absorver os ex-escravos e os libertos no mercado de mão-de-obra. Em virtude disso, eles foram expulsos para a periferia da ordem social competitiva ou para estruturas semi-coloniais ou colônias herdadas do passado.

Nesta direção, percebe-se que os ex-escravizados sofreram primeiramente com a indigência e a ausência de condições sociais na competição com os imigrantes europeus na corrida por trabalho no campo. Sob a guarida hipócrita da democracia racial foi “permitido” aos negros a “oportunidade” de se igualar aos brancos, no entanto, não lhes foi conferida a menor assistência para que pudesse naquele momento, competir em igualdade de

oportunidades. E, em seguida, sofreram novamente com a falta de oportunidades competitivas no mercado de trabalho assalariado que emergia nos centros urbanos sendo “[...] relegado, como “negro”, à categoria mais baixa “população pobre”, no momento exato em que alguns de seus setores partilhavam das oportunidades franqueadas pelo trabalho livre e pela constituição de uma classe operária assalariada” (FERNANDES, 1972, p. 68).

O fenômeno PSR no Brasil se agrava com a inauguração dos centros urbanos devido à pobreza e falta de condições de vida digna suscitada pela lógica do capital. E, a população negra foi a principal atingida por esta realidade dada a estratificação social no país. O que significa, parafraseando Fernandes (1972, p. 70) que a própria “organização da sociedade impele o negro e o mulato para a pobreza, o desemprego ou o subemprego, e para o ‘trabalho negro’”. E aqui, acrescentamos ainda, para a situação de rua, enquanto a expropriação absoluta de toda possibilidade de dignidade e igualdade de oportunidades.

2.6 BRASIL, CAPITALISMO E PSR NO SÉCULO XX - DE 1929 A 1980

Ao longo do século XX o Brasil sofreu uma série de transformações com a passagem da economia agrário-exportadora para a economia industrial. E, apesar de experienciar um elevado crescimento econômico neste período, preservou profunda desigualdade social entre indivíduos e regiões. Com base nos moldes capitalistas, o direcionamento político do Estado volta-se à proteção dos interesses de detentores de capitais financeiros e de terras, em detrimento do atendimento às necessidades emergentes da classe trabalhadora.

Com a crise de 1929 a economia mundial sofreu alterações e fez com que líderes governamentais dos diferentes países adotem medidas de proteção econômica. O Brasil aderiu a movimentos nacionalistas sendo uma das medidas adotadas a proibição da emigração de estrangeiros para o país. Com a escassez de mão de obra estrangeira iniciou-se um movimento de fluxos migratórios internos, principalmente de trabalhadores nordestinos que migram para a região geoeconômica Centro-Sul do país. Estes trabalhadores são incorporados parcialmente ao proletariado. Esse processo de migração se inicia nos anos 1930 e se intensifica nas décadas de 1950, 60 e 70 com a melhoria dos meios de transporte e, expansão industrial principalmente em São Paulo e, um movimento de forte decadência das lavouras nordestinas devido à concorrência de centros internacionais exportadores.

Apesar das grandes mudanças neste período, concordamos com Gorender (1998) na análise de que não houve uma revolução industrial no Brasil, uma vez que não ocorreram mudanças na estrutura econômica da sociedade e, o controle do poder político nacional não

mudou de classe. Ou seja, o Brasil não seguiu a forma clássica de industrialização, tal qual, os países centrais, mas sim, iniciou sua jornada industrial tardiamente de forma dependente engatinhando pela via colonial conciliando novos e velhos interesses. E, neste sentido, não promoveu rupturas entre o antigo e o novo modo de produção.

Até 1935 o governo Vargas não havia incentivado projetos especiais à industrialização o que gerava confrontos com a burguesia industrial, que o levaram a assumir um Tratado de tarifas privilegiadas. Esse tratado se referia a entrada de produtos manufaturados norte-americanos no mercado brasileiro com vantagens para entrada de café e outros produtos primários brasileiros no mercado norte-americano. Isto fez com que, na década de 1930 a indústria brasileira desse um salto à frente no plano econômico, reforçando a influência política da burguesia industrial. A respeito deste processo Gorender (1998, p. 70) destaca o papel do Estado enquanto agente empresarial da burguesia emergente no Brasil: “[...] a burguesia brasileira nasceu sob a influência do liberalismo e do seu Princípio Fundamental: o da liberdade da iniciativa privada ou da livre empresa”.

Com a concentração de polos industriais a situação social destes locais se agrava paulatinamente com o inchaço das cidades, a degradação dos padrões sociais e ambientais provocando uma gigante deterioração da qualidade de vida. As cidades industriais são vorazes em termos de espaço, em geral, se expandem absorvendo as pequenas cidades ou povoados vizinhos, criando imensas áreas não planejadas. As demandas promovidas pelos imensos aglomerados urbanos aliadas ao desinteresse Estatal no atendimento à questão social são inerentes ao capitalismo. E, desencadeiam problemas sociais em série, tendo em vista, que a necessidade de subsistir da classe trabalhadora não amparada socialmente, a conduz a diferentes estratégias de sobrevivência como as autoconstruções e, em casos extremos, a situação de rua.

Em 1935 também é o ano em que ocorre a chamada Intentona Comunista, uma articulação de caráter revolucionário liderada, entre outros, por Luís Carlos Prestes apoiado por sua companheira Olga Benário. A Intentona é frustrada e, fortemente combatida pelo Estado liberal e Olga acaba cruelmente assassinada em um campo de concentração. Sob alegação de um plano comunista de tomada de poder em 1937, Vargas decreta um golpe de estado e anuncia o que denomina Estado Novo e permanece no poder até 1945. Getúlio Vargas utiliza-se durante o período em que comanda a Presidência de mecanismos de manipulação de massas através da forte censura que oprime as obras artísticas, científicas e midiáticas. E criou em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que além do controle à censura desenvolvia as propagandas de exaltação à imagem do Presidente e apoio ao governo.

Em pesquisa desenvolvida pelo historiador Newton Dângelo a respeito da radiodifusão educativa no Brasil entre as décadas de 1930/40, faz-se possível compreender a visão ideológica liberal transmitida diariamente à população. E, leva-nos a reflexão a respeito da maneira pela qual se dá a construção de princípios moralizantes na sociedade brasileira ligada aos chamados pilares da vida em sociedade calcados sobre os modelos de família e trabalho. Essa discussão nos auxiliará, conseqüentemente, na reflexão a respeito de como se retroalimentam as perspectivas pejorativas com relação à população em situação de rua. E, de que forma a visão ideológica a respeito do indivíduo moralmente distante dos padrões historicamente imbuídos na sociedade perduram ao longo dos séculos e, se fazem presentes até a atualidade.

As propagandas desenvolvidas pela DIP objetivavam, portanto, a promoção do governo Vargas e a geração de um sentimento nacionalista na população ouvinte, levando-se a crer que “andando na linha” cada um contribuiria para o tão almejado progresso na nação. Assim, atribuía-se ao povo a coparticipação no sucesso nacional sob a alegação de que “[...] todos os sujeitos, com funções e atos devidamente ordenados, corroboram para o triunfo do progresso, com o estabelecimento do Estado Novo no século XX” (DÂNGELO, 1998, P. 03).

Alinhado aos interesses liberais e aos Estados Unidos o governo Vargas buscava atender as demandas tanto daqueles setores favoráveis ao alinhamento com Washington quanto daqueles comprometidos com o ideário nacionalista. Para tanto, sua governabilidade dependia do domínio ideológico das massas através da construção de uma esfera de cordialidade do povo perante as espoliações que sofria, desenvolve-se assim, a autoimagem do povo brasileiro como hospitaleiro e pacífico, nas palavras de Dângelo (1998, p. 04):

A paz seria um dos pilares fundadores da nação e a matriz criadora dos demais valores e hábitos junto aos brasileiros, o que explicaria a sua índole pacífica e hospitaleira: "O brasileiro é bom, e o Brasil convidativo". A representação do "Brasil" procura moldá-lo como uma entidade com vida própria, além do bem e do mal, respondendo a um valor de unificação e diluição de antagonismos, sempre que são mencionados episódios com alguma violência. As guerras, os conflitos étnicos e as invasões estrangeiras são vencidas por líderes heroicos, comandando grupos mal equipados, mas superando o inimigo em nome do amor à pátria. A pátria e o sentimento de esforço, doação e colaboração se realizam pela defesa da família em momentos ameaçadores.

Conforme apresenta o autor supracitado, o discurso governamental incita um sentimento de unificação da nação e projeta a ideia de pátria como uma grande família, e, para reiterar tal ordenamento, cria em 1941 o Estatuto da Família. Este visava o incentivo a “[...] proliferação da família por meio do casamento, unindo desse modo os valores cristãos ao controle do Estado sobre a família” (DÂNGELO, 1998, P. 05). Apesar do projeto do Estatuto

da Família não ter sido aprovado, a construção da “família ideal” foi orquestrada pelos diferentes departamentos responsáveis pela “educação” moral das massas.

A moralização dos hábitos e condutas preocupava-se com o combate aos “desvios” e, perseguia fortemente os “desviantes”. A não adequação individual à ordem vigente que prezava pela “harmonização” nacional através do combate aos conflitos, a rebeldia, ao desejo sexual, ao uso de álcool e/ou qualquer vício ou hábito que pudesse de alguma forma prejudicar a produtividade laboral.

É, portanto, de grande interesse econômico à época que a população seja educada à aceitação pacífica das mudanças no mundo do trabalho e, se adequa para que possa ser explorada com máxima potencialidade. Sobre a educação para o trabalho Dângelo (1998, p. 06) refere que “ao lado de "ensinamentos morais e cívicos", de aulas sobre higiene e de combate ao álcool e sobretudo noções técnicas sobre o trabalho”.

Neste período, a perseguição aos considerados “vagabundos” foi intensificada. Teixeira, Salla e Marinho (2016, p. 03) ressaltam “[...] como era elevada a perseguição aos vadios e como dela se ocupava a polícia, chegando a perfazer um total de 2.537 pessoas presas por vadiagem no ano de 1935, o que corresponde uma taxa de 229,2 por 100 mil habitantes”.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração no processo de construção da identidade nacional na Era Vargas diz respeito a prerrogativa da comunhão entre brancos, negros e índios, através da educação moralizadora. Ou seja, a ideia de educação ideológica popular ou, o chamado “fator educativo” visava branquear a sociedade brasileira e, a única forma de adequação dos “não brancos” seria o esquecimento de suas raízes culturais e a aceitação a lógica de trabalho no âmbito do capitalismo:

No Brasil, o "fator educativo" se revelaria como um importante instrumento para simultaneamente diferenciar e absorver negros, índios e mestiços, os quais seriam galgados à civilização apenas quando submetidos ao trabalho industrial, à música comportada e ao se desfazerem de suas identidades linguísticas (DÂNGELO, 1998, P. 06).

Com a renúncia de Vargas em 1945 inicia-se a presidência do General Eurico Gaspar Dutra e, em 1946 foi promulgada nova Constituição que apesar dos avanços que carregava em seu texto deixou ainda, importantes lacunas, principalmente relacionadas ao universo do trabalho. Em 1950 Getúlio Vargas volta a presidência desta vez, através de eleições diretas e, permanece com as tendências nacionalistas recebendo apoio das camadas populares, entretanto, seu mandato acaba tendo fim de forma trágica com seu suicídio em 1954.

No ano seguinte (1955) Juscelino Kubitschek é eleito presidente e seu governo teve como principal característica o chamado desenvolvimentismo, com seu famoso lema 50 anos em 5. A respeito deste período Godoi (2009, p. 01) atenta para o fato de que na década compreendida entre 1954 e 1964, ocorreu a formação de uma classe operária no Brasil devido a ampliação do parque industrial nacional. Essa construção é fruto do projeto de governo de Kubitschek embasado pelo discurso ideológico nacional desenvolvimentista.

Apesar do nacionalismo e do discurso de superação da dependência brasileira, o que se observou foi justamente o contrário. Tendo em vista que “[...] o desenvolvimento urbano-industrial, durante o período de 1954 a 1964, foi financiado economicamente, principalmente, pelo FMI, pelos bancos privados norte-americanos e pelas multinacionais que se instalaram no Brasil” (GODOI, 2009, p. 04).

A ideologia nacional-desenvolvimentista possuía como lema a superação do subdesenvolvimento e, conseqüentemente, da miséria no país e, para tanto, espelhou-se nos modelos dos países de capitalismo central. E, com isso, seguiu à risca os ditames liberais “[...] defendendo não só os interesses econômicos das classes dominantes, especialmente aqueles da burguesia industrial, mas também seus valores”.

A lógica de branqueamento populacional e de superioridade dos povos europeus, principalmente alemães, representados como modelos de desenvolvimento e trabalho permanecia em voga. Essa forma de pensar inspirou ações higienistas de caráter policialesco e repressivo à chamada situação de rua no Brasil, no trecho de O Jornal do Rio de Janeiro de 1960 apresentado a seguir é possível observar esse espelhamento nos modelos europeus. No trecho o redator descreve a fala de um amigo que retornara a pouco da Europa: “- *não vi nas cidades Alemãs que percorri – disse Hélio – um só mendigo, não vi um só esfarrapado. Todos muito bem vestidos, cidades limpas e um povo educadíssimo e trabalhador*”.

O Brasil, no entanto, almeja os resultados, mas em contrapartida, não segue o modelo europeu de proteção social, ao contrário, utiliza mecanismos que só conduzem ao maior empobrecimento da classe trabalhadora. E, quando o país se vê imerso em miséria e vislumbra o conseqüente aumento de pessoas vivendo nas ruas após serem expropriadas de mínimas condições de subsistência, a resposta governamental tende a violência e repressão. As medidas higienistas de recolhimento compulsório de pessoas das ruas passam a ser recorrentes, ao exemplo lê-se no diário: O Jornal do Rio de Janeiro no ano de 1960 uma notícia intitulada “mendigos saem das ruas”:

Salvador: a prefeitura iniciou a retirada dos mendigos das ruas da cidade, os está recolhendo ao serviço de Seleção de Indigentes antigo Albergue de São Miguel. [...] O serviço tem capacidade para 250 inválidos, inclusive 50 mulheres. Segundo autoridade, todo mendigo que for encontrado nas ruas será recolhido àquele Serviço de Seleção recebendo a devida assistência social. O recolhimento é feito pela própria Prefeitura desta capital, com a colaboração da Polícia (O JORNAL DO RIO DE JANEIRO, 1960, P. 04).

A perseguição à PSR se agrava após o Golpe Militar de 1964 quando a repressão a mendicância de torna mais violenta, conforme observado no trecho do jornal Última Hora publicado em 1965 no Rio de Janeiro, logo abaixo da foto de uma senhora idosa em situação de rua enrolada em um cobertor, lê-se o título da notícia: “*Ordem é Varrer Mendigo da Rua*”:

Todos os mendigos que perambulam pela cidade, como a velhinha da foto, cuja “residência” é um portal, deverão ser retirados, até o próximo dia 20, das ruas e praças do Rio, por ordem do governador. A ordem é varrer os mendigos à toque de caixa. Anuncia o Governo do Estado que os pedintes recolhidos serão internados no antigo Albergue da Boa Vontade, hoje João XXIII, para que a Guanabara esteja “limpa” nos festejos do seu IV centenário. Ao mesmo tempo em que o Sr. José Dias Lopes, administrador regional de Copacabana, convoca a Polícia Feminina para ajudar no recolhimento dos mendigos que apareçam no bairro, está sendo concluída a reforma da Delegacia de Repressão à Mendicância, em Higienópolis. Dessa dependência policial, como se recorda, partiram os deserdados da sorte que eram, em seguida, abandonados nas estradas e afogados no rio da Guarda, quando a Delegacia já não comportava novos pedintes (JORNAL ÚLTIMA HORA, 1965, p. 02).

A denúncia apresentada na notícia revela o dramático cenário vivenciado pela PSR no período da Ditadura Militar, sob a lógica da limpeza das cidades muitos que viviam nas ruas foram executados e/ou desapareceram sem explicações. Também a quarta edição do Jornal A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ) traz em 1965 uma nova denúncia a este respeito, sob o título: “*Mendigos Sob Nova Ameaça*”:

Os mendigos da Guanabara estão ameaçados de extermínio, uma vez que o Governador Carlos Lacerda estabeleceu na mensagem orçamentaria para 66, que o recolhimento de mendigos nas ruas do Rio será rotina diária. Felizmente, porém, o trabalho estará a cargo das Secretarias de Serviços Sociais e visa impedir a criação e exploração dos chamados “pontos”. Diz a nota instituída pelo Palácio Guanabara à imprensa que os mendigos recolhidos nas ruas serão submetidos a exame de saúde, abreugrafia e ficha policial, recebendo assistência para se impedir a “configuração da mendicância”. MATA-MENDIGOS⁷ Teme-se, entretanto, que se repita os tristes espetáculos de cadáveres boiando nos rios das proximidades da Guanabara onde

⁷ A "Operação mata-mendigos" compreendeu o extermínio de várias pessoas em situação de rua por agentes ligados ao Serviço de Repressão à Mendicância (SRM) do estado da Guanabara no início da década de 60, durante a gestão de Carlos Frederico Werneck de Lacerda. A denúncia veio à tona através do jornal Última Hora, a partir das acusações feitas por uma mulher em situação de rua que foi vítima da Operação mas conseguiu escapar com vida. O caso culminou na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e na prisão dos envolvidos (ANTONIO, 2020, p. 163).

foram “desaparecidos”, medida que, evidentemente, dá menos trabalho que a falada assistência social (JORNAL A LUTA DEMOCRÁTICA, 1965, p. 02).

Denúncias como esta são encontradas em jornais de diferentes partes do país durante todo o período em que vigora a Ditadura Militar, demonstrando a postura militar no trato à situação. Essas medidas violentas são observadas principalmente nos locais de maior desenvolvimento urbano-industrial no período, quais sejam, São Paulo e Rio de Janeiro.

No contexto histórico da década de 1970 vive-se no Brasil o pleno domínio da classe burguesa que prioriza a obtenção de lucros com base na exploração da força de trabalho, a manutenção da ordem e da moral e a “limpeza” urbana. O Estado se minimiza no âmbito da proteção social e é dominado pela burguesia, conforme Gorender: (1998, p. 80) “[...] nas condições da dominação de classe da burguesia, as empresas estatais constituem uma propriedade coletiva dos capitalistas, entregue ao controle e administração de seu representante concentrado e supremo - o Estado”. Nesta década o país passou também por um momento de extremo inchaço desordenado nos polos industriais, o que levou a um movimento de relativa desconcentração das atividades industriais.

Embora a concentração urbano-industrial ainda permaneça centrada em São Paulo e região, aos poucos, indústrias foram sendo alocadas em outras cidades do país. Esse processo é chamado de “deseconomia de escala” e se dá a partir da sobrecarga de determinados espaços urbanos devido a fatores que tornam inviável a implantação de novas empresas, tais como, a aglomeração não planejada, problemas sociais e de segurança pública, poluição, entre outros.

Esse movimento é incitado ainda, por uma guerra fiscal, na qual diferentes estados e municípios apoiados pelo governo federal visavam atrair novos investidores e impulsionar suas economias. Com o tempo, isso leva a uma alteração nos padrões de migração, principalmente das pessoas do Nordeste brasileiro, que passam a buscar melhores condições de trabalho e vida em outros centros industriais menos sobrecarregados do que São Paulo. A parcial descentralização dos postos de trabalho nesse período colaborou para que a migração de trabalhadores formasse exércitos de reserva em diversas partes do país, descentralizando, conseqüentemente, também a PSR.

Assim, entre os anos 70 e 80 a configuração das migrações (principalmente de trabalhadores da Região Nordeste) passa a ser poli nucleada, ou seja, os movimentos migratórios se direcionam a vários estados brasileiros conforme os ciclos de exploração da terra, de minérios ou outros recursos naturais. Esse movimento colaborou para que o fenômeno PSR se tornasse realidade em diferentes cidades, entretanto, sua maior concentração até a atualidade é nos grandes polos urbanos do país.

Segundo dados do Ipea verificados em Natalino (2016, p. 25) existiam no ano da pesquisa (2016) cerca de 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil, destas, estima-se que “dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes”. Em contrapartida, “estima-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total)”. O que significa, portanto, que a PSR população se concentra nos municípios maiores e mais desenvolvidos.

Com relação à distribuição regional, a região Sudeste apresenta o maior percentual de pessoas vivendo nas ruas (48,89%). Percebe-se que mesmo com o processo de descentralização da migração devido ao inchaço nos centros urbanos nas décadas de 70 e 80, a Região Sudeste permaneceu como polo de maior concentração industrial. E, conseqüentemente, de maior concentração de pessoas em situação de rua. Nas grandes cidades dessa região aparecem explícitas as desigualdades sociais intrínsecas ao modo de produção capitalista a pobreza extrema e o desenvolvimento encontram-se lado a lado no espaço urbano formando um emaranhado complexo e controverso que exprime a lógica do enriquecimento de uma pequena parcela depende do empobrecimento da maior parte da população.

2.7 BRASIL, CAPITALISMO E PSR NO SÉCULO XX - DE 1980 AOS ANOS 2000

A década de 1980 no Brasil foi um período histórico de importantes conquistas sociais, a partir do fim da ditadura militar o processo de redemocratização propiciou um cenário favorável ao surgimento de novas organizações da sociedade civil. Surgiram novos atores nas esferas política e social, através de organização de sindicatos, associações científicas e comunitárias, assim como, novos partidos políticos e organizações governamentais e não governamentais. Entretanto, essas mudanças possuíram caráter reformista e, ao mesmo tempo, o país sofria os impactos negativos do comportamento assumido pela economia nacional e o quadro de desigualdades sociais agravado através do chamado “[...] "milagre econômico brasileiro" (1968-73) e do modelo de desenvolvimento econômico posto em prática nos últimos 25 anos” (SANTAGADA, 1990, p. 121).

No período de despotismo vivenciado antes da década de 80 no Brasil a desigualdade social foi agravada e os direitos sociais foram reduzidos. Desta forma, esse movimento de reforma vivenciado na redemocratização do país, por mais que não colocasse em pauta o ensejo revolucionário possibilitou importantes êxitos. Nas palavras de Draibe (2002, p. 02):

Com efeito, já nos anos 80, uma agenda democrática de reforma social orientou um primeiro movimento de mudanças, sob a dupla chave da democratização das políticas e da melhora da eficácia do gasto social. Ao iniciar-se a democratização do país, o acerto de contas com o autoritarismo supunha um dado reordenamento das políticas sociais que respondesse às demandas da sociedade por maior equidade ou, se se quiser, pelo alargamento da democracia social. Projetada para o sistema de proteção social, tal demanda por redução das desigualdades e afirmação dos direitos sociais adquiriu as concretas conotações de extensão da cobertura dos programas e efetivação do universalismo das políticas. Registrada na nova Constituição de 1988, tal orientação logrou indiscutíveis êxitos ao longo dos anos 90.

Os movimentos sociais, as lutas por melhores condições de vida e trabalho, os movimentos estudantis, feministas, negros, de classes e categorias clamam por direitos sociais no Brasil um “País rico, com sua sociedade pobre”, que “entra na década de 80 submerso em uma crise econômica e social sem precedentes” (SANTAGADA, 1990, p. 123). O crescimento econômico se deu com base na superexploração da força de trabalho sem garantias mínimas de direitos sociais à população trabalhadora. Desta forma, por mais que a indústria tenha se desenvolvido a miséria cresceu em proporções ainda maiores. A este respeito, Santagada (1990, p. 121) afirma que “no caso brasileiro, houve dinamismo econômico, mas sem assegurar os direitos básicos à maioria da população.

As instituições políticas ditas sociais pouco ou quase nada contribuíram para a melhoria da qualidade de vida”. Draibe (2002, p. 01) ressalta que o Brasil apresenta duas grandes marcas da situação social que experimentou no decorrer da segunda metade do século XX: “uma das mais desiguais estruturas sociais dos países de médio e alto desenvolvimento econômico e um sistema de proteção social incompleto, frágil, incapaz de afetar positiva e significativamente os indicadores de desigualdade e exclusão social”.

Ao tratar da temática Castel, (1998, p. 22) reflete que a “década perdida” - como foi denominada a década de 1980 pelos economistas - carregou os efeitos colaterais da intensa industrialização das décadas anteriores. Dentre os quais pode-se citar: a estagnação da atividade econômica; o endividamento dos países periféricos; o aumento das altas taxas de desemprego e da informalidade; a escassez de políticas públicas; a destruição ambiental associada ao crescimento desordenado dos polos industriais e, elevação nos índices de desigualdade social.

Esse contexto no Brasil incitou o surgimento e/ou o fortalecimento de uma série de movimentos sociais em todo o País e, entre diferentes grupos sociais pertencentes à classe trabalhadora. O sociólogo Bem (2006, p. 02) explica que os movimentos sociais atuam como verdadeiros sismógrafos sociais, já que fornecem indicadores a respeito dos problemas, desejos e insatisfações coletivas:

Os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades. Em cada momento histórico, são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais.

Bem (2006, p. 03) ressalta que os movimentos de revoltas populares que emergiram na primeira metade do século XIX foram importantes para a constituição sociopolítica do País. No entanto, seu caráter “[...] pouco organizado [...] facilitava o rápido desmonte de suas bases pelas forças legalistas, que os enquadram como produtos das ações de ‘bárbaros’, ‘assassinos’, ‘selvagens’”. Desse modo, destaca que:

[...] os movimentos sociais do período constituíam motins caóticos, sem uma plataforma político-ideológica bem delineada e giravam em torno da construção de espaços nacionais, diferentemente dos movimentos sociais no século XX, que irão se concentrar em torno das lutas de classes sociais específicas e serão organizados a partir de paradigmas teóricos e político-ideológicos claramente definidos (BEM, 2006, p. 03).

O que diferencia os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 é a emergência de sujeitos sociais e políticos com ações autônomas, conectadas logicamente com o processo histórico marcado pelo regime militar, mas não vinculado a tutela estatal:

Um dos indicadores da novidade dos movimentos dos anos 70 e 80 era que eles surgiram nos locais de moradia e nos locais de trabalho organizados e mobilizados à revelia do Estado e da tutela das instituições e dos correspondentes canais tradicionais de manifestação social e política, como os partidos e os sindicatos. E esse era um dado novo que distinguia os movimentos daqueles anos como "novos movimentos sociais"? Diferenciando-os dos movimentos de antes de 64, cuja característica marcante era a submissão ao controle político das instituições tradicionais (SILVEIRA, 2000, p. 89).

Ademais, Silveira (2000, p. 90) destaca que outro indicador da novidade nos movimentos sociais que emergiram nessas décadas era a organização do “[...] chamado povo simples da periferia”. Esse empoderamento das camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora era algo novo e “[...] correspondia a uma politização da vida social”. Desta forma, vê-se marcada a presença dos setores populares no espaço público como atores políticos, como sujeitos e não apenas como objeto das políticas públicas” (SILVEIRA, 2000, p. 90). Assim, a emergência de movimentos sociais compostos por setores organizados das classes populares as desassocia da condição de incapaz e assistida pelo Estado e lhes confere certa autonomia e voz ativa:

O dado novo aqui é o fato de, em primeiro lugar, questionar a noção de atraso e impotência, de incapacidade de auto-organização que, até então, se imputava às classes populares; em segundo, o fato de desmontar o argumento das elites dominantes que, baseado na falsa afirmação de incapacidade dos setores populares, justificava a necessidade que têm esses setores de ser tutelados pelas elites para a construção democrática. Um argumento autoritário, evidentemente, do qual sempre se valeu a classe dominante brasileira para a manutenção e defesa dos seus interesses, e que, portanto, era plenamente refutado pelos movimentos populares daqueles anos. Nesse sentido, o que se evidenciava era a politização da vida social, pondo em questão o caráter tecnoburocrático da gestão pública realizada nos governos militares (SILVEIRA, 2000, p. 90).

Exemplos de movimentos sociais que emergem das classes populares e, que ganham força neste período no Brasil são o Movimento Nacional de Luta e Defesa dos Direitos da População de Rua e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Tais movimentos sociais são compostos por atores sociais, que vinham se organizando desde os anos 1950 e confluem para lutas em comum.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é composto por trabalhadores do ramo da coleta de resíduos sólidos e luta por direitos e proteção social e pela superação do preconceito sobre a categoria. A partir deste movimento é criada, em 1985, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis em São Paulo, cujas reivindicações versavam lutar “contra a estigmatização do “profissional catador”, do reconhecimento da profissão, direito à Previdência Social e segurança no trabalho” (SILVA, 2006, p. 14).

A partir desta iniciativa, ainda em 1985 os catadores organizados pela Comunidade dos Sofredores de Rua, lançaram mão de novas e mais fortalecidas estratégias de luta marchando “pelas principais ruas de São Paulo, exigindo o direito à circulação de carrinhos no centro da cidade” (SILVA, 2006, p. 14). Entretanto, ressalta Silva (2006, p. 14): [...] somente quatro anos depois dessa primeira conquista é que em maio de 1989, em São Paulo, foi criada a primeira cooperativa de reciclagem do Brasil, a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda. (COOPAMARE). Essas experiências inspiraram a formação de novos movimentos sociais da categoria em diferentes cidades do Brasil ao longo das décadas de 80 e 90. Com destaque a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis (ASMARE) de Belo Horizonte, “[...] uma das maiores cooperativas brasileiras e hoje a única a ter uma usina de reciclagem dirigida pelos próprios catadores” (SILVA, 2006, p. 14).

Em sua pesquisa junto a cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos de São Paulo, Magera (2005), identificou que boa parte dos cooperadores anteriormente encontrava-se

em situação de rua. Conforme aponta a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) a coleta de resíduos sólidos urbanos é a principal atividade laboral desenvolvida entre esse segmento populacional:

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Destas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%) (BRASIL, 2008, p. 12).

Destaca-se, portanto, a mudança na configuração histórica deste período no Brasil e o fortalecimento de movimentos sociais entre as camadas populares, mesmo entre aquelas consideradas pela ideologia dominante como “incapazes” de se organizar. Dentre estes movimentos, certamente o surgimento das cooperativas de catadores de resíduos sólidos, formadas por antigos catadores de lixo em situação de rua, são exemplos de organização e autogestão voltada ao enfrentamento do preconceito e a conquista da cidadania.

As lutas sociais corroboram ainda para o surgimento da Associação Rede Rua nos anos 90, com a proposta de criar uma rede que falasse sobre a vida nas ruas, e, nesta direção, seu primeiro projeto foi o jornal “*O Trecheiro – Notícias do Povo da Rua*”. Na contramão dos jornais que historicamente retrataram a PSR de forma preconceituosa e discriminatória, *O Trecheiro* objetiva denunciar a violência sofrida por esta população. E, ainda, desmistificar o senso comum sobre a PSR mostrando a realidade cotidiana, os medos, anseios, sonhos e toda a objetividade e a subjetividade que permeia a vida dessas pessoas na rua.

Desta forma, percebe-se que todo esse movimento de luta que vem se construindo historicamente culmina em fins da década de 1990 na acentuação da politização em torno da questão da PSR. São realizados fóruns, seminários, encontros e demais espaços específicos para organização deste segmento populacional permitindo-lhes a ampliação de sua autonomia frente a formação de pautas a respeito de suas próprias necessidades, decisões e reivindicações. “Tais processos, por fim, colocam em evidência um crescente reconhecimento destes sujeitos enquanto sujeitos de direitos e protagonistas válidos no que tange à produção sobre o tema” (MELLO, 2016 p.53).

2.8 BRASIL, CAPITALISMO E PSR NO SÉCULO XX

Os movimentos sociais de Catadores de Materiais Recicláveis e da PSR permanecem em luta fervorosa até a atualidade, qualificando seus debates e firmando parcerias na busca por espaços cada vez mais amplos de cidadania. Em 2001 um importante evento foi organizado: o

1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis na cidade de Brasília. Deste resulta a elaboração do documento *Carta de Brasília: Pelo fim dos lixões: reciclagem feita pelos catadores: já!* Esta Carta é um documento extremamente relevante que apresenta ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei voltado à regulamentação da profissão de catador de materiais recicláveis. Ainda, apresenta propostas relativas ao Poder Executivo como por exemplo, a destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

A inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional. A adoção de políticas de subsídios para aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos. A definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva. A garantia de que a política de saneamento tenha caráter de política pública e, ainda, a erradicação dos lixões em todo o país.

Com relação a PSR a *Carta de Brasília: Pelo fim dos lixões: reciclagem feita pelos catadores: já!* Trouxe importantes reivindicações de deram visibilidade nacional às necessidades desta população. Dentre as quais destacam-se o reconhecimento, por parte dos governos, da existência da população de rua, sua inclusão no Censo do IBGE, a criação de políticas específicas e a ruptura com todos os tipos de discriminação. Além da integração plena da População de Rua na política habitacional garantindo-lhes o direito à cidade. A priorização da geração de oportunidades de trabalho e direitos trabalhistas. A promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços. A garantia de acesso à educação. A inclusão dos moradores de rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional. E, a garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde – SUS.

Ainda em 2001 foi realizada a 1ª Marcha Nacional da População de Rua e desde então, os encontros entre os militantes dos diversos estados aumentaram e passaram a ser anuais. Todo esse intenso movimento de lutas corroborou para a ampliação das conquistas sociais da PSR. Dentre estas destaca-se a instituição da Portaria nº 397, em 2002, que coloca a ocupação de Catador de Material Reciclável no Código Brasileiro de Ocupações (SILVA, 2006, p. 17).

Na contramão dos avanços obtidos, no entanto ocorreu inesperadamente em 2004, um acontecimento criminoso bárbaro na cidade de São Paulo que ficou conhecido como a chacina da “Praça da Sé”. Neste episódio lastimável, sete pessoas em situação de rua foram assassinadas e oito ficaram feridas, com isso, a luta do Movimento Nacional de Luta e Defesa dos Direitos da População de Rua se intensifica contra a violência e a discriminação. Em alusão ao terrível

assassinato e a luta incansável desse segmento populacional a data de 19 de agosto passou a representar o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

Outras conquistas da PSR dizem respeito aos avanços nas políticas sociais que compõem o tripé da Seguridade Social no atendimento a esta população. Dentre os quais, pode-se citar a alteração na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 2005, através da Lei nº 65 11.258/05 que determina a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua. Esta determina que cabe ao poder público municipal a tarefa de: “manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões básicos de dignidade e não-violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social” (BRASIL, 2008, p. 06).

Além disso, em 2006 foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) destinado a elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. No mesmo ano é decretada a Portaria nº 381, destinada a assegurar recursos do cofinanciamento federal à oferta de serviços de acolhimento destinados ao atendimento à PSR.

A ausência de dados censitários referente a este segmento populacional, era, no entanto, um obstáculo à concretização das políticas sociais, o que motivou a realização da Primeira Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua em 71 municípios do país. Com base nos resultados obtidos foi instituída a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua em 2008.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua se estrutura em dois eixos principais: o eixo da verticalidade federativa que une as ações municipais, estaduais e federais, que devem trabalhar em complementaridade para atender às demandas da população. E o eixo da interdisciplinaridade e intersetorialidade no atendimento à população em situação de rua (BRASIL, 2008). Além disso, prevê ações estratégicas nas áreas de direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano/habitação, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, cultura e saúde (BRASIL, 2008).

Já no ano de 2009 a Portaria nº 3.305 instituiu o Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua, voltado a proposição de “ações que visem garantir o acesso à atenção à saúde e colaborar com a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de ações programáticas do MS voltadas a esta população” (BRASIL, 2012, p.03). E, entre os anos de 2012 e 2013 outra iniciativa extremamente importante no âmbito do Ministério da Saúde foi a realização dos eventos de “*Capacitação de Lideranças da População em Situação de Rua*”.

Nessas capacitações participaram ativamente cerca de 30 lideranças do Movimento Nacional da População de Rua (MNPSR) em diversos estados. Além de importante espaço de organização e mobilização, o evento trouxe à tona importantes temas através dos debates realizados, como por exemplo, controle social, protagonismo popular, direitos humanos e à saúde e integralidade.

Desde o ano de 2013 o MNPSR ocupa uma vaga no Conselho Nacional de Saúde e a partir de 2014 no Conselho Nacional de Assistência Social. Além das iniciativas do governo federal neste período, uma série de governos municipais criaram espaços de participação social para promover debates e monitorar as políticas públicas para a PSR.

Faz-se importante ressaltar que mesmo face aos avanços obtidos em termos legais, a materialização das políticas sociais sob a forma de serviços capazes de atender de forma integral e efetiva a esta população é um desafio permanente ao Estado. De acordo com Prates et al. (2014, p. 06) um dos principais desafios no que se refere às iniciativas públicas no atendimento a esse segmento populacional diz respeito à complexidade deste fenômeno social, pois exige a articulação de diferentes políticas públicas de Estado.

Adorno (2011, p. 03) também ressalta as dificuldades em termos de intersetorialidade no âmbito das políticas públicas. O alcance da intersetorialidade e da integralidade são, para o autor, os objetivos mais “ambiciosos” da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Adorno (2011, p. 03) destaca ainda os “limites de implementação de uma política pública federal em um país de dimensão continental como o Brasil”. Ou seja, problematiza as dificuldades de implementação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua em um país heterogêneo em termos culturais, sociais e econômicos como o Brasil. Cujas concretizações da Política através de ações, políticas, programas e benefícios sociais pode ou não ocorrer e/ou pode apresentar maior ou menor efetividade em cada região, estado ou município.

Nestas condições, a materialização da Política depende de uma série de variáveis que incluem recursos públicos, vontade política, características da demanda apresentada, capacitação dos profissionais envolvidos, entre outros.

Para Prates, Prates e Machado (2011, p. 210) a implementação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua é um avanço, entretanto, sua materialização na realidade concreta enfrenta um grande desafio: “o enfrentamento de muitas resistências”. Sendo assim, sua materialização não depende apenas da vontade política dos governantes, do investimento de recursos públicos, humanos e financeiros, “[...] mas também do compromisso dos operadores da política na superação de muitos limites, entre os quais se

destacam a desarticulação histórica entre as políticas e a posição caudatária do social em relação ao econômico”. (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 210). Percebe-se que importantes avanços foram conquistados nesse início de século, no entanto, a trajetória de superação do preconceito ainda parece uma longa estrada a seguir.

Ao longo do século XX, o Brasil vivenciou um processo intenso de mudança em sua estrutura social. Para Mondaine (2008, p. 31) o passado colonial do Brasil ainda está presente e “[...] bem saliente, em parte modificado, é certo”, ainda assim, “observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não tomou forma”. Para compreendê-lo é preciso partir do processo histórico que se arrasta até os dias atuais e que influencia o presente, o conforma e integra. “É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe, e subindo até lá, o leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade” (MONDAINE, 2008, p. 32).

O contexto atual é fruto de um processo histórico e sua análise requer o uso da dialética. Desde sua invasão em 1500, a dominação de seu povo indígena, a subordinação e escravização desses povos pelos invasores, seus processos de luta e resistência. À escravização dos negros trazidos da África e comercializados como objetos, subjugados, desrespeitados, agredidos, humana, política e socialmente inferiorizados sob o poder da ideologia de cunho racial. O processo de industrialização e a intencionalidade de modernização pelas vias da exploração, condicionando a classe trabalhadora à pauperização e, conduzindo ao surgimento do fenômeno PSR. Até o desenvolvimento de aprimoramentos no sistema capitalista com consequente aumento nos índices de desigualdades sociais.

Em condições de dependência, o Brasil assume políticas neoliberais e adentra no mundo globalizado de forma subalterna, enforcado em dívidas do capital fantasma. Para Moraes (2005, p. 142) “a valorização ‘fictícia’ do capital comanda esse novo momento, que tem como diretrizes o ‘mercado’ e a ‘globalização’. Talvez seja esse o mote contemporâneo da velha maldição colonial: construir o país é agora globalizá-lo, como já foi no passado civilizá-lo e modernizá-lo”.

Os laços de dependência econômica de países emergentes como o Brasil precisam ser vistos como emaranhados de fatos históricos que se encadeiam desde a colonização da América entre os séculos XVI e XVIII; ao imperialismo na África e na Ásia no século XIX; à implantação de multinacionais nos países periféricos no século XX e os acordos do FMI com os países mais pobres, transformando-os em eternos devedores.

Desde a chamada “Nova República” ao fim do período de ditadura militar, o Brasil passou por uma série de transformações, vivenciando momentos de efervescência nas lutas sociais, conquistas e retrocessos. Adentra ao século XXI sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) sob forte regime de privatizações e, minimização do papel do Estado na área social. Seguidos pelos governos PT de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff até o ano de 2014. E, após um golpe, assumiu o poder seu vice Michel Temer. Atualmente, o país sofre os impactos de um dos momentos mais conturbados de sua história com o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e o desmonte acelerado de políticas e direitos sociais.

De acordo com Moraes (2016, p. 01) “o século XXI tem sido marcado pela renovação nas estratégias de administração dos problemas sociais”. Essa renovação pauta-se em “[...] mecanismos políticos e ideológicos que se desenvolvem por meio das investidas do mercado e criação dos padrões de consumo (multiplicando as possibilidades de acessá-lo) e de políticas sociais”. Pautado nessa lógica, os governos brasileiros passaram a investir em políticas de transferência de renda reduzindo com isso a “desigualdade social à desigualdade de renda”. O poder de consumo retroalimenta a economia, e cria a falsa sensação de liberdade e autonomia na população. Se observa o reflexo de uma tendência de extensão da alienação da produção à esfera do consumo. Ao terem a sensação de prosperidade material, os trabalhadores compartilham do chamado “espírito do capitalismo”, atraídos pelo sonho americano do consumo das novas “necessidades humanas” criadas pelo capital.

Ao Estado no século XXI compete a missão de “[...] criar condições e induzir indivíduos e famílias para o consumo de serviços disponibilizados por empresas privadas e instituições públicas não estatais” (MORAES, 2016, p. 01). Desta forma, complementa o autor, os governos desde os anos 2000 “[...] tem respondido às dificuldades de acumulação do capital no contexto de crise por meio de estímulos ao investimento privado via expansão do crédito e redução dos custos tributários para o setor privado, entre outros”. O mascaramento das desigualdades sociais no Brasil só a faz estender-se a proporções cada vez maiores, criando a falsa sensação de poder aquisitivo e inclusão social pelas vias do mercado. Essa situação é agravada pelos recentes desmontes nas legislações trabalhistas a partir do movimento de contrarreforma expressa sob os retrocessos na regulação social do trabalho. Neste início de século XXI o Brasil vem experienciando um novo padrão de exploração à classe trabalhadora com a desregulamentação e flexibilização das políticas sociais e trabalhistas.

A terceirização e flexibilização do trabalho intensificada drasticamente a partir do governo Temer sobretudo a partir da aprovação da “Reforma Trabalhista”, por meio da Lei 13.467/2017, conduziu ao desmonte de uma série de direitos trabalhistas arduamente batalhados

pela classe trabalhadora. Com isso, emergiram novas modalidades de exploração da força de trabalho como o chamado “uberismo” que distancia os trabalhadores dos direitos sociais e trabalhistas.

O desmonte acelerado dos direitos da classe trabalhadora no governo Bolsonaro seguindo uma lógica ultraliberal extingue o Ministério do Trabalho, e estabelece a Medida Provisória (MP) nº 905/2019, chamada de Programa Verde e Amarelo com vistas ao aprofundamento da Reforma Trabalhista. Tais medidas, aliadas aos desmontes promovidos em todas as demais políticas sociais conduz a classe trabalhadora brasileira a um risco social gigantesco. Sob pretextos de criação de novos postos de trabalho e superação de modelos ditos “atrasados” de regulamentação trabalhista como a CLT e, a “libertação” dos trabalhadores que se tornaram “empreendedores de si mesmos” as investidas neoliberais mais recentes alavancaram um processo de desregulamentação generalizada nas relações de trabalho.

Ao passo do cenário nacional de crescente desemprego, subemprego, terceirização, desmonte das políticas sociais e trabalhistas tem-se o conseqüente aumento da pauperização, agravamento da chamada questão social, e inevitavelmente todo esse quadro se reflete no fenômeno PSR.

A miséria e a violência transformam a cidade, a degradação nas condições de vida da população a leva a situações limite, inúmeras estratégias de sobrevivência são elaboradas diariamente pelos trabalhadores desamparados pelo Estado. Subsistir no contexto urbano é desafiador, as cidades modernas refletem o ideário capitalista, o consumo as movimenta e o individualismo leva a chamada solidão acompanhada onde cada um, é apenas mais um em meio à multidão.

Neste contexto, conforme constatou Melo (2016b, p. 13): “*a vida nas ruas já não é mais como antes*”. Partindo do relato de integrantes do MNPSR que experienciaram a vida nas ruas antes e depois do início do século XXI, constata que a expansão do mundo do crime levou a uma nova modalidade de empregabilidade. E, assim como o mercado de trabalho convencional, o trabalho no chamado mundo do crime também descarta seus trabalhadores, por vezes, os expulsando de seu convívio social e/ou familiar nas favelas ou comunidades em que moram. Esses trabalhadores rejeitados pelo mundo do crime “[...] vem esgarçando cada vez mais as condições de possibilidades de início da vida na rua para cada vez mais pessoas.

O aumento da criminalidade associado ao comércio e uso de drogas nas ruas e periferias dos grandes centros urbanos relaciona-se, portanto, à situação de rua, sobretudo na sociedade capitalista. De acordo com Rocha (2013, p. 03) “a droga como produto desenvolve um papel social e cultural na história da humanidade”, entretanto, na sociedade burguesa, ela

adquire novas significações “[...] transformando-se em droga-mercadoria, passando a ter, portanto, valor de troca”. Nesta direção, as drogas “[...] são mercantilizadas, produzidas e distribuídas a partir das relações estabelecidas no modo de produção capitalista”. O comércio da droga-mercadoria se torna para muitos uma estratégia de subsistência, um trabalho por vezes lucrativo e atrativo. Com o desemprego em crescente ascensão, as dificuldades de acesso à educação e a boas condições de trabalho, por vezes, jovens das periferias são atraídos para o “mercado do crime”.

Ao tratar da temática relacionando-a com o fenômeno social PSR, Melo (2016b, p. 29) destaca seu papel nas transformações no perfil da população de rua nos últimos anos. O autor atenta ao fato de que a situação de rua se encontra na atualidade “[...] articulada ao consumo de crack e radicalizada diante das consequências do conjunto de regras do mundo do crime, que produz deslocamento compulsório das periferias urbanas para outros territórios da cidade”. Ademais, Melo (2016b, p. 29) apresenta uma nova característica deste segmento populacional a partir dos anos 2000, qual seja, a “situação de rua” de pessoas jovens que foram expulsas não do mercado de trabalho formal, mas sim, do informal e ilícito da comercialização e/ou consumo de drogas como o crack:

[...] a partir dos anos 2000, com o fenômeno aqui referido como expansão do mundo do crime, a rua torna-se realidade também para pessoas que nem mesmo chegaram a passar por uma socialização através do trabalho lícito. Pessoas que, ainda jovens, foram absorvidas pelos postos de trabalho no mercado ilícito de entorpecentes no varejo e que foram refugadas desse mesmo mercado. Ou ainda, que foram compulsoriamente isoladas de suas possibilidades de reprodução social nos territórios de favela, de suas unidades domiciliares de origem, em virtude do consumo de crack (MELO, 2016b, p. 29).

Adorno e Raup (2011, p. 54) também atentam que desde o século XX até a atualidade vem sendo moldado um cenário histórico no qual o consumo de drogas “[...] passou a ser ditado predominantemente pela lógica do mercado”. Os autores chamam atenção ainda aos processos de estigmatização dos usuários de drogas ilícitas, através de seu enquadramento como marginais e/ou doentes. O crack alterou significativamente o chamado “mercado das drogas”, desde sua chegada ao Brasil em meados de 1988, seu uso perpassa diferentes classes sociais, entretanto, por seu baixo custo foi bastante difundido entre as pessoas em situação de rua. Conforme Adorno e Raup (2011, p. 55; 56): “embora nem todas as pessoas em situação de rua usem crack, o fato de ser aparentemente barato colaborou para torná-lo popular entre estas, expondo pessoas que já sofrem cotidianamente com a exclusão a uma exploração comercial cruel”. Os autores destacam outra perspectiva para além da incidência de jovens em situação

de rua a partir da expulsão do “mercado do crime”, que remete à própria dinâmica ideológica presente na sociedade capitalista que forma “[...] um processo opressivo esmagador” (ADORNO; RAUP, 2011, p. 64).

A busca pelo crack se constitui, sob esta perspectiva, como um meio de prazer e rompimento com a opressão e violência, em geral, essa busca conduz ao abandono do “convencional”. Sendo assim, por vezes o crack pode conduzir à situação de rua e/ou, ser utilizado como mecanismo de sobrevivência nela, tendo em vista que conforme destacam Cruz, Vargens e Ramôa (2011, p. 02) “[...] o uso de crack pode diminuir temporariamente a necessidade de comer e dormir”. O consumo da droga se torna dessa forma, um novo objetivo de vida ao sujeito expropriado de condições de subsistência e oprimido pelo sistema que o esmaga:

Nesse contexto, o abuso de crack é compreendido como um artifício capaz de transformar uma vida marcada pela falta, discriminação e ausência de perspectivas em uma busca constante por prazer, focada no presente, a qual preenche a existência com um objetivo concreto e factível: obter mais e mais crack (ADORNO; RAUP, 2011, p. 64).

Usar a droga como comprador ou como vendedor/trabalhador do chamado “mundo do crime” aloca a droga no universo do consumo enquanto reflexo das relações capitalistas que se instauram em todas as dimensões da vida humana. Cidadania é, nestes termos, possibilidade de consumo e o crack nesse cenário é a droga passível de consumo entre as classes mais pobres. O crack é, portanto, a droga demonizada socialmente, a droga do crime, da miséria, da rua. E, seu usuário, perante o senso comum “perde a humanidade”, relegando a PSR a uma nova esfera de discriminação, presumidamente usuária de crack pelo senso comum e considerada ainda mais perigosa.

As pessoas que estão em situação de rua, sob esta perspectiva, são tidas como inimigas públicas, pois, de forma generalizada são associadas ao crime, ao risco para a sociedade e a sujeira e doença. Esse medo é diariamente incentivado pela grande imprensa permeada pela ideologia neoliberal e legítima perante a sociedade ações higienistas e desumanas do Estado.

Percebe-se que desde a gênese do fenômeno PSR no Brasil até a atualidade esse segmento populacional sofreu [e ainda sofre] inúmeras formas de violência e preconceito que objetivam inferiorizá-lo e calar suas possibilidades de mobilização em prol de direitos sociais. Com intuito de melhor compreender essa situação nos capítulos subsequentes apresentamos um apanhado geral sobre os conceitos de estigma, preconceito e estereótipo, bem como, o papel da imprensa na propagação destes. Ademais, analisamos as representações sociais preconceituosas

sobre essa população ao longo da história do Brasil com intuito de identificar as bases da formação do preconceito contra essas pessoas na atualidade.

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS SOBRE A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA

“O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam tantos silêncios para romper!” (LORDE, 2019, p. 25).

Este capítulo propõe à discussão sobre o preconceito, apontado como um dos principais limites ao acesso da PSR aos serviços voltados à implementação das políticas sociais (FRAGA, 2015). O preconceito desencadeia o sentimento de vergonha e/ou constrangimento que inibe a pessoa em situação de rua de procurar atendimento nos serviços públicos. A procura pelos serviços implica necessariamente em humilhação devido aos julgamentos de ordem moral e normativa através de olhares, ações e palavras.

De mais a mais, o preconceito leva a atitudes excludentes e ações concretas de expulsão da pessoa em situação de rua de espaços e serviços. A distorção ideológica imposta pelo sistema capitalista leva a crer na culpa da vítima e, essa culpa assim como a representação social estigmatizada são interiorizadas pela própria PSR.

Quando questionamos as pessoas em situação de rua sobre o acesso aos serviços de saúde⁸, todos narraram tranquilamente as formas pelas quais buscavam atendimento, seja a pé, de ônibus ou de ambulância. Todos mencionaram quais serviços costumam procurar e porquê, bem como, quais situações tornavam essa procura necessária. Até este ponto, as entrevistas transcorreram de forma “leve”, através de um diálogo fluente com direito a risos, piadas e contação de “causos”.

No entanto, nos momentos em que os entrevistados contavam a respeito de suas famílias e motivos pelos quais saíram de suas casas, percebeu-se uma alteração no padrão das entrevistas. Surgiram mudanças claras na entonação de voz, expressões corporais e faciais e olhares que pareciam vagar por entre as lembranças de um passado distante para alguns e recente para outros. “Os sentimentos, nesses momentos das entrevistas se fizeram transparecer – solidão, angústia, medo, tristeza, saudade e o que pareceu mais intenso: culpa, muita culpa”.

⁸ Baseado na pesquisa de Fraga (2015).

Esse intenso sentimento de culpa foi mencionado por todos os entrevistados (FRAGA, 2015, p. 156).

Tanto quanto os sentimentos de culpa e auto responsabilização surgiram nas falas dos entrevistados a dicotomia entre preconceito e merecimento. Já que, mesmo reconhecendo o preconceito sofrido como injusto, em certos momentos da entrevista, de uma forma ou de outra, “todos apresentaram falas que remetiam a justificativa do preconceito e, a auto culpabilização por este” (FRAGA, 2015, p. 156). As representações sociais sobre a PSR incutidas no imaginário social são absorvidas até mesmo pelo próprio segmento e, isso causa um enorme prejuízo em termos de luta e enfrentamento social, pois desmobiliza e descaracteriza essas pessoas através de uma ultra generalização preconceituosa.

Assim, aproximando-nos da leitura de Giorgetti (2014, p. 62) sobre esta questão utilizaremos a expressão “representação social preconceituosa” contra a PSR. Já que o preconceito “[...] por constituir uma modalidade das representações, pode se apresentar como algo ‘ideologicamente legitimado’, ‘visto como natural’ e institucionalizado” e, nestas condições, é algo “que expressa, na verdade, o complicado jogo de poder e os conflitos de interesse presentes na sociedade” (GIORGETTI, 2014, p. 63). Para a autora, o aumento no número de pessoas morando nas ruas e, sua consequente visibilidade operou transformações no sistema de pensamento das sociedades levando-as à elaboração de diversos tipos de representação. Tais representações são dadas por uma necessidade - sentida pelos indivíduos do meio urbano - de classificar e denominar as “figuras estranhas e ameaçadoras” e têm forte caráter ideológico no âmbito da sociedade capitalista (GIORGETTI, 2014, p. 61).

Assim como na pesquisa de Fraga (2015), Giorgetti (2014) constatou que ocorrem limites ao acesso deste segmento populacional aos serviços de saúde sendo estes diretamente associados ao modo como os/as médicos/as, em especial, concebem essas pessoas.

A ideia de que a representação social preconceituosa impõe limites ao acesso a direitos, serviços e políticas sociais também é destacada por Almeida (2011) que atenta a objetificação e/ou desumanização da PSR através de representações destas pessoas como bêbadas, criminosas, sujas, drogadas e doentes mentais. Segundo o autor, “na condição de sub-humano, o morador de rua é destituído dos elementos básicos para viver a cidadania. Perde seus direitos sociais e a própria dignidade” (ALMEIDA, 2011, p. 77).

Consideração semelhante é apresentada por Resende (2015) que denuncia a destituição de direitos e naturalização das desigualdades sociais através de representações sociais de cunho pejorativo e preconceituoso da PSR, minando assim suas “possibilidades de articulação e resistência” (RESENDE, 2015, p. 124). Já Resende e Mendonça (2019) atentam a representação

social da PSR disseminada pela mídia como capaz de corroborar para a “reprodução da imagem negativa das pessoas em situação de rua, para o agravamento do preconceito e do quadro de violação de seus direitos sociais” (RESENDE; MENDONÇA, 2019, p. 26).

Para a compreensão sobre representações sociais partimos da perspectiva de Moscovici (2003, p. 209) que as entende enquanto “[...] uma série de proposições que possibilita que coisas ou pessoas sejam classificadas, que seus caracteres sejam descritos, seus sentimentos e ações sejam explicados e assim por diante”. Desta forma, tem-se que as representações sociais advêm de processos cognitivos de onde derivam imagens, teorias, suposições, impressões e conceitos que se organizam enquanto uma espécie de “[...] rede de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente” (MOSCOVICI, 2003, p. 210). E, como tal, são carregadas de intencionalidade e direcionamento político-ideológico respondendo aos interesses dos sujeitos que a constroem e disseminam.

Segundo Guareschi (2010, p. 78, *grifos do autor*) “a teoria das representações sociais compreende os saberes *na* e pela *vida* cotidiana”. Para o autor ao refletirmos a respeito da maneira como pensamos, falamos e agimos perceberemos que “os seres humanos todos representam”. Por conseguinte, toda representação é social e seu status “é ao mesmo tempo, epistêmico, social e pessoal, e a análise dessas três dimensões pode explicar por que as representações não são uma cópia do mundo lá fora, mas uma construção simbólica dele” (GUARESCHI, 2010, p. 79).

As representações sociais estão diretamente relacionadas à vida material, elas se associam com interesses materiais concretos e, portanto, tem intencionalidade. Ainda de acordo com Guareschi (2010, p. 79): “a materialidade da vida é intrínseca às representações sociais”. Ou “em outras palavras, como diria Karl Marx (2002), são as condições materiais da vida que determinam a consciência e há uma relação dialética entre as necessidades materiais e as ideias dos homens” (GUARECHI, 2010, p.80).

No âmbito da sociedade capitalista pode-se afirmar que:

As representações, enquanto componente estrutural da ideologia dominante, participam organicamente dos mecanismos de construção e reconstrução de concepções e práticas que sustentam os projetos dos dominadores (dos ricos, pois é assim que os trabalhadores melhor definem as mulheres e homens burgueses). Como parte da realidade e inseparável dela, as representações articulam-se no todo social para justificar projetos e aliciar possíveis sujeitos dissonantes dos interesses hegemônicos. As representações em torno do trabalho, dos trabalhadores e dos não trabalhadores, participaram e participam da história brasileira como componentes ideológicos para a manutenção da dicotomização dos que trabalham e dos que “não-trabalham”, dos responsáveis pela riqueza colonial e nacional e dos “vadios irresponsáveis” (GOETTERT, 2002, p. 102).

Nesta direção, concordamos com Mattos e Ferreira (2004, p. 02) que consideram que historicamente “[...] as representações sociais sobre as pessoas em situação de rua reforçam a construção de identidades articuladas com valores negativamente afirmados”. Segundo este ponto de vista elas podem ser consideradas ideológicas. E, concordamos também que estas “[...] mesmas representações contêm em si o germe de sua superação, podendo servir como referências para o ingresso das pessoas em situação de rua no campo da reivindicação pelos seus direitos, constituindo, por conseguinte, identidades mais críticas e autônomas”.

Isto situa e justifica esta pesquisa no campo da intenção de desvelamento e ruptura com os enquadramentos classificatórios da PSR que surgiram a partir da construção histórica de representações sociais preconceituosas. É preciso refletir criticamente e utilizar a história como ferramenta de transformação evidenciando processos de violência e dominação.

3.1 ESTIGMA, ESTEREÓTIPO E PRECONCEITO E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DA PSR.

A maneira pela qual a população em situação de rua é representada lhe confere uma identidade social que, tem como base condições objetivas historicamente construídas e, subjetivamente apropriadas inclusive pela própria PSR. A identidade resulta de um processo de identificação que sempre parte de uma relação entre indivíduos em sociedade. Nas palavras de Berger e Luckmann (1985, p. 173), “estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade”. Essa interação social baliza a construção da identidade e sempre está condicionada a relações de poder e dominação, expressas sob a forma de preconceitos, expectativas comportamentais, estigmas, estereótipos e/ou julgamentos de ordem moral.

A construção da identidade social está relacionada à totalidade das relações, os sujeitos, portanto, também participam dessa construção, não apenas assumem identidades que lhe são atribuídas socialmente. Todavia, não se pode afirmar que sua construção é racionalizada e/ou escolhida pelo indivíduo pois, a identidade “é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 230).

A PSR conforme a Política Nacional para Inclusão Social é “grupo populacional heterogêneo”, que apesar de ter características comuns (extrema pobreza, rompimento de vínculos familiares, ausência de moradia regular, etc.) nem todos esmolam, dormem nas ruas, trabalham, têm vínculos familiares rompidos, etc. Isso significa refletir que seus atos, ações, histórias de vida e hábitos, não são homogêneos, assim, sua identidade é definida por

determinadas ultra generalizações que, em boa medida, podem realmente não definir esse segmento.

O que está em jogo não são os atos, nem mesmo os indivíduos e suas características pessoais, mas sim, os determinantes e as representações sociais e/ou atribuições simbólicas que lhe são imputadas. A pessoa em situação de rua é associada à criminalidade, violência, desordem, sujeira e aos atos desviantes. Dessa forma, sua “identidade social” é estigmatizada, rotulada e utilizada como justificativa para ações preconceituosas e até mesmo para atos violentos. Todo aquele que “foge” ao modelo humano interessante para manutenção do poder da classe dominante é considerado desviante e nocivo. A essas pessoas são atribuídos estigmas e, sua identidade social é perpassada por uma imagem negativa deteriorando-a. Suas qualidades e atributos humanos e sociais são destruídos e seus desvios são enfatizados em um processo contínuo que confere ao/a desviante uma identidade social deteriorada.

O conceito de “identidades sociais” foi estudado por Goffman (1988, p. 24) que as destaca enquanto um conjunto de atributos conferidos ao indivíduo ou a grupos sociais. Dentre esses atributos encontram-se os estigmas que são marcas e/ou símbolos que diferenciam determinadas pessoas tornando-as "anormais" perante a sociedade. Aquele que foge ao "normal" passa a ser estigmatizado, é tido como estranho e a ele, são atribuídas características inferiores pois "[...] deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída" (GOFFMAN, 1980, p. 12).

Na perspectiva de Goffman (1980) a sociedade participa ativamente do processo de formação do estigma a partir da categorização sistemática que elenca atributos considerados comuns ou naturais aos membros que a integram. Aos "normais" cabe explicar o porquê determinada pessoa ou grupo social é inferior, cabe ainda, exercer controle sobre eles para assim, estabelecer medidas de segurança sobre o "perigo" que representam. Para isso, pressupõe a ruptura com a identidade da pessoa/grupo estigmatizado, ou seja, o conjunto de atributos pessoais é substituído por uma identidade virtual constituída por condições de inferioridade, traços animais e comportamentos não-humanos baseados em uma imagem daquilo que ela “aparenta ser”. “O termo Estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo “construído em relação ao indivíduo estigmatizado” (GOFFMAN, 1980, p. 13).

Para Johnson, (1997, p. 94) “o estigma é um rótulo social negativo que identifica pessoas como desviantes, não porque seu comportamento viole normas, mas porque elas têm características pessoais ou sociais que levam outras pessoas a excluí-las”. Essa perspectiva se situa no âmbito da teoria das rotulações que pressupõe que aparências e comportamentos que

fogem ao “normal” são considerados desvios. Assim, a sociedade tenderá a rotular os transgressores como desviantes e reagir com alguma forma de punição. Dependendo de que tipo de norma é violada, o castigo pode assumir diferentes formas, de leve reprimenda a isolamento social. No afã de enfrentar a punição os transgressores por vezes assumem a rotulação que lhes foi conferida.

Desvio é, portanto, qualquer comportamento ou aparência que violam uma norma e, as normativas no âmbito da sociedade capitalista estão diretamente relacionadas ao trabalho enquanto fonte de extração de mais-valia. Conseqüentemente, lucro e acumulação de capital dependem do estabelecimento de normas aos trabalhadores e punição àqueles que desviam da lógica do capital e, com isso, atentam contra a produção da riqueza a ser expropriada.

O ser humano desviante e/ou estigmatizado não será considerado cidadão no capitalismo, uma vez que, ser cidadão pressupõe a obediência as regras e normativas. O ser humano membro da sociedade burguesa deve integrar a esfera do mercado e sua liberdade é apartada da condição humana e vinculada a propriedade. A concepção de liberdade cuja relação de alteridade já nasce abortada no capitalismo pressupõe que o outro é um limite e, desta ideia nascem os processos punitivos. As normas e limites são introduzidos na sociedade com o intuito de assegurar a propriedade e a apropriação da força de trabalho.

A pessoa que está em situação de rua perde a liberdade – segundo a lógica do capital – e perde também o status de cidadão. É estigmatizado por seus atos desviantes e sofre as consequências punitivas e responsabilizações por suas “escolhas” dentre alternativas absolutamente inexistentes. Conforme Goffman, (1980, p. 139) “o simples desejo de permanecer fiel à norma – a simples boa vontade – não é o bastante, porque em muitos casos o indivíduo não tem controle imediato sobre o nível em que apoia a norma. Ou seja, “essa é uma questão da condição do indivíduo, e não de sua vontade.”

Desta maneira, a maior parte das pessoas é desqualificada pelas normas já que estas pressupõem um tipo ideal, a este respeito Goffman (1980, p. 139) dá o exemplo das normas norte-americanas:

Por exemplo, num sentido importante há só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes.

As normas sociais voltam-se a enumeração de características desejáveis do trabalhador ideal, livre de vícios, respeitoso aos ditames morais, suscetível a obediência a hierarquias e

comandos e preocupado em demasia com o consumo que alimente uma boa imagem perante a sociedade. Os comportamentos desviantes são, em contrapartida, severamente julgados e devidamente penalizados:

São os desviantes sociais as prostitutas, os viciados em drogas, os delinquentes, os criminosos, os músicos de jazz, os boêmios, os ciganos, os parasitas, os vagabundos, os gigolôs, os artistas de show, os jogadores, os malandros das praias, os homossexuais e o mendigo impenitente da cidade. São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade (GOFFMAN, 1980, p. 155).

Parker, (2012, p. 29) chama atenção ao papel que o estigma desempenha na produção e reprodução das relações de poder e controle na sociedade de classes. Segundo o autor o desdobramento do estigma leva alguns grupos a uma total desvalorização e, em contrapartida, ocorre a supervalorização de outros.

Sendo assim, pode-se afirmar que “o estigma é usado pelos indivíduos, pelas comunidades e pelo Estado para produzir e reproduzir as estruturas da desigualdade social” (PARKER, 2012, p. 30). A este respeito Bacila (2008, p. 29) atenta ao papel do estigma para a “sustentação de classes privilegiadas ou ‘normais’ em detrimento dos estigmatizados que recebem tratamento desumano. O autor acrescenta que um fator agravante é que “os estigmas frequentemente estão relacionados entre si, gerando discriminações diversas sobre os estigmatizados” (BACILA, 2008, p. 32). A pessoa que está em situação de rua, é negra e cometeu um crime por exemplo, é triplamente estigmatizada.

O estigma para Goffman (1980, p. 06) é um atributo que não pode ser refutado e faz parte da identidade do indivíduo caracterizando-o como “uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca”. Para o autor, o estigma pode ser considerado um tipo específico de estereótipo que é uma crença generalizadora baseada em informações equivocadas sobre certos grupos e/ou categorias. Os estereótipos costumam ser fortemente divulgados e reforçados pelos meios de comunicação de massa.

De acordo com Johnson, (1997, p. 93) “o estereótipo é uma crença rígida, excessivamente simplificada, não raro exagerada, aplicada tanto a uma categoria inteira de indivíduos como a cada indivíduo na mesma”. Eles podem ser positivos ou negativos, e são elementos importantes no âmbito das relações humanas já que fornecem uma base para que saibamos o que esperar dos outros e o que devem esperar de nós (o estereótipo diz respeito ao status social dos indivíduos).

No entanto, o estereótipo é frequentemente utilizado de forma indesejável e desempenha papel importante “na opressão social baseada em características como raça, sexo, etnicidade e idade” (JOHNSON, 1997, p. 93).

Assim como o estigma os estereótipos reforçam desigualdades sociais, segundo Savenhago e Souza (2015, p. 220) “na trajetória da humanidade, pensamentos, atitudes e imagens estereotipadas colaboraram para explicar e/ou legitimar como causa ou efeito da dominação e exploração de um grupo pelo outro”. O estereótipo, por sua vez, se configura como um tipo de preconceito.

Neste estudo entendemos o conceito de preconceito a partir de Agnes Heller dada a relevância de suas formulações de perspectiva ontológica sobre a vida cotidiana para compreensão do mundo contemporâneo. Heller (2016) propõe um olhar histórico com viés marxista considerando a vida cotidiana como hierárquica, ou seja, baseada em relações sociais que se estabelecem no âmbito da desigualdade de classes. Segundo a autora, a compreensão do cotidiano é fundamental à transformação social, pois, é a partir da desnaturalização desta realidade normalizada que se abrem espaços e possibilidades de superação e avanços históricos.

O preconceito ocorre dentro deste contexto, onde determinadas visões de mundo encontram-se hierarquicamente determinadas. Para a autora, “o preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos” (HELLER, 2016, p. 63). Ele anula a liberdade que é a mais importante dimensão da vida ética e, sua efetividade nessa tarefa é justamente a capacidade de espalhar-se no cotidiano. Este, por sua vez, é o espaço da empiria e da ultra generalização. Segundo Heller (2016, p. 63) essa ultra generalização típica do pensamento e comportamento humano se dá quando assumimos estereótipos, analogias e esquemas já elaborados e/ou quando eles “nos são impingidos” pelo meio em que crescemos (HELLER, 2016, p. 66).

O cotidiano é, portanto, ancorado na empiria que permite a execução prática de ações necessárias no dia-a-dia, para isso o ser humano cria hipóteses, pré-conceitos e juízos provisórios que nada mais são que ultra generalizações. Essas abstrações são necessárias à antecipação, dinamização e praticidade nas ações da vida cotidiana, mas sua dissociação da prática reflexiva pode levar a formação de juízos provisórios falsos que não se demovem. O preconceito para Heller é justamente um juízo provisório falso que não se abala mesmo face a refutações.

O preconceito não se demove porque consolida lugares sociais, sua apresentação como verdade absoluta, não permite o diálogo e não aceita contrapontos para que não possa ser retirado de seu lugar de hegemonia. Segundo a autora: “[...] o preconceito pode ser individual

ou social. O homem pode estar tão cheio de preconceitos com relação a uma pessoa ou instituição concreta que não lhe faça absolutamente falta a fonte social do conteúdo do preconceito” (HELLER, 2016, p. 71). A maior parte de nossos preconceitos “[...] tem um caráter mediata ou imediatamente social. Em outras palavras: costumamos pura e simplesmente assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los espontaneamente em casos concretos através de mediações” (HELLER, 2016, p. 71). É preciso questionar o preconceito, compreendê-lo em sua função estratégica à lógica do capital e refutá-lo.

Segundo Heller (2016, p. 77) “a maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes” com intuito de manter “[...] a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas)” (HELLER, 2016, p. 77).

A classe burguesa é a maior produtora de preconceitos, não apenas por “[...] suas maiores possibilidades técnicas”, mas também, pelo esforço hegemônico em prol da universalização de sua hegemonia (HELLER, 2016, p. 78). Todo preconceito se caracteriza pela tomada de um posicionamento moral e de um juízo de valores, neste caso em juízos de valores falsos que impedem a liberdade. Na medida em que, aborta nossa possibilidade de conhecer a realidade e as determinações da história, que é o caminho pelo qual podemos trilhar a fim de ampliar nossa liberdade.

Apontado pela PSR como principal fator limitante ao acesso a políticas e direitos sociais o preconceito denota seu potencial destrutivo na medida em que estreita as margens de escolha de ações e caminhos. Conforme Heller (2016, p. 84) “todo preconceito impede a autonomia do homem”, aborta nossa possibilidade de conhecer a realidade e as determinações históricas – conhecimentos estes – que ampliam nossa liberdade. O preconceito leva a crer no outro como inimigo.

Esses breves apontamentos nos permitem afirmar que o estigma, o estereótipo e o preconceito são utilizados estrategicamente como mecanismos de produção e reprodução de desigualdades sociais no âmbito do sistema capitalista. E, neste sentido, chamamos atenção a reflexão de Goettert (2022, p. 102) sobre o papel central das representações sociais preconceituosas enquanto componentes estruturais da ideologia dominante.

Isso porque estas “participam organicamente dos mecanismos de construção e reconstrução de concepções e práticas que sustentam os projetos dos dominadores”. São utilizadas para “justificar projetos e aliciar possíveis sujeitos dissonantes dos interesses hegemônicos”. E, como tal, são “componentes ideológicos para a manutenção da

dicotomização dos que trabalham e dos que ‘não-trabalham’, dos responsáveis pela riqueza colonial e nacional e dos ‘vadios irresponsáveis’.

Essa dicotomização de representações sociais que reforça o preconceito e, é inerente ao capitalismo, é abordada a seguir com o objetivo de incitar a reflexão acerca de suas implicações sobre a PSR.

3.2 A DICOTOMIA ANTAGÔNICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Uma característica marcante das representações sociais preconceituosas presentes no imaginário social do povo brasileiro é a dicotomia antagônica, ou seja, há uma construção histórica em torno de modelos do “bom” e do “correto” e, tudo que foge a estes é considerado seu oposto e, portanto, “ruim” e “errado”. Essa compreensão nos auxiliará a entender como se deu a construção das representações sociais preconceituosas sobre a PSR no Brasil.

Parte-se das contribuições de Silva (2009, p. 261) que explicita que o fenômeno PSR “caracteriza-se por ser multideterminado, mas suas causas estruturais vinculam-se aos processos inerentes à acumulação do capital, associadas à produção de uma superpopulação relativa”. Assim como suas causas, as representações sociais preconceituosas sofridas por este segmento estão diretamente relacionadas à categoria trabalho. E, no universo ideológico dicotômico do capitalismo, conseqüentemente a esta população se concatena o oposto do trabalho: a “vadiagem”.

No Brasil, apesar das evidências de que já havia pessoas em situação de rua mesmo antes da instauração do capitalismo percebe-se que, após, o problema se agrava e, gradativamente, assume grandes proporções. Esse processo é intensificado a partir da Abolição quando parte da mão de obra dos ex-escravizados não é absorvida como trabalhadores assalariados. Isso gera um quadro de desigualdade social e racial no país conduzindo a população sobrando às zonas periféricas das cidades, aos cortiços e à situação de rua. Rapidamente as pessoas negras e pobres tem sua imagem vinculada à "vadiagem" e passam a ser fortemente perseguidas.

De acordo com Goettert (2002, p. 108) “a vadiagem é uma instituição que remonta à Idade Média” na Europa. Associada inicialmente a pobreza e acolhida pela religião, os “pobres de Cristo” e “coitadinhos” eram aqueles que viviam da caridade. Isso se altera a partir das “grandes transformações no final do período medieval, quando [...] as representações sobre a pobreza e a vadiagem tomaram novos contornos, sendo necessário combatê-las”. O trabalho se tornou, desde então, uma categoria central e o “homem pobre válido, integrante não mais da

legião dos ‘coitadinhos de Cristo’, mas da ‘classe perigosa’ que começava a assombrar as cidades”. Necessária ao desenvolvimento do capitalismo a concepção de trabalho se tornou “um dos pilares da ideologia burguesa”.

No Brasil desde o período colonial e imperial também “havia uma camada bastante numerosa de pobres, mendigos, vagabundos” considerados “desclassificados sociais” estes faziam “o contraponto aos ‘homens bons’, livres e proprietários” (GOETTERT 2002, p. 106). Até meados da segunda metade do século XIX no Brasil esses serão considerados os “vadios” e compunham, em parte, a população que utilizava o espaço da rua como estratégia de sobrevivência para moradia e/ou subsistência. Estes eram perseguidos e sofriam penalidades previstas nas legislações anti vadiagem desenvolvidas a partir da importação dos ideais capitalistas europeus.

É importante ressaltar que a dicotomização antagônica que induz a formação de representações sociais preconceituosas contra a PSR no Brasil foi além dessa “importação” ideológica europeia. Na medida em que assumiu características próprias relacionadas a história do país e da formação do povo brasileiro. Neste cenário, podemos afirmar que as representações sociais preconceituosas contra a PSR no Brasil estão diretamente associadas a pressupostos de superioridade racial.

A construção da representação social do “vadio” no Brasil inicia a partir da primeira dicotomia no período da invasão europeia: aquela que considera que existem povos “superiores” e “inferiores”. Inicialmente a vadiagem é atribuída aos povos indígenas, ligada a ideia de inferioridade: “a representação e atribuição de vadios aos índios estava associada ao seu estágio de “desenvolvimento civilizatório”. Não era, portanto, correlacionada a negação do trabalho em si, mas sim, “a sua incapacidade de progresso e evolução, nos termos europeus. A representação depreciativa do índio ganhou ainda mais força com o interesse econômico no tráfico inter-continental de escravos. (GOETTERT 2002, p. 105).

Os povos escravizados⁹ traficados de países africanos não eram também, a princípio associados a “vadiagem” pela negação do trabalho, uma vez que, “o negro não era nem trabalhador nem vadio: era escravo”. E, como tal, não eram considerados pessoas, mas sim, “coisas”, “mercadorias” por isso que “até a substituição do escravo pelo ‘trabalhador livre’,

⁹ A utilização do termo escravizado, ao invés de escravo, segue a seguinte perspectiva: “enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo a tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores” (HARKOT-DE-LA-TAILLE; SANTOS, 2012, p. 09).

pelo imigrante, na segunda metade do século XIX, representar e designar o negro como ‘preguiçoso’, ‘indolente’ e ‘vadio’, fazia pouco sentido” já que ele era obrigado ao trabalho. Assim, “a representação do ‘negro indolente’ e pouco afeito ao trabalho começou a figurar no Brasil (ou no mínimo a se intensificar) quando o próprio sistema escravista entrou em crise” (GOETTERT 2002, p. 106).

Com a instauração do capitalismo no Brasil a partir da Abolição da escravidão o processo de dicotomização das representações sociais foi intensificado já que se tornou necessário “instituir um imaginário em que a desigualdade entre homens não apareça como resultante das formas de exploração e apropriação da produção e sim como recusa, ou fruto do trabalho” (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 85). Nesse período, ganhou destaque a normalidade pelo trabalho, ou seja, as “representações do ‘homem normal’: a normalidade conferida às mulheres e homens que se enquadram nos perfis preconizados diante das necessidades capitalistas”. No centro dessa normalidade está “o amor, a dedicação e o empenho pelo trabalho” absorvidos por movimentos de aceitação das condições colocadas. Já o ‘anormal’, inversamente, tem sua representação centrada na vadiagem, na preguiça e na indolência” e, geralmente “também difere do trabalhador por diferenças étnicas, regionais, culturais, econômicas e políticas” (GOETTERT, 2002, p. 104).

No processo de substituição do trabalho escravo pelo assalariado foram construídas representações sociais preconceituosas que alocaram o negro em posição de inferioridade perante o trabalhador imigrante. Aos negros foram associadas representações de preguiçoso, desobediente, indisciplinado, “indolente, sabotador e mais afeito à festa”. Estas ainda são presentes na atualidade “o maior envolvimento do negro pela festa (Bahia é o estado mais festeiro do Brasil!), samba, música, dança e futebol, é constantemente ressaltado para exprimir a menor propensão do negro ao trabalho” (GOETTERT, 2002, p. 107). As representações são, portanto, ressignificadas ao longo da história para justificar a xenofobia, o racismo e o preconceito.

Isso significa que a formação do trabalhador brasileiro foi totalmente envolta em uma trama de representações sociais dicotômicas e, conseqüentemente isso influenciou diretamente na construção de uma identidade deteriorada sobre a PSR. Segundo Goettert (2002, p. 104) “o branco trabalhador e o índio indolente, o imigrante trabalhador e o negro inapto para o trabalho assalariado, e o gaúcho empreendedor e o nordestino acomodado, exemplificam representações de normais e ‘anormais’”. Essas representações dicotômicas são intrínsecas ao capitalismo, tendo em vista que este “[...] repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares” (MARX, 2010, p. 08).

A dicotomia no capitalismo se relaciona, portanto, na segregação social, apesar da falsa ideia de igualdade e liberdade que apregoa. Classe dominante e classe trabalhadora; público e privados; trabalhador e vadio; homens e mulheres; negros e brancos; pobres e ricos; periferia e centro e, muitas outras. Essa dicotomização atende a interesses político-econômicos da ordem capitalista em todas as esferas da vida humana. A começar pela dicotomização entre Estado e sociedade civil utilizada para justificar a minimização do Estado no combate à pobreza, por exemplo, já que a unificação das duas esferas implicaria no reconhecimento dos problemas inerentes ao próprio sistema.

Tal segregação, permite que o Estado procure as causas dos problemas nas leis da natureza ou na má vontade dos pobres (preguiçosos, vadios e aproveitadores). Desta forma, se aparta o Estado e a classe dominante de quaisquer responsabilidades sobre a pobreza, nas palavras de Marx (2010, p. 07):

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada. [...] Assim, a Inglaterra acha que a miséria tem o seu fundamento na lei da natureza, segundo a qual a população supera necessariamente os meios de subsistência. Por um outro lado, o pauperismo é explicado como derivado da má vontade dos pobres.

Esses pressupostos dicotômicos foram absorvidos pelo Brasil e influenciam na forma pela qual a PSR vem sendo representada pelo discurso hegemônico na procura pelo estabelecimento de “definições acerca dos comportamentos e atitudes convenientes a uma sociedade progressista e civilizada”. E, nestas condições, as condutas, os comportamentos e ações dos pobres se tornaram “objeto de intervenção policial, médica, jurídica, legislativa, buscando abarcar as virtualidades individuais e coletivas que não correspondam em ação e pensamento às conformações do mundo do trabalho” (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p.113).

Assim, a representação do “vadio”, “mendigo” e “aproveitador” vem sendo historicamente relacionada a PSR brasileira com intuito de instituir no imaginário social a identidade desses sujeitos com a de inimigos da sociedade. Essas representações são frequentemente “[...] veiculadas nos escritos dos jornalistas visando imprimir nos corpos os valores positivos do trabalho”. E, desta forma a vadiagem é expressa enquanto materialização de “um conjunto de fatores que dificultam a consolidação do progresso a que estariam destinadas às cidades da região” (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p.117).

Pode-se afirmar que a construção de representações sociais preconceituosas contra a PSR parte da produção de imagens que induzem a sociedade a odiar essas pessoas. A grande

imprensa através de textos e imagens que “articulam os recortes de gênero, raça/etnia – ‘pretas’, ‘negros’, ‘mulatos’” especificam quais os indivíduos que devem se tornar “os alvos preferenciais da ação policial de repressão à vadiagem” (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p.119). Essa cisão dicotômica se fortalece após a Abolição quando ex-escravizados são considerados livres - liberdade ilusória no capitalismo – já que não há igualdade no acesso aos direitos humanos e sociais.

E, parte do padrão considerado “certo”: homem, branco, heterossexual, formalmente empregado, para que seu oposto seja o “errado”. O “errado” deve ser vigiado, punido e perseguido e o ódio vem levando a atos de violência e extermínio que se fundamentam no preconceito como justificativas. O autor apresenta como exemplo o trecho do jornal O Binóculo de Uberabinha onde uma denúncia solicitava ao delegado que mandasse:

[...] pegar essas pretas vadias que só sabem fazer avenida e cemitério novo, mande pegá-las, cortar-lhes a gaforinha¹⁰, dando-lhes passaporte lá do Hotel do Governo, só a pedido do patrão que ellas hajam angariado. Peguem esses negros e mulatos que vivem pedindo dinheiro de esmola ou emprestado, e medindo as ruas sem encommenda. Soque esses malandros na cadeia e os obrigue a trabalhar, para não viverem nas costas de quem trabalha para sustentá-los sem os conhecer. Dê também, uma corrida nesses meninos vadios que andam na rua como cães sem donos, furtando pão das janelas (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 115).

Levando-se em consideração o exposto, pode-se afirmar que a construção de representações é necessária “para a manutenção do mundo da propriedade privada dos meios de produção, mas também da produção daí decorrente, através do trabalho”. Ou seja, o capitalismo precisa “produzir trabalhadores e vadios, homens bons e homens maus” (GOETTERT, 2002, p. 102).

No Brasil, devido a herança escravocrata, à categoria trabalho soma-se o estabelecimento da relação do “homem mau” com a cor da pele e a regionalidade. Essas representações sociais preconceituosas foram ao longo da história do país sendo incorporadas ao imaginário social e forneceram as bases para a construção de uma identidade deteriorada à PSR. Isso se intensifica quando essa população se torna um fenômeno social de grandes proporções no Brasil após a Abolição da escravidão devido a não absorção da mão de obra dos trabalhadores ex-escravizados estigmatizados.

¹⁰ Gaforinha: sinônimo de Cabelo ouriçado, arrepiado, encrespado; topete.

3.3 O PAPEL DA IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO E PERPETUAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS DA PSR

Como vimos, o preconceito contra a PSR emerge e se consolida na sociedade através da materialização ideológica, que se processa via disseminação de representações sociais estereotipadas sobre este segmento populacional ao longo da história. O vagabundo, o louco da rua, o sujo, o bêbado, o coitadinho, o usuário de crack, a vagabunda, o mendigo, o velho do saco, entre tantos outros, são termos empregados na representação de pessoas em situação de rua. E, conforme salienta Mattos e Ferreira (2004, p. 01) estes termos possuem “conteúdos simbólicos de cunho ideológico, na medida em que favorecem a cristalização de relações de exploração e dominação”. Que, por sua vez, “interferem na constituição da identidade” das pessoas em situação de rua, reforçando “a construção de identidades articuladas com valores negativamente afirmados”.

Ainda segundo o autor, baseado nos escritos de Berger e Luckmann (1985, p. 85), a tipificação é transmitida de geração em geração e acaba revestida de um caráter a-histórico. E, essa "tipificação" alcança seu ápice com a “completa apreensão da pessoa como um ‘tipo’, somente pelos aspectos rotulados, negando sua humanidade e a transformação a ela inerente” (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 02). Os “modelos” ou “tipos” compartilhados historicamente constituem as representações sociais.

Mattos e Ferreira (2004, p. 04) atentam ainda, ao fato de que a própria pessoa em situação de rua se apropria dessa visão sobre si mesma dada a impregnação do preconceito no imaginário social. A disseminação de representações sociais sobre a PSR pautadas em estereótipos preconceituosos é comumente observada nos veículos de comunicação de massa. Por este motivo ressalta-se a importância de revistas e jornais produzidos pela própria PSR. Bem como, outras formas de uso das mídias sociais alternativas à grande imprensa para divulgação de uma perspectiva crítica que aponte para a realidade concreta dessas pessoas e, não para as tipificações que ideologicamente as inserem na posição de culpadas, fracassadas, perigosas e socialmente inferiores.

A apropriação de recursos midiáticos para construção de novas formas de representatividade que correspondam à realidade social das pessoas em situação de rua consiste em uma conquista em potencial. Não obstante, é importante destacar que o processo histórico de disseminação de estereótipos possui uma longa trajetória no Brasil e, ainda se faz presente e fortalecido diariamente nos diferentes canais midiáticos populares.

Assim, o preconceito que se materializa sob a forma de entrave à PSR na atualidade é uma construção histórica e social permeada pela ideologia vigente cuja disseminação se dá, principalmente através dos meios de comunicação nos quais, o discurso sobre a PSR é voltado à propagação do medo, nojo e asco social. Para Resende e Gomes (2018, p. 166) os eixos do poder, do saber e da ética se entrecruzam no âmbito dos discursos e incidem diretamente sobre a realidade social:

Discursos como modos de representação são concebidos como formas de conhecimento socialmente construído sobre algum aspecto da realidade, e que impactam a própria realidade social e as identidades-alteridades constituídas nesse entremeio, o que é sempre desenvolvido em contextos específicos.

As representações sociais pejorativas/preconceituosas determinantes para a formação de uma identidade deteriorada à PSR são encontradas desde a edição dos primeiros jornais impressos no Brasil e permanece até os dias atuais incutindo no imaginário social uma perspectiva distorcida da realidade. Desta maneira, “Os jornais reiteram práticas de desumanização dessas pessoas, estimulando potencialmente semioses de precariedade, não demandando outro tipo de resposta moral” (RESENDE; GOMES, 2018, p. 167). A partir deste discurso são justificadas violências e negligências políticas e sociais contra a PSR, são reiteradas práticas discriminatórias sob a prerrogativa da ordem. E, são desviadas as atenções das mazelas geradas pelo capitalismo através da realocação dos olhares à pessoa em situação de rua como “não gente”, como problemas passíveis de soluções violentas:

À população em situação de rua, avaliações como incômoda, perigosa e oportunista são mais recorrentes em notícias. É classificada de perigosa mesmo sendo vítima de violência; é classificada de incômoda, mesmo sendo ela a sofrer o impensável incômodo da vida nas ruas; é classificada de oportunista, mesmo estando na mais periférica margem do sistema de vantagens desigualmente distribuídas no modo de produção capitalista. Essas classificações, produzidas ordinariamente, e circuladas nos mais variados contextos, reificam a violência (RESENDE; GOMES, 2018, p. 167).

A tipificação estereotipada que gera medo e repulsa contra a PSR desencadeia processos de naturalização da violência cometida contra o segmento e, “justifica” o que Valencio et al (2008, p. 68) chama de “sociopatía das cidades”. Para os autores essa postura advém da representação da PSR como parte da parcela dos conviventes incômodos, grupo cuja privação das coisas corresponde a um imaginário de ameaças aos estabelecidos.

Resende e Gomes (2018, p. 189) chamam atenção ao papel dos jornais na “naturalização da violência contra a população em situação de rua”. Uma vez que, a forma pela

qual é retratada “não provoca empatia entre quem lê o jornal”. Os autores elencam ao menos duas importantes consequências dessas representações sociais. A primeira diz respeito à “constituição de um padrão de um imaginário social, que [...] evoca o ódio ao diferente e assentimento à barbárie” (VALENCIO, et al 2008, p. 68). O discurso incita a “normalização da barbárie” (RESENDE; GOMES (2018, P. 189), seja ela sob a forma de “violência privada” ou de “violência institucionalizada”; de “violência simbólica da representação” ou de “violência da violação de direitos”.

E, a outra consequência - diretamente vinculada à primeira – consiste na representação pejorativa destas pessoas. Que ao mesmo tempo que “justificam” medidas violentas de “combate” ainda incitam um total “desidentificação que nos permite viver tranquilamente nossas vidas, nos ocupando de nossos corpos mercantilizados, enquanto outras pessoas padecem e outros corpos são deixados para morrer” (RESENDE; GOMES (2018, P. 189).

Baseado em conceitos leninistas, Venâncio (2009, p.05) discute o papel ideológico dos jornais brasileiros a partir do conceito de representatividade e destaca o fato de que os jornais são “de alguém para alguém”. E, sendo os jornais de ampla circulação financiados pela classe dominante tem-se o repasse de [...] “Uma mensagem essencialmente burguesa” (VENÂNCIO, 2009, p. 13). A grande mídia é da classe dominante para a classe trabalhadora, ela vende sonhos, ideais e objetivos de seu interesse que em nada representam a realidade social. Desta forma, é preciso atentar “ao ‘caráter de classe’, crucial para entender a quem o jornal representa e a quem ele diz representar (um “falseamento do caráter de classe”)” (VENÂNCIO, 2009, p. 15).

Com isso, partimos de três prerrogativas centrais:

- a) O preconceito é um dos principais entraves à PSR no acesso a políticas e direitos sociais e humanos;
- b) O preconceito contra a PSR é fruto da construção histórica de uma representação social sobre esse segmento populacional que o classifica com estereótipos e identifica ao estigma de “mendigo perigoso”;
- c) O preconceito contra a PSR foi e, ainda é, no Brasil, disseminado pelos meios de comunicação, em especial pela imprensa, com base em uma representação social preconceituosa que atende aos interesses da lógica capitalista.

Já problematizados os itens a e b a seguir estabelecemos considerações sobre a história da imprensa no Brasil e suas relações com a construção das representações sociais preconceituosas sobre a PSR. Para tanto, partimos do pressuposto de que a formação dessas representações é intrínseca à ordem capitalista e que faz parte de um movimento histórico complexo. Estas formas de representar a PSR integram o imaginário sobre esse segmento da

população e sua propagação se dá de inúmeras formas, dentre as quais, destacamos as notícias publicadas em jornais impressos brasileiros desde 1808 até a atualidade.

3.4 A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE OS INTERESSES NA PROPAGAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS DA PSR

A história da representação social da PSR de rua no Brasil está diretamente relacionada à história da imprensa que se inicia no país em 1808, já que os jornais impressos – principais veículos de comunicação utilizados no Brasil nos séculos XIX e XX – contribuíram com a construção, disseminação e consolidação das representações sociais sobre a PSR.

Esse segmento populacional se forma enquanto fenômeno social urbano a partir da Revolução Industrial na Inglaterra e, desde então é representada pela imprensa através de uma perspectiva estereotipada e preconceituosa. No Brasil, assim como nos outros países, a PSR passa a ser um fenômeno social a partir da introdução do capitalismo, se agravando conforme este avança.

Entretanto, constatamos que as representações sociais preconceituosas sobre essa população já eram divulgadas pela imprensa brasileira antes mesmo de seu agravamento no país. Já no início do século XIX os jornais brasileiros divulgavam notícias sobre a PSR nos países de capitalismo emergente, em especial na Inglaterra. E, apresentavam uma perspectiva alarmante sobre o que estaria por vir no Brasil, assim como nas artes (pinturas, poemas, peças teatrais, entre outros) o cenário de pauperismo europeu era apresentado nas notícias de jornais. E as pessoas que moravam nas ruas eram representadas como criminosas, preguiçosas e aproveitadoras, eram noticiados crimes violentos e denúncias diversas, incitando o temor e a repulsa e, isso, antes que a PSR fosse um “problema social” no Brasil.

De acordo com Sodré (1998, p. 03) “A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” e, é também a própria história da representação da PSR no Brasil. A imprensa é um mecanismo de poder utilizado pelo capital para manipular a opinião pública, para categorizar a classe trabalhadora e estabelecer representações dicotômicas sobre o “bom” e o “mau”.

Dada a “influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos” (SODRÉ, 1998, p. 03) a classe dominante não tardou a exercer o controle da imprensa. O domínio da mídia é duplamente interessante ao capitalista visto que além de exercer o controle na formação de opinião ainda possibilita o lucro através da veiculação de publicidade. “As agências de notícias, especializadas em colher e distribuir informações e as

agências de publicidade, especializadas em colher e distribuir anúncios, cedo se entrosaram na estrutura da economia de monopólio” (SODRÉ, 1998, p. 05). E juntas progrediram fervorosamente ao longo da história atingindo, controlando e manipulando cada vez mais pessoas ao redor do globo:

É fácil avaliar a terrível força da engrenagem que se compõe de agências de notícias, agências de publicidade e cadeias de jornais e revistas, sua influência política, sua capacidade de modificar opinião, de criar e manter mitos ou de destruir esperanças e combater aspirações (SODRÉ, 1998, p. 06).

Apesar de ter sido instaurada no Brasil já no início do século XIX é, com o capitalismo que a grande imprensa se desenvolve, se aprimora e se transforma em um negócio lucrativo. Todavia, uma característica que mantém desde sua instauração até a atualidade é a atenção aos interesses da classe dominante do país, seja da elite agrária e do regime monárquico do Brasil colônia ou da elite detentora de capital a partir do século XX.

Em fins do século XVIII ainda não haviam bibliotecas públicas no Brasil, o acesso à informação era para poucos que possuíam bibliotecas particulares. Os livros eram trazidos de forma clandestina pelos que estudavam na Europa, ler era um ato de rebeldia e contrassenso e a censura era pesada neste sentido. Sociedades secretas se multiplicavam entre a elite nacional tendo em vista que o conhecimento letrado não chegava à população em geral. Temos, portanto, neste período uma população sem estudo, sem acesso à educação formal e, uma minoria de pessoas letradas geralmente pertencentes à elite nacional, constituindo um tipo de leitor e, portanto, um modo de pensar.

Quando a imprensa surge no Brasil em 1808 ela se dá por iniciativa oficial, o jornal oficial era a Gazeta do Rio de Janeiro e trazia mais uma perspectiva internacional do que nacional. Até então, não havia interesse no desenvolvimento da imprensa nas colônias e, quando finalmente a implementaram, o fizeram de forma estratégica e controlada. Eram proibidos “escritos contra a religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, a pessoa do rei, a tranquilidade pública - contra qualquer coisa, contra tudo, em suma” (SODRÉ, 1998, p. 41).

Essa forte censura objetivava a manutenção da estrutura colonial e as reprimendas evitariam que o poder da imprensa favorecesse a liberdade e/ou a disseminação de ideias e ideais de transformação social. Esse movimento foi tensionado com o processo de independência e as diferentes posições políticas que estavam em voga naquele momento. Para Sodré (1998, p. 28) a imprensa é uma ferramenta capitalista, o que explica sua chegada tardia

ao Brasil: “ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu”.

É um período em que são noticiados nos jornais brasileiros os acontecimentos dos países que estavam em pleno fervor da industrialização, dentre eles o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos e a ampliação considerável do número dos então chamados “mendigos” pelas ruas. Uma série de notícias localizadas nesta pesquisa demonstram um interesse na criação de um clima de medo e tensão a partir dos relatos de multidões de “vagabundos” pelas cidades europeias espalhando doenças e violência. Na contramão, se valorizam os avanços da produção e se estimulam os anseios consumistas de itens considerados “de classe”, a elite nacional se espelha em um ideal de luxo importado do exterior.

Até pouco tempo depois da Independência vigorava no Brasil apenas a chamada imprensa áulica que defendia a legitimidade do governo constitucional e a imagem de D. Pedro I perante a opinião pública. Os jornais se ocupavam além de trazer notícias do exterior em apresentar “quase tão somente as questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação”. Eram um compilado de informações particulares: tais como “furtos, assassinatos, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios”, e ainda de anúncios sobre “escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, alugueis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros” (SODRÉ, 1998, p. 58).

Quanto às notícias dos jornais brasileiros do século XIX sobre os então chamados “mendigos” àquelas sobre mortes, prisões e violências eram as mais comuns, juntamente com notícias sobre o exterior, geralmente explicitando casos de “mendigos” violentos e/ou aproveitadores. O termo “mendigo” era também utilizado de forma pejorativa como xingamento e a ele se atribuíam características que conformavam uma forma de representação social preconceituosa. O segmento era representado como incômodo, violento e perigoso e 72% das notícias, tratavam do extermínio ou da retirada dos sujeitos em situação de rua da cena pública.

Nestas condições, vemos surgir as primeiras representações sociais preconceituosas sobre a PSR no Brasil a partir de 1808 com a instauração da imprensa nacional. Mesmo utilizando-se o termo “mendigo” naquele período associamos ao fenômeno PSR dadas as características descritas nas notícias ao se referir aos “mendigos” no cenário urbano na Inglaterra a partir da Revolução Industrial. Bem como, a sua associação ao temor de que tal fenômeno se tornasse uma realidade também no Brasil.

O século XIX é um período crucial para a imprensa dada a eferescência e seu crescimento acelerado mesmo face ao atraso tecnológico do país. Os jornais se multiplicaram

pelo Brasil e chegaram a cinquenta em 1832, boa parte deles Pasquins¹¹ – espécie de jornal calunioso – “quase todos agressivos, injuriosos, menos preocupados com os problemas gerais do que com as pessoas, espalhando a confusão e sem o menor respeito pela vida privada de ninguém” (SODRÉ, 1998, p.141).

Os Pasquins duravam pouco, eram instáveis e dispunham de baixos recursos para impressão e distribuição, entretanto exerceram forte influência política na “formação do ambiente de polêmicas que, a partir de então, se tornou normal em todo o país, logo degenerando em conflitos e rusgas, motins e levantes que, em alguns casos, chegariam a verdadeiros movimentos revolucionários de extensa envergadura” (SODRÉ, 1998, p.143).

Era um período de violência no país, ou pelo menos era o que a imprensa retratava, Sodré (1998, p. 179) afirma que segundo os dados de estatística da Corte “apenas entre 7 de abril e 30 de maio de 1831, haviam sido presos por desordem e pancadaria 108 homens livres e 5 escravos; foram apreendidas armas a 102 pessoas; ocorreram 8 assassinios; apareceram 5 cadáveres; registraram-se 27 ferimentos graves e 25 leves”. Esse era o cenário noticiado e incitado pelos Pasquins com linguagem e posicionamento ético e político imprecisos.

A afronta, o desrespeito e o insulto estavam em alta na imprensa enquanto a educação estava em seu estágio mais rudimentar e o ensino era pouco difundido. Em um contexto em que “a massa de analfabetos era esmagadora, em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões públicas”. E aqueles que “havia frequentado escolas superiores se deliciavam em estéril formalismo e no abuso da eloquência vazia” sendo assim “a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria” (SODRÉ, 1966, p.181).

A partir do golpe da Maioridade¹² o Brasil vivencia o avanço territorial das lavouras de café, assentado no escravismo. “O tráfico negreiro recebeu considerável impulso: em nenhuma outra fase entraram tantos africanos no país. O latifúndio absorvia todos os recursos,

¹¹ As características formais do Pasquim eram: formato de quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas; comprava-se nas tipografias e nas lojas de livros indicadas, exemplares isolados ou por assinatura. O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interesse notório no momento; quando não, sob disfarce, guardava alusão a isso, O pasquim, habitualmente, não trazia o nome do redator. Muitos desses nomes, por isso mesmo, ficaram em dúvida, com o passar dos tempos e, para identificação, é necessário recorrer a depoimentos da época, nem sempre seguros. Guardava-se, por outro lado, um rigoroso anonimato. Não tinha periodicidade certa, não aparecia em dias previamente fixados, na grande parte dos casos. A maior parte dos pasquins não passou do primeiro número. Um homem, escritor, foliculário, político, servindo a interesses seus ou de outrem, adotando orientação própria ou obedecendo àquela imposta por seus mandantes, escrevia o jornal inteiro (SODRÉ, 1998, p.183).

¹² O Golpe da Maioridade foi a antecipação da maioridade de Pedro de Alcântara (D. Pedro II) em 1840 para que fosse coroado imperador, do Brasil com apenas 15 anos de idade. Isso ocorreu em meio a um contexto social e político conturbado no Brasil relacionado a disputa político partidária, agravamento das desigualdades sociais, reformas e rebeliões em várias partes do país. Nesse período o país estava sob o comando regencial e, através de uma manobra do partido Liberal que desejava voltar ao poder entrona-se D. Pedro II.

estava presente por toda a parte, dominava a vida política” (SODRÉ, 1998, p.208). O intenso desenvolvimento cafeeiro e do tráfico negreiro fez emergir novas figuras políticas oriundas da província do Rio de Janeiro e a elite agrária que comandava o país. Conforme salienta Sodré (1998, p. 209) esse novo tempo, nova estrutura e novos atores dominantes preconizavam que a imprensa estivesse em suas mãos, e, que deveria servi-los, contribuindo assim, para a consolidação da estrutura escravista que repousava no latifúndio e que não admitia resistência. O capitalismo dependente dava seus primeiros sinais, o Brasil exportava bens primários e importava produtos industrializados.

Mas não só se importavam máquinas e ideais capitalistas como também se desejavam os costumes europeus e norte-americanos. A cultura era importada - pela elite em especial - que buscava se espelhar nos gostos por recitais, teatro lírico, corridas de cavalo, eventos sociais, vestimentas, louças, entre muitas outras influências. Estas apareciam principalmente nos folhetins¹³.

Na pesquisa realizada percebemos o aumento no número de folhetins publicados nos jornais nesse período, em muitos, a figura do “mendigo” era trazida de forma caricata e preconceituosa. Os nobres era os espelhos desejados, os “mendigos” na contrapartida eram o extremo oposto da riqueza e brio, eram representados como vis, aproveitadores e inescrupulosos.

Esta questão fica evidente no encontro da literatura com a imprensa. Nessa época, segundo Sodré (1998, p. 221) “os homens de letras faziam imprensa e traziam teatro” e usavam o espaço dos jornais impressos para publicar contos e/ou romances com referências culturais europeias.

As artes e a moda também eram importadas da Europa pela elite. A moda era importada da França e “seu palco era a rua do Ouvidor, [...] a monarquia criava uma espécie de nobreza onde se evidenciavam os grandes senhores territoriais e os magnatas, [...] condes e condessas, barões e baronesas, marqueses e marquesas, moços fidalgos, açafatas e retretas, damas do Paço e cortesãos”. Todos leitores dos contos, folhetins, literatura de cordel, revistas e jornais de humor lançados pela imprensa. Entre as mulheres da elite era de bom tom ser assinante do Jornal das Famílias que “como o nome indica, era dedicado às mulheres; entre figurinos, receitas de doces, moldes de trabalho e conselhos de beleza, para ocupar os ócios e a imaginação das senhoras elegantes, um pouco de literatura, quase sempre da lavra de Machado de Assis” (SODRÉ, 1998, p.228).

¹³ O folhetim é uma narrativa literária, seriada dentro dos gêneros prosa de ficção e romance.

A imprensa brasileira misturada com a literatura e influenciada pelos gostos e artes europeias alimentava os sonhos da elite burguesa e trazia a perspectiva de um mundo fantasioso, romântico e distante - bem distante - da realidade do Brasil colônia, escravista, explorado e dependente.

A elite brasileira nutria forte repulsa a tudo que havia no país, principalmente aos negros. Nesse sonho de evolução em que vivia imersa a minoria abastada o espelho era a elegância dos nobres europeus cujas bases da riqueza se pautaram na superexploração. Vê-se com isso, as bases da formação do modo de pensar burguês que, ao longo dos anos se tornaria dominante no país.

A representação social preconceituosa da PSR também aparece nas publicações de humor, romances, poemas e obras literárias em geral, além de anúncios de peças de arte e de teatro que representam o “mendigo” de forma pejorativa, romantizada e/ou caricata. O “mendigo” se torna um personagem interessante e até mesmo poético no mundo burguês de sonhos e fantasias. Todavia, ressalte-se: o “mendigo” da ficção era interessante, mas aquele das ruas e do cotidiano da realidade permanecia desprezível.

Na figura 2, a seguir, compilamos alguns exemplos de publicações nesse sentido, na primeira um Folhetim que narra de forma caricata a história de um “mendigo”; a segunda consiste em uma piada; a terceira é um anúncio de venda de fantasias para o carnaval onde a fantasia do “personagem mendigo” é uma delas e, a última é o anúncio de um leilão no qual está à venda uma pintura cujo título da obra é “mendigo”. Enquanto personagem da ficção o pobre que esmolava ou que trabalhava e morava nas ruas era interessante para a elite nacional, motivo de chacota, de curiosidade e até de admiração em obras de arte que retravam a pobreza.

A virada para o século XX no Brasil de capitalismo dependente leva a uma série de transformações na imprensa sendo que a principal delas é a conversão da informação em um negócio lucrativo. “Vendia-se informação como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão” (SODRÉ, 1966, p.314).

A passagem do século assinala “às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte” (SODRÉ, 1966, p.315). Empresas poderosas no sistema que levam cada vez mais os detentores do poder a utilizá-la na compra da opinião popular. Seu poder é capaz de “destruir a pessoa, o indivíduo” (SODRÉ, 1966, p.317).

Figura 2 – Fragmentos de jornais brasileiros do século XIX disponibilizados pela Biblioteca Nacional Digital



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Ademais, no século XX ganha força no Brasil a chamada Imprensa Política cuja linguagem de acordo com Sodré (1966, p. 380) “era violentíssima” e de “orientação tipicamente pequeno burguesa”, era composta por jornais que “refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim de contas o regime era bom, os homens do poder é que eram maus”. E, assim “todas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes” (SODRÉ, 1966, p.380). O apelo moral assume protagonismo e a “culpa” pela miséria é direcionada ao miserável, a PSR é fortemente representada pela imprensa nesse período como aproveitadora, imoral e, acima de tudo, inimiga da burguesia.

Com o capitalismo devidamente instaurado no Brasil a imprensa se consolida definitivamente em sua estrutura empresarial por volta de 1950 e cumpre um papel fundamental na luta política e na disseminação ideológica. A imprensa foi transformada em “negócio de grandes proporções, em empresa”, o que, conseqüentemente aumentou sua complexidade e encareceu suas técnicas, “demandando grandes investimentos” deixando-a nas mãos da classe dominante. “Isso conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários” (SODRÉ, 1966, p.468).

Quanto mais se estabelece como empresa capitalista menos livre se torna a imprensa, mais e mais submetida aos ditames do capital e distante da classe trabalhadora. Essa é a grande imprensa nacional que irá corroborar com a formação de uma representação social preconceituosa sobre a PSR.

Na contramão desse processo, atentamos à importância das iniciativas advindas da classe trabalhadora que ganham força, principalmente a partir do período da Ditadura Militar que se inicia em 1964. Aqui atentamos tanto para as publicações da chamada imprensa alternativa¹⁴ quanto para aquelas do jornalismo cidadão, radical, popular ou comunitário¹⁵, como a chamada imprensa negra, a imprensa feminista, os jornais do movimento estudantil, os jornais de grupos homossexuais¹⁶, e dentre essas iniciativas destacamos o Jornal Boca de Rua.

¹⁴ De acordo com Colodeti (2016, p. 56) a imprensa alternativa foi bastante atuante no Brasil no período da ditadura militar, marcada pela não aceitação da complacência advinda da grande imprensa para com a ditadura. Denunciava as violações dos direitos humanos e criticava o modelo econômico vigente. “Por isso mesmo, esses veículos eram tratados com agressividade pelo aparelho militar brasileiro, que os perseguia e os submetia a um regime de censura prévia”.

¹⁵ Segundo Colodeti (2016, p. 49) “quando se fala em jornalismo cidadão, radical, popular ou comunitário a principal referência são aquelas iniciativas ligadas a movimentos sociais”, são jornais ainda presentes no século XXI como o Jornal Sem Terra produzido pelo MST e o Jornal Boca de Rua produzido pela PSR.

¹⁶ A imprensa negra no Brasil surge a partir do movimento negro logo após a Abolição da escravidão trazendo à tona pautas relacionadas a discriminação racial, a luta pela construção de identidade livre de estigmas, pela recuperação da história e cultura dessa parcela da população, entre outras. As discussões propostas caminham na contramão das representações sociais preconceituosas disseminadas pela grande imprensa nacional que associam a população negra ao crime e a violência. O primeiro jornal da imprensa negra no Brasil, foi o pasquim O Homem de Côr, publicado no Rio de Janeiro entre setembro e novembro de 1833. Entre muitos exemplos podemos citar também os jornais O Novo Horizonte de 1946, o Jornal Senzala do mesmo ano, o jornal Quilombo de 1948, Redenção de 1950 e Níger de 1960. Já as imprensas alternativas feminista, estudantil e LGBT surgem no Brasil no período da Ditadura Militar (1964-1985) como formas de resistência e luta por direitos sociais e políticos. A imprensa feminista ganha destaque pela contestação aos jornais femininos da grande imprensa nacional cujos discursos legitimavam o status quo patriarcal, na medida em que se voltavam ao objetivo de criar e fortalecer representações sociais sobre o papel da mulher na sociedade como “boa mãe” e “boa esposa”. Nesse sentido, a imprensa feminista surge de forma alternativa com intuito de incitar reflexões, discussões e manifestar posicionamentos em prol da ampliação dos direitos das mulheres, luta por condições de igualdade, respeito e resistência. São exemplos, entre muitos outros, o Jornal Brasil Mulher fundado pela jornalista feminista Joana Lopes em 1975. O jornal Nós Mulheres publicado pela Associação de Mulheres no período de 1976. O Jornal Mulherio de 1981 foi desenvolvido por jornalistas e pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Jornal Fêmea

O Jornal Boca de Rua iniciou em 2000 e tem em seus textos, fotos e reportagens realizados por pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre. Ele possibilita que sujeitos em situação de rua criem e divulguem imagens sobre si, para além dos estereótipos apresentados à sociedade pelos grandes veículos de informação.

Figura 3 – Capa da edição de número 77 do Jornal Boca de Rua de janeiro de 2021



Fonte: Jornal Boca de Rua (<https://jornalbocaderua.wordpress.com/>)

Dada a importância de iniciativas vinculadas aos movimentos sociais organizados na transformação de representações sociais através da contraposição à lógica hegemônica, no próximo subitem discutimos o assunto a partir do cenário brasileiro na atualidade.

lançado em 1992 pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Os jornais vinculados à imprensa alternativa estudantil também questionavam o posicionamento da grande imprensa nacional já que esta era (e, ainda é) responsável por legitimar ou negligenciar o movimento de resistência estudantil, suas pautas e reivindicações políticas. Entre muitos exemplos de publicações jornalísticas vinculadas ao movimento estudantil brasileiro destacamos o Jornal Poeira da Universidade Estadual de Londrina em 1970. E o Jornal O Brado Universitário, produzido entre 1973 e 1976 pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria (DANH), que representava os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Quanto à imprensa LGBT esta surge no Brasil no final dos anos de 1970 com o objetivo de dar voz à luta contra a repressão e ao conservadorismo, politizando assim, as questões do cotidiano. Se destacam os jornais Chana com Chana que foi uma publicação dos coletivos que formaram os grupos Lésbico-Feminista e Ação Lésbica-Feminista. E o Jornal Lâmpião da Esquina que emitiu periódicos entre os anos de 1978 e 1981.

3.5 OS LIMITES IMPOSTOS PELAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS AO ACESSO DA PSR À SEGURIDADE SOCIAL E OS CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO

Nesse estudo partimos da premissa de que as representações sociais preconceituosas impõem limites ao acesso cotidiano da PSR às políticas sociais que integram o tripé da seguridade social. Essa constatação parte da experiência prática da pesquisadora no atendimento a esse segmento populacional enquanto assistente social atuante na política de saúde e, também de pesquisas teóricas sobre a temática.

A PSR é um fenômeno urbano fruto das desigualdades sociais e econômicas resultantes do modo de produção capitalista e, o preconceito sofrido por este segmento populacional emerge de representações sociais históricas baseadas na ideologia que consolida esse sistema. Os limites ao acesso da PSR à seguridade social também precisam ser analisados a partir da perspectiva da totalidade. O que queremos dizer com essa afirmação é que as representações sociais preconceituosas incidem sobre todas as esferas da vida do sujeito em situação de rua, pois estão afixadas não apenas no imaginário social, mas também no Estado, na economia e, conseqüentemente, nas políticas sociais.

Essas representações, constituídas historicamente de forma intencional, voltadas a uma finalidade clara influenciam na elaboração de medidas de enfrentamento à problemática da situação de rua. Elas integram os processos ideológicos do capital que perpassam todas as esferas da vida já que são processos de formação da realidade. Destarte, a própria proteção social é expressão desses processos ideológicos e, por si só, seu formato é excludente e, conseqüentemente, impõe limites ao acesso da PSR.

Diferentes fatores impõem limites ao acesso a PSR à seguridade social, mas todos possuem em comum seu direcionamento político-econômico de ordenamento capitalista, dentre eles podemos citar:

- a) O fator humano: profissionais e gestores que atuam nos serviços voltados à materialização das políticas e que reproduzem o preconceito baseados nas representações sociais presentes no modo de pensar da classe dominante;
- b) O fator burocrático: efetivado pelo estabelecimento de barreiras burocráticas que não condizem com a realidade da PSR: exigência de documentos, de fornecimento de endereço fixo, de cadastramento, entre outros;
- c) O fator político: através da maximização do Estado na atenção aos interesses econômicos dos detentores de capital e sua minimização na atenção à população;

- d) O fator repressivo: executado através de ações violentas contra a PSR baseadas em sua representação social enquanto criminosa e inimiga da sociedade;
- e) O fator econômico: expresso pela mercadorização das políticas que a materializam o tripé da Seguridade Social.

Esses fatores são interligados e se sobrepõem – uns aos outros - em maior ou menor intensidade dependendo da política social, isso ocorre, devido a “gestão fragmentada das três políticas sociais do tripé da Seguridade Social brasileira”. Além da “ausência de concepção unitária e gestão articulada do tripé” (SPOSATI, 2018, p. 2316) que torna as políticas diferentes entre si e que incide sobre os fatores limitantes ao seu acesso pela PSR. Por exemplo, a Política de Saúde é a única que possui caráter universal, entretanto, não está isenta de entraves ao acesso da PSR, pois, o fator humano é bastante marcante. Ou seja, mesmo que a pessoa em situação de rua consiga acessar o serviço de saúde, pois, legalmente não há impedimentos, o acesso é inibido pelo preconceito sofrido nesses espaços.

Já a Previdência Social por seu caráter contributivo torna ainda mais difícil o acesso da PSR, uma vez que, por si só a política em questão é excludente e, os integrantes desse segmento populacional, em sua maioria, exercem funções laborais informalmente, sem registro em Carteira de Trabalho. Quanto a política de Assistência Social, de forma geral, os fatores burocráticos impõem limites à PSR, já que o cadastramento exigido para acesso aos benefícios sociais é bastante burocrático e a maior parte dessa população não tem documentos pessoais e moradia convencional regular.

A fragmentação das políticas sociais e os limites impostos ao acesso pela PSR foram duas das principais pautas dessa população no I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, organizado pelo MDS em Brasília no ano de 2005. Neste foi ressaltada a necessidade de elaborar políticas para além da assistência social de forma a envolver as áreas da saúde, trabalho, habitação e educação. Para responder a demanda foi criado um grupo de trabalho interministerial (GTI) do qual participaram também membros do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. O grupo trabalhou de 2007 a 2009 tendo como principal fruto a instauração Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua em 2009.

Em 2009 ocorreu também II Encontro Nacional da População em Situação de Rua sob clima de extrema tensão entre o MNPSR e os ministérios do Governo Federal. Isso porque, o Movimento vinha enfrentando o descaso de alguns representantes de ministérios em assumir o compromisso firmado pelo Governo Federal na figura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O que na prática fez com que a PNPSR não tivesse o alcance esperado como ferramenta política

capaz de instituir dispositivos legais capazes de efetivar as propostas contidas em direitos efetivos.

Contudo, por maiores que sejam os desafios na implementação da PNPSR até a atualidade, o que gostaríamos de ressaltar é o novo significado que esta incentivou às lutas desse segmento populacional. Isso porque, a inclusão da pauta na agenda da Presidência Federal e a instituição de uma política significam um passo importante no reconhecimento de direitos sociais à PSR. Além disso, possibilitou o vislumbre de outras representações sociais sobre essa população para além daquelas construções preconceituosas.

Esses apontamentos foram elencados com o propósito de chamar a atenção ao papel dos movimentos sociais na contestação e transformação de representações sociais preconceituosas disseminadas pela classe dominante. Conforme Guareschi (2010, p. 55) “muitos movimentos sociais surgem na preocupação de superar dificuldades de reprodução da vida social de grupos ou comunidades”. E quando esses movimentos sociais travam suas lutas pela sobrevivência diz-se que esse grupo “se rebelou”, o que geralmente ocorre quando esses movimentos se manifestam “em massa contra um pensamento hegemônico” deixando visível o choque de interesses. “Essa forma de ação coletiva contém, portanto, um efeito criador e transformador das representações sociais mais consolidadas”.

No século XXI vemos pela primeira vez na história do Brasil eclodir um movimento de contestação às representações sociais preconceituosas sobre a PSR, até então, naturalizadas e tomadas como verdades mesmo jamais terem sido fundamentadas na realidade. E essa contestação parte dos movimentos sociais que “fazem emergir uma dimensão da política importante e muitas vezes esquecida. Há uma representação social da política orientada pela lógica da transformação” (GUARESCHI, 2010, p. 59).

Gohn (2011, p. 336) também destaca o papel dos movimentos sociais na construção de representações sociais afirmativas por meio de discursos e práticas. Para a autora, os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. E, ainda proporcionam a união em prol da luta por objetivos em comum o que, no caso específico da PSR, tem um significado expressivo já que esta é constituída por um grupo populacional heterogêneo e, encontra no MNPSR um elo de integração e reconhecimento.

Os movimentos sociais podem ser compreendidos como peças chave na transformação de representações sociais, entendendo-se que “[...] sementes de mudança e resistência à mudança, ambas estão contidas nas representações sociais” (GUARESCHI, 2010, p. 69). Como

vimos, existem representações sociais sobre a PSR que resistem a mudanças há mais de dois séculos no Brasil, e, na contramão desse movimento tem-se a luta do MNPSR aliado ao MNCR.

Ainda a respeito do potencial político dos movimentos sociais concordamos com Guareschi (2010, p. 68) quando ressalta que o fortalecimento dos movimentos sociais é essencial para a representação social “da política como transformação já que esta não parte de sujeitos que aceitam e reproduzem a lógica dominante”. Mas sim, de “sujeitos insatisfeitos com a situação de não terem seus anseios representados, excluídos da participação, ameaçados pela dificuldade de reproduzir a sua vida e a vida de sua comunidade”.

4 BRASIL DO SÉCULO XIX – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS “MENDIGOS”

“Meu corpo era devolvido desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado, naquele dia branco de inverno. O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme porque tem frio, um frio que morde os ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer” (FANON, 2008, ps. 106 e 107).

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar os resultados da pesquisa no que diz respeito à representação social dos então chamados “mendigos” nos jornais impressos brasileiros entre os anos de 1808 e 1899. Procura-se ainda, estabelecer mediações e reflexões com a totalidade que circunda o objeto de estudo de forma a situá-lo na realidade social, política e econômica de acordo com o contexto histórico nacional e mundial.

No século XIX o Brasil possuía sua base econômica na agricultura, pecuária e na mineração que, compunham um cenário rural, voltado à produção e exportação de matérias-primas com base na exploração de mão de obra escrava até 1888. O sistema de produção capitalista, era ainda no País uma realidade distante, apesar de sua efervescência na Europa no mesmo período. As notícias sobre o capitalismo na Europa e América do Norte eram divulgadas nos jornais brasileiros através de notas, crônicas, notícias e artigos não só voltados à exaltação do progresso industrial, mas também chamando atenção à miséria que se alastrava pelas cidades industriais.

De acordo com Caio Prado Jr (2002, p. 06) o século XIX foi um período decisivo na formação do Brasil e, nestas condições é uma “chave preciosa e insubstituível, para se

acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje”. Para o autor o século XIX no Brasil marca a criação de “algo de novo” com a formação de um organismo social completo, distinto e complexo:

[...] uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente, e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa “atitude” mental coletiva particular (PRADO JÚNIOR, 2002, p. 07).

As publicações na imprensa nesse período mostram o sentimento dúbio da elite brasileira sobre o capitalismo, já que ao mesmo tempo em que se deslumbrava com a ideia do progresso, luxo e consumo, temia a violência, a perda da mão de obra escrava e o inchaço das cidades, além do aumento da violência e criminalidade.

O capítulo está subdividido em 11 partes sendo que dos subcapítulos 4.1 ao 4.9 são apresentadas as diferentes representações sociais preconceituosas sobre “mendigos” identificadas nas notícias do século XIX. O subcapítulo 4.10 trata das medidas adotadas pelo governo brasileiro no século XIX para controle da mendicidade. E, por fim, no 4.11 apresentamos considerações gerais sobre os assuntos discutidos neste capítulo.

4.1 AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS “MENDIGOS” NO BRASIL

As representações sociais estereotipadas sobre os “mendigos” chegaram no Brasil antes mesmo de sua conformação enquanto fenômeno social no País. Isso porque a elite nacional importava não só bens materiais da Europa, mas também ideias e concepções. Sendo assim, chegavam ao Brasil na época os preconceitos, hábitos, opiniões, obras de arte e as quinquilharias europeias vorazmente consumidos por uma elite que almejava alcançar o progresso econômico.

As notícias publicadas nos jornais brasileiros do início do século XIX sobre a Europa, principalmente sobre a Inglaterra, retratavam a realidade contraditória típica do capitalismo, com o progresso e o pauperismo caminhando lado a lado. Entretanto, o aumento da miséria e da mendicância encontrava-se no discurso - ideologicamente projetado - completamente apartado do sistema capitalista. O pauperismo que assolava os países industrializados era atribuído a ausência de moralidade entre os pobres, considerados preguiçosos, vadios e aproveitadores.

A pobreza era retratada nos jornais como uma espécie de peste que assolava as cidades industriais e o “mendigo” como um ser esperto e ardiloso que sobrevivia enganando o povo e se aproveitando da caridade. Essas representações sociais podem ser observadas na notícia a seguir a respeito do aumento da pobreza e mendicância na Inglaterra após a Revolução Industrial:

Mendigos em Londres: há 10 anos, andavam por 7.500 d’então para cá tem aumentado prodigiosamente. Agora contão-se 8000 pobres, e, além destes, mais 7.500 mendigos de profissão que enganão o público (CORREIO MERCANTIL: JORNAL POLITICO, COMMERCIAL E LITTERARIO, 1839, p. 08).

Já o Jornal Diário do Rio de Janeiro (1855, p. 02) apresenta em sua sessão de Variedades uma crônica intitulada “Pauperismo e Caridade” na qual discute o número crescente de indigentes e mendigos na França. Em seu discurso, o autor não identificado, refere que: “*o número de indigentes na França: apresenta a proporção em 1847 de 1 em cada 12 habitantes*”. O autor critica a caridade pública sob a forma de esmolas e benefícios sociais e defende a ideia de penas de trabalho forçado àqueles considerados “*mendigos vagabundos*”. Ou seja, aqueles que possuem capacidade laboral e, vivem da mendicância por serem “preguiçosos” e/ou “vadios”. As notícias veiculadas pelos jornais brasileiros neste período, bem como, as próprias medidas legais adotadas no país demonstram a força alcançada por este pensamento no Brasil já no início do século XIX.

O combate à mendicidade era uma prioridade incitada pelo temor do fantasma da miséria estrangeira que chegava ao país através de notícias jornalísticas, relatos de viajantes e obras literárias e artísticas. Os jornais denunciavam recorrentemente a necessidade de que a mendicância no Brasil fosse combatida antes que a situação ficasse insustentável como na Inglaterra. O pauperismo inglês era retratado como uma espécie de “doença” que atingia os países industrializados e a miséria era alvo de análise de estudiosos de diferentes áreas do saber e traduzida por artistas e escritores.

A comparação da miséria nas cidades industriais a uma “peste endêmica” que se alastraria por todo o mundo foi feita em 1840 pelo conde Gustave de Beaumont após viagem à Irlanda. Parte de sua obra “*Irlanda Social, Política e Religiosa*” foi publicada na 4ª edição do Jornal Correio Official: In Medio Posita Virtus (1840, p. 14):

A miséria nua e faminta, a miséria vagabunda e preguiçosa, a miséria que anda mendigando sobre todo o país, e se apresenta em todas as partes debaixo de todas as formas e a todos os instantes do dia. Ao chegar às costas da Irlanda, he a primeira cousa que se oferece aos olhos, e desde aquelle momento se não deixa de ver, já

debaixo da forma de mendigo que mostra suas chagas, já debaixo da do pobre coberto de farrapos: por toda parte segue o viajante e o cerca sem cessar, ouve de longe seus gemidos e seu pranto, e se a sua voz lhe não excita a piedade, importuna-lhe e infunde-lhe o medo. Parece que esta miséria é inerente ao terreno e como um dos seus produtos; é a imitação das pestes endêmicas que corrompem a atmosfera, mancha tudo que o rodeia, e alcança, o mesmo rico que, no meio de suas fruições, não pode separar-se das misérias do pobre, e faz inúteis esforços para afastar aquelle mal que elle mesmo criou.

Relatos a respeito da miséria nas cidades industriais são também observados em obras literárias como o trecho exposto por Bresciani (2004, p. 26) do livro *Tales of Mean Street* de Arthur Morrison sobre a realidade de Londres no século XVIII:

Um lugar chocante, um diabólico emaranhado de cortiços que abrigam coisas humanas arrepiantes, onde homens e mulheres imundos vivem de dois tostões de aguardente, onde colarinhos e camisas limpas são decências desconhecidas, onde todo cidadão carrega no próprio corpo as marcas da violência e onde jamais alguém penteia seus cabelos.

O cenário de pauperismo desencadeado a partir da Revolução Industrial na Europa despertava além do medo, a curiosidade e o fascínio da elite brasileira. Nestas condições, a primeira representação social dos chamados “mendigos” que ganha força no Brasil é, a do sofredor, do “bom pobre” que vive de esmolas, uma visão romântica que segundo Araújo (2013, p. 837) “[...] é fartamente representada na moda, cinema, pintura, fotografia, teatro e carnaval”. Essa chamada “[...] personalidade mendiga é fonte de inspiração de estilistas, tema para fotógrafos, motivo para pintores” até os dias de hoje. Nas manifestações artísticas, espetáculos de dança, teatro, ópera, pinturas, entre outros “os gestos dos mendigos são facilmente identificados: a mão que pede, o falar sozinho, o corpo curvado, o andar vagaroso, o olhar perdido, a cabeça baixa, o esbravejar, a gargalhada” (ARAÚJO, 2013, p. 844).

A elite brasileira influenciada pela cultura europeia no início do século XIX via beleza no “mendigo” da ficção, inspirada em ideais católicos vislumbrava nos “bons pobres” inspiração divina e redenção. Nas publicações de periódicos da imprensa brasileira observamos que era comum a importação de obras de arte por famílias abastadas brasileiras, dentre as quais se destacam as obras de pintores Bambocciantis. Esses artistas italianos reproduziam em suas telas as classes mais baixas da população europeia, principalmente “mendigos”. A este respeito Haskell (1997, p. 223) destaca que a burguesia apreciava ver em pinturas aquilo que detestava ver na vida real, entretanto, gostava dentro de certos limites, uma vez que “as personagens das Bambocciate eram os bons pobres”.

Junto à representação social do “bom pobre” romanticamente idealizado havia seu antagonista o mendigo mau, enganador, criminoso também chamado pela imprensa de “falso mendigo” ou “mendigo de profissão”. Essa forma de representar os “mendigos” ganhou força na imprensa brasileira do século XIX através, principalmente, do relato de correspondentes internacionais.

As notícias sobre o pauperismo, principalmente na Inglaterra, causavam assombro na elite brasileira que temia a formação de uma horda de “mendigos”. Bresciani (2004, p. 39) descreve esse sentimento da seguinte forma: "o incômodo causado pelos mendigos e pelos vagabundos isoladamente só se vê suplantado pelo medo deles em multidão”.

Ideologicamente escritas e estrategicamente disseminadas, as notícias aterradoras sobre a miséria nos países europeus geravam o temor do avanço da mendicância no Brasil. E, acima de tudo, desencadeavam o medo da pobreza. E uma nova representação social dos “mendigos” adquire ênfase na imprensa: uma figura traiçoeira e cruel, capaz de saquear e matar. Como exemplo apresentamos a notícia veiculada pela 16ª edição do Jornal Diário de Pernambuco (1866, p. 08) na sessão “*Um Pouco de Tudo*”:

[Os mendigos] juntam-se em bandos de 100, 150 e 200 muitos dos quaes com o pretexto de coxear vão armados de grossos cacetes, e desfilam formados e silenciosos pela frente dos mais ricos armazéns, estendendo a cada um por sua vez a mão para receber a esmola, acompanhando este movimento com olhar feroz.

Ao passo que a burguesia é representada nas notícias como principal padecedora da violência dos “mendigos”:

O commercio é pura victima [...] causa espanto à primeira vista, a prepotência exercida pelos mendigos sobre o commercio; [...] acontece que quanto mais rico for o negociante mais mal tratado será (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1866, p. 08, grifo nosso).

As representações sociais preconceituosas, vão, portanto, adquirindo conotação de uma moral burguesa capitalista através da criminalização da classe trabalhadora, culpabilização dos pobres pelo pauperismo e crítica às políticas sociais. A representação do “mendigo aproveitador” que “prefere” viver às custas do Estado junto a do “mendigo criminoso” são as mais recorrentes na imprensa nacional até a metade do século XIX. Lê-se na 80ª edição do Jornal Correio Official: In Medio Posita Virtus do Rio de Janeiro (1840, p. 320):

Na Inglaterra há 14 milhões de mendigos, se calcula um mendigo por seis habitantes. Inglaterra é a terra clássica da mendicância, graças à detestável lei dos pobres que

concede um prêmio para que vivam sem trabalhar. Tanto que, quando um indivíduo desta classe contrai matrimônio, recebe um aumento de socorros que vai sempre em aumento, segundo o número de filhos que tem, de forma que todo o mendigo conta mais com os auxílios do que com o fruto de seu trabalho.

Esvaziada de criticidade e, fortemente calcada em pressupostos morais, a narrativa jornalística incitava a culpabilização do sujeito pobre e expropriado de meios de subsistência, associando o pauperismo à preguiça e ociosidade. A representação da imprensa sobre o “mendigo” nesse período é a de um criminoso aproveitador, que vive às custas da caridade pública e, que projeta estratégias ardilosas como roubar, enganar, fingir doenças, deficiências e/ou chagas para obter seu sustento. Assim, os “mendigos” eram apresentados como algozes e a burguesia como vítima.

Dada a construção social dessa identidade a mendicidade é vislumbrada pela elite brasileira como uma ameaça à ordem, à moral, à família e ao progresso social da nação, percebemos que havia uma grande preocupação em criar leis capazes de inibir a “vagabundagem” e o ócio antes mesmo que a questão se tornasse um efetivo problema no país.

4.2 O “MENDIGO EUROPEU”

O temor incitado pelas notícias a respeito do pauperismo e mendicidade nos países industrializados conduzia a uma preocupação com o futuro do Brasil e a elite burguesa desejava se prevenir das terríveis circunstâncias. No entanto, as estratégias de preparação e/ou enfrentamento ao pauperismo para a construção da nação brasileira acabaram por atacar aos pobres e não a estrutura político-organizacional e econômica que desencadeia os problemas sociais.

Um das medidas legais brasileiras de controle à propagação da mendicância foi o controle da imigração, baseado na ideia de que “mendigos” e “vagabundos” estrangeiros eram típicos aproveitadores e migravam para o Brasil para serem sustentados pelo governo. A este respeito, em 1839 o *Jornal Correio Paraense: Diário Noticioso, Commercial e Litterário* traz em sua capa o Decreto 1556 de 13 de outubro de 1839 sobre estrangeiros:

O Vice Presidente dos Estados Unidos do Brazil, considerando: o direito de permitir que estrangeiros entrem no território nacional, e que ali permaneçam ou d'elle sejam obrigados a sair, é consequência lógica e necessária da soberania da União. [...] Art 2º - fica proibida a entrada de estrangeiro mendigo, vagabundo, atacado de moléstia que possa comprometer a saúde pública ou suspeito de atentado cometido fora do território nacional contra a vida, a saúde, a propriedade ou fé pública.

Sobre a vinda de estrangeiros para o Brasil neste período observamos opiniões divergentes entre deputados e senadores nas sessões das câmaras transcritas pelos jornais impressos. Percebe-se que havia um anseio pelo progresso brasileiro e também um forte temor da miséria e violência. Assim, o controle da imigração se deu permitindo a entrada de trabalhadores e coibindo a vinda de “vagabundos” e “mendigos”.

A mão de obra europeia era considerada por alguns mais produtiva, eficiente e trabalhadora que a africana. Entretanto, era intensa também a defesa do emprego forçado da mão de obra brasileira ociosa e da não “importação” de mais “vagabundos”.

A discussão efervescente sobre a imigração neste período pode ser observada em uma Assembleia Provincial ocorrida em 03 de março de 1857 em São Paulo cuja ata foi transcrita pelo Jornal Correio Paulistano em sua edição 506. Nesta consta um debate entre os membros eleitos Sr. Nebias e Sr. Barata a respeito da imigração no Brasil – ambos contrários a imigração:

Sr. Nebias - No meio dessa população estrangeira que vem povoar o nosso país existem elementos diversos por sua moralidade; existe muita gente incorrigível e turbulenta; vem muitos mendigos que é uma raça infernal em todos os países. O mendigo é um criminoso, não é um desgraçado, é o homem que se acostuma a vadiar vivendo à custa das esmolas alheias, é um réu da alta polícia correcional. Contraído uma vez esse hábito, é muito difícil reprimi-lo pelos hábitos opostos ao trabalho. Desgraçadamente de todos os pontos no meio de uma colonização boa e morigerada vem muita gente perdida, criminosos, homens relaxados, homens que não podem em parte alguma do mundo viver do trabalho. [...] Não queremos sustentar gente vadia, nem mesmo miseráveis bastam os que já temos no país.

Sr. Barata – Cada nação carregue com os seus mendigos.

Sr. Nebias – Estrangeiros miseráveis não valem a pena de ser importados em nosso país.

Sr. Barata – Devem ser reexportados

Sr. Nebias – E demais nem eles precisam de nossos socorros, porque em todas essas nações há estabelecimentos de caridade.

De acordo com Menezes (2009, p. 73) os discursos sobre a imigração nesse período se polarizaram com relação aos benefícios e malefícios da vinda de estrangeiros para o Brasil. E, ao mesmo tempo que se repelia a “importação” de “mendigos” estrangeiros também se nutria uma admiração aos povos europeus. Isso porque, estes possuíam “uma característica fundamental no contexto do discurso do progresso: eram brancos, distanciando-se, por exemplo, dos africanos, chins e coolies, sobre os quais pesava a imagem da degeneração” (MENEZES, 2009, p. 75).

Sob o prisma do preconceito racial defendiam a ideia de que a miscigenação no Brasil era responsável pelo atraso da nação e, de que os povos europeus brancos, por suas superiores

capacidades intelectuais e gosto pelo trabalho conquistaram o progresso. Esse discurso aparece em uma publicação a pedido de um leitor que assina como venerando R. na 963ª edição do *Jornal Correio Paulistano de São Paulo* (1859, p. 03):

[...] Os povos educados à maneira dos ingleses sabem que tem braços para trabalharem e que é um dever obedecer às leis do seu país. Descendemos de uma nação quase sem educação, além disso fomos unidos as rudes tribos dos Africanos, e indígenas do Brazil. Desta trindade Portugal, África e a América, sahio uma tão grande ignorância e diversidade de cores, costumes e desejos, que quem viajar para o Brazil pode dizer que já viu todas as formas que a espécie humana pode ter.

Esse discurso apresenta em suas entrelinhas “a ideia de que o trabalho do negro liberto era incapaz de promover o progresso do país”, e, pressupunha que “os europeus estavam no topo da pirâmide da evolução”, e que esta pirâmide era “formada, em sua base, por povos ‘primitivos’, dentre os quais se contavam negros e indígenas” (MENEZES, 2009, p. 73). Em outra publicação, desta vez no *Jornal Diário de Pernambuco* em sua 34ª edição (1863, p. 08) o redator não identificado também realiza uma comparação entre Brasil e Inglaterra onde atribui aos ingleses a característica de emancipados pelas vias do trabalho e aos brasileiros a preguiça e vadiagem:

O Brasil e a Inglaterra

A consequência [da Revolução Industrial] foi que o trabalho passou para os braços livres, e os vadios que viviam como parasitas agregados às fazendas, vivendo de esmolas e de furto, começam a viver dos seus salários e com isso emancipam-se e vão sendo moralizados. O brasileiro passa por indolente, preguiçoso, moleirão.

Os discursos pró e contra a imigração possuíam, entretanto, um elo de ligação, um elemento comum: o temor da mendicância. E, sem levar em consideração que o capitalismo produz pobreza e desigualdades sociais que, inevitavelmente conduziram ao temido agravamento da mendicidade, forjam-se estratégias de enfrentamento pautadas na repressão e controle da classe trabalhadora. Percebe-se que mesmo antes da instauração do sistema capitalista de produção em solo brasileiro, suas bases ideológicas e fetichizantes já conduziam o pensamento da elite nacional.

A categoria trabalho assumiu centralidade no Brasil, a perspectiva em voga era de que o progresso e evolução das nações estavam diretamente associados ao trabalho e, por outro lado, a desgraça de um país, sua miséria e atraso se correlacionam ao ócio e preguiça, ou seja, ao não trabalho.

O escravo africano, o índio, e boa parte do povo brasileiro fruto da miscigenação eram representados como preguiçosos que não se encaixava nos padrões do “primeiro mundo”. Assim como não se encaixam os próprios europeus ociosos que migravam ilegalmente para o Brasil e todos aqueles que fossem considerados “mendigos” e “vagabundos”. Portanto cria-se também uma representação ideal do trabalhador, disciplinado, ordeiro e educado.

4.3 O “MENDIGO VADIO” – AMORAL PORQUE NÃO TRABALHA

Após declarada sua independência em 1822 o Brasil iniciou uma trajetória de reorganização buscando se consolidar enquanto nação. Único na América do Sul a optar pelo regime monárquico coroou D. Pedro como primeiro imperador do Brasil. A primeira Constituição outorgada em 1824 por D. Pedro refletia o desejo de criação de um sistema representativo baseado na teoria da soberania nacional. “Com base em uma representação de civilidade europeia, desejava-se que o recém-país se afastasse dos traços que o mantiveram por séculos enquanto colônia portuguesa” (SOUTTO MAYOR; MACIEL DA SILVA, 2013, p. 02).

Baseada em pressupostos racistas, a dita “construção da nação brasileira” consistiu em um processo de moralização da vida dos pobres. Através da criação de mecanismos de controle e vigilância a elite brasileira almejava a domesticação das “classes perigosas”¹⁷ através do trabalho:

Diante do conjunto de práticas educativas pensadas e colocadas em ação, destacava-se a grande preocupação com a criação de cidadãos afeitos ao trabalho sistemático, capazes de impulsionar o sistema produtivo do país e fomentar uma nova mentalidade, avessa à ociosidade, à vagabundagem e à vadiagem, os grandes inimigos do desenvolvimento que se almejava para a nação. Neste contexto, o “tempo livre” e desocupado de obrigações “úteis” era amplamente condenado, sobretudo em se tratando das parcelas mais pobres da sociedade (SOUTTO MAYOR; MACIEL DA SILVA, 2013, p. 02).

De acordo com Azevedo (1987, p. 30) antes mesmo da independência, em 1810 o paulista Antonio Vellozo de Oliveira em sua obra intitulada Memória sobre os Melhoramentos da Província de S. Paulo, denunciava a existência vegetativa e isolada de um povo anti-social no Brasil. Cujas sociabilidade e/ou a formação de um “povo social” apenas seria possível a partir

¹⁷ Parte-se da compreensão de “classes perigosas” enquanto “um conceito elaborado pela elite nacional no século XIX, na tentativa de definir, assim, a massa pobre, oriunda, especialmente do regime de escravidão que durou três séculos” no Brasil. Nesta direção, “segundo essa ideia, dependendo de uma determinada natureza (pobre, negro, semialfabetizado, morador de periferia, etc.) a pessoa se apresenta como um criminoso em potencial (JÚNIOR, 2013, p. 48).

da formação de “uma comunidade de produtores livres e insaciáveis, sempre perseguindo novas necessidades, e portanto, constantemente devotados ao trabalho” (AZEVEDO, 1987, p. 31). Esse pensamento se acentuou a partir da década de 1930 no Brasil pelas teorias de Frederico Leopoldo Cezar Burlamarque cuja preocupação central estava na “segurança da raça branca” e controle do “inimigo doméstico”, ou seja, do escravo. Para ele, além de perigosos e preguiçosos “os negros não primavam pela inteligência”.

A preguiça e/ou vadiagem eram consideradas atos desviantes tendo em vista que, sob tal perspectiva “o ‘não fazer nada’ levaria o homem a ideias tolas – não por acaso um ditado alemão utilizado ainda hoje proclama que o ‘ócio é o começo de todos os vícios’. O ditado traz à luz a estreita conexão entre vadiagem, pecado e criminalidade” (SIMON, 2009, p. 126). E, nestas condições, o chamado “mendigo” se torna “a própria personificação da vadiagem, já que ele, em seu comportamento típico, não trabalhava e ainda vivia do trabalho alheio” (SIMON, 2009, p. 127). Esse pensamento pode ser observado na crônica apresentada na 198ª edição do *Jornal O Chronista do Rio de Janeiro* (1838, p. 03):

[...] o preguiçoso não trabalha e por consequência não produz: olha para esse mendigo no meio da rua; este se faz desprezível pela exageração de suas misérias pela hipocrisia com que encobre sua preguiça.

No Brasil do século XIX o destino de escravos negros abandonados por seus exploradores devido a problemas de saúde física ou mental, fugitivos ou libertos era, muitas vezes, a vida nas ruas. Dessa maneira, a condenação da preguiça, vagabundagem e da mendicância tem cor, ela “coloca o preto em situação de inferioridade em relação ao branco que lhe faz caridade”. E, reitera o pressuposto moral da elite brasileira do período, cuja associação do negro à preguiça e inferioridade intelectual advoga que “a raça só se elevará pelo amor ao trabalho” (BASTIDE, 1973 p. 148).

Fortemente arraigada no Brasil a ideia de uma moralidade “cindida por representações sociais de gênero, etnia e posição social” (PIMENTEL, 2007, p. 29) seus regimentos legais se pautavam na perseguição e punição dos “desviantes”. O “fantasma” da mendicância europeia, principalmente de Londres, ainda assombrava o Brasil. Para evitar o infortúnio seria necessária a correção pelo trabalho e moralização dos “vadios”, “vagabundos” e “mendigos” antes que a vadiagem se tornasse incontrolável.

Neste sentido, Pimentel (2007, p. 29) destaca o papel de controle social exercidos pelas “Ordenações Filipinas” - código legal português – que vigorou no Brasil até meados do século XIX. Neste, o quinto volume era dedicado ao direito penal, estipulando os crimes e suas

respectivas penas”. Tal “sistema de punições era ambíguo, e os privilégios sociais eram fielmente respeitados” (PIMENTEL, 2007, p. 30).

Vinculada às Ordenações Filipinas atuavam os “Tribunais Eclesiásticos em todo o território colonial” e, “ambas se voltavam para a normatização da sociedade e eram aliadas nessa empreitada” (PIMENTEL, 2007, p. 31). De acordo com Silva (2005, p. 03) a Igreja era incumbida de “combater os desvios da moral”, [...] “para assegurar as determinações legais e divinas de construir uma família e viver de maneira cristã”.

Assim, os códigos civis e eclesiásticos objetivavam conter as infrações contra a moral, todavia, apesar do objetivo comum, possuíam “algumas diferenças no que se refere às punições e a qualificação dos delitos”. Contudo, é importante refletir a respeito do real objeto de intervenção sob o qual ambas abordagens incidiam: a domesticação dos trabalhadores brasileiros voltada ao melhor aproveitamento da colônia por Portugal. Para que a exploração obtivesse êxito era necessário o desenvolvimento de um espectro moral baseado no trabalho e na docilidade pacífica do povo:

[...] o Brasil surge deles como terra rica à espera de exploração adequada, necessitando de uma população laboriosa, porém é território habitado por um povo dominado pelos “vícios da lascívia”, precisando ser moralizado. No imaginário europeu da época, paraíso, inferno e purgatório misturavam-se, produzindo um efeito, ao mesmo tempo, de medo, de desafio e de curiosidade. As promessas de riqueza e prosperidade eram ameaçadas pela ação do demônio que dominava os colonos, fazendo-os indóceis, preguiçosos e luxuriosos (PIMENTEL, 2007, p. 31 e 32).

Nestas condições, tanto no Brasil quanto na Europa as concepções de “comunidade bem-ordenada” e de bons costumes não eram compatíveis com os “mendigos”, já que estes se misturavam “com criminosos, peregrinos e grupos de ciganos” e, ainda “com cantores e contadores de estórias, ‘adestradores de ursos’ e outros ‘artistas’”. Formando assim, “uma mistura de grupos sociais marginais que despertava muitíssimo a desconfiança das autoridades” (SIMON, 2009, p. 128). A representação social preconceituosa do “mendigo vadio” - que não trabalha - ganha relevo na imprensa e atende aos anseios da elite nacional que teme o abalo nas condições de exploração.

4.4 O “MENDIGO” PERIGOSO E CRIMINOSO

Uma representação social preconceituosa que se destaca na imprensa do século XIX no Brasil é a que confere aos “mendigos” as características de perigoso e criminoso, são muitas as notícias que associam “mendicidade” e criminalidade. O “mendigo” é retratado nos jornais

como vil e inescrupuloso, capaz de tudo, desde roubar e assassinar. Essa representação do “mendigo” pode ser observada na crônica extraída do Jornal Gazeta de Paris e publicada na 93ª Edição do Jornal Gazeta do Rio de Janeiro em 1811. Se trata de uma notícia sobre um casal de “mendigos” que assassinou uma criança a sangue frio durante uma tentativa de roubo residencial:

Commetteu-se há pouco na vizinhança de uma pequena Aldeia de Brie um crime horrível. Um mendigo e sua mulher se apresentarão á boca da noite à porta de uma pequena casa, pouco distante da estrada Real. Pedirão licença para dormir alli ao cazeiro, cuja mulher estava de cama, em consequência de um próximo parto. Deu-lhes um pequeno quarto, onde passarão a noite sossegadamente. Sendo Domingo o dia seguinte, o cazeiro e seus criados foram á missa a uma Aldeia vizinha. O mendigo também mostrou querer ir e ficarão sós na casa a mulher do cazeiro, a mulher do mendigo, que se queixou que não estava boa, e um menino de seis annos. Logo que saiu a gente, a mulher do mendigo, armada de uma faca, se chegou á cama da parida, e pediu-lhe o dinheiro, ameaçando matá-la, se recusasse. Esta, doente e fraca, não opôs a mais leve resistência, e entregou as chaves das suas gavetas, mandando ao mesmo tempo que o menino conduzisse a mulher. Levantou-se devagar da sua cama, seguiu a mulher do mendigo sem ser sentida, e puxando o menino para fora do quarto, fechou nelle a ladra. Então ela mandou o menino correr á Aldeia, para dar parte a seu pai, e dizer-lhe que viesse acordir-lhe. O menino não perdeu um instante; mas por uma fatalidade incompreensível encontrou na estrada o mendigo, que voltava da Igreja, sem dúvida para unir-se á sua mulher. Perguntando ao menino onde ia, este ingenuamente respondeu que ia buscar seu Pai, porque tinham tentado rouba-los. O mendigo tomou o pequeno pela mão, e disse que não era necessário, porque elle ia acudir a sua mãe. Voltaram a casa, onde a mulher do caseiro estava fechada; bateram á porta, mas esta mulher, não conhecendo a voz do marido não abriu-la; o mendigo fez vãos esforços para induzi-la a abrir; e não podendo conseguir o seu fim, ameaçou degolar o menino se ela não resolvesse imediatamente. Furioso de não poder vence-la, executou sua horrível ameaça, e matou a criança, quase debaixo dos olhos de sua mãe que ouviu os gritos e últimos suspiros de seu filho, sem poder valer-lhe” [...].

A mesma crônica foi publicada novamente 8 anos depois na segunda página do Jornal Idade D’ Ouro do Brazil (Bahia) em sua 3ª Edição no ano de 1819, o que evidencia que sua intencionalidade reside na disseminação do medo e não da notícia em si. O “mendigo” é descrito nos jornais como um ser quase que irracional capaz de qualquer ato imoral ou violento para conseguir o que deseja. A notícia a seguir foi publicada em dois jornais: na edição 86ª do Diário de Pernambuco (1853, p. 03) na sessão de Retrospecto Semanal e na edição 49ª do Periódico dos Pobres do RJ (1853, p. 03):

Um mendigo cego dando pancada!!

Recife 16 de abril de 1853. Um caso raro teve lugar no dia 10 do corrente, n’esta cidade. Passeava à noite certo indivíduo com sua senhora, e ao passar pela rua da Penha, succedeu-se dar um leve encontrão em um cego, que também ia pela calçada.

O mendigo irritado, e sem mais nem mais, foi-se afastando, e erguendo o pau que o guiava, descarregou-o sobre o sujeito, o qual tratou de defender-se como pôde. Travada a luta, puxou o mendigo por uma faca, chegando a fazer com ella um leve ferimento na mão do seu adversário; e como a senhora tomou parte na luta, deu-lhe ele uma formidável dentada na face, deixando-a no mais deplorável estado.

As notícias e demais publicações jornalísticas brasileiras no século XIX sobre a temática da mendicância continham a intencionalidade de chocar e impressionar a sociedade. De acordo com Pimentel (2014, p. 97) observa-se neste período, a introdução dos primeiros elementos do sensacionalismo na imprensa brasileira. É possível observar o teor moral das publicações, ideologicamente calcadas na lógica da ordem e do progresso social e, contrárias a qualquer ato desviante.

Nesses discursos costumava-se dar destaque negativo a certos indivíduos que contrariavam estes referenciais [morais] com a ociosidade, o vício, a delinquência, a pobreza, a insalubridade e outros” (PIMENTEL, 2014, p. 97). O jornal era um veículo de comunicação utilizado pela elite não apenas como forma de propagação dos ideais morais e cristãos, mas também, para efetuar reclamações e reivindicar ações de repressão policial à “vadiagem” e “mendicância”:

À Polícia – Consta-nos que vaga constantemente pelas ruas dos Inválidos um mendigo com perna de pau, ora de muletas, ora arrastando-se pelas calçadas, e sempre embriagado. Quando este indivíduo não obtém a esmola que pede, dirige contra o transeunte uma descarga de pragas, injúrias e palavras obscenas. E não fica ali a má conduta do desgraçado: aumenta elle o espetáculo com gestos e atos indecentes, afugentando as famílias das janelas e ofendendo a moral pública (JORNAL DO COMMERCIO, 1861, p. 01).

Em outra denúncia alguns moradores do Largo do Paço no Rio de Janeiro pedem atenção ao Subdelegado à um indivíduo que impede a retirada de água da bica do Largo:

Ao Sr. Subdelegado - Roga-se a S. de remover da bica do largo do Depósito para longe um indivíduo que ali quer governar absolutamente na água do público, insultando a Deus e a todo mundo com suas carraSPANas e fazendo a desmoralização, que é mister respeitar não só com suas grosserias, mas também querendo seduzir com sua baba peçonhenta algumas escravas, que são as únicas que o déspota deixa tirar água! Este mendigo dorme na rua às portas das casas de negócio e quem sabe com que intenção! Assinado: Os moradores do largo (JORNAL DO COMMERCIO, 1861, p. 01).

A indignação popular contra os “mendigos” e “vagabundos” é expressamente incitada por meio das publicações a pedido de leitores ou das notícias, crônicas e manchetes alarmantes. As denúncias contra a depravação e o atentado à moral aos bons costumes são mescladas com acusações de roubos e crimes diversos disseminando o estereótipo do “mendigo perigoso”.

O tom de ódio e repulsa popular contra os chamados “mendigos” também é observado na notícia a seguir publicada na seção “Revista Diária” do Jornal de Pernambuco em sua 20ª edição do ano de 1864, página 02, onde o editor não identificado afirma que: *“não basta que peçam esmolas durante o dia esses vadios de péssimos costumes que percorrem as ruas invadem as casas, destas levando o que podem subtrair, para com o produto dessas esmolas passar a vida devassa nos esconderijos em que residem na mais asquerosa depravação”*.

Os discursos de ódio presentes nas notícias remetem a outra tendência forte na época: a necessidade de identificar entre os “mendigos” os de “boa índole” e os “malfeitores”. Sendo os primeiros verdadeiras raridades segundo a imprensa, em 1833 publica um leitor na 118ª edição do Jornal Recopilador Sergipano: *“de cem pessoas indigentes há uma que seja verdadeiramente necessitada”* (Assinado: *“O Bom Homem Ricardo – Patriota Brasileiro”*).

4.5 O “MENDIGO DE PROFISSÃO” E O “MENDIGO RICO”

Uma preocupação central sobre a mendicidade no século XIX era diferenciar “mendigos” aptos ao trabalho de “pobres coitados” incapacitados que não teriam outra forma de se manter além das esmolas que reivindicavam à caridade pública. Inválidos, deficientes físicos e/ou mentais, idosos, viúvas com filhos pequenos, crianças e/ou famílias com muitos filhos ou, com filhos deficientes/doentes eram, de forma geral, consideradas “merecedoras” de “ajuda” na forma de “esmolas”.

Entretanto, mesmo sobre os “mendigos inválidos” pairavam as dúvidas sobre o uso da doença ou deficiência como artimanha para aumentar seus lucros através das esmolas e/ou para se safar de penas/punições. Essa perspectiva é evidenciada na notícia divulgada na capa da 1123ª edição do Jornal A Aurora Fluminense: Jornal Político e Litterario (RJ) em 1835:

Era muito conhecido no Rio de Janeiro um mendigo, privado totalmente do uso das pernas, mas de índole tão perversa que nesse mesmo estado perpetrou vários assassinatos. Quando lhe aconteceu ser preso e entregue à Justiça, a desculpa do miserável era sempre a sua condição desgraçada, procurando excitar a compaixão das autoridades, com repetida exposição dos males que sofria.

Junto a essas distinções entre “bons” e “maus mendigos”; “válidos” e “inválidos” era comum nas notícias a diferenciação entre “verdadeiros” e “falsos mendigos” ou “mendigos de profissão”. Estes últimos eram aqueles que, segundo as notícias, utilizavam estratégias diversas para explorar a caridade, seja através do uso de crianças para esmolar (suas filhas/os ou alugadas de terceiros), seja fingindo chagas, deficiências e/ou doenças, e até mesmo escondendo

riquezas. O Jornal Nova Luz Brasileira do Rio de Janeiro (1830, p. 01) procurou em sua 45ª edição apresenta definições e conceitos de diferenciação nesse sentido:

Definição 75: – Mendigo, ou mendicante – É aquelle que pede esmolas, porque não pode trabalhar, nem ganhar nada com justa causa.

Por esta definição o “mendigo” é um cidadão que depende da caridade da sociedade por não poder trabalhar. Já aquele que tem condições de trabalhar e não o faz é considerado um “falso mendigo”, um enganador. Enquanto que o miserável:

Definição 76: – Miserável – É aquele que não pode bem suprir suas despesas e precisões com o que ganha; e por isso passa mal de sustento e vestuário, ficando até roto e sujo: sendo mais triste o seu estado quando adoece, ou quando sofre algum infortúnio.

O que distingue, nestes termos, o “mendigo” do pobre e do miserável é o trabalho. E, a categoria trabalho, é assim, ideologicamente utilizada como definidora de caráter e merecimento. A este respeito lê-se na crônica intitulada “Os Pobres e os Mendigos” publicada em 29 de abril no Jornal O Liberal de Pernambuco (1858, p. 01) 1667ª edição: *“em uma palavra, haverá sempre pobres, e atualmente existem muitos. Seria, pois, de alta importância que o dinheiro destinado aos pobres não fosse distribuído aos mendigos. Porque é necessário não se confundir os pobres e os mendigos”*. A distinção entre pobres e mendigos, nesta perspectiva, seria o caráter situacional da pobreza, uma situação a qual o sujeito não escolheu, em contrapartida, o mendigo seria o indivíduo que escolheu a mendicância como uma “profissão”: *“a pobreza é uma situação, a mendicidade um ofício”*. E, nestas condições, o discurso dominante brasileiro do século XIX apregoava que: *“não existe uma profissão manual tão lucrativa, para o que a exerce, como a mendicidade. A moléstia e as enfermidades não estorvam o mendigo; ao contrário aumentam os seus recursos e benefícios. É assim que os mendigos roubam aos pobres.*

O “mendigo” é representado, portanto, como inimigo do pobre, pois, lhes roubam parcela importante da caridade das igrejas e da sociedade de forma geral. Bolognesi (2019, p. 29) afirma que o conceito de “mendicância” como profissão remonta ao século XVIII na Europa, com os artistas de rua considerados vagabundos itinerantes que se apresentavam nas praças “oferecendo seus produtos e serviços”. Exibições teatrais, acrobáticas e até mesmo a venda de um lugar no céu compunham o rol de estratégias do “mendigo de profissão”. De acordo com o autor, estes exploravam a “culpa intrínseca dos cristãos” através do ato de pedir

esmolas, já que a “esmola seria uma forma de alívio do sentimento dos pecadores e ilusória garantia de um lugar no paraíso”. Dessa maneira, “tratava-se, pois, por parte do mendigo, do ato deliberado de oferta da inocência, da venda e da compra, em vida, da felicidade após a morte”. Nestes termos “a esmola, fê e pecado formavam a tríade psicológica garantidora de um modo recorrente de vagabundagem” (BOLOGNESI, 2019 p. 30).

A “eficácia da mendicância” estava “diretamente ligada ao acaso e astúcia, ao travestimento, ao enganar, à fraude, ao embuste” (BOLOGNESI, 2019 p. 33). O “mendigo de profissão” da Europa do século XVIII era assim, segundo Bolognesi (2019, p. 34) o indivíduo que adotava a “vagabundagem e a mendicância como profissão” e, como tal, explorava o mercado da caridade “e usava de artifícios teatrais para representar e explorar a miséria”.

Perspectiva semelhante é observada no Brasil do século XIX, entendia-se o “mendigo de profissão” como um explorador da caridade popular. E, acreditava-se que estes acumulavam riquezas obtidas através do negócio lucrativo da mendicância e da forma de vida que levavam, tendo em vista que não teriam gastos com moradia, vestimenta, alimentação, entre outros.

A representação social preconceituosa do “mendigo de profissão” pode ser observada em um artigo jornalístico publicado na 21ª edição do Jornal Diário do Rio de Janeiro (1858, p. 02) que afirma que a deficiência é considerada pelo “mendigo de profissão” como uma dádiva já que lhe proporciona aumento nos “lucros”. O redator designa essas pessoas utilizando os seguintes termos: *“certos troncos disformes, certos leprosos, certos abortos humanos que parecem corromper o ar e sombrear o sol”*. O artigo de chocante conteúdo expressa o desprezo e o preconceito da classe dominante da época para com os indivíduos considerados “mendigos”. E, segue acusando esses sujeitos de serem exploradores da caridade: *os filhos são a fortuna do pobre. Se a mulher de um mendigo desse a luz a um monstro, poderiam dizer-lhe – Abençoado é o fruto do vosso ventre!* Ademais, o redator que assina apenas como A. Karr denuncia o aluguel de crianças como estratégias utilizadas pelos “mendigos de profissão” para obter mais esmolas através da comoção popular. Neste sentido reitera que os que não tem filhos, tem um recurso: *“alugam-os. Alugam-se as crianças mais caras à medida que são mais pálidas ou doentias, e que pareçam mais desgraçadas ou enfermas; para uma criança receber três francos é preciso estar quase morta. Tudo isso é horrível!”*

Essa representação social do “mendigo” propagada pela imprensa influenciou a opinião popular sobre o personagem “mendigo” que por ser “vagabundo”, imoral e desejar viver a vida sem esforços se utilizava de uma série de artimanhas para comover seu público. A mendicância passa a ser representada como um trabalho, no entanto, apartada da moral ideologicamente atribuída a essa categoria.

Assim, a mendicância é considerada o trabalho sujo, desonesto e seu trabalhador é, conseqüentemente um aproveitador, sujeito de má índole capaz de utilizar suas doenças, deficiências e até mesmo seus filhos para progredir no ramo. E, quando não possui meios de garantir a piedade, forja estratégias, inventando chagas, dores, deficiências e tudo mais que sua imaginação permitir.

Dessa identidade social surgiu uma nova forma de representação que, junto às demais, corroborou para a consolidação do preconceito contra a PSR na atualidade: a representação do “mendigo rico”. Ou seja, daquele indivíduo que viveu sua vida como “mendigo” para com isso, acumular riquezas às custas da caridade alheia.

Em 1858 o Jornal Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal traz em sua capa a seguinte chamada: “*Encontraram um tesouro de 80 dinheiros nas roupas de um mendigo enterrado já há seis anos!*”. Já o Jornal Monitor Campista apresenta a história de um “mendigo” de Genova cujo acúmulo de riquezas foi descoberto após sua morte:

Um mendigo rico – O Jornal Cittadino di Genova, conta o seguinte caso: “Morreu ultimamente no hospital de Pammatone, um velho de 80 annos, que enquanto viveu passou uma vida mesquinha e cheia de privações, só a accumular dinheiro. Era de estatura baixa, magro, macillento e estendia a mão para pedir esmola a todos que encontrasse. De noite girava pela cidade recolhendo pedaços de papel e pontas de charutos. Caindo enfermo, os guarda municipais o levarão para o hospital onde morreu, entregando, poucos momentos antes de expirar, a chave de seu tugurio a uma mulher, a quem disse as seguintes palavras: “Vá e toma pra ti tudo o que achares em minha casa”. A mulher, sem outra esperança mais do que encontrar só farrapos, foi a casa do velho que achou meio aberta e, temendo allí estivessem ladrões, não quis entrar. Chamado alguns guarda, entrou examinando aquelle tugurio, acharão um baú fechado à chave, que não abrirão senão na presença da autoridade. O dito baú continha trinta e dois mil francos em diversos saquinhos em moedas de ouro e cobre e diversos relógios de ouro com as competentes correntes. A polícia tomou conta de tudo e trata de averiguar se existe algum herdeiro do infeliz e avarento mendigo (JORNAL MONITOR CAMPISTA, 1881, p. 02).

Notícias como estas consistem em reproduções do modo de pensar burguês e contribuem para a segregação da classe trabalhadora através da criação da figura estereotipada do “mendigo”. À esta figura são agregados atributos negativos tais como, a desonestidade, a corrupção, a maldade, o mau caráter, a imoralidade, a preguiça, entre tantos outros. Aliada a esta perspectiva, através das publicações nos jornais impressos do Brasil no século XIX, é possível vislumbrar outras três tendências:

- a) Forte crítica a doação de esmolas aos mendigos, principalmente àqueles considerados saudáveis e/ou aptos ao trabalho;
- b) Violência contra “mendigos”, atos de execução de “justiça com as próprias mãos”;

- c) Ações de caráter punitivo e corretivo e de limpeza urbana através de internação nos chamados “asilos de mendicidade”.

As representações sociais preconceituosas do “mendigo rico” e do “mendigo de profissão” foram estrategicamente propagadas para justificar a crítica a oferta de esmolas e demais ações de caridade particulares pelas famílias abastadas pertencentes a elite brasileira. O custeio da caridade conferia status social perante a Igreja e aos grupos influentes, entretanto, a ideia neste período era tornar seu direcionamento estratégico. Desta forma, pretendia-se repassar o recurso às Santas Casas para que estas administrassem tanto os asilos, quanto os orfanatos e hospícios que eram instituições que “livravam” as ruas dos indesejados e, com isso, tiravam os problemas das vistas da elite. Por este motivo ganha força na imprensa a representação do “mendigo” aproveitador e o discurso anti esmolas.

4.6 O “MENDIGO APROVEITADOR” E O DISCURSO ANTI ESMOLAS

Ao analisar a questão da caridade e filantropia no Brasil do século XIX Pinto (2005, p. 275) afirma que o aumento do número de “mendigos” estava associado ao “abandono de libertos idosos e doentes por seus antigos senhores” e ao “excesso de caridade prestado pela população”. Atraídos pela possibilidade de arrecadação de esmolas numerosos pobres se dirigiam “para as ruas da cidade em dias santos e feriados, nos finais de semana e, principalmente aos sábados”, a fim de mostrar “suas ‘chagas’ expostas nas calçadas, na estação e próximo aos mercados”.

A prática de doar esmolas possuía uma simbologia forte neste período, baseada em pressupostos da religião católica, sua doação poderia significar ao praticante o perdão de pecados e/ou a garantia de um “lugar ao céu”. De acordo com Pinto (2005, p. 277) “em muitos inventários post-mortem poderiam ser verificadas sua presença como um dos pré-requisitos que garantiriam a boa partida, atestando a vida caritativa e generosa de quem se preparava para a viagem eterna”.

Martins (2017, p. 248) destaca o paternalismo na prática de doações de esmola no século XIX no Brasil, para a autora as esmolas ocupavam um importante lugar na economia moral das sociedades pré-industriais de duas maneiras:

- a) “Como forma de adequação à moralidade cristã”;
- b) “Como parte da manutenção das relações de dominação das classes proprietárias que mantinham os ‘seus pobres’ e deles recebiam ou deveriam receber reconhecimento e deferência”.

Através da pesquisa constatamos que a disseminação das representações sociais preconceituosas “mendigo rico” e “mendigo de profissão” atendem aos interesses da elite nacional enquanto estratégias para redirecionamento da filantropia. Isso ocorre na medida em que a elite e os comerciantes se veem incomodados com o aumento de pessoas em situação de rua. E, percebem que a doação de esmolas incentivava que estes sujeitos permanecessem nos mesmos locais, nestas condições, ocorre um redirecionamento da caridade através do financiamento de instituições voltadas ao recolhimento destas pessoas das ruas.

A este respeito, Santana (2017, p. 37) destaca o papel das Santas Casas da Misericórdia do Brasil enquanto principais instituições de caridade destinada ao cuidado aos pobres e “mendigos” neste período, sendo estas totalmente financiadas por esmolas e legados testamentários. Pinto (2005, p. 280) ressalta o uso da caridade como “forma de obter prestígio político e social” através da manutenção das Santas Casas de Misericórdias para inserção e status “aos fidalgos na intrincada estrutura burocrática colonial”.

A prática da doação de esmolas aliada a manutenção de certas instituições de caridade pouco ou em nada contribuía para a emancipação dos sujeitos. Tampouco nutriam algum interesse relacionado a direitos humanos ou bem estar social. Suas motivações eram mesquinhas e egoístas, seja pela crença religiosa ou pela aquisição de poder e prestígio. E, partiam de um anseio das autoridades republicanas e da elite pelo “controle social da pobreza” (PINTO, 2005, p. 283).

A imprensa apresenta recorrentemente neste período a ideologia que emergia com força no Brasil, os ideais de progresso, de trabalho como dignificador humano e de limpeza social balizam as representações sobre os “mendigos”. E, mais que isso, davam o tom de repúdio e desprezo necessários a implementação das mudanças no ordenamento social. As críticas populares e as reclamações sobre os “mendigos” advindas principalmente de comerciantes remetem a disseminação de um olhar negativo sobre o ato de pedir esmolas anteriormente naturalizado no Brasil. Esmolar se torna sinônimo de falta de caráter.

Figura 4 – Trecho de notícia (Jornal Correio Mercantil, 1867, p. 03)

Trabalhar, para viver á propria custa e não como um mendigo que vive de esmolas, é ser homem de bem; agora viver, sem vergonha no interior das familias, comendo pão estranho para vir depois censurar o que vê dentro das casas, é ser infame, abjecto, e até ...

A ideologia do capital pouco a pouco vai adentrando no imaginário do senso comum brasileiro, bem como, nos setores político-econômicos incorporando a lógica da moralização pelo trabalho. Dê trabalho, ocupe os braços ociosos, não dê esmolas se tornam palavras de ordem no país. Em 1857 na capa da 290ª edição do Jornal O Correio da Tarde do Rio de Janeiro é publicada a seguinte pergunta: *O que é a esmola?* Ao que se responde: [...] *uma mão posta sobre o homem moral, uma violação dos direitos da dignidade civil, uma subordinação daquele que recebe, para com aquela que dá.* Na mesma crônica, o autor que não se identifica, segue afirmando compreender que *“em uma sociedade imperfeita e grosseira, a esmola seja útil, meritória, para subtrair os desgraçados à necessidade de morrerem de fome”.* Mas que, apesar disso, a considera do ponto de vista econômico *“um meio detestável e hipócrita, de aliviar a miséria”.* Na medida em que considera que *“é com efeito, o meio de eternizar a barreira entre o pobre e o rico, de fomentar a preguiça, de assentar a dependência sobre os interesses materiais”.* E, nesta direção, conclui que *“dar uma parte do que se tem, é muitas vezes um bem; dar trabalho, seria melhor”.*

Assim, no início do século XIX a esmola individual era vista como uma ferramenta de salvação dos pecados e como ato naturalizado no Brasil, pouco a pouco essa perspectiva vai se alterando e, esta passa a ser considerada um estímulo à preguiça.

4.7 O “MENDIGO INVISÍVEL” – NÃO HUMANO

A invisibilidade da PSR é fruto da construção histórica de uma representação social específica que aloca essas pessoas em uma posição de inferioridade tão acentuada que corresponde a um processo de desumanização. Esse processo é similar àquele que definia a relação entre senhores e escravizados. Uma vez que a sociedade escravista brasileira combinava “distância social e proximidade física entre dominantes e dominados” (KOERNER, 2006, p. 06). Assim ocorria também entre “mendigos” e demais indivíduos onde apesar da proximidade física o abismo social os alocava em posição de invisibilidade e indiferença perante a sociedade.

A invisibilidade foi socialmente construída a partir de processos de naturalização, descaso e desinteresse social para com os chamados “mendigos”. Esses processos podem ser observados nas notícias voltadas a denúncia de maus tratos e abandono de pessoas nas ruas, cujo fator comum a todas é desejo expresso de que o incômodo desaparecesse do campo de visão da população. Não identificamos sinais de empatia ou preocupação dos denunciadores e dos redatores dos jornais com as situações denunciadas, os fatos eram relatados como se

tratassem de uma pedra ou qualquer objeto incômodo no caminho. A denúncia publicada na capa da edição 272 o Diário do Rio de Janeiro (1856, p. 01) exemplifica essa afirmação:

Figura 5 – Trecho de notícia (Jornal Diário do Rio de Janeiro, 1856, p. 01)

Costuma deitar-se sobre as lajes nas immediações do theatro de S. Francisco um mendigo preto velho e cheio de enfermidades.
 Não sabemos a razão porque esse desgraçado não é conduzido para essa albergaria instituida provisoriamente onde foi o antigo matadouro na praia de Santa Luzia, sobretudo sendo mais dispendiosa a conducção do seu corpo se o deixarem morrer no abandono.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Outra categoria de notícias que corroborou com a invisibilidade das pessoas em situação de rua é a que trata de informar sobre as mortes, constatamos que 91% destas não apresentava o nome da pessoa falecida. Isso era similar ao que ocorria com os escravizados cujos nomes também não eram divulgados nos obituários e notícias já que eram tratados como animais passíveis de compra, venda e aluguel. O obituário a seguir exemplifica essa afirmação:

Figura 6 – Trecho de notícia (Jornal O Correio da Tarde, 1856, p. 01)

—Pessoas sepultadas no dia 25.
 Rosa Maria da Conceição, Africana, 50 annos.— Vomito negro.
 João Braz dos Santos, Pernambucano, 24 annos. — Febre typhoide.
 Dous innocentes, filhos de Francisco Machado Fagundes. — Fallecidos depois de nascidos.
 — Um mendigo. — Apoplexia cerebral.
 Lulo, innocente, Africano, 2 annos. — Meningo encephalites.
 Alfredo, filho de Antonio José de Souza e Almeida Sobrinho, Fluminense, 17 mezes. — Gastro-entero-colites.
 Foram sepultados 10 escravos, sendo de tuberculos pulmonares 5, de diarrhêa 1, de pneumonia 2, de tetano dos recém-nascidos 1, de coqueluche 1.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Era comum também que a notícia da morte fosse publicada em pequenas notas nos jornais, no entanto, raramente se informava o nome da pessoa denotando assim, o tom de desinteresse social e invisibilidade dessas pessoas. Lê-se no Diário de Pernambuco (1869, p. 03) em sua 81ª edição:

Figura 7 – Trecho de notícia (Jornal O Diário de Pernambuco, 1869, p. 03)

MORTE DE MENDIGO.—Amanheceu sabbado morto, no portico do theatro de Santa Isabel, um mendigo de côr preta, que alli costumava dormir. Foi mandado sepultar pela policia.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

O “mendigo preto ex-escravizado” era considerado pela sociedade duplamente inútil e descartável, era o sujeito que havia se tornado “mendigo” após ser abandonado por seu senhor quando já estava velho ou doente. Sem condições de trabalhar e, “descartados” acabavam morrendo sem nenhuma assistência. A notícia publicada no Jornal O Diário de Pernambuco (1868, p. 01) na sessão Revista Diária demonstra essa situação de abandono:

No dia 25 do passado foi encontrado em uma casa abandonada do engenho Anjo, o cadáver de um preto, já em estado de putrefação. No exame a que procedeu a competente autoridade veio se ao conhecimento de que era esse cadáver de um mendigo que tendo sido escravo fora abandonado por seu senhor; e que a morte d’esse infeliz foi proveniente de úlceras e chagas de que se achava coberto o corpo.

A naturalização do descaso e desinteresse e a desumanização do “mendigo” ficam evidentes também na notícia publicada na 55ª edição de O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Politico, Litterario e Noticioso – RJ (1859, p. 03): “*Jazia hoje morto um mendigo na rua do Ouvidor da rua Direita para baixo; e o cadáver estava exposto à chuva, coberto com um lençol, e ao pé em um prato ou bacia os que passavam atiravam esmolas para o enterro*”. A representação social do “mendigo” como alguém desimportante também é observada em uma publicação do Diário de Pernambuco (1866, p. 08) que afirma: “*um mendigo é um ente proscrito. Se pelo fato de o ser é inferior ao seu semelhante. Ninguém o trata como criatura que tem cabeça para pensar, olhos para chorar, coração para sentir. É pouco mais que um inseto, que qualquer um pode pisar com os pés*”.

A invisibilidade do “mendigo” também advém do desejo da sociedade em não o ver, já que ele é o pobre aparente. O “mendigo” representa a face mais cruel da miséria em seu

corpo, em seus trajes e atitudes ele expressa tudo aquilo com que não se quer entrar em contato. O “mendigo” é a representação do pauperismo bem diante dos nossos olhos, em uma proximidade incômoda e desconfortante. Goldfarb (2010, p. 2673) reflete que enquanto a pobreza estava “confinada a determinados guetos e só a conhecíamos através de índices macroeconômicos; não nos afetava como quando, ao chegar em casa, a vemos dormindo em nossas portas”. O fato de estar perto demais incomoda porque “queremos que continue sendo um outro distante”. Lidar com essa situação implicou no Brasil torná-la física e simbolicamente invisível. Significou medidas de asilamento e aprisionamento e de distanciamento simbólico através do seu não reconhecimento enquanto ser humano.

O descaso e a naturalização da violência contra essas pessoas também colaboraram para sua representação enquanto não-humanos e/ou inferiores, notícias desse tipo eram comuns na imprensa do século XIX. A exemplo estão a publicação de O Diário de Pernambuco na edição 189^a (1860, p. 02): “*o batalhão da polícia entre gargalhadas, arrancou o chapéu de um mendigo e levou-o à pontapés até o pátio da igreja da Penha*”. E ainda, a publicação de O Jornal do Commercio (1863, p. 01): “*ontem estava deitado sobre os trilhos o mendigo aleijado e conhecido como meio doido, [...] ao passar por ele um dos empregados da locomotiva lhe arremessou um pedaço de carvão à cabeça, com tal força que, segundo informação, deixou o desgraçado salpicado de sangue*”.

A violência, o descaso e a invisibilidade das pessoas em situação de rua são, portanto, frutos de um processo de construção social histórica que se baseou em representações sociais preconceituosas disseminadas por veículos de comunicação, tais como a seguinte notícia veiculada pelo Diário Novo de Pernambuco (1846, p. 02): *deve-se [...] limpar as praças do bicho vadio, [...] estes bandos de mendigos são a peste da sociedade, o foco da imoralidade, o veículo da corrupção*.

4.8 O “MENDIGO RETIRANTE” – A REPRESENTAÇÃO SOCIAL PRECONCEITUOSA SOBRE O POVO NORDESTINO

A representação social preconceituosa do “mendigo retirante” ou do “mendigo nordestino” deve ser contextualizada a partir da compreensão sobre a construção da identidade de caráter pejorativo do povo da região Nordeste. Esta tem correlação direta com a ascensão das regiões sulistas pela produção cafeeira no século XIX que possibilitou maior desenvolvimento econômico pela elevação das taxas de acumulação de capital. E, com isso, permitiu a emergência de atividades industriais mais diversificadas no Sul e Sudeste, do que

aquelas que se desenvolveram no Norte. Essa condição levou o espaço sulino ao “centro do desenvolvimento do capitalismo no país, tornando o espaço nortista subordinado e subsidiário daquele desenvolvimento”. As representações sobre a Região Nordeste propagadas pela imprensa (dominada pela elite nacional) a identificaram enquanto “lugar por excelência da pobreza, do atraso e do subdesenvolvimento nacionais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 96).

Os eventos noticiados sobre a “Grande Seca”, ocorrida entre 1877 e 1879 corroboraram para a formação de uma identidade regional baseada em representações sociais preconceituosas sobre a Região Nordeste e sua população. Apesar de não ser a primeira grande seca na região, esta especificamente ganhou visibilidade no país, não só por sua grande proporção, mas também devido ao avanço da imprensa, que divulgou a informação a todo o país.

Além disso, a seca foi utilizada pela elite como forma de obter recursos da União sob pretexto de atenção às vítimas, entretanto, parte destes foram desviados. O que por sua vez, levou segundo Albuquerque Júnior (2007, p. 95) a associação da indústria da seca a prática da corrupção generalizada, que foi “responsável pela criação de outra marca negativa com a qual são marcados os nordestinos, a de viverem às custas dos recursos vindos dos cofres públicos e da corrupção”.

As vítimas da Grande Seca migraram para diferentes regiões brasileiras em busca de trabalho, restando-lhes apenas as atividades rejeitadas pelos imigrantes europeus. Em sua maioria negros, pobres, de costumes considerados pelos sulistas “pouco civilizados” esses migrantes foram representados de forma preconceituosa como sujeitos adeptos da “baianada”. De acordo com Albuquerque Júnior (2007, p. 98) o termo “baianada” passa a ser toda a atitude que desobedece aos “códigos pretensamente mais civilizados e modernos de se comportar, assim como tudo que é considerado de mal feito é visto como coisa de baiano”.

O alto índice de migração em busca de socorros públicos e trabalho ocasionou um agravamento de epidemias que já eram realidade no país desde 1850, tais como a cólera, febre amarela e varíola conforme destacam autores como Chaloub, (1996) e Witter, (2007). A multidão que migrou para as cidades devido à Grande Seca foi chamada de “retirante” e, esse movimento levou muitas dessas pessoas a permanecer em situação de rua. Parcela desse excedente populacional foi utilizado como mão de obra barata na Amazônia durante o boom da borracha, em Minas e na Bahia na produção de café e, em menor proporção no Sul do país devido ao custo alto do transporte para longas distâncias (KOWARICK, 2019, p. 83).

Cabe destacar que a mão de obra dos retirantes não foi utilizada em sua totalidade, deixando em condições precárias muitas dessas pessoas, principalmente as doentes e sem condições de trabalhar. A grande massa de migrantes nordestinos em total situação de abandono contrastava com o ideal burguês de higiene das cidades. Isso porque, a elite nacional vinha em um movimento de construção de uma estética do “espaço urbano como um espaço público a ser por ela usufruído – estruturado conforme a ótica burguesa de simetria, ordem e sofisticação” (NEVES, 2000, p. 94).

Essa disciplinarização das cidades correlacionou-se às estratégias de “ordenamento social e político” na qual não havia lugar para miseráveis. E, era sob esta perspectiva que Fortaleza estava sendo projetada, inspirada em modelos europeus a elite burguesa desejava que a capital adquirisse “ares de metrópole” (NEVES, 2000, p. 94).

Conforme Brito (2013, p. 121) “as classes abastadas e os grupos oligárquicos, defensores da ideologia civilizatória, baseada no progresso, tecnologia e ciência, queriam transformar a cidade de Fortaleza em um grande centro”. Pode-se imaginar o pavor e o ódio dessa elite ao ver esse espaço urbano tão cuidadosamente arquitetado para seu domínio e apropriação ser invadido por uma multidão de pessoas famintas vítimas da grande seca de 1877.

Segundo Neves (2000, p. 95) Fortaleza neste período, recebeu cerca de 114 mil retirantes da grande seca que durou 3 anos, já Aracati e Mossoró, que tinham à época menos de cinco mil habitantes, receberam juntas mais de 90 mil retirantes. A maior parte dessas pessoas já chegava nas cidades em condições de extrema debilidade física já que a migração era sua última opção. Sujos, cansados, doentes famintos e emagrecidos “aquela multidão de miseráveis agredia a sensibilidade de uma elite urbana civilizada” lhe causando um misto de repulsa, medo e ódio. O ódio contra a mendicidade se intensificou nesse período com a ampliação gigantesca do número de pessoas pedindo esmolas e vagando pelas ruas sem trabalho, ocupando os espaços urbanos, usufruindo de recursos públicos e agravando o alastramento de doenças contagiosas.

A política assistencialista do Estado Imperial “assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública” (NUNES, 2009, p. 04). Contudo, uma vez absorvidos os ideais capitalistas a implementação de uma medida de socorro estatal vinha acompanhada do estabelecimento de critérios de merecimento. E, nesse caso, apenas acessaria ao benefício quem o merecesse por ser “trabalhador”. Com a intencionalidade de aproveitar os “retirantes enquanto mão-de-obra para atuar em obras públicas e particulares” se apregoava o caráter que justificaria a medida: a higiene moral, estabelecida a partir de uma “política de combate e desencorajamento à ociosidade, ao vício e à bebedeira” (COSTA, 2004, p. 05).

Assim, os socorros públicos oficiais às vítimas da seca, eram tomados como uma espécie de “política de investimento”, não apenas pelo uso da mão de obra praticamente escrava dos retirantes na execução de obras públicas e privadas, mas também, sob a alegação de que seriam capazes de transformar os “pedintes e mendigos em trabalhadores” (NUNES, 2009, p. 04). Segundo Neves (2003, p. 278) essa perspectiva era uma tendência crescente entre os intelectuais burgueses brasileiros que defendiam que a concessão de esmola aviltaria aos pobres, e desencadearia na formação de um exército de “mendigos” que desocupados pelas ruas disseminariam a imundice e as doenças.

As noções de direitos e políticas sociais eram confundidas com esmolas e caridade. Essa perspectiva fica evidente na nota publicada em 1879 pelo então presidente da Província do Rio Grande do Norte - Manuel Januario Bezerra Montenegro:

Rio Grande do Norte

Compreendo que a esmola avilta e degrada os sentimentos; ao passo que o trabalho eleva e nobilita os caracteres. [...] dar o pão a milhares de famílias sem avilta-las, trocar a sacola do mendigo pela ferramenta do homem de trabalho, substituir a voz comovente do imigrante pelas cançonetas alegres do trabalhador, salvar as vítimas da secca, não pela esmola que rebaixa, mas pelo trabalho que eleva e nobilita o homem, era o pensamento de todos, o sentir dos que se interessam pela sociedade; mas que a V. Ex. cabe a glória de o haver posto em prática dos diversos pontos desta província, onde o abutre da fome, despedaçando o pudor dos indigentes (JORNAL DO COMMERCIO, edição n. 78, 1879, p. 02).

Nos jornais impressos era divulgada a perspectiva de que se fazia necessário e urgente civilizar os retirantes fazendo com que adquirissem o gosto pelo trabalho e pelos hábitos de higiene e moral. Isso porque, para as elites aristocráticas brasileiras a ordem e a civilização “podiam estar em perigo diante das forças desconhecidas e obscuras”, próprias do “instinto básico da preservação da vida, que se opõe a lei e a moral”. E, sendo assim, poderiam ocasionar um descontrole que levaria ao “caos e a destruição dos valores cristãos e civilizados” (NEVES, 2003, p. 174).

Essa preocupação fica evidente em uma série de notícias, cartas de leitores, notas e artigos publicados pela imprensa como na publicação a seguir solicitada pelo leitor identificado por F. de G. ao Jornal de Recife em 1878:

Parahyba, 1 de junho de 1878

[...] a mendicidade tinha-se tornado uma profissão, e a esmola tinha desterrado o trabalho. Da capital e dos arredores tudo se apresentava como retirante, para ter o direito de ser mendigo, e a distribuição a essa população enorme, feita sem escolha nem igualdade, era tão desordenada quanto injusta. A aglomeração do povo na capital,

com escassa atenção médica fez com que as moléstias começassem a dizimá-los. Nos alpendres, pátios, debaixo das árvores, nos edifícios, como a escola de S. Bento, em todos os cantos da cidade os retirantes se apinhavam, e, famintos, sujos, quase nus, n'uma promiscuidade degradante, inchavam e apodreciam. Há dificuldade de fazer voltar ao trabalho, os que se habituassem a ser mendigos (JORNAL DO RECIFE/PE, edição 143 de 1878, p. 01).

Os socorros públicos estavam divididos em esmolas aos inválidos, idosos e famílias que não pudessem subsistir com seu trabalho; salários para os indivíduos considerados ‘válidos’ que fossem empregados em serviços públicos”; e “alojamento, roupas, rações e medicamentos”. Além da condução de “parte da população de retirantes para outras províncias, principalmente do Norte (caso do Pará e Amazonas) e Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro)” (NUNES, 2009, p. 05). A exploração da mão de obra dessa população era justificada pelo discurso progressista que incitava a formação do perfil do trabalhador necessário à edificação da nação, “equacionando civilização com trabalho e ordem com obediência” (NEVES, 2003, p. 177, grifos do autor).

Todavia, com a duração da seca por longos três anos e, com isso, o agravamento da miséria e pauperismo na região, determinadas representações foram sendo delineadas não apenas com relação aos próprios retirantes, mas também, sobre o próprio Nordeste. Assim, aquela Fortaleza que “vivenciava os primeiros dias de modernidade e embelezamento” após o processo de migração dos retirantes passou a ser vista no país sob um ponto de vista pejorativo. Esse processo se deu através da criação de “uma identidade nordestina baseada em adjetivos como ‘miserável’, ‘sofrida’, ‘atrasada’, ‘bárbara’, ‘inculta’”, principalmente em “contraponto ao Sul, auto representado como espaço ‘moderno’, ‘civilizado’, ‘progressista’” (BARBALHO, 2005, p. 140).

E, nestas condições, os retirantes eram retratados como “mendigos”, “maltrapilhos”, “imundos” e “doentes”. Recorrentemente estes indivíduos eram acusados pela imprensa de serem “mendigos” aproveitadores, preguiçosos e inescrupulosos e representados pela literatura como figuras animais e desprovidas de caráter e moral.

Ao analisar as imagens construídas a respeito dos “retirantes” pela chamada “literatura das secas”¹⁸ do final do século XIX e do início do século XX Albuquerque Júnior (2017, p. 05) afirma que:

¹⁸ Essa literatura segundo Junior (2017, p. 02) oscilava entre "composições literárias" e "estudos históricos" baseados nas “novas regras trazidas para o campo literário pelo que veio a ser chamado de realismo e de naturalismo, que articulavam o propriamente ficcional ao imperativo de se figurar o que seria a realidade”. Essas obras eram consideradas romances históricos e aspiravam “a produção de conhecimento sobre a história e a realidade das terras de onde provinham os escritores que viessem a abraçar essa causa”. Agregando, portanto, figuras linguísticas, contos, boatos e lendas com narrativas históricas a “literatura das secas” segundo Júnior (2017,

[...] três outras figuras vêm compor o agregado sensível que é nomeado pelo conceito seca do Norte e depois seca do Nordeste e que são presenças constantes nessa literatura das secas: a figura da besta humana, a figura do idiota e a figura do antropófago. Essas três figuras remetem ao que seria o processo de animalização sofrido pelos homens diante do quadro de sofrimentos físicos e emocionais e de dissolução dos códigos sociais e morais trazidos pela estiagem com o abandono a mais completa miséria de grande parte da população.

Os jornais impressos também foram responsáveis pela construção da representação social preconceituosa sobre os “retirantes”, através de denúncias e acusações sobre seu comportamento. Ao tratar da temática do comportamento dos “retirantes” Greenfield (2011, p. 227) relata determinadas ações de manipulação utilizadas por estes, dentro da estrutura dos socorros, visando maximizar seus benefícios. Dentre tais estratégias de subsistência, o autor cita o alistamento em diferentes postos de socorro governamental, com vistas a troca das rações e roupas extras por outros gêneros. E, à procura de outros abrigos por “retirantes” expulsos de um abrigo patrocinado pelo Governo “apresentando-se como recém-chegados” (GREENFIELD, 2011, p. 228).

Essas condutas eram frequentemente utilizadas pelos jornais para fundamentar argumentos contrários à prestação de socorros aos “retirantes”, alegando-se que estes incentivavam que os “mendigos” fossem preguiçosos, aproveitadores, promíscuos e criminosos.

Eram também denunciados os "falsos retirantes", que segundo Greenfield (2011, p. 228) “mendigavam de casa em casa e apresentavam-se, nos armazéns do Governo, como refugiados da seca, mesmo sendo residentes em áreas próximas”. Sendo assim “tanto a imprensa como os relatórios oficiais não demoraram muito” a adotar com os retirantes o posicionamento já em vigor com relação a mendicidade em geral: prestar socorro apenas aos "necessitados de verdade" (GREENFIELD, 2011, p. 228).

Mesmo observando-se facilmente que todos os cidadãos do Império faziam jus ao socorro, o governo diretamente influenciado pela elite burguesa dominante considerava a necessidade de “distinguir os pobres que mereciam daqueles que não eram merecedores” (GREENFIELD, 2011, p. 228).

Assim, “caracterizados como preguiçosos ou imprevidentes, os retirantes surgiram, sob esta visão, como arquitetos de seu próprio infortúnio”. E, como tal, “não mereciam caridade

p. 07) deu visibilidade para a seca que, posteriormente foi transformada em pinturas, desenhos e ilustrações, terminando por aparecer nas produções cinematográficas e televisivas sobre esse fenômeno.

e sim castigo” (GREENFIELD, 2011, p. 229). O discurso moral em torno da desumanização dos “retirantes”, atribuindo-lhes características animais e/ou irracionais, e os acusando de aproveitadores, doentes contagiosos e preguiçosos, atendia aos interesses da classe dominante que, desta forma, manipulava o discurso a fim de que pudesse explorar sua mão de obra com maximização de lucros:

Analisando a discussão e a elaboração dos projetos de socorro, torna-se aparente que, para muitos políticos, servidores governamentais e empresários, os retirantes representavam pouco mais do que uma mercadoria, uma fonte de trabalho pronta para ser explorada. Ao se tratar de esquemas ambiciosos para desenvolver cidades do interior, de estender estradas e ferrovias, de construir edifícios públicos ou das atividades dos contratantes privados, todo mundo queria "uma fatia do bolo" (GREENFIELD, 2011, p. 229).

A desumanização da figura do “retirante” foi, em boa medida, uma produção da imprensa que, da mesma forma como fazia com os “mendigos” já desde o início do século, não tardou em representá-los de forma animalesca e assustadora. Ao analisar os elementos discursivos e visuais que participaram do processo de “invenção do Nordeste” Barbalho (2005, p. 141) reitera o uso de fotografias pelos jornais para mostrar aos leitores “os horrores encontrados no Ceará”. Sendo assim, considera que as imagens de “retirantes” publicadas nos jornais advinham do uso de realismo grotesco¹⁹ revelando corpos disformes, horríveis e doentes. E, desta maneira, incitavam o que o autor explicita como sendo o “movimento do grotesco” que seria, o “encontro com o estranho, com o diferente, mas um encontro em que o polo do ‘eu’ não pretende compreender o ‘outro’ por ele próprio, e sim, a partir de sua definição do que seja a norma, para colocar o diferente como desvio, como patologia” (BARBALHO, 2005, p. 146).

Nestas condições, vê-se destas considerações emergir mais um indício a respeito do preconceito contra a PSR na atualidade: a xenofobia contra o migrante nordestino que foi conduzido sem escolhas às capitais brasileiras, nas quais, muitos viveram em situação de rua sob o olhar estigmatizante do “retirante” animalesco e amoral da seca. Tendo em vista, que a representação de seus corpos amplamente divulgada pela imprensa nacional em nada lembrava “o ideal de beleza do corpo clássico ou do corpo burguês, higienizado, desejado pelas elites

¹⁹ Segundo Sacramento (2014, p. 02) o realismo grotesco é um sistema estético da cultura cômico-popular, centrado nos princípios do rebaixamento (a transferência ao plano da terra e do corpo tudo aquilo que é elevado, espiritual, ideal e abstrato) e da inversão (da liberação, ainda que provisória, das hierarquias, regras e tabus sociais estabelecidos). Por não desenvolver formas perfeitas, essa modalidade estética se caracteriza também pelo inacabamento, pelo movimento, pelo devir, pelo processo que não se cessou. É, portanto, uma manifestação distinta daqueles que primam pelo rigor estético baseado na simetria, na ordem, na padronização e no equilíbrio.

civilizadas” (BARBALHO, 2005, p. 146). Ao chegar nas capitais já eram, portanto, recebidos como irracionais que comiam “ratos, calangos, aves de rapina” e, que disputavam “com os animais a pouca água barrenta” (BARBALHO, 2005, p. 147).

4.9 O “MENDIGO PRETO” – OS EX-ESCRAVIZADOS

As tensões sociais geradas pela escravidão se intensificaram da segunda metade do século XIX em diante com recorrentes fugas, organizações e movimentos de luta e resistência. E, todo esse movimento foi noticiado pela imprensa burguesa de forma avessa mascarando o processo de captura e sequestro violento da população africana, seu extermínio e a violação de todo e qualquer direito social e humano. A representação social preconceituosa da população negra escravizada no Brasil pode ser observada no seguinte trecho publicado na edição de número 290 do Jornal A República/RJ (1872, p. 02):

Ultimamente um escravo em Rezende sahio à estrada e a primeira pessoa que encontrou, um pobre velho mendigo, matou-a, porque não queria continuar a ser cativo, embora o fosse de um senhor que o tratava com a máxima humanidade e estima. Já se vê por estes e outros fatos, que não é o ódio o móvel de tão deploráveis paixões, ou a vingança por duro e cruel cativo, mas preconceitos de natureza diversa, que alucinam uma classe desditosa e ignorante, que as superstições peculiares à sua raça, adiciona outras ilusões por factos cujo alcance escapa às suas faculdades embrutecidas.

Outra representação comum sobre a população escravizada na imprensa de fins do século XIX é aquela que a fixa na posição de perigosa e criminosa, se lê na mesma edição do Jornal A República/RJ (1872, p. 02): “*os assassinatos praticados por escravos, vão infelizmente reproduzindo-se em larga escala*”. A nota publicada traz uma perspectiva que verificamos em boa parte das notícias antecedentes à Abolição – a ideia de que o escravizado devido a sua animalidade e irracionalidade é capaz de voltar-se contra seus “amados senhores” apenas para se libertarem. “[...] *Quase diariamente a imprensa registra homicídios ou tentativas de morte, perpetrados com insistência assustadora nos municípios agrícolas, por escravos convencidos de que o único meio de libertarem-se mais depressa da escravidão, é o crime*”.

Com a intencionalidade de não deixar rastros de dúvidas sobre o ímpeto violento e criminoso da população escravizada, a imprensa trouxe incessantemente relatos de crimes e assassinatos não apenas direcionados aos senhores, mas também a qualquer pessoa.

Com isso, a imprensa oficial corroborou para a descaracterização da luta pela liberdade e pela própria vida empreendida pela população negra alocando os verdadeiros criminosos na posição de vítimas:

Figura 8 – Trecho de notícia (Jornal A República/RJ (1872, p. 02)

A imagem mostra um trecho de uma notícia impressa em um jornal. O texto está em português e é apresentado em uma caixa com uma borda preta. O conteúdo do texto é: « Não são simplesmente os senhores, ou seus prepostos e feitores, as victimas; são individuos que os criminosos nem se quer conhecem, e que matão sem provocação, sem odio, na esperança de gosarem da liberdade, ainda que com a grilheta do galé aos pés e mergulhados na noite de uma condemnação pela vida inteira. »

« Não são simplesmente os senhores, ou seus prepostos e feitores, as victimas; são individuos que os criminosos nem se quer conhecem, e que matão sem provocação, sem odio, na esperança de gosarem da liberdade, ainda que com a grilheta do galé aos pés e mergulhados na noite de uma condemnação pela vida inteira. »

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

O contexto anterior a Abolição da Escravidão no Brasil foi de extremo conflito e a situação desencadeou uma série de debates entre membros da elite nacional, políticos, médicos, advogados, jornalistas, latifundiários e comerciantes representantes da burguesia em ascensão que discutiam fervorosamente os impactos da medida. E, através das publicações localizadas nos jornais impressos brasileiros constatamos que uma das principais preocupações levantadas pela elite era o agravamento da mendicidade.

É possível perceber também que face ao vislumbre dos problemas sociais desencadeados pelo enorme período de escravidão em hipótese alguma, eram cogitadas políticas sociais de proteção e/ou ressarcimento, apenas medidas que asseverassem leis punitivas, aumento no número de prisões e de quantitativo de aparatos policiais e/ou de repressão.

Todas as notícias publicadas após 1870 que associam o termo “mendigo” à escravidão apontam que o agravamento do problema da mendicidade no Brasil era considerado um empecilho à Abolição. Todas as notícias apresentam representações sociais preconceituosas tanto sobre a população negra quanto sobre a população em situação de rua. Tanto essas representações quanto a contrariedade à Abolição são observadas em Assembleias do Senado transcritas nos jornais brasileiros da época.

Como exemplo, apresentamos um trecho dos discursos pronunciados na Sessão de 14 de setembro da Assembleia do Senado do Rio de Janeiro. Nesta sessão estava sendo discutida a Abolição da escravidão e, um dos senadores inicia sua fala com o seguinte questionamento: “*Efetivamente, passar de escravo a pobre e a mendigo, ser um desgraçado abandonado no deserto, não tendo ninguém por si, será uma transformação para melhor?*” Outro senador questiona quem proverá o “bem-estar” dos ex-escravizados e afirma que: “[...] *quando o escravo é obrigado a ficar no domicílio do seu dono, o dono é moralmente obrigado a prover ao seu bem-estar*”. O mesmo encerra sua fala problematizando a falta de amparo aos libertos, porém em uma perspectiva enviesada que não propõe medidas de proteção social, mas sim, a manutenção da escravidão: “[...] *essa lei [Lei Áurea] reduz o pobre escravo à posição de mendigo, sem socorro, sem amparo. Esta lei quer reduzir os libertos àquilo que já tivemos entre nós, quando havia africanos livres, os africanos de contrabando, nunca tivemos escravos mais desgraçados do que estes*” (JORNAL DO COMMERCIO, edição 301 de 1885, p. 02).

Percebe-se que ocorreu, portanto, uma antecipação e/ou uma previsão por parte da elite letrada e pelos membros do corpo político brasileiro sobre o aumento do número de pessoas em situação de rua após a Abolição da escravidão. Isto pode ser observado no trecho de um texto publicado em 1884 na capa da edição de n. 3.330 do Diário do Maranhão: “*Uma vez libertos passarão à vida de mendigo, a esmolarem de porta em porta, ostentando em cínicas e asquerosa nudez os seus andrajos e suas misérias até morrerem abandonados nos lajedos das calçadas*”.

Entretanto, fica evidente que apesar de prevista a futura situação nenhuma medida foi sequer planejada para beneficiamento da população escravizada já que o interesse em jogo sempre foi a proteção da classe dominante. E que, por este motivo, a representação da classe trabalhadora e escravizada foi construída historicamente com forte e intencional direcionamento. Sua imagem foi manchada, desmoralizada e criminalizada e a justiça foi utilizada como mecanismo de coerção e dominação e não como ferramenta de proteção social e de direitos humanos.

Direitos estes, que ficaram à sombra daqueles voltados à defesa da propriedade privada, seja de pessoas, terras ou capital, aos quais coube à defesa aos aparatos político, ideológico, econômico e policial. A noção de justiça e injustiça é assim como a noção de classes desvirtuada: “*Nem se diga que os libertos se conservarão nas fazendas. É demasiada injustiça obrigar o lavrador, já tão esmagado por impostos, a sustentar pretos livres, que não trabalham e que foram alforriados sem indenização*” (JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO, 1884, p. 01).

Uma série de eventos ocorridos a partir de meados de 1870 em diante corroborou para o gradativo aumento do número de pessoas em situação de rua no Brasil conferindo-lhe características particulares a partir da formação da classe trabalhadora brasileira.

Similar ao que ocorreu na Europa, a migração para os grandes centros urbanos (especialmente para São Paulo que, desde cedo se tornou o centro da dinâmica econômica do país) contribuiu para o aumento do número de pessoas em situação de rua devido à formação de um exército de trabalhadores reserva necessário ao capital.

Outros fatores merecem destaque na formação da PSR brasileira como a Abolição da escravidão que conduziu um enorme contingente de pessoas à rua dada a desproteção social sofrida; as grandes migrações decorrentes das secas da Região Nordeste cujas populações também socialmente desprotegidas foram assim como os ex-escravizados largadas a própria sorte; e ainda, some-se a estes os trabalhadores livres do século XIX, uma “enorme massa de pessoas destituídas de propriedade e de instrumentos produtivos”, que desempenhava “tarefas acessórias e ocasionais” (KOWARICK, 2019, p. 30). Estes trabalhadores informais “sem função econômica estável e precisa” que trabalhavam em sua maioria na defesa das fazendas, capturas de escravos, enfim em atividades violentas, com a Abolição também perdem sua função social e, passam a integrar, junto aos demais, o exército sobranter (KOWARICK, 2019, p. 30).

A formação de um exército de mão de obra sobranter necessária à lógica capitalista conduz parte dos desempregados ou subempregados à situação de rua, entretanto, é importante destacar que esse fenômeno é multifacetado. Dentre os principais motivos que levam as pessoas à situação de rua, Silva (2009) cita a dependência de álcool e outras drogas, o rompimento e/ou fragilização dos vínculos familiares, problemas de saúde mental e violência.

Ademais, em cada país a PSR apresentará diferentes características de acordo com a história e formação de seu povo e, principalmente da classe trabalhadora a partir da gênese do capitalismo naquele local. Assim, temos que, na Inglaterra a PSR se forma a partir da expropriação das terras camponesas e migração do campo para as cidades industriais com processo de não absorção de toda a mão de obra disponível e, superexploração dos empregados desencadeando uma situação de extremo pauperismo.

Enquanto no Brasil com o capitalismo tardio e dependente vemos surgir uma população em situação de rua mesmo antes da instauração do sistema capitalista. Isso ocorre porque o país já vinha em um processo preparatório para a introdução do sistema e, com isso, desde a segunda metade do século XIX as grandes capitais já absorviam um grande contingente populacional que migrava do interior e, de outros estados, em busca de trabalho e renda.

O que conferiu a heterogeneidade da PSR foi justamente a diversidade da formação do povo brasileiro, a miscigenação e, acima de tudo, a formação da classe trabalhadora brasileira. Tem-se, portanto, a migração de um verdadeiro exército de retirantes aos centros urbanos e, após a Abolição, a migração também de negros libertos e, em menor proporção de brancos que ocupavam postos de trabalho informais nas fazendas, principalmente nas funções de capataz e captor de escravizados. A PSR vai se formando a partir da maior parcela da população brasileira: “negros libertos, brancos e índios, bem como dos grupos produzidos pela miscigenação dessas três raças, mulatos, cafuzos e mamelucos”. Maior parte destas compostas por trabalhadores vivendo de “rudimentar atividade de subsistência” sendo assim, boa parte se juntou aos mendigos e vagabundos que também não encontravam “inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho” (KOWARICK, 2019, p. 35).

A formação da PSR no Brasil é fruto das desigualdades sociais que se iniciam com a invasão Portuguesa, se intensificam conforme se expande a exploração dos recursos naturais do país e seu roubo desmedido. Com uma série de agravantes ao longo de toda a história do país como a promulgação da Lei de Terras (Lei nº 601 de 1850) que dá o pontapé inicial na formalização da propriedade privada no Brasil. Essa lei possuía o duplo objetivo de incentivar grandes investimentos de capital na produção de itens primários para exportação ao mercado europeu e, ainda, de garantir a propriedade legal das terras aos fazendeiros evitando reclames de lotes por parte dos libertos após a Abolição.

A consolidação do modelo agrário de posse de grandes latifúndios pela classe dominante e de subjugação da massa de trabalhadores à propriedade de nada além de sua própria força de trabalho desencadeou o processo de extrema desigualdade social no Brasil. A situação foi agravada pelas condições nas quais foram abandonados os libertos, à mercê dos fazendeiros, facilmente substituídos, sem acesso a direitos sociais e trabalhistas, à educação e saúde, desprovido de tudo, deixados à própria sorte.

4.10 AS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS PARA CONTROLE DA MENDICIDADE NO SÉCULO XIX

Desde a “independência política” no Brasil, em 1822, e a instauração do sistema de monarquia constitucional, se consolidou no país uma aliança entre a elite burguesa nacional formada por comerciantes, latifundiários, funcionários de altos cargos do Estado e referências políticas regionais. Esta elite conservadora lançava mão de ações de caráter paternalista e

repressivo/controlador para implementar as novas formas de gestão do Brasil em consonância com os ideais capitalistas já consolidados nos países europeus.

O direcionamento político-ideológico voltava-se à preservação e reordenamento do sistema escravista e ao estabelecimento de uma ordem nacional que acompanhasse o progresso estrangeiro. Neste período, os Códigos Penais foram utilizados como mecanismos legais para embasamento de medidas de caráter coercitivo e punitivo contra aqueles que fossem considerados “mendigos” e “vadios”.

De acordo com Caio Prado Júnior (1981, p.283) no século XIX o temor pelo crescimento do número de desempregados no Brasil se tornou uma preocupação constante para as autoridades. Segundo o autor, para além das categorias que compunham os dois extremos na escala social: escravos e senhores, havia o segmento dos desclassificados, desocupados ou inadaptados à organização social. Assim, a parte da sociedade considerada “a mais degradada, incomoda e nociva” era justamente a categoria “[...] dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime”.

A “vadiagem” era considerada a “porta de entrada” para a criminalidade e seu combate tornou-se prioridade no Brasil colonial, cabendo aos juízes de paz o papel de reprimir e controlar a desordem e a mendicância. Desta forma, em cada freguesia com mais de 20 famílias havia um juiz de paz que atuava em consonância com a Lei de 15 de outubro de 1827 que, em seu artigo 5º estabelecia que os juízes de paz deveriam:

§ 5º Evitar as rixas, procurando conciliar as partes; fazer que não haja vadios, nem mendigos, obrigando-os a viver de honesto trabalho, e corrigir os bêbedos por vício, turbulentos, e meretriz escandalosas, que perturbam o sossego público, obrigando-os a assinar termo de bem viver, com combinação de pena; e vigiando sobre seu procedimento ulterior (BRASIL, 1827, p. 01).

Os juízes de paz eram os agentes institucionais na representação do Estado instaurada no Brasil desde o início do século XIX. A eles era concedida autonomia e, não havia controle ou padronização das punições àqueles considerados “mendigos” ou “vadios”, o que significa que as penas poderiam ser severas em maior ou menor escala dependendo da localidade e da interpretação do juiz de paz.

Em 1833 um artigo assinado por Antonio Joaquim Álvares do Amaral relata a atribuição dos juízes de paz com relação aos “mendigos”: “*os Juizes de Paz serão obrigados desde já a terem toda vigilância e cuidado com mendigos e jovens, que andam vagando sem educação, e nem civilidade*”. Basicamente suas atribuições visavam o controle dos pobres,

através da repressão a comportamentos desviantes, formação de quilombos, prostituição, vadiagem, mendicância, crimes, bebedeiras, roubos, entre outros atos que perturbassem a ordem pública.

A reestruturação política com a instauração do “novo Estado” após a desvinculação de Portugal, e a adoção de um formato jurídico nos moldes do liberalismo político encerrava questionamentos com relação à eficácia no combate à mendicidade. A declaração de direitos e garantias fundamentais que prevenia penas de tortura física como uso de açoites, esquetejamentos, marcação com ferro quente, entre outras, era também questionada. Requeria-se ações mais severas com relação ao controle e correção dos “vadios” considerados uma categoria em crescente ascensão que se profissionalizava na arte de viver às custas da caridade.

Estes e outros questionamentos e reivindicações de forma direta ou indireta acabaram por fortalecer a maioria conservadora que compunha a Câmara dos Deputados que utilizaram deste poder para atualizar o Código Penal transferindo boa parte das atribuições dos juizes de paz para a polícia (PESSOA, 2015, p. 01). Com isso, os chefes de polícia e seus delegados, adquiriram o direito de investigar, expedir mandados de prisão, estipular fianças e até julgar casos menores como as infrações às posturas municipais” (PESSOA, 2015, p. 01).

Essa reforma concentrou todo o aparato repressivo nas mãos do ministro da Justiça e sua ordenação atendia aos interesses econômicos e políticos de controle repressivo dos pobres livres e dos escravizados.

Pelas notícias publicadas nos jornais após 1840 (quando ocorre a revisão do Código Penal) é possível constatar que há uma intensificação do número de prisões por vadiagem e mendicância, principalmente a negros.

A perseguição à população negra quer aos escravizados ou aos libertos se dava deliberadamente sob a forma de ações policiais voltadas ao controle e vigilância contínua sobre os pobres.

Conforme Caio Prado Júnior (1981, p. 273) “o papel da simples cor na discriminação das classes e no tratamento recíproco que elas se dispensam, reflete-se até nos usos e costumes legais”. Se levarmos em consideração que as profissões para os indivíduos livres na colônia, de forma geral, exigiam preparo e estudos fora do Brasil, ou seja, requeriam alto investimento financeiro, a esmagadora maioria dos que as podiam acessar eram brancos. Isso colaborou com o aumento do precipício social entre brancos e negros libertos que, engrossam as fileiras da miséria e a numerosa casta de “mendigos” e “vadios” (PRADO JUNIOR, 1981, p. 276).

Assim, vigiar e controlar os pobres, especialmente os negros se tonou uma prioridade da justiça, sob a prerrogativa da moralização popular a polícia agia de forma a combater

festividades, rodas de samba, lutas de capoeira e/ou qualquer hábito religioso ou cultural de origem africana.

Em 1857 o Diário de Pernambuco publica na página 02 de sua 32ª edição a seguinte acusação: *“Conta-nos, que lá para a passagem do Caldeireiro há dia e noite um famoso samba, que distrai os escravos do serviço e os torna vadios, e tratantes. Pedimos, pois, a polícia que não consinta mais esse e outros batuques. Causa nojo os mais nojentos mendigos que transitam pela rua de Palma”*.

De acordo com Santos (2004, p. 143) após a instauração do Código Penal em 1830 e sua atualização em 1840 ocorreu “um movimento de adaptação da sociedade brasileira às novas tendências disciplinares”, uma vez que “os crimes passavam a ser julgados segundo critérios universalistas”, e a prisão passou a ser o principal meio de punição. Esse Código legitima o modo de pensamento e conduta neste período histórico do Brasil. E, preconiza que o encarceramento não deveria servir apenas para “isolar o criminoso do convívio social”, mas sim, para restabelecê-lo à sociedade através da razão e da moral.

Com vistas à materialização dos pressupostos previstos pela Lei, em 1850 é inaugurada a Casa de Correção do Rio de Janeiro e em 1852 a de São Paulo. Segundo Engbruch e Santis (2012, p. 11) ambas as Casas de Correção “continham oficinas de trabalho, pátios e celas individuais”. Ambas se diferenciavam das demais prisões do país que possuíam um caráter violento e desorganizado, não obstante, apesar de bem sucedidas, não eram “suficiente para mudarem o panorama das outras prisões do Brasil, que continuou terrível”.

De acordo com os autores as prisões brasileiras “abrigavam todo tipo de preso, desde presos condenados à prisão com trabalho, prisão simples, presos condenados às galés, presos correccionais (não sentenciados) como também vadios, mendigos, desordeiros, índios, africanos ‘livres’ e menores” (ENGBRUCH; SANTIS, 2012, p. 11).

Logo, a reclusão da massa crescente de pobres brasileiros considerados “vadios” superlotou as Casas de Correção que passou a precárias condições de salubridade, com reclusos amontoados e maltratados, sob péssimas condições de saúde, higiene e alimentação. A insalubridade e a escassez de vagas e instituições prisionais caminhavam na contramão da legislação que considerava a mendicância crime sujeito a punição de prisão associada ao trabalho recluso.

A primeira representação social preconceituosa acerca dos então chamados “mendigos” no Brasil foi baseada na situação da classe trabalhadora inglesa que vivenciava o auge do pauperismo em pleno fervor da Revolução Industrial com a superexploração da mão-de-obra e o desemprego que levou centenas de pessoas à situação de rua. Desta representação

surgiram muitas outras que correlacionam mendicância com criminalidade, violência e invisibilidade. E, durante todo o século XIX as medidas adotadas no Brasil com intuito de lidar com a questão seguiram a perspectiva da criminalização, perseguição e aprisionamento. A mendicância e a vadiagem só deixam de ser consideradas crimes no Brasil em 2009. O quadro a seguir apresenta uma síntese sobre esta questão:

Quadro 4 – Criminalização da mendicância e vadiagem segundo os Códigos Penais brasileiros

CÓDIGO PENAL DE 1830	CÓDIGO PENAL DE 1890
<p>Institui o conceito de vadiagem indicando que o indivíduo que não possuísse ocupação honesta e útil ou renda deveria ser criminalizado. As medidas anti mendicância e anti vadiagem, repreendem os pobres pela mesma transgressão: ausência de trabalho e renda.</p> <p>Pena - prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mês.</p>	<p>Adiciona à conceituação da vadiagem a ausência de domicílio certo e a prática de ocupações proibidas por lei ou manifestamente ofensivas da moral e dos bons costumes, englobando também ébrios e capoeiras. Penas específicas para “falsos mendigos” que fingem deficiências e, ainda para aqueles que mendigam em bandos.</p> <p>Pena - prisão celular que variava de quinze a noventa dias.</p>
CÓDIGO PENAL DE 1840	LEI 11.983 DE 2009
<p>A vadiagem seguiu configurando crime assim como a mendicância.</p> <p>Pena - prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mês.</p>	<p>Institui que a mendicância e vadiagem deixam de ser contravenções penais sujeitas a punição.</p>

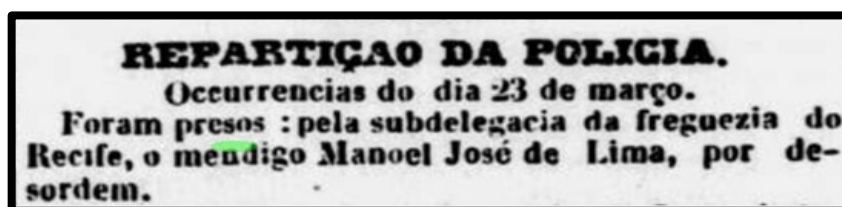
Fonte: A autora (2023)

A coerção da vadiagem e mendicância foi amplamente divulgada pela imprensa na perspectiva de reforçar a legalidade das medidas punitivas. Em 1857 o Jornal Correio de Vitória (ES) na página 03 de sua 42ª edição publica uma crônica intitulada “O Pauperismo” que apresenta essa perspectiva: *“essa classe de parasitas, ou se o quiserem, de proletários é subdividida em vagabundos, mendigos e inválidos. Para as duas primeiras há todo o rigor; com a última a maior caridade. O vagabundo e o mendigo são réus da polícia”*. O recolhimento em massa de “mendigos” das ruas também era recorrentemente noticiado nos jornais, a exemplo apresentamos uma publicação na 229ª edição do Jornal do Comércio (1854, p. 02):

Anteontem à noite mandou o Sr. Chefe de Polícia recolher à albergaria da rua de Santa Luzia os mendigos que vagueiam esmolando pelas ruas da cidade. Foram recolhidos 81 e examinados pelo médico da polícia que verificou que 12 homens e 13 mulheres se achavam em estado de poder trabalhar, e por isso foram remetidos para a casa de correção a fim de ali serem convenientemente empregados. Quatro homens e duas mulheres em muito mau estado de saúde foram remetidos para o Hospital da Misericórdia para serem tratados. Dois homens e duas mulheres alienadas foram remetidos para o Hospício de Pedro II.

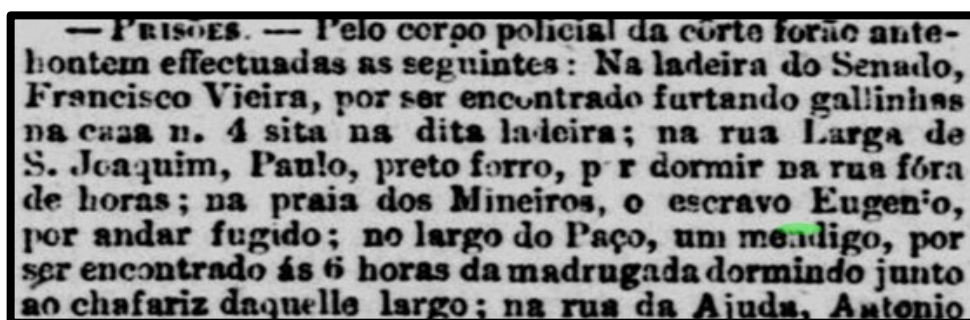
Ademais, os jornais impressos possuíam uma seção destinada a “Parte Policial” onde eram publicadas as notícias sobre as prisões efetuadas diariamente, dentre estas, boa parte era em decorrência de mendicidade e/ou vadiagem. Diferente das notícias sobre a morte de “mendigos” àquelas destinadas a informar a prisão apresentavam o nome completo com intuito de “marcar” a pessoa perante a sociedade:

Figura 9 – Trecho de notícia (Jornal Diário de Pernambuco, 1857, p. 02)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Figura 10 – Trecho de notícia (Jornal do Commercio (RJ), 1861, p.01)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

A legalização da violência contra os “mendigos” e “vagabundos” no Brasil está diretamente relacionada ao contexto histórico e as influências dos ideais políticos, econômicos, sociais e culturais do período, tanto a nível nacional quanto internacional.

O país vinha de um momento conturbado de sua história com o Período Regencial que perdurou de 1831 a 1840 até o chamado Golpe da Maioridade quando D. Pedro II assumiu o cargo de imperador com apenas 15 anos de idade. Esse período foi marcado por tensões políticas e revoltas como a Balaiada na província do Maranhão entre os anos de 1831 a 1840; a

Sabinada na Província da Bahia de 1837 a 1838; a Guerra dos Cabanos no Grão-Pará entre os anos de 1835 e 1840; Guerra dos Farrapos na República Rio-Grandense de 1835 a 1845; entre outras. Todas essas revoltas tinham como cerne central o desejo de mudanças e a melhoria nas condições de vida da população.

Para defender o império e manter a ordem dominante, as alas conservadoras se uniram com vistas a manutenção do poder coercitivo. Os direitos sociais (se podemos denominar desta forma) mantinham rígidas restrições de gênero, etnia e classe social e o avanço das ideias conservadoras sobre a defesa da ética do trabalho fortaleceram a ideia de tomar a “vadiagem” e a “mendicância” casos de polícia sob a prerrogativa da representação social preconceituosa do “mendigo criminoso”.

A partir de meados de 1870 a mendicância passou a ser considerada uma ameaça à saúde coletiva devido ao aumento no número de pessoas que passaram a viver nas ruas e/ou em ocupações coletivas e insalubres como os cortiços. Esses conglomerados populacionais vivendo dessa maneira levou ao aumento no número de transmissões de doenças infectocontagiosas. O que implicou na reorganização do controle do Estado sobre as parcelas mais pobres da população.

O aumento no número de pessoas em situação de pobreza no Brasil se deu graças à introdução dos pressupostos capitalistas. Duas das mais significativas alterações neste sentido foram a regulamentação da propriedade privada e a Abolição da escravidão necessária à introdução do trabalho assalariado, sem que esses sujeitos fossem sequer indenizados e/ou minimamente ressarcidos.

As mudanças nas formas de exploração alteraram as relações com o trabalho e, conseqüentemente, a forma de representar os “mendigos”. Se durante o período escravocrata o trabalho era considerado uma atividade degradante: “coisa de escravo” após, por seu importante papel de gerador de excedentes ao capital, o trabalho adquiriu centralidade e ganhou status de honra, honestidade e boa índole.

Nestas condições, durante o período de escravidão apenas a pequena parcela de livres e libertos formava a “corja inútil que preferia a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho” (KOWARICK, 2019, p. 53). E, após a Abolição ocorreu a formação de uma grande massa de desclassificados e/ou marginalizados composta em sua maioria por negros libertos.

Para responder ao crescimento desordenado da massa de pessoas vivendo nas ruas ou em habitações precárias e o conseqüente agravamento da questão social foram aliadas às medidas coercitivas legalizadas pelos Códigos Penais ações de caráter higienista.

Segundo Coimbra (2006, p. 03) o movimento higienista adentrou à sociedade brasileira baseado em “teorias racistas, no darwinismo social e na eugenia, pregando o aperfeiçoamento da raça e colocando-se abertamente contra negros e mestiços – a maior parte da população pobre brasileira”. Promovida e divulgada pela elite científica brasileira do século XIX propunha medidas de “saneamento moral” para controle da epidemia de “degradação moral” alastrada entre as famílias pobres colocando “sob ameaça toda a sociedade”.

Costa (1989, p. 13) destaca que a pedagogia médica no Brasil neste período “extravasou os limites da saúde individual”. Atrelada aos pressupostos capitalistas corroborou para a criação do modelo de família burguesa ideal e converteu os “predicados físicos, psíquicos e sociais” das pessoas em verdadeiras “insígnias de classe social”.

O higienismo capitalista absorvido pelo Brasil incidiu sobre todas as esferas da vida dos indivíduos, famílias e comunidades, alterando as relações com o trabalho e tempo livre, a organização do espaço urbano, as necessidades, entre outros.

A formação da “família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada” foi – assim como o controle sobre os demais aspectos da vida em sociedade – utilizada como instrumento de divisão de classes e, conseqüente dominação e manipulação político-econômica (COSTA, 1989, p. 13).

As noções de corpo e de família saudáveis se deram a partir de um modelo, de uma raça e de uma classe social. Essa ideia de superioridade incentivou o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados.

O cuidado higiênico com o corpo fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência de classe burguesa. O racismo não é um acessório ideológico, acidentalmente colado ao etos burguês. A consciência de classe tem, na consciência da ‘superioridade’ biológico-social do corpo, um momento indispensável à sua formação. O indivíduo da extração burguesa, desde a infância, aprende a julgar-se ‘superior’ aos que situam abaixo dela na escala ideológica de valores sócio raciais. Por isso mesmo, admite com mais facilidade e, às vezes, com marcante insensibilidade a situação de inferioridade socioeconômicas a que geralmente estão submetidos os banidos da elite física: ‘crioulos’, ‘paraibas’, ‘caipiras’, etc. (COSTA, 1989, p. 14).

De acordo com Costa (1989, p. 29) “entre os trunfos da superioridade médica, um dos mais importantes foi a técnica de higienização das populações”. Para o autor, são inegáveis o progresso científico e os avanços na área médica que o higienismo proporcionou trazendo benefícios para a sociedade.

Entretanto, esses benefícios não foram direcionados à toda população, atenderam apenas as famílias da elite, enquanto o restante permaneceu submetido ao antigo Código Penal punitivo. Excluída dos meios e das condições para manutenção de sua saúde e higiene pessoal

e coletiva, a população pobre era tomada como mau exemplo, rebelde e um risco a ser combatido com violência. Essa segregação higienizadora pressupôs a criação de um novo modelo de instituição: os asilos de mendicidade que junto às prisões serviriam ao apartamento social de todos considerados desviantes: “escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc.” (COSTA, 1989, p. 33).

No dia 26 de março de 1870 o Diário de Pernambuco anunciava em sua capa a inauguração do primeiro asilo de mendicidade da cidade. A notícia extensa parabeniza o governo pela iniciativa já que “*a chaga social que tem o nome de mendicidade tem sido um problema de todos os tempos*”. O texto afirma que a instituição deveria se basear nos asilos da França instaurados a partir de 1777 nos quais eram “*aproveitadas as forças físicas dos mendigos*”. Essa notícia - assim como a maior parte das que analisamos - associa os asilos à caridade, religião e favor prestado pelos comerciantes e membros da elite que as financiavam.

As notícias sobre asilos de mendicidade apontam o duplo caráter dessas instituições: “*O Asylo de Mendicidade é, pois, uma casa de caridade com os traços característicos de uma penitenciária*”. (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1870, edição 68, p. 01). Serviam tanto como mecanismos voltados à higiene urbana quanto à higiene moral retirando das vistas da sociedade aqueles considerados esteticamente inadequados à nova ordem social que se almejava alcançar. Nestas condições, o asilamento tornava o problema invisível à elite que se sentia “*aliviada d’essa imunda e dolorosa chaga*” (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1870, edição 68, p. 01).

Os asilos, assim como outras mudanças efetuadas nas cidades brasileiras no século XIX foram medidas pautadas no saber médico/científico que apregoava a necessidade de criação de novos hábitos adequados ao processo de modernização capitalista. Já que, para expandir e explorar a mão de obra assalariada seria, primeiramente, necessário adequá-la. E, adequar também as cidades, pavimentar as ruas, construir cemitérios, asilos, hospitais, prisões e toda uma estrutura político-organizacional capaz de adequar, moralizar e higienizar o comportamento da classe trabalhadora.

O discurso higienista integra, portanto, a nova forma de controle social e de exercício do poder da elite. E os asilos de mendicidade foram considerados pelos governos das cidades brasileiras equipamentos urbanos essenciais ao projeto de implementação de bons hábitos higiênicos da população. Essa perspectiva era reforçada pela imprensa que enfatizava a segurança e o conforto que os asilos proporcionavam à sociedade por retirar os mendigos da cena urbana: “*Não foi somente aos infelizes que esse grandioso estabelecimento vem favorecer,*

o povo ganhou sossego e paz; o grito do mendigo não deve mais perturbar o transeunte nas ruas, nem afligir a família no lar” (JORNAL O MONITOR/BA, 1876, p. 02).

Os asilos assim como as prisões eram espaços de reprodução da violência, coerção, descaso e invisibilidade, percebemos que as notícias sobre espancamentos, “sumiços”, mortes por suicídio e assassinato eram recorrentes nesses locais:

O mordomo do Asylo de Mendicidade, espancou barbaramente na sexta-feira com uma muleta, ao mendigo Manoel Africano a ponto de quebrar o pau sobre as costas do infeliz e não contente o prendeu dentro da cloaca, aonde até hoje (domingo) ainda se acha encerrado (JORNAL DO RECIFE/PE, 1870, edição 242, p. 02).

A violência era proferida, em grande parte, pelos próprios trabalhadores dos asilos denotando o caráter punitivo dessas instituições cujo principal objetivo era a segregação social em prol dos ideais higienistas.

4.11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MENDICIDADE NO BRASIL NO SÉCULO XIX

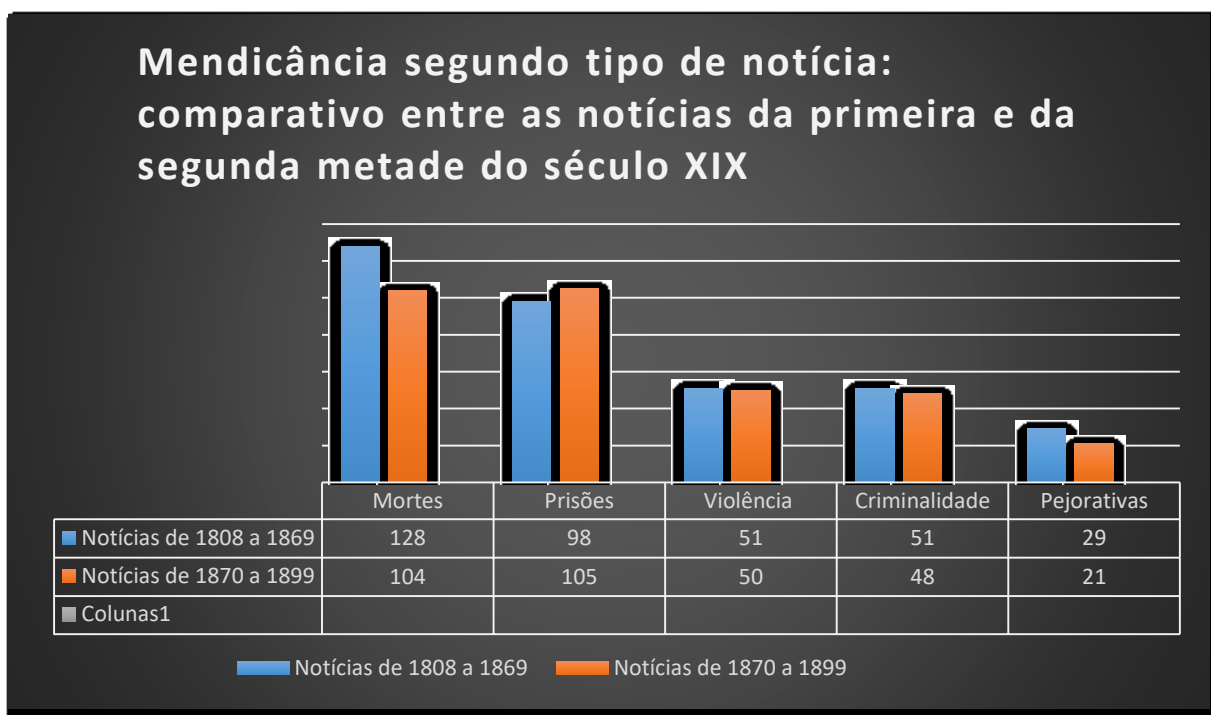
As considerações apresentadas neste capítulo partiram da análise de 1.124 notícias publicadas em jornais impressos brasileiros ao longo do século XIX sobre o tema mendicidade. Através deste estudo objetivamos identificar as principais representações sociais preconceituosas sobre os então chamados “mendigos” e constatamos que 67% das notícias os associaram a criminalidade, violência e extermínio.

Com fins didáticos a análise das notícias foi subdividida cronologicamente: de 1808 a 1869 e de 1870 a 1899, pois, percebemos que a partir de 1870 há uma mudança significativa nas respostas governamentais ao problema da mendicidade. Até este período a questão era tratada exclusivamente como caso de polícia ou por meio de caridade caso o “mendigo” fosse considerado inválido para o trabalho. Enquanto, que a partir de 1870, a mendicidade passa a ser abordada também pelo ponto de vista da higiene urbana e novos mecanismos de segregação social ganham destaque como os asilos de mendicidade e os hospícios.

No gráfico 2, a seguir, é possível verificar a constância da incidência de notícias sobre mortes, prisões, violência, criminalidade e notas de caráter pejorativo sobre a mendicidade ao longo de todo o século XIX.

Essas categorias de notícias carregam representações sociais preconceituosas que associam os “mendigos” a vadiagem, preguiça, crimes, atos violentos e mal intencionados. E, ainda, a invisibilidade através de notícias sobre mortes nas quais as vítimas, por serem “mendigos” não foram identificadas.

Gráfico 2 – Mendicância segundo tipo de notícia: comparativo entre as notícias da primeira e da segunda metade do século XIX



Fonte: A autora (2023)

Através da pesquisa constatou-se que 91% das publicações selecionadas sobre mortes de “mendigos” no século XIX não informavam os nomes dos falecidos. A não identificação pressupõe caráter de menor importância se comparados aos demais indivíduos da sociedade e conduz ao não questionamento sobre atitudes violentas e atos criminosos cometidos contra essas pessoas.

Isso remete a uma reflexão de Kern, Santos e Graeff (2017, p.03) sobre a “morte social” que segundo os autores, faz com que as pré concepções a respeito de alguém sejam utilizadas inclusive para justificar atitudes de maus tratos (KERN, SANTOS, GRAEFF, 2017, p. 08). A “morte social” é comum a indivíduos que se tornam improdutivos, ou seja, àqueles que não desempenham “os papéis postulados pela sociedade de consumo,” e se tornam marginais na vida social (ARENDES, 2015, s/p.).

Considerada desimportante e, até mesmo um alívio para a sociedade, a morte de um “mendigo” era, de forma geral, noticiada de forma sucinta. Em algumas notas era informada a causa da morte, a cor da pele da pessoa, e/ou o local em que ocorreu o falecimento. São exemplos de notícias sobre o falecimento de “mendigos” as seguintes publicações: “Foi remetido à Santa Casa de Misericórdia para proceder a corpo de delito o cadáver de um mendigo de cor preta, que faleceu ao largo do Paço” (DIÁRIO DE RIO DE JANEIRO, 1852,

p. 02). E, ainda: “*Na Freguesia de S. José faleceu repentinamente um preto mendigo*” (CORREIO MERCANTIL, 1848, p. 02).

Outra informação que consideramos relevante diz respeito a baixa incidência de informações sobre as causas da morte dos “mendigos”, estas não foram especificadas em 75% das notícias analisadas. O desinteresse social com relação a estes sujeitos conduzia muitos a morte por desamparo, pela fome, frio, abandono, carência de assistência social e de saúde. Além de causas sombrias relacionadas a afogamentos, espancamentos e demais violências sobre as quais não haviam investigações aprofundadas. Com relação a cor da pele em 35% das notícias encontradas as especificações “mendigo preto”, “desgraçada mendiga preta”, “crioulo mendigo” foram as únicas “características” atribuídas à pessoa falecida.

Outra representação social preconceituosa sobre “mendigos” evidenciada nesta pesquisa é a do sujeito larápio, aproveitador e inescrupuloso que se finge de doente para obter lucro. O “mendigo” é, nestas condições, representado como um inimigo dos trabalhadores, e assim, não só é deslocado para “fora” da classe trabalhadora como também, é alocado na posição de explorador desta.

Ademais, 4,5% das notícias selecionadas não traziam informações especificamente sobre “mendigos”, apenas utilizavam o termo de forma pejorativa como insulto e/ou agressão verbal. São exemplos deste uso os seguintes trechos: “[...] *Não passa de um mendigo nojento*” (CORREIO MERCANTIL, 1868, p. 03); “[...] *Este mendigo desprezível*” (CORREIO MERCANTIL, 1867, p. 03); “[...] *deste infame aventureiro, mendigo, foragido, e criminoso...*” (O UNIVERSAL – MG, 1832, p. 01); “[...] *tal qual a mendicidade esta lepra filha da preguiça e da ociosidade*” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1856, p. 02). Essa representação denota o caráter depreciativo do termo e a associação negativa destas pessoas a características negativas.

Da metade em diante do século XIX a preocupação com a higiene urbana e a proeminência de teorias médicas sobre saneamento e controle de doenças infectocontagiosas desencadeou novas formas de representar e de lidar com a mendicidade no Brasil.

Por volta de 1860 percebemos o aumento no número de notícias publicadas pela imprensa sobre a degradação dos territórios ocupados por “mendigos” e “vagabundos”. A preocupação com a insalubridade e com a disseminação de doenças adquiriu centralidade, como exemplo apresentamos a discussão ocorrida em uma Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Pernambuco ocorrida em 01 de março de 1864 e publicada no Diário de Pernambuco (1865, p. 02) sobre construções chamadas de telheiros utilizadas pelos “mendigos”. Estes telheiros eram construções simples geralmente encontradas em regiões

litorâneas e serviam para guardar as embarcações utilizadas para a pesca e também para a venda de carnes e peixes.

Normalmente, em torno dos telheiros se desenvolviam núcleos populacionais que ali moravam e trabalhavam. Pelo odor fétido das carnes e peixes não refrigerados e expostos em mesas e bancos de madeira estes telheiros geralmente ficavam distantes das cidades. E, por serem cobertos e mais reservados, eram utilizados por “mendigos” para pernoite e, até mesmo como moradia, o que acarretava em desconforto aos moradores das imediações, que, incomodados recorrentemente reclamavam às autoridades.

Nestas condições, a Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Pernambuco do dia 01 de março de 1864, se voltou justamente a discussão sobre as denúncias feitas por vizinhos dos telheiros, incomodados com os “mendigos” que ali dormiam e, em um relatório desenvolvido pela comissão de polícia a respeito da situação. No relatório é exposta a informação de que em torno de toda extensão do Ribeira existiam grandes quantidades de telheiros, *“nos quais acham-se colocados os bancos e mesas, em que são expostos à venda o peixe que vai ao mercado, e os intestinos das rezes mortas para o consumo da população, isso durante o dia”*. O relatório segue denunciando a ausência de salubridade e higiene dos telheiros, utilizados tanto para a venda de carnes quanto para abrigo de “mendigos”: *“durante o dia e principalmente à noite, servem estes telheiros de abrigos a vadios, maltrapilhos e a mendigos chagados e cobertos de andrajos; os quais dormem sobre esses bancos e mesas”* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1865, p. 02).

Percebe-se que começam a surgir tímidas preocupações com a salubridade e higiene já na década de 1860 e, gradativamente estas vão se ampliando conforme os pressupostos higienistas adquirem voz ativa no país. Assim, as pessoas que moravam e sobreviviam nas ruas passaram a ser consideradas ameaças também sob o ponto de vista da higiene das vias públicas.

Por meio da análise empreendida percebemos ainda que, com o crescimento da imprensa nacional a partir da metade do século XIX foram intensificados os movimentos de uso desta como veículo de manipulação de massa pela elite nacional. As notícias sempre foram utilizadas como criadoras de opinião, formadoras de representações sociais e de identidades. Mas a tecnologia de seu uso vai progressivamente avançando, na mesma medida em que a própria imprensa ganha amplitude, visibilidade e adquire status de empresa.

Assim, percebe-se que ao associar fenômenos como mendicidade, escravização e segregação regional a imprensa agencia um movimento de articulação das vozes disseminadoras de preconceito e violência. E naturaliza perspectivas estereotipadas que desencadeiam representações sociais preconceituosas cujo intuito é desqualificar, desumanizar

e justificar a ausência de direitos sociais, desigualdades, a divisão de classes sociais, a exploração dos trabalhadores e a criminalização das pessoas que vivem nas ruas.

A forma burguesa de pensar e de interpretar a realidade foi, portanto, fortemente disseminada no Brasil no século XIX através da grande imprensa em ascensão. E, foi responsável pelo estabelecimento das primeiras representações sociais preconceituosas sobre a PSR. A pessoa em situação de rua passa a ser considerada o inverso, o antagonismo do padrão estético e moral desejado, sua formação a partir das classes mais pobres e expropriadas do Brasil é duplamente estigmatizada (o “mendigo preto”, o mendigo nordestino”). A isso, soma-se um discurso em torno da estruturação de uma suposta “classe perigosa” que é desumanizada e à qual se atribuem as responsabilidades pelo aumento da criminalidade e violência.

5 BRASIL DOS SÉCULOS XX E XXI – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS “MENDIGOS”

Os espetáculos da mídia demonstram quem tem poder e quem não tem, quem pode exercer a força e violência, e quem não. Dramatizam e legitimam o poder das forças vigentes e mostram aos não-poderosos que se eles não se conformarem, estarão expostos ao risco da prisão ou morte (KELLNER, 2001, p.10).

Neste capítulo propomos reflexões baseadas na análise das publicações da grande imprensa nacional nos séculos XX e XXI (até o ano de 2021) com o objetivo de identificar as principais formas de representação social da PSR nesse período. A partir do estudo constatamos a manutenção de algumas categorias de notícias presentes nos jornais do século XIX. E, verificamos também o surgimento de novas categorias, o que é esperado já que as notícias variam conforme o contexto histórico a qual pertencem.

Constatou-se que notícias sobre internações hospitalares, críticas e denúncias de leitores quase que desapareceram, acreditamos que isso ocorreu devido ao crescimento da imprensa nacional. Dada a grande proporção e o avanço gradativo do alcance dos meios de comunicação a partir do século XX, as características dos jornais periódicos se alteraram significativamente e os espaços dedicados às publicações de cunho particular se tornaram menores.

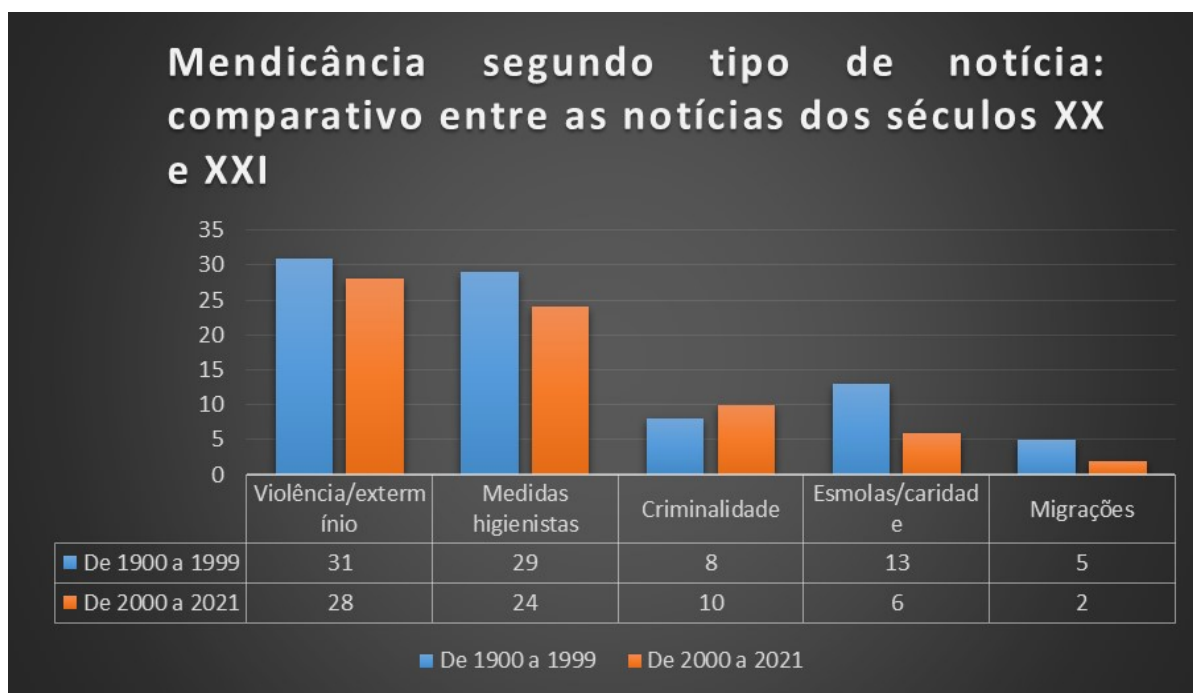
Mesmo assim, alguns jornais ainda possuem uma seção específica onde são publicadas cartas de leitores. Também não identificamos publicações que trazem o termo “mendigo” como sinônimo de crítica a alguém, ou seja, de forma pejorativa. Isso pode estar associado a gradativa

substituição deste termo por “morador de rua” no século XX e, posteriormente por “pessoa em situação de rua” no século XXI. Ademais, não localizamos notícias que associam a PSR a escravidão e nem aquelas que descrevem a situação em outros países.

Em contrapartida, houveram categorias que se mantiveram presentes ao longo dos séculos XIX, XX e permanecem no século XXI: **criminalidade, violência, extermínio, medidas higienistas e coercitivas de combate à situação de rua**. Outras três categorias também se mantiveram, porém, com menor incidência: **esmolas/caridade, “falsos mendigos” e migração**. Além destas, surgiram novas: uma que associa PSR e uso de drogas e outra que apresenta os avanços em termos de políticas sociais destinadas a essa população.

No gráfico a seguir apresentamos um comparativo entre os índices de incidência das categorias de notícias que se mantiveram presentes na grande imprensa ao longo de todo o século XX até a atualidade:

Gráfico 3 – Mendicância segundo tipo de notícia: comparativo entre as notícias dos séculos XX e XXI



Fonte: A autora (2023)

As publicações que associam PSR à criminalidade, violência, extermínio e higienismo correspondem a maior parte das publicações a respeito da temática: 68% no século XX e 62% no século XXI. Ocorre, portanto, uma manutenção do percentual médio dessas categorias comparado ao século XIX: 67%. O que significa que a forma de representação social da PSR

pela grande imprensa e, conseqüentemente pela elite dominante, se mantém a mesma ao longo de mais de dois séculos no Brasil. E, de forma preconceituosa e estigmatizante associa a PSR ao crime, violência e, recentemente, a drogadição com intuito de segregar a classe trabalhadora e justificar medidas punitivas de extermínio, prisão ou “recolhimento” higienista.

O estudo das especificidades que as categorias analíticas adquirem ao longo dos séculos XX e XXI é apresentado neste capítulo que está dividido em nove partes. A primeira parte (5.1) é voltada à apresentação das representações sociais preconceituosas que se mantiveram arraigadas no imaginário social brasileiro desde o século XIX e perduraram no século XX. Ademais, objetiva refletir sobre uma nova representação: a da “multidão de mendigos” que faz referência ao aumento no número de pessoas em situação de rua.

O item 5.2, por sua vez, apresenta outra nova representação social preconceituosa sobre a PSR cunhada no século XX: a do “mendigo recuperável” em alusão às medidas de caráter higienista e coercitivo voltadas à readaptação desses indivíduos à lógica do capital. Já o item 5.3 discute uma representação que apesar de já estar presente na sociedade brasileira desde o século XIX, ganha destaque no século XX, principalmente a partir da década de 1980: aquela que considera que “mendigo bom é mendigo morto”. Neste sentido, são realizadas reflexões a respeito do aumento de atos violentos e assassinatos de pessoas em situação de rua neste período. Já o item 5.4 se volta ao estabelecimento de reflexões gerais sobre os dados analisados referentes ao século XX.

A partir do item 5.5 iniciamos a discussão sobre as representações sociais da PSR no século XXI. Sendo o item 5.6 destinado a incitação de reflexões sobre a manutenção de algumas dessas representações por mais de dois séculos no Brasil. Já o 5.7 trata da associação da PSR ao uso de drogas especificamente de crack com a criação de uma nova representação social preconceituosa: a do “zumbi do crack”. Na contrapartida no item 5.8 apresentamos os avanços, ou seja, os movimentos de desconstrução e superação dessas representações. Por fim, o item 5.9 traz as considerações gerais sobre os assuntos discutidos sobre o século XXI.

5.1 A MANUTENÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS CONTRA A PSR NO SÉCULO XX - E A “MULTIDÃO DE MENDIGOS”

O Brasil adentra o século XX em meio a transição para o capitalismo que, segundo Saes (2015, p. 02) “se inicia com dois processos políticos particulares, [...] a Abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889)” e tem seu ponto final de transição em fins da década de 1950 quando a “atividade industrial suplanta a agricultura”.

A análise das publicações dos jornais brasileiros do século XX nos permite afirmar que a partir da transição para o capitalismo no país o número de pessoas em situação de rua aumentou.

As notícias publicadas nos jornais evidenciam a presença de pessoas em situação de rua no Brasil já no início do século XIX, entretanto, essa população foi paulatinamente aumentando a partir da transição para o sistema capitalista no país. Não é possível estimar os percentuais de aumento no número de pessoas em situação de rua, já que a primeira pesquisa de caráter censitário desta população a nível nacional foi feita apenas em 2008. No entanto, as publicações jornalísticas do século XIX apontam para um salto quantitativo desse segmento após a década de 1950, período de consolidação do capitalismo brasileiro. Desde então, observa-se o crescimento gradativo e exponencial da PSR que na atualidade é formado por cerca de 281,4 mil pessoas (NATALINO, 2022, p. 15).

Ao longo do século XX a situação de rua se tornou gradativamente um fenômeno social de grande amplitude, principalmente nas cidades brasileiras de maior porte, de acordo com Honorato e Saraiva (2016, p. 167) a “cidade é o palco das interações entre os diferentes” e, “o processo de urbanização brasileiro, acelerado na segunda metade do século 20, trouxe às cidades uma diversidade de fenômenos sem precedentes”. Em sua maioria ligados “a exaltação da desigualdade social” dentre os quais, se destaca o agravamento do fenômeno população em situação de rua.

Apesar da pobreza ter sido “parte constitutiva da história do Brasil, assim como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento” (YASBEK, 2012, p. 294). Os anos 1990 foram um marco, pela extrema vulnerabilização do trabalho ocorrida nesse período, que repercutiu em grandes impactos sobre a classe trabalhadora gerando um novo perfil para a questão social. O aumento da pobreza e acirramento das desigualdades sociais foram decorrentes do desemprego, da diminuição dos gastos públicos na área social, privatizações e “subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia”.

Enquanto que as respostas à questão social e, particularmente a pobreza mantiveram os traços da “tradição oligárquica e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político” (YAZBEK, 2012, p. 294). Assim, a configuração urbana marca a desigualdade de forma explícita a partir da divisão territorial de classes, a fome, a exclusão, a subalternidade e o agravamento de fenômenos sociais como o da PSR são sinais que expressam o “[...] quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la” (YAZBEK, 2012, p. 290).

Nesse sentido, consideramos importante incitar a reflexão acerca de alguns pontos cruciais à análise que objetivamos empreender neste capítulo. O primeiro diz respeito à consolidação da burguesia no Brasil a partir do abolicionismo e da instauração do trabalho assalariado. A burguesia não se constituiu enquanto uma força política revolucionária voltada à suplantação da hegemonia oligárquica, pelo contrário, se propôs unicamente a desempenhar o papel de tirar o máximo de vantagens possíveis da sociedade brasileira.

Destarte, a burguesia brasileira preferiu “[...] a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (FERNANDES, 1987, p. 205). Onde até “[...] podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela, mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político” (FERNANDES, 1987, p. 205). O mandonismo e a relação de desdém para quem não possui a mesma condição social, o autoritarismo violento e manipulador, estão na essência da formação da elite burguesa nacional, isso influenciará totalmente às medidas e ações de “combate” a pobreza e a situação de rua ao longo de todo o século XX.

O segundo ponto, diretamente ligado ao primeiro, diz respeito à manutenção dos preconceitos raciais e sociais na passagem do período escravocrata à primeira república. Os trabalhadores libertos passaram a compor a grande massa de mão de obra assalariada disponível ao capital, separados por um enorme abismo de desigualdades sociais históricas agravadas pela intensificação da questão social própria do capitalismo.

Contudo, a realidade foi ignorada pela elite burguesa que descartou a necessidade de políticas sociais e a implementação de direitos de cidadania no país. E, em seu lugar, fez um movimento de imposição intransigente da ordem e moral baseada no trabalho explorado. Para isso, utilizou-se da força do aparato policial com ações de caráter coercitivo, fiscalizatório e higienista. Para Giorgetti (2014, p. 87) isso ocorre porque “os direitos políticos e sociais não estavam em questão pois implicavam grandes transformações estruturais que não interessavam diretamente à elite”.

O terceiro ponto salientado de forma introdutória é “a questão social que se põe historicamente desde a abolição da escravatura e a emergência do regime de trabalho livre” no Brasil (IANNI, 1992, p. 88). A questão social é o: “[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”. Na qual “[...] o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2006, p. 27). Ela “apresenta diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais” (IANNI, 1992, P. 94). Na medida em que, expressa as

desigualdades entre classes e, ainda, suas disparidades nas relações de gênero, regionais, étnico-raciais, entre outras. Para Yamamoto (2006) a questão social se metamorfoseia adquirindo novas roupagens e, assim se renova ao mesmo tempo em que segue mantendo seus padrões ao longo dos séculos.

Essas pontuações servirão como base para a análise empreendida a respeito do fenômeno população em situação de rua no século XX no Brasil no que diz respeito a sua representação social e, nas consequentes ações e medidas implementadas pelo Estado e sociedade civil no trato da questão. Parte-se da compreensão de que a análise ontológica requer o olhar crítico sobre a realidade e o resgate dos pressupostos históricos que permeiam o objeto de estudo. E, neste sentido, compreendemos que a situação de rua no Brasil possui características específicas devido a história do país e as particularidades da formação da classe trabalhadora.

Dessa forma, consideramos que a PSR já era uma realidade no Brasil no século XIX, e como tal, causava incômodo à elite nacional e, sobre ela pesavam medidas de controle, punição e extermínio fortalecidas através de elucubrações estigmatizantes que forjaram representações sociais preconceituosas. O que ocorreu no século XX foi, portanto, o surgimento da questão social com a consolidação do capitalismo no país que levou a um aumento gradativo do desemprego, subemprego e miséria e, conseqüentemente, a ampliação do número de pessoas em situação de rua.

Ademais, é importante considerar que a extrema desigualdade social foi agravada pelas medidas adotadas para controle da classe trabalhadora cuja desproteção social associada a doutrina de disciplinarização e normalização fortaleceram preceitos higienistas, de banalização da vida humana e violência. E, nesse contexto, a PSR foi considerada um dos segmentos desviantes a ser combatido, principalmente após seu aumento no século XX.

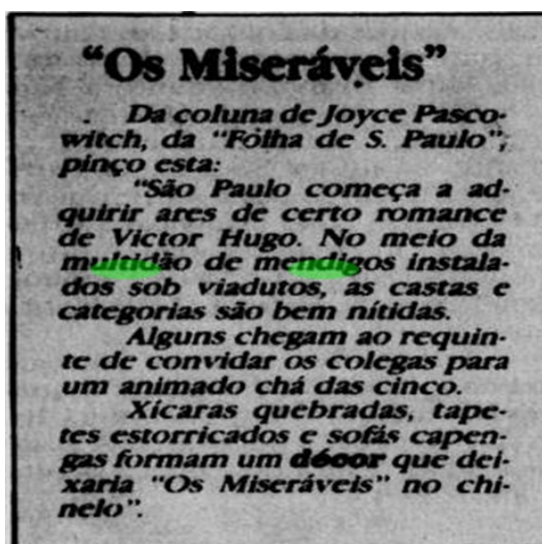
Apesar de não existirem dados quantitativos sobre a PSR no Brasil até o século XXI - quando foi realizado o Primeiro Censo Amostral em 2008 - pelas notícias publicadas no período, é possível constatar as dimensões que o problema vai alcançando e a complexidade que adquire. Até meados da década de 1950 localizamos apenas notícias similares àquelas encontradas no século XIX, principalmente relatando mortes, prisões e violência. O que chama atenção após esse período é o grande número de notícias sobre o aumento quantitativo da PSR, identificamos uma série de manchetes e reportagens com fotos impactantes, entrevistas e relatos de histórias de pessoas em situação de rua. Todas atentam para o aumento no número de sujeitos utilizando as ruas das grandes cidades como espaço de moradia e subsistência.

Assim, surge uma nova representação social da PSR, a da “multidão de mendigos”, ou seja, a ideia de “bandos” ou “agrupamentos” de indivíduos “perigosos” temida há mais de um século pela elite. Tão temida que chegou a ser prevista como crime sujeito a prisão pelo Código Criminal do Império do Brasil de 1830²⁰.

O país vivia tardiamente, no século XX, as consequências do capitalismo, materializando um cenário similar ao das notícias do início do século XIX sobre a realidade europeia. Isso evidencia que o pauperismo seria inevitável com a chegada do capitalismo no Brasil e que a ausência de políticas públicas apenas agravaria a situação. Dessa maneira, de nada adiantaram as medidas coercitivas de controle a imigração, o extermínio, o asilamento, a repressão, perseguição e prisão voltados a “prevenção” da formação de uma “multidão” de indivíduos vivendo nas ruas.

Ainda assim, o Brasil insistiu no erro, e as medidas de “combate à mendicância” foram mantidas no século XX. E, o aumento do número de pessoas em situação de rua conferiu a essa população o caráter de fenômeno social urbano de grandes proporções, cujo agravamento se dá ano após ano. A ideia de “multidão” remete a quantidade e agrupamento, que, por sua vez, indicam uma multiplicação do problema e, o conseqüente receio da perda de controle sobre a mesma. A publicação do Jornal Diário do Pará (PA), em sua edição de n. 2072 de 1989, exemplifica esta questão:

Figura 11 – Trecho de notícia (Jornal Diário do Pará - PA, edição n. 2072 de 1989)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

²⁰ O Código Criminal da República do Brasil de 1930 previa em seu artigo 4º que eram proibidas as reuniões de quatro, ou mais mendigos para esmolar pelas ruas. Exceto se fossem famílias. A pena prevista era a prisão (BRASIL, 1830, P. 03).

A centralidade que a problemática adquire na grande imprensa nesse período é motivada pelo impacto que o crescimento do contingente populacional em situação de rua causa à burguesia nacional. Esse aumento é um assunto que se mantém em voga desde a implementação do sistema capitalista até a atualidade, somando-se as demais categorias de notícias sobre essa população.

De forma geral, as categorias de notícias localizadas no século XX permanecem as mesmas presentes no século anterior. Estas associam PSR a: migração (5%); criminalidade (8%); doação de esmolas e caridade (13%); enganação e má fé (“falsos mendigos”) (14%); violência, morte e extermínio (31%) e medidas higienistas (29%). O que significa que as representações sociais preconceituosas que já existiam no século XIX não sofreram alterações no século XX. Nesse sentido, não houveram avanços, o que ocorreu foi, apenas, o acréscimo de novas categorias de representação, dentre elas a de “multidão”.

A associação entre as diferentes representações sociais preconceituosas atribuídas a PSR desde o século XIX a de “multidão” se tornou recorrente nas publicações da imprensa nos anos 1990. Em 1948 o Jornal O Momento (BA) denunciava o aumento no número de pessoas em situação de rua na capital. A notícia elenca como principais motivos a divisão desigual de terras e a migração do campo para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida. De início apresenta as representações sociais preconceituosas relacionadas à aparência (aspectos físicos e sociais):

Cresce, e de modo assustador, o número de mendigos na capital. Andam pelas ruas, maltrapilhos desamparados, mendigando esmolas a um e a outro, procurando alimentos nas casas familiares. Outros, prostram-se nas esquinas estendendo a mão num pedido mudo. São cegos, débeis-mentais, doentes de todas as moléstias, ou simplesmente miseráveis, famintos, desempregados (JORNAL O MOMENTO (BA), 1948, edição n. 685, p. 01).

Em seguida, enfatiza as representações que associam esse segmento populacional à migração. E, propõe reflexões sobre a má distribuição de terras e a busca de oportunidades de uma vida melhor nas cidades em franco processo de industrialização:

A grande maioria dos mendigos que abordamos, procedem do interior, onde reinando o latifúndio – as vastidões de terras pertencentes a poucos donos – a miséria é bem maior do que nas cidades. Atraídos por falsas propagandas de empregos fáceis dirigem-se para as cidades mais adiantadas comercialmente, para a capital principalmente um grande número, onde, então, sofrem desilusões sobre desilusões (JORNAL O MOMENTO (BA), 1948, edição n. 685, p. 01).

E, prossegue, com a descrição de uma situação para exemplificar as afirmações, a partir da representação social preconceituosa do “mendigo retirante”:

Figura 12 – Trecho de notícia (Jornal O Momento - BA, edição n. 685, de 1948, p. 01)

<p>Estivemos, por exemplo, com o mendigo José Patrocínio de Jesus. Mendiga em companhia de três filhos pequenos. Contou-nos que trabalhava numa fazenda em Uauá, próximo a Juazeiro. A seca de 1946 obrigou-o a emigrar para capital onde sabia — disse-lhe um empregado da Leste em Bonfim, — existir empregos. Veio em companhia de sua mulher e seus quatro filhos. Sua companheira e o seu único filho homem, de 10 anos, faleceu no caminho. Patrocínio</p>	<p>caminhou a pé de Juazeiro à Salvador. Não encontrou emprego. Adoeceu — Patrocínio tem todos os sintomas de um homem tuberculoso — e teve de fazer a mendicância. Como ele, histórias mais ou menos idênticas à sua, são os demais mendigos da cidade cujo número aumenta, na medida em que a fome se agrava, com o congelamento de salários e a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade.</p>
--	---

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

A migração é mencionada em uma série de notícias nesse período, sempre associada a formação de “multidões” de “mendigos”, o que por sua vez, corroborou para a disseminação da xenofobia contra migrantes nordestinos e nortistas. A edição n. 17.084 do Diário da Tarde do Paraná (1950, p. 02) afirma que a capital está repleta de “[...] mendigos oriundos de várias procedências”. Ao mesmo tempo em que evidencia o aumento quantitativo da PSR: “Curitiba, nos últimos tempos, vem sendo dominada por uma legião de mendigos, que aparecem em todas as ruas, que surgem em todos os estabelecimentos comerciais”. E, por fim, expressa representações sociais preconceituosas sobre a aparência física dessas pessoas, reforçando a imagética da identidade social deteriorada, ao afirmar que elas incomodam com: “[...] suas roupas andrajosas e sujas, sua barba por fazer e seus cabelos revoltos”. E, repetindo os mesmos padrões do século XIX importados do capitalismo europeu do século XVI descreve as pessoas em situação de rua como “aproveitadoras”: “[...] dentre esses mendigos, alguns encontramos que são fortes, saudáveis e que poderiam trabalhar preferindo, porém, a vida ociosa e humilhante”.

O aumento no número de indivíduos em situação de rua após a década de 1950 também é evidenciado na edição n. 223 do Jornal Diário de Pernambuco (1951, p. 02) que anuncia: “Há mendigos por toda parte. Na estação ferroviária, nas ruas, nas igrejas, nas casas comerciais, em todos os recantos, se estende a mão esquelética do pedinte. A impressão é má. Parece

estarmos vivendo em uma cidade de miseráveis”. E na edição n. 16865 do ano de 1959 do Jornal do Commercio (AM): *“Nunca se viu tanto mendigo pelas ruas, como agora. [...] Não se dá um passo nesta cidade (centro ou comércio) que se não depre com um mendigo”*.

Assim, constatamos que o aumento no número de pessoas em situação de rua no Brasil foi proporcional ao incômodo sentido pela elite burguesa. Sua indesejável presença em locais de circulação, comércio e na ocupação de prédios abandonados nas grandes cidades tornou-se manchete dos principais jornais de cada região brasileira. Foram intensificadas também as publicações que associam “mendicidade” e criminalidade seguindo a tendência do século anterior. A situação de rua seguiu sendo correlacionada ao crime e a preguiça pela grande imprensa, apesar de ser uma expressão da questão social fruto “das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho” (SILVA, 2009, p. 27).

A respeito das mudanças que se instauram a partir do século XX, atentamos ainda ao que Bursztyn (2000) denomina como “nova exclusão social” baseada em uma mudança nas formas de representação social. Segundo o autor “os grupos sociais sujeitos à exclusão social sofrem uma mutação na forma como a sociedade os representa”. Isso ocorre à medida em que esses sujeitos são deslocados “de uma representação de diferença, de diversidade, para uma de dessemelhança”.

A dessemelhança é “caracterizada pela ruptura dos laços de solidariedade e de pertencimento a uma mesma espécie, que permitem a identidade entre seres humanos”, assim, pode-se afirmar que a pessoa em situação de rua é percebida como dessemelhante, tal como se não fosse humana. E, essa tendência repercute na “nova exclusão social” e é construída a partir de um “processo múltiplo, simultaneamente econômico (expulsão do mundo do trabalho), cultural (representação específica de não-reconhecimento ou negação de direitos) e social (ruptura de vínculos societários e, por vezes comunitários)” (BURSZTYN, 2000, p. 69).

A “nova exclusão social” é uma propensão do mundo moderno que necessita de cada vez menos pessoas para assegurar a produção e reprodução ampliada da sociedade devido a revolução científico-tecnológica. Logo, não há “condições de criar os postos de trabalho necessários para compensar os que são destruídos e incorporar a força de trabalho disponível” (BURSZTYN, 2000, p. 69).

Com isso, instala-se o desemprego estrutural e, esse exército de desempregados que se forma tem algo de específico: ele não tem acesso às qualidades requeridas para ingressar no novo mercado de trabalho tecnológico e avançado. Essa tendência corrobora para a constituição de grupos sociais desnecessários economicamente, na medida em que, “perdem qualquer

função produtiva, ou se inserem de forma marginal no processo produtivo” se tornando “pesos” econômicos para os governos e sociedade (BURSZTYN, 2000, p. 69).

O contexto econômico e social do mundo moderno, que se inicia com a instauração do capitalismo e se agrava conforme esse sistema se consolida, provoca a rápida urbanização e o tensionamento dos trabalhadores pobres “pelo apelo ao consumo e a impossibilidade de exercê-lo”. Sendo esta tensão resolvida apenas pela transgressão da lei criando com isso, o “ciclo que alimenta o aumento da violência urbana e, simultaneamente, as novas representações sobre os pobres”.

A representação social da formação de grupos que constituem ameaças urbanas adquire muita força no século XX gerando um clima de tensão, na medida em que os segmentos excluídos “pouco a pouco, de forma homeopática, passam a ser percebidos como socialmente ameaçantes. Bandidos em potencial. Indivíduos perigosos” (BURSZTYN, 2000, p. 70).

No Brasil, a “nova exclusão social” segue os velhos pressupostos da discriminação racial e da xenofobia, nestas condições, a mão de obra descartada ou subempregada se baseia na procedência regional e na cor da pele. Velhas representações que se fortaleceram com a ideologia da modernização conservadora na preparação das cidades para o capitalismo, como descreve Rego (2018, p. 27):

Enquanto São Paulo ascendia sob o mote de locomotiva – um norte difuso passava a ser considerado passado. Mais que isso: passado a ser esquecido, superado. Tal recorte espacial possuía o estigma que condensava atributos que as oligarquias de um país desigual queriam afastar: pobreza, negritude, indianidade e ruralidade. Entravam em cena noções arbitrárias e reformuladas de progresso, civilização, raça e classe. Nesse processo, São Paulo passaria a ter sua imagem associada à branquitude e ao sucesso econômico através de uma narrativa oligárquica que negava a existência de parcela numerosa de sua população. Por outro lado, o Nordeste passaria a ser associado ao estereótipo sertanejo que as elites brasileiras buscaram continuamente dissociar da imagem nacional.

Nestas condições, uma das particularidades que o século XX no Brasil inaugura sobre as representações sociais preconceituosas a respeito da PSR é, justamente, a manutenção de seus velhos preconceitos raciais e regionais, acrescidos do temor pela formação de agrupamentos desses segmentos populacionais “perigosos”. O que, por conseguinte, reforça um processo de dessemelhança que consiste justamente na “perda do ‘sentimento de semelhança’, do juízo ético que nos faz sentir, todos/as, membros de uma mesma espécie de indivíduos” (RESENDE, 2009, p. 03).

A dessemelhança se materializa na larga distância que separa uma mesma cidade em mundos diferentes permitindo que “o burguês, de sua cobertura”, não reconheça aquilo que se

move nos lixões “como um ser da mesma espécie, como semelhante. Por isso mesmo, pensa o burguês: é feio, fede e não é gente. Por que não a pena de morte?” (BENFICA, 2002, p. 128).

5.2 O “MENDIGO RECUPERÁVEL”

O século XX também é marcado pelo desenvolvimento de “novas” táticas de “enfrentamento” e “combate” à PSR, na verdade novas nomenclaturas para velhas práticas. Isso porque, as medidas estabelecidas para “combate da mendicidade” passam a ser chamadas de “recuperação de mendigos” esse termo se torna recorrente nas notícias da grande imprensa. Entretanto, o que ocorre são ações voltadas a internações compulsórias, aprisionamento e práticas de extermínio.

Há, portanto, um novo termo (“recuperação”) para velhas condutas. Deste termo, surge a representação social preconceituosa do “mendigo recuperável” que, nada mais é, do que aquele que foi retirado de circulação. Para implementar as medidas de “recuperação”, a violência contra a PSR foi intensificada – seja pelo aparato policial seja pela sociedade civil – ao que tudo indica, com isso se pretendia reprimir o aumento do número de “mendigos”, ou, ao menos, manifestar o poder da burguesia no “controle” da situação.

A burguesia nacional se colocou historicamente acima do povo pobre e o despreza agindo contra ele com violência e, para se fortalecer estrategicamente enquanto bloco de poder se uniu a diferentes órgãos. Com os objetivos comuns de defesa da “ordem”, do lucro e da propriedade privada a minoria dominante se unificou “[...] fazendo com que todos os setores dessa minoria e suas elites econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas etc., evoluíssem na mesma direção” (FERNANDES, 1987, p. 266).

Essa junção entre todos os aparelhos do Estado e da elite, ampliadas com a criação de organizações religiosas e não-religiosas de amparo e proteção (principalmente asilos e casas agrícolas), evoluindo na mesma direção e funcionando simultaneamente por meio da repressão e da ideologia é analisada por Cerqueira Filho (1982) em elaborações teóricas sobre a criminalização da questão social no Brasil. Segundo o autor, a burguesia forja uma espécie de teoria da integração ao repassar uma imagem de harmonia social, com isso, neutraliza lutas de classe e infiltra ideologicamente seus interesses como sendo de todos.

Para tanto, intercala o uso de aparelhos repressivos do Estado com aparelhos ideológicos conforme suas necessidades. Ou seja, “a classe social hegemônica, controlando o conjunto da sociedade política (o Estado) e da sociedade civil, combina a coerção e o consenso para obter a aceitação pelas classes subalternas de um dado tipo de organização econômico-

social”. E, desta forma, controla e organiza “politicamente a sociedade, realizando a unidade social” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 25).

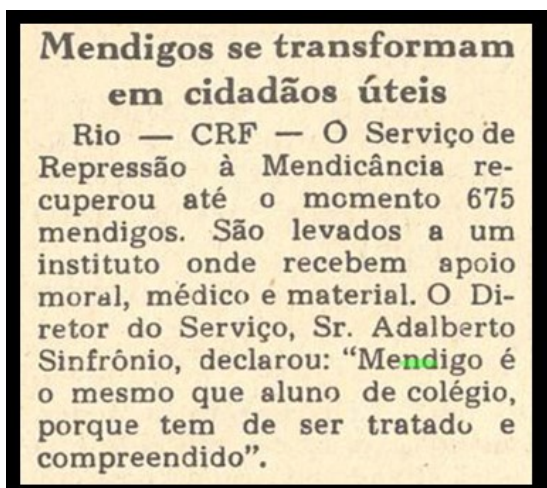
No trato da questão social, a elite burguesa utiliza a mesma estratégia, escolhe uma das dimensões - coerção ou consenso - e atua. Assim, a questão social se torna caso de polícia nos momentos em que há um aguçamento da crise de hegemonia da burguesia. Nessas situações, esta “passa a ser resolvida com predomínio de uma de suas dimensões, a repressão efetiva, prática” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.28).

O agravamento do fenômeno PSR desencadeou uma crise à hegemonia burguesa que o vislumbra como uma praga que se propaga na mesma medida em que se extermina. Pois, põe em xeque a harmonia social em torno da ética do trabalho. Em Glosas Críticas Marginais ao Artigo " O rei da Prússia e a reforma social", Marx (2010) questiona qual será a abordagem do Estado com relação ao pauperismo com repressão ou assistência? E salienta que não se encontra a resposta a esta questão no Estado posto que a organização social capitalista depende do pauperismo para sua manutenção.

Logo, nesta ordem social esmolar se torna delito e a assistência se insere na lógica da disciplinarização para o trabalho e da correção pela repressão. É exatamente esse o movimento que o Estado brasileiro intensifica da metade em diante do século XX contra a PSR.

Percebe-se que ocorre uma espécie de mascaramento das medidas de repressão e extermínio a essa população através do uso de termos como “recuperação” e “readaptação” e, que sociedade civil e Estado se unem na tarefa de exterminá-la. Exemplo desse tipo de medida pode ser observado na seguinte nota emitida pelo Jornal Correio do Norte (SC) em sua edição de n. 607 de 1960:

Figura 13 – Trecho de notícia (Jornal Correio do Norte - SC, edição de n. 607 de 1960)



A “recuperação” significava, em teoria, tornar útil ao trabalho. Percebe-se a manutenção dos mesmos pressupostos contidos no artigo n. 295 do Código Criminal do Império do Brasil de 1830 que previa pena de prisão com trabalho a qualquer pessoa sem ocupação honesta, e útil. Mesmo suplantadas em termos legais as medidas de caráter punitivo e coercitivo contra as pessoas em situação de rua seguem implementadas e naturalizadas pela grande imprensa. Contudo, em termos práticos, não haviam medidas de “readaptação” nem “recuperação”, uma vez que, sequer interessa ao capital criar mecanismos para absorver uma mão de obra já descartada e desconsiderada. As medidas instituídas voltam-se, sim, à “recuperação” das ruas e vias públicas para uso da elite que não quer ser incomodada pela presença de sujeitos indesejáveis.

Nesta lógica, é que foram criados na década de 60 na então capital do Brasil – Rio de Janeiro – o Serviço de Repressão à Mendicância (SRM) e o Serviço de Assistência à Mendicância (SAM). Para atender aos interesses da burguesia, esses serviços eram encarregados da retirada de “mendigos” das ruas e encaminhamento para prisões, asilos e/ou ao fornecimento de passagens para retorno a suas cidades de origem. O Serviço de Repressão à Mendicância (SRM) foi extinto em 1963 após o envolvimento de alguns de seus agentes no que ficou conhecido como “Operação mata-mendigos”²¹ O que denota o caráter violento que a repressão contra a PSR adquire no século XX.

A grande imprensa colaborou, em boa medida, nesse período para a criação de uma sensação de unificação de interesses. Com isso, a sociedade em geral e o Estado, absorvem como seus, os interesses da elite dominante e, assim, “[...] culmina-se com a aceitação do princípio de que ele, o pobre, é a ‘sujeira da sociedade’ e que deve estar, invariavelmente, envolvido com o crime” (BACILA, 2015, p. 23). Nesta direção, a polícia criminaliza seletivamente indivíduos com base em seu “grupo social, aparência estética e nível econômico” (BACILA, 2015, p. 114).

A perseguição policial a população pobre e, aqui acrescento o noticiamento dessa perseguição pela grande imprensa, corroboraram para o agravamento do preconceito, gerando com isso, ainda “mais estigmatização das pessoas que já são estigmatizadas”. Desta forma, a política atendendo aos interesses da classe dominante atua mais “como um agente ideológico e político do que um órgão responsável pela justiça” (BACILA, 2015, p. 141). Essa reflexão é muito cara a esta pesquisa porque reforça um elemento de suma importância analítica: o fato de que a discriminação contra a PSR não parte apenas das representações sociais

²¹ Ibidem nota de rodapé número 7 na subseção 2.6.

preconceituosas, mas também, da própria ânsia burguesa em obter cada vez mais poder. Sendo assim, “quanto maior o fosso entre as classes sociais maior a probabilidade de prevalecer entre elas atitudes de discriminação com base no interesse” (GIORGETTI, 2014, p. 64).

É evidente, que a manutenção de um clima harmonioso com a sociedade é o ideal de dominação burguês, já que ameniza os riscos a sua hegemonia. O embate pode desencadear revoltas populares e pôr em risco a ideologia do capital, essa compreensão levou a conciliação entre repressão e assistência social à pobreza no Brasil do século XX para execução de ações ditas de “recuperação” das pessoas em situação de rua. A dita “recuperação” implicava em uma triagem dos que podem ser aproveitados e os que devem ser descartados, denotando o caráter de coisificação e/ou desumanização da pessoa em situação de rua.

A publicação a seguir exemplifica nossas afirmações, com a manchete *“Piauí vai recuperar mendigos”* no Jornal Correio Braziliense (DF) (1975, p. 02, edição n. 4.638) informa que todos os “mendigos” de Teresina serão recolhidos das ruas e passarão por triagem para identificar se estão *“[...] em condições de serem aproveitados”* para o trabalho. Os inaptos receberão assistência e, *“[...] os demais serão controlados na casa de recuperação de mendigos, que começará a funcionar em uma área de três hectares [...] para reabilitá-los ao trabalho”*. Ou seja, se vê reforçada já em fins do século XX a representação social do “mendigo vadio” amoral porque não trabalha presentes em publicações da imprensa que datam de cerca de 150 anos atrás.

O século XX e a consolidação do sistema capitalista no Brasil reforçam, portanto, a ideia de que o “mendigo” é alguém que precisa ser “recuperado”, ou seja, adaptado, controlado e normalizado pelo trabalho assalariado. A individualização do problema associada à leitura equivocada e distante da realidade inviabilizam quaisquer soluções, já que estas dependem exclusivamente da superação de um modelo político, econômico e social baseado na divisão de classes e geração de desigualdades sociais.

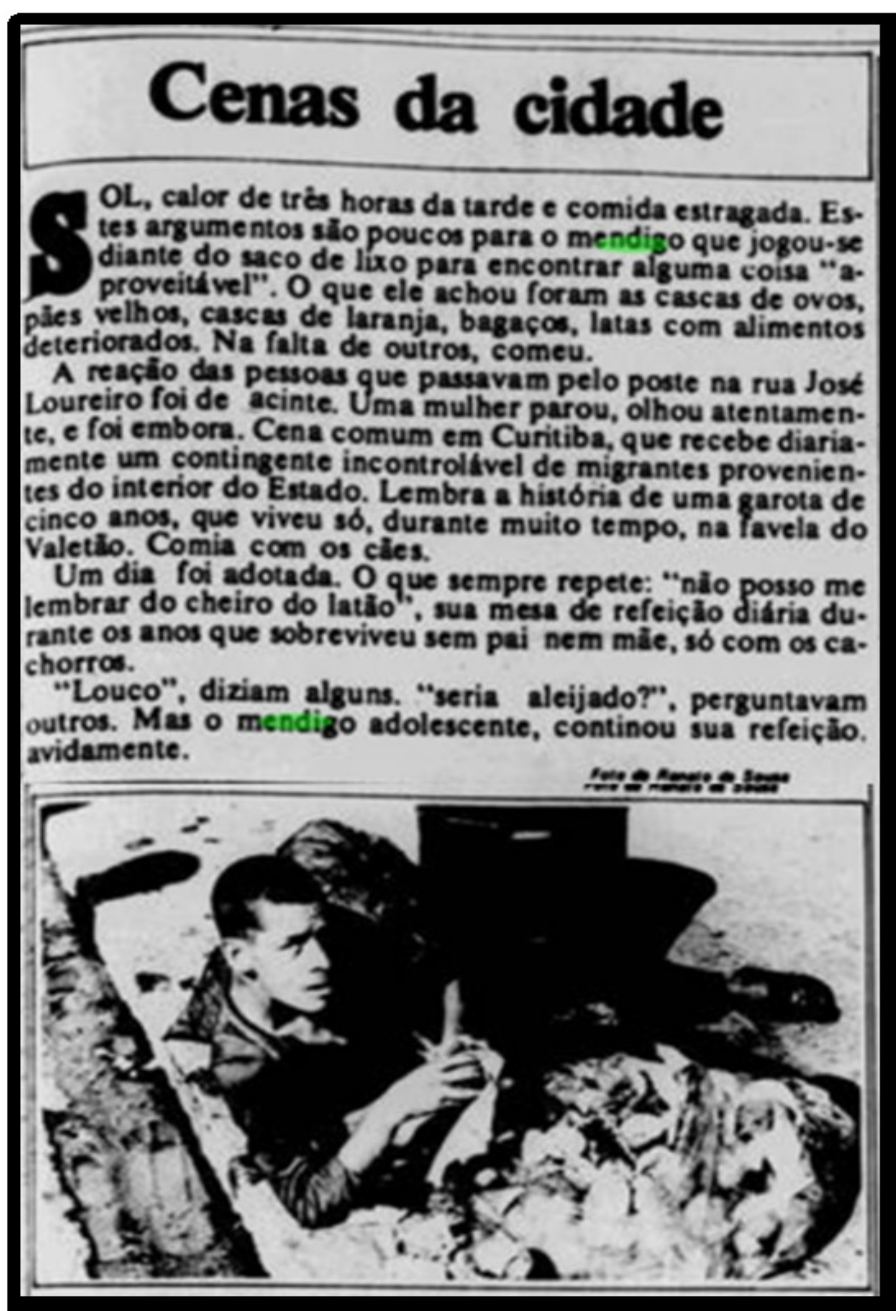
5.3 A INTENSIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO DA PSR A PARTIR DA DÉCADA DE 1980 – A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO “MENDIGO BOM É MENDIGO MORTO”

A partir da década de 1980 até o final do século XX a representação social preconceituosa que predomina sobre a PSR no Brasil é aquela que a desumaniza. Foram localizadas notícias baseadas na exposição dessas pessoas por meio de fotos e frases que denotam características animais e apartadas de comportamentos socialmente aceitos. Comer lixo, dormir sob o lixo e abaixo de pontes e viadutos, se banhar em chafarizes, estar

coberto por imundices diversas, entre outras descrições quando descontextualizadas – como ocorre nas publicações da grande imprensa – tendem a causar repulsa, medo e asco.

Isso porque, a representação social sobre essa população não parte dos indivíduos que a compõem e dos motivos que os levaram a situação de rua. Não são apresentadas nas notícias quaisquer ações, sentimentos ou comportamentos que remetam a características humanas e/ou sociais, pelo contrário, a “anormalidade” é explorada pela imprensa para chamar atenção do público.

Figura 14 – Trecho de notícia (Jornal Correio de Notícias - PR, edição n. 812 de 1980)

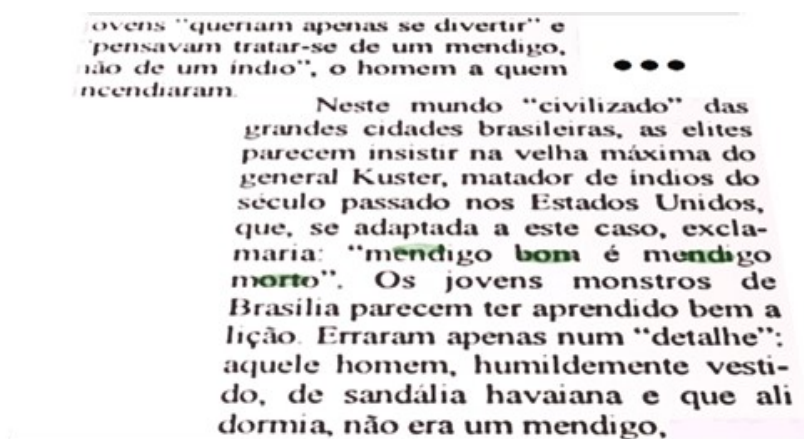


Inúmeras cenas e relatos chocantes sobre a PSR compõem as manchetes dos jornais brasileiros entre as décadas de 1980 e 90. Segundo Resende (2012, p. 460) uma das funções da mídia “é a regulação do cotidiano social”, através da determinação do que deve ou não ser aceito como comportamento do corpo social. Ou seja, “o que deve ser compreendido como ordem ou desordem, bom ou ruim, desejável ou indesejável”. A figura 14, acima, é parte de uma publicação localizada na edição n. 812 de 1980 do Correio de Notícias (PR) e exemplifica as colocações feitas.

A notícia expressa uma série de representações sociais sobre a pessoa em situação de rua com o intuito claro de desumanizá-la. Os comportamentos elencados são aproximados ao de animais irracionais na medida em que, essas pessoas são comparadas a cães. O texto repassa a ideia de que o rapaz em questão optou por revirar o lixo em busca de comida estragada e a consumiu avidamente tal qual um animal, sem se importar com a presença dos repórteres e demais sujeitos que o observavam. Além disso, remete a ideia de que essa cena degradante é uma escolha de pessoas que migram para as cidades.

A desqualificação da pessoa em situação de rua como humana é uma estratégia discursiva que facilita a justificativa de seu extermínio como o que ocorreu com o líder indígena Galdino Jesus dos Santos assassinato por um grupo de civis em 1997, por acreditarem se tratar “apenas de um mendigo”. E é provável que, caso se tratasse de fato, de um “mendigo”, sequer saberíamos seu nome, seria mais um invisível exterminado, mais uma morte socialmente aprovada, afinal, “mendigo bom, é mendigo morto”.

Figura 15 – Trecho de notícia (Jornal O Mensageiro - PA, edição 00104 de 1997)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

O assassinato e/ou a execução de atentados violentos contra a PSR corresponde a 31% das notícias analisadas referentes ao século XX, estas seguem apresentando caráter impessoal,

em geral, não anunciam o nome e/ou quaisquer elementos que possam remeter ao valor de uma vida humana. A manutenção da representação social preconceituosa do “mendigo invisível” - não humano permanece presente na sociedade, imbuída de significados e de repercussões. Como exemplo, lê-se a seguinte notícia no Jornal Correio Braziliense (DF) em sua edição de n. 8738 de 1987:

Figura 16 – Trecho de notícia (Jornal Correio Braziliense - DF, edição n. 8738 de 1987)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Assim como as notícias que desumanizam e invisibilizam a PSR mantêm-se nos jornais do século XX àquelas que a representam como aproveitadoras, muito similares às identificadas há quase 200 anos:

A prefeitura está tentando diminuir o número de mendigos na cidade. Para isso, lançou há 15 dias uma campanha para desestimular os moradores a dar esmola a estas pessoas. Mais de seiscentos cartazes foram distribuídos em vários pontos da cidade com a frase “Não dê esmola”. A população é orientada para encaminhar os mendigos à “Central de Atendimento ao Migrante” Lá, o mendigo recebe assistência e orientação para tentar a sorte em outra cidade.

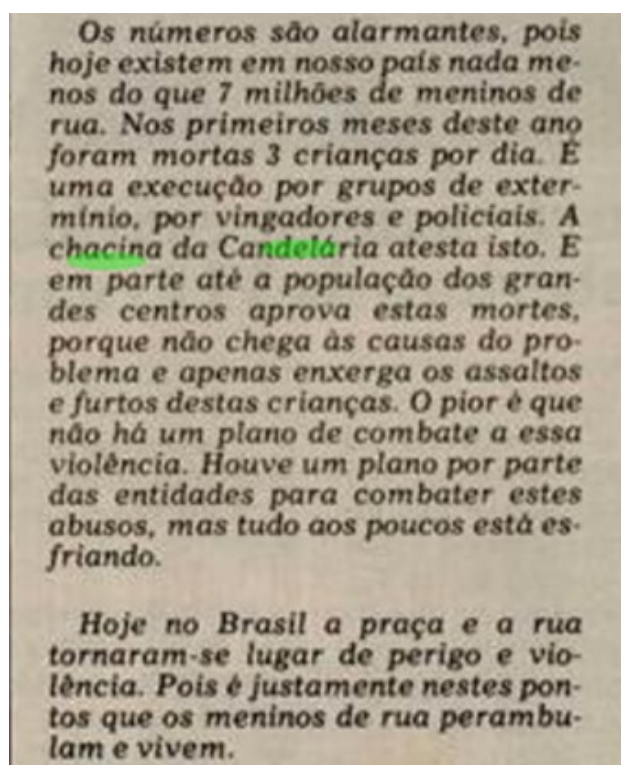


(FOLHA DE HOJE, RS, 1990, edição n. 347, p. 02).

Notícias como essas estão diretamente associadas a representação social preconceituosa do “falso mendigo”, ou “mendigo de profissão”, sendo que essa forma de representar as pessoas em situação de rua foi localizada em notícias que datam de 1808 até aquelas publicadas em pleno século XXI.

Essas formas de representar essa população, afastando-a de aspectos humanos e de sociabilidade e, em contrapartida aproximando-as de características irracionais impulsionam atos violentos e assassinatos, cujas justificativas pairam sob a lógica do: “era só um mendigo”. E, nessas condições, podemos afirmar que uma das principais questões que se colocam a esse respeito no século XX no Brasil (principalmente a partir da segunda metade em diante) é o agravamento da violência contra a PSR, recorrentemente anunciadas pelos jornais, como no exemplo a seguir:

Figura 17 – Trecho de notícia (Jornal Correio Rio Grandense - RS, edição n. 4341 de 1993)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

A intensificação dos atos violentos e atentados contra a PSR impulsionou e fortaleceu, em contrapartida, a mobilização do Movimento Nacional da População em Situação de Rua que luta por direitos sociais e pela desconstrução de representações sociais preconceituosas cujas repercussões estão lhes custando a vida. Já que mesmo aqueles que mantêm a vida física nas ruas convivem com a morte social.

5.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PSR NO SÉCULO XX

Constatou-se que as representações sociais preconceituosas sobre a PSR seguiram as mesmas nos séculos XIX e XX. Com acréscimo de três “novas” representações:

- a) A que se refere a formação de conglomerados, agrupamentos e multidões de “mendigos”;
- b) Aquelas que apregoam a necessidade de “recuperação” dos “mendigos” por vias coercitivas e punitivas;
- c) A representação que entende que “mendigo bom é mendigo morto”.

Por conseguinte, o que se pode perceber é que surgem novas abordagens sobre o tema, novos termos são utilizados, entretanto, o conteúdo das representações permanece o mesmo. A principal diferença é que se no século XIX, a formação de “multidões de mendigos” era um fantasma que assombrava a elite, no século XX isso se materializa no Brasil. E, as medidas adotadas permanecem sob a lógica da punição e extermínio.

O que ocorre é o vislumbre do agravamento e da perda gradual do controle sobre esse segmento populacional por parte do Estado e da elite burguesa a partir da instauração do capitalismo. O que, por sua vez, desencadeia uma enxurrada de notícias veiculadas pela grande imprensa sobre o agravamento do problema. E, se intensifica um discurso de ódio, medo e repulsa fazendo com que atentados violentos e assassinatos se tornassem ainda mais frequentes.

A situação de rua é incômoda ao capitalismo, porque apesar de ser fruto dele, e, necessário ao seu fortalecimento, é um desajustamento às normas sociais. Essas normas de conduta são impostas de forma ideológica e ainda, através do aparato repressivo do Estado. Já que quanto mais ajustado o indivíduo é ao trabalho, maiores serão os lucros que seu corpo e mente, totalmente focados e saudáveis, darão ao explorador.

Sendo assim, até mesmo os estigmatizados devem se ajustar, senão ao trabalho formal, mas ao menos, se colocando em seu lugar. A elite não espera ver uma pessoa em situação de rua dentro de um shopping, em um restaurante caro ou em um bairro nobre, certamente essas cenas serão fortemente repreendidas. Sobre isso, Goffman (1980, p. 132) esclarece que a natureza do “bom ajustamento [...] exige que o estigmatizado se aceite [...] e, ao mesmo tempo, se retire voluntariamente daquelas situações em que os normais” consideram difícil de aceitar. O trato à PSR no século XX segue a lógica de: se não pode contê-lo, ao menos o ajuste e impeça que invada o espaço da elite.

Em síntese, podemos afirmar que, para atender ao interesse da classe dominante, o desejo de não enxergar as mazelas sociais e justificar a morte de pessoas vem sendo incutido há séculos no imaginário social. Como atenta Chauí (2008) não estamos pensando com nossas próprias cabeças, afinal, por que iríamos querer que alguém fosse espancado até a morte? Atirado ao mar? Por que não choca alguém ter sido incendiado enquanto dormia ou ter morrido de fome ou frio em plena rua? A resposta está no poder da ideologia:

Temos a ilusão de estarmos pensando com nossa própria cabeça e agindo por nossa própria vontade de maneira racional e livre, de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade, porque desconhecemos as condições econômicas e sociais nas quais a classe social que domina a sociedade exerce seu poder sobre a mente de todos, fazendo com que suas ideias pareçam ser verdades universais, válidas para todos os membros da sociedade e para todas as classes sociais. Este poder social invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos foi chamado de ideologia (CHAUI, 2008, p. 53).

Essa ideologia faz crer em representações sociais sobre a PSR que foram forjadas ao longo da história com base em preconceitos de diversas ordens. E, leva a ver as vítimas como algozes, enquanto os verdadeiros algozes se passam por heróis. Quando o Estado através de seus aparelhos coercitivos elimina uma pessoa em situação de rua, não está nos protegendo, ele está violando direitos que são nossos, são de todos. O preconceito contra a PSR foi intencionalmente construído para justificar atos de extermínio, violência e desproteção social já que estes, são os caminhos que não colocam em risco os interesses da elite dominante.

5.5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PSR NO SÉCULO XXI

Segundo dados do Ipea, em 2016 estimava-se que cerca de 101 mil pessoas estavam vivendo em situação de rua no Brasil, já em nova estimativa feita “em março de 2020, havia cerca de 222 mil pessoas em situação de rua” (BRASIL, 2020, p. 08). Em quatro anos, portanto, o número de indivíduos nessa situação cresceu aproximadamente 120%.

Desde o início da pandemia de Covid-19 em 2020 de acordo com o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua estima-se que 38.605 novas pessoas tenham passado a morar nas ruas no Brasil. O levantamento feito com base nos dados do CadÚnico²² do Ministério da Cidadania identificou que 62% desse segmento populacional concentra-se na região Sudeste principalmente no estado de São Paulo (40%),

²² “Atualmente, no Brasil, são estimadas 160.097 pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único”. Ainda existe um bom número de pessoas descobertas pelo cadastramento pelas dificuldades impostas inclusive pela “própria natureza dinâmica da situação de rua” (GONTIJO, 2022, p. 57).

seguidos pela região Nordeste (15%), Sul (14%), Centro-Oeste (7%) e Norte (2%). Os dados identificados nas pesquisas se tornaram notícias nos meios de comunicação digital. A figura 18 a seguir apresenta algumas das principais manchetes²³:

Figura 18 – Manchetes de notícias sobre a PSR no século XXI



Fonte: A autora (2023)

O aumento no número de pessoas em situação de rua nos últimos anos está diretamente relacionado à crise político-econômica intensificada pela pandemia de COVID-19 e pelo

²³Manchetes de notícias sobre a PSR no século XXI. Respectivamente na imagem: CNN Brasil, 10/06/2022, por Carolina Figueiredo. Ministério da Saúde, 02/12/2021. Jornal Hoje, Portal Globo.com 09/06/2022. Poder 360, 20/03/2022, por Deutsche Welle. Folha Uol Piauí, 02/02/2022, por Marcos Amorozo e Renata Buono. Fiocruz, 20/08/2021, por Danielle Monteiro e João Victor Chagas. Globo.com, Globo News, 13/10/2022, por Amanda Luder.

projeto político do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. A ascensão da extrema direita permitiu o fortalecimento dos ideais neoliberais no Brasil, a perspectiva da minimização do Estado aliada a ideias conservadoras pautadas em valores morais da família tradicional e do trabalho reverberaram na intensificação do preconceito e descaso com relação a PSR.

Enquanto que o aumento nos índices de desemprego e pobreza fomentaram a desigualdade e a barbárie social. A crise econômica agravada pela pandemia de COVID-19 gerou um cenário de empobrecimento e aumento das desigualdades sociais no Brasil majorado pela perspectiva governamental voltada à redução da intervenção estatal. De acordo com Silva e Gomes (2021, p. 12):

Desde as campanhas eleitorais e sua atuação como Presidente da República, o discurso de Jair Bolsonaro sempre deixou claro o direcionamento quanto à proposição de reformas e conjunto de medidas de redução da despesa pública e diminuição da intervenção do Estado brasileiro, excluindo os gastos em políticas sociais como saúde, educação e assistência social. Ao propor uma agenda de privatização e reformas, essas iniciativas trazem consequências que aumentam as desigualdades e inviabilizam aos mais pobres o acesso às políticas públicas.

Os impactos da crise econômico-político-sanitária brasileira dos últimos anos sobre a PSR foram estudados por Tiengo (2021). Com base na análise de notícias digitais publicadas em 2020 pelos veículos de comunicação o Estadão e O Globo Rio, a autora aponta três grandes impactos: primeiro, “o crescimento da população em situação de rua vinculado ao aumento do desemprego que veio como consequência do isolamento social inerente às medidas de contenção da pandemia”. Segundo a desresponsabilização do Estado na proteção social a PSR, sendo que nesse período ocorreu uma “[...] ênfase dos veículos de comunicação na questão da solidariedade” principalmente por parte de igrejas e sujeitos famosos e/ou da elite nacional. E, terceiro, dificuldades de manutenção da subsistência pela PSR dadas as limitações da execução do trabalho informal devido ao fechamento de comércios e “diminuição de trânsito de carros e pessoas nas ruas” (TIENGO, 2021, p. 47).

Além disso, para Tiengo (2021, p. 57) com as crises econômicas, sociais e de saúde muitas pessoas deixaram o “[...] exército ativo de trabalhadores para compor a superpopulação relativa, e, algumas delas, sem opção passaram a viver em situação de rua”. De acordo com a autora, não houve, conforme apontam algumas notícias, uma mudança no perfil da PSR, mas sim, um significativo aumento do desemprego levando à rua sujeitos que “já viviam em situações de empregos precários, mal remunerados”. Nestas condições, “[...] ao invés de um novo perfil, temos a ênfase de que são trabalhadores desempregados, que não tiveram opção” (TIENGO, 2021, p. 60).

E, em face da situação de extrema degradação das condições de vida da classe trabalhadora as respostas político-sociais foram insuficientes e, de acesso inviável à população em situação de rua e de extrema vulnerabilidade social, restando-lhe apenas o acesso a abrigos improvisados e medidas de emergência escassas:

Quanto ao acesso à transferência financeira promovida pelo governo federal, vimos que apesar de terem direito, o cadastro e recebimento são obstaculizados pela ausência de acesso aos meios digitais exigidos para o cadastro (celular ou computador com acesso a internet), e ausência de documentação. A resposta do Estado, conforme destacado, foi aumentar o número de vagas em abrigos, criar abrigos emergenciais, abrir tendas de atendimento pelas cidades, instalar pias pelas ruas para que a população em situação de rua possa higienizar as mãos, ampliar a higienização das instituições de acolhimento e ampliar as distribuições de alimentos (TIENGO, 2021, p. 60).

Nunes, Bonatto e Rodrigues (2020, p. 08) também referem que a “pandemia expôs um cenário de desigualdades extremas que piorou ainda mais a vida de diversos grupos percebidos como experienciando diversas vulnerabilidades e em situação de extrema pobreza, como as pessoas afetadas pela falta de moradia e/ou vivendo nas ruas”. Com destaque ao agravante da falta de uma estratégia governamental clara quanto ao enfrentamento da situação. A este respeito, acreditamos, no entanto, que as estratégias estejam sim, claras e direcionadas ao desmonte dos direitos sociais e políticas públicas brasileiras.

Com relação a PSR vemos ressurgir com força total medidas de caráter higienistas fortemente combatidas durante o período de redemocratização do país pelo movimento de reforma sanitária e consolidadas através da Constituição Federal de 1988 e pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Nonato e Raiol (2018, p. 92) refletem sobre os impactos dos discursos que a mídia policialesca e a polarização político-partidária elaboram e disseminam influenciando falaciosamente o senso comum e os órgãos de segurança pública. Esses discursos de ódio denotam caráter higienista, racista e classicista e incentivam o extermínio e descarte de seres humanos como método de combate à violência e a criminalidade. Tais medidas corroboram para a invisibilidade, desumanização e vulnerabilidade históricas contra a PSR do Brasil e só fazem “[...] recrudescer e cristalizar práticas como os constantes assassinatos, além de inúmeras outras espécies de violência, que trazem à baila o processo deliberado e sistemático de higienização e criminalização sofrido em todo o Brasil pelas pessoas em situação de rua” (NONATO; RAIOL, 2018, p. 92).

Mendes e Costa (2022, p. 105) também chamam atenção “às tradicionais construções ideológicas” sobre a PSR que versam justificar medidas de segregação e higienismo. Para tanto,

se cria historicamente uma imagem generalista da pessoa em situação de rua “[...] como drogada, cracuda” e perigosa o que adiciona “camadas de desumanização a pessoas já desumanizadas”. Os autores denunciam a lógica de remanicomialização crescente nos últimos anos sintetizados na existência e centralidade das Comunidades Terapêuticas (CTs). E reiteram que mesmo que, claramente as CTs tenham objetivos e finalidades mercantis, atuam “sob retórica de preocupação com a PSR num cenário de (ainda) maior vulnerabilidade”. E corroboram para a intensificação de “processos de higienização e segregação, sustentados em visões hegemônicas das drogas como males em si, plasmados à própria figura da pessoa em situação de rua como perigosa e/ou que deve ser salva, sobretudo, pelo discurso e práticas religiosas” (MENDES; COSTA, 2020, p. 113).

A pessoa em situação de rua pela lógica de remanicomialização é “um objeto, um não-sujeito; e, pior, um objeto perigoso ao estar atrelado a outros objetos perigosos, como as drogas”. Essas pessoas objeto são dialeticamente um negócio “lucrativo movimentando todo um comércio não só do ‘tratamento’ em álcool e outras drogas, como da pobreza”.

Assim, repetem-se - sob novas roupagens - práticas históricas higienistas e policialescas que objetivam lidar com a pobreza tirando-a de vista e, ao mesmo tempo, lucrando com isso. Com a pandemia de COVID-19 a ausência de medidas adequadas às prerrogativas legais e constitucionais voltadas ao respeito e proteção da vida humana levaram a morte de pessoas em situação de rua como um “higienismo natural” como denunciam Mendes e Costa (2020, p. 113):

Se um dos lemas da pandemia, como forma de combater o vírus e o contágio por ele, foi “fique em casa”, para aqueles (as) que não tinham casa a “solução” foi: seja jogado nos manicômios (nas prisões e demais instituições totais, segregatórias) ou, mesmo, em covas, com o vírus se “encarregando” das políticas higienistas; um higienismo “natural”.

O contexto social, político, econômico e cultural mudou, o tempo passou e o país se modernizou, muitos avanços em termos de políticas sociais foram alcançados. Ademais, a capacidade de luta e mobilização que a organização da PSR em um movimento social vem atingindo é fantástica. No entanto, esse início de século foi marcado também por uma série de retrocessos que impactaram diretamente os segmentos sociais mais vulneráveis dentre os quais destaca-se a PSR. E, com isso, vemos perplexos a reprodução de práticas, ações e medidas que pareciam superadas.

5.6 NOVO SÉCULO, ANTIGAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS

As publicações de jornais analisadas referentes aos anos de 2000 a 2021, em sua maioria, 80% para ser preciso, associam a PSR a criminalidade, violência, drogadição e extermínio. Essa associação foi predominante na imprensa do país desde 1808, a principal diferença no século XXI consiste no acréscimo de notícias sobre o uso de drogas, principalmente de crack.

Percebe-se que há uma considerável intensificação de publicações que associam PSR, drogadição e criminalidade geralmente seguidas por notícias sobre medidas coercitivas e higienistas. Ambas categorias estão intrinsecamente ligadas, já que a primeira serve como justificativa da segunda. O aumento do número de pessoas em situação de rua ganha destaque através de manchetes e fotos chocantes nas capas dos jornais incitando o medo e a revolta popular e após, são apresentadas as medidas de combate ao problema. Não localizamos em nenhuma notícia²⁴ publicada pela grande imprensa a perspectiva da própria PSR sobre os fatos relatados, nem mesmo por parte de representantes do MNPSR.

A respeito das categorias de publicações localizadas constatamos que, no século XXI, o tema migração perdeu força no discurso da grande imprensa, das 100 notícias selecionadas apenas duas associaram mendicância e migração, em uma delas lê-se a seguinte manchete:

Figura 19 – Trecho de notícia (Jornal do Commercio - RJ, edição 137 de 2016)

Migrantes são 71% da população

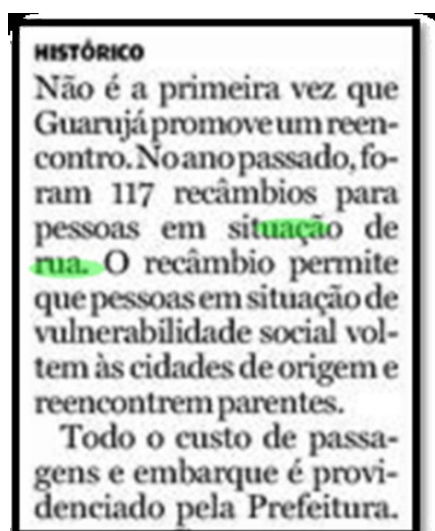
Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

A notícia evidencia com base nos dados do Primeiro Censo Amostral da População em Situação de Rua que 71% das pessoas que estão em situação de rua em São Paulo são migrantes. Quanto a procedência destas refere que são das regiões Sudeste e Nordeste e estrangeiros principalmente de países africanos. Ademais, ressalta preocupação com a intensificação do fluxo de imigrantes refugiados para a capital “[...] procedentes de países que passam por dificuldades econômicas e conflitos de natureza política, étnica e religiosa”. O texto jornalístico exprime clara inquietação quanto à situação, e destaca a espera por respostas governamentais.

²⁴ É importante salientar que não estamos nos referindo a todas as notícias publicadas pela imprensa brasileira nesse período, levamos em consideração apenas o universo da pesquisa e as notícias selecionadas com base em critérios de inclusão e exclusão.

Mesmo face a pequena veiculação de notícias sobre fluxos migratórios no século XXI seria um engano pensar que o problema perdeu relevância na agenda da elite nacional e do poder público. A migração principalmente de pessoas negras de países africanos e daquelas oriundas da região Nordeste ainda é uma pedra no sapato da burguesia racista e xenofóbica. Quanto às medidas adotadas contra o inchaço urbano ocasionado pela migração, este continua centrado no estímulo à chamada migração de regresso. Essa medida possui caráter higienista e objetiva a “limpeza” dos centros urbanos, e contempla planos de ações traçados por gestores municipais e estaduais que incluem, por exemplo, o fornecimento de passagens de transporte coletivo para retorno às cidades natal:

Figura 20 – Trecho de notícia (Jornal A Tribuna, edição 44505 de 2022)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Como se vê a migração de regresso é noticiada como algo benéfico para a PSR levando a crer que o que distanciava a pessoa de sua família era apenas a falta do recurso financeiro, da passagem. O que, em algumas situações, pode de fato ser verídico. Entretanto, essa questão não deve ser generalizada, correndo-se o risco de cair em simplificações e/ou restringir a atenção a situações de extrema complexidade ao simples fornecimento de uma passagem.

Ademais, a relação migração, desemprego e PSR é inerente ao capitalismo e, nestas condições, não pode ser “resolvida”, ela é apenas “remediada”, busca-se retirá-la de cena, escondê-la. A prática do empurra-empurra das pessoas em situação de rua de um município/estado para o outro é bastante comum em todo o Brasil.

Da mesma maneira como o fornecimento de passagens para migração de regresso (ou para que a pessoa em situação de rua apenas se mude para qualquer outro local) as ações

higienistas de “recolhimento” ainda são uma realidade. Essas medidas atendem, de forma geral, aos interesses da elite burguesa, de pequenos e grandes comerciantes e de governantes. Seja para promover a campanha em período eleitoral através da “limpeza” da cidade/bairro/estado, seja para “livrar” uma praça/região/rua e, com isso, beneficiar o comércio local, as ações se pautam no desejo pela manutenção da propriedade privada, dos privilégios e interesses e, não na atenção às necessidades da PSR.

E, tal como, as representações sociais preconceituosas, as práticas contra essa população são antigas e seguem repetidas por séculos no Brasil, mesmo não demonstrando nenhuma efetividade. Essa afirmação pode ser exemplificada nos trechos das duas notícias a seguir, a primeira foi publicada na edição de número 223 do Jornal do Commercio (RJ) de **1838** e a segunda publicada na edição n. 333 do Jornal do Brasil (RJ) no ano de **2009**. Vê-se que em 171 anos não houveram mudanças significativas nas condutas com relação a PSR no Brasil, as pessoas seguem sendo “recolhidas” das ruas como se fossem objetos indesejados e encaminhadas para quaisquer serviços capazes de tirá-las das vias públicas.

Figura 21 – Trechos de notícias (Jornal do Commercio – RJ, 1838 e Jornal do Brasil -RJ, 2009)

Notícia de 1838

O Sr. juiz de direito chefe de policia acaba de tomar huma medida, cuja utilidade e importancia devemos assignalar, contra os mendigos e vagabundos, que abundão nesta capital.

[...] vê-se que 171 vagabundos forão já recolhidos, e entre elles 40 remetidos ao arsenal de marinha para o serviço nacional.

Notícia de 2009

Paisagem tombada e, agora, livre da desordem

Operação chega ao Aterro, prende seis pessoas e recolhe armas brancas

operação, cujo objetivo era levar aos abrigos pessoas em situação de rua, além de reprimir vendas irregulares no Aterro, que transforma-se em área de lazer aos domingos. Dos retirados, 21 passaram por triagens e seis foram presos. E 15 foram encaminhados aos abrigos da prefeitura.

Outro assunto ainda presente na imprensa do século XXI é a caridade, a perspectiva da esmola associada à “vida fácil”, remetendo novamente a antiga representação social preconceituosa do “mendigo aproveitador” e/ou do “falso mendigo”. A notícia apresentada na figura 22 foi publicada pelo Jornal Correio Braziliense (DF) em 2005 e nos trechos que destacamos é possível perceber uma mensagem bastante similar àquelas publicadas ainda no século XI.

Figura 22 – Trecho de notícia (Jornal Correio Braziliense - DF, 2005)

Ponto de droga e de esmolas

Márcio* tem 17 anos e mora na Rodoviária há cinco meses. O adolescente saiu da casa da mãe, no Jardim ABC, em São Sebastião, para “ganhar a vida no Plano Piloto”. As seguidas tentativas de mandá-lo de volta ao lar fracassaram. Mas as assistentes sociais que trabalham no local ainda batalham para convencê-lo de que a vida nas ruas esconde perigos. Márcio faz parte de um grupo de 69 crianças e adolescentes que moram no terminal rodoviário. O local tem todos os atrativos para meninos e meninas que se entregaram ao vício e à vida fácil. A droga é acessível. Para ganhar esmolas, basta estender as mãos. Com as dezenas de restaurantes e lanchonetes, conseguir comida não é uma tarefa difícil.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

As afirmações tendenciosas expressas nesta notícia refletem uma perspectiva de escolha/opção pela vida nas ruas devido a seus “*atrativos*”, e com isso, distancia a interpretação do real, da desigualdade social que impõe essa situação às pessoas. Assim como as frases “vida fácil”, “droga acessível”, “esmolas ao estender as mãos”, “conseguir comida facilmente” e “notas de 10 reais no chapéu” também transmite a ideia de que estar em situação de rua tem vantagens e é mais fácil do que trabalhar.

A representação social que associa a situação de rua com lucratividade, ociosidade e riqueza está presente no Brasil desde o século XIX e se mantém até a atualidade. Essa perspectiva alimenta o ódio contra essa população, já que estimula a segregação da classe

trabalhadora, uma vez que, o trabalhador que não está em situação de rua se vê explorado por aquele que está.

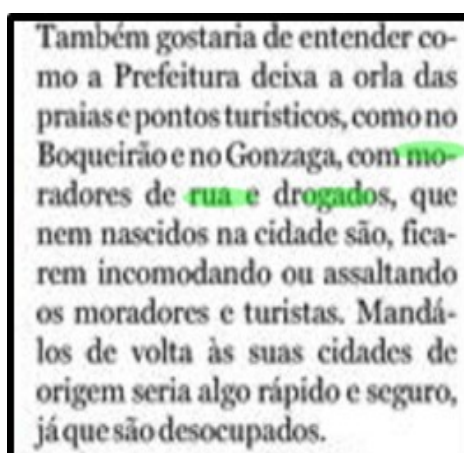
5.7 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL PRECONCEITUOSA DO “ZUMBI DO CRACK”

Para além das representações sociais preconceituosas sobre a PSR que se mantiveram ao longo dos séculos, podemos afirmar que o século XXI consolida uma nova: a do “zumbi do crack”.

Através de imagens chocantes e descontextualizações históricas a narrativa neoliberal permeia todas as esferas da vida social, inclusive as notícias, reportagens e matérias veiculadas pela grande imprensa nacional. No século XXI irão se somar às categorias de publicações sobre os sujeitos em situação de rua, aquelas que os representam de forma preconceituosa como “drogados”. A associação dessa população ao uso de drogas já era feita no século XX, houve uma intensificação nas últimas décadas, principalmente após os anos 1990 quando se intensificam os relatos do uso de crack²⁵ no Brasil.

As publicações que associam a PSR ao uso de drogas, em sua maioria, carregam representações xenofóbicas, racistas e de caráter moral. O trecho a seguir extraído do Jornal A Tribuna/SP (2019, edição n. 43412, p. 02) exemplifica essa afirmação, nela um leitor pede providencias a respeito da praia de Santos/SP:

Figura 23 – Trecho de notícia (Jornal A Tribuna - SP, 2019, edição n. 43412, p. 02)



Também gostaria de entender como a Prefeitura deixa a orla das praias e pontos turísticos, como no Boqueirão e no Gonzaga, com moradores de rua e drogados, que nem nascidos na cidade são, ficam incomodando ou assaltando os moradores e turistas. Mandá-los de volta às suas cidades de origem seria algo rápido e seguro, já que são desocupados.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

²⁵ “O crack é a forma de base livre da cocaína, podendo ser obtido do cloridrato de cocaína ou da pasta de cocaína, ambos produtos de extração da coca. Muito pouco solúvel em água, não podendo ser, por esse motivo, injetado, por isso é colocado em cachimbos caseiros para ser fumado. Os vapores produzidos são prontamente absorvidos pelos pulmões, alcançando rapidamente o cérebro” (NAPPO, 2004, p. 15).

Também se tornam comuns publicações da grande imprensa que correlacionam situação de rua e drogadição à criminalidade, violência, sujeira, confusão e baderna:

Figura 24 – Trecho de notícia (Jornal Correio Braziliense - DF, mês 07 de 2008)

O caso mais recente ocorreu em janeiro. Três mendigos, drogados e bêbados, sangraram a criança durante 72 horas

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Figura 25 – Trecho de notícia (Jornal Correio Braziliense - DF, mês 10 de 2008)

Leitora Marilene Dowell informa que a 714 Norte vive dias de pavor. Moradores de rua viciados em fumar maconha e tomar tudo que é bebida estão fazendo o inferno dos residentes na quadra. Perambulam o tempo todo, deixam sujeira

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

A associação entre “moradores de rua”, “vício” e “dependência” é carregada de representações sociais sobre o uso de drogas, tais como, aquela que relacionam drogadição e criminalidade, violência e perda total de consciência do/a usuário/a que, seria capaz de tudo para obter mais drogas. A este respeito destaca-se que o sensacionalismo da grande imprensa suscita discussões unilaterais e simplistas que podem incitar à alienação e à postura de combate, não apenas às drogas, mas, sobretudo, ao/a usuário/a.

Do sensacionalismo da imprensa se fortaleceu a nova representação social preconceituosa do “zumbi do crack”. Esta representação é atribuída também a PSR, entretanto, não lhe é exclusiva, devido ao perfil heterogêneo do/a usuário/a de crack. A manchete a seguir exemplifica o caráter estigmatizante conferido ao/a usuário/a de crack:²⁶

²⁶ Notícia online veiculada pelo Portal R7 em 2013. Disponível na íntegra em: <https://noticias.r7.com/saude/fotos/epidemia-mundial-crack-e-metanfetamina-destroem-corpo-e-fazem-usuario-virar-zumbi-25092013>.

Figura 26 – Trecho de notícia do Portal R7, 2013

Epidemia mundial: crack e metanfetamina destroem corpo e fazem usuário virar zumbi

Metanfetamina também provoca fraqueza nos ossos, perda de peso e insônia

SAÚDE | Do R7
25/09/2013 - 09h30 (ATUALIZADO EM 25/09/2013 - 12h52)



Fonte: Portal R7 (2013)

A desumanização do/a usuário/a de crack e sua associação com a situação de rua alarma a sociedade que vislumbra o problema como uma epidemia para a qual não há solução. Alves (2017, p. 77) chama atenção ao “processo de morte social” vivenciado pelo/a usuário/a de crack, cuja “suposta perda de domínio sobre a vontade” é utilizada como “justificativa para medidas agressivas como a internação involuntária”.

A pessoa passa a ser estigmatizada e os efeitos dessas relações sociais permeadas pelo preconceito se tornam tão nocivos quanto a própria droga. “Como observou certa vez um usuário a dialogar comigo, ambos sentados no meio da rua, durante uma festa junina na Cracolândia: *‘E o pessoal, aí? Devem pensar que a gente é lixo [...] Eles passam pela gente como se fôssemos lixo’*” (ALVES, 2017, p. 77).

Quanto a caracterização dos/as usuários/as de crack “como zumbis, o morto vivo propriamente dito” Alves (2017, p. 78) afirma que, para a sociedade, é como se essas pessoas tivessem cometido suicídio, porém, após o uso da “droga que mata”, teriam permanecido “ainda meio vivos, moribundos, na espera da morte certa”. A ideia do “zumbi” é uma representação social preconceituosa que esvazia a leitura e compreensão da realidade material concreta que resulta nessa situação.

Nesse sentido, atentamos ao que Alves (2017, p. 78) chama de “concretude material desta morte social” que consiste na “retirada dos meios de reprodução da vida, do emprego, da casa, da vizinhança e do bairro”. O que por sua vez, leva muitos/as usuários/as de crack não só à situação de rua, mas também à Cracolândia. Já que a pessoa é expulsa “não apenas da residência familiar, mas também do bairro, da ‘biqueira’²⁷ próxima ao seu local de moradia, onde possivelmente muitos deles iniciaram sua carreira no crack”. Sendo assim, “o morto-vivo, o zumbi, o abjeto qualquer segmento desta maneira caracterizado acaba candidato a ser alvo de políticas de higienização, ou puramente repressivas” (ALVES, 2017, p. 79).

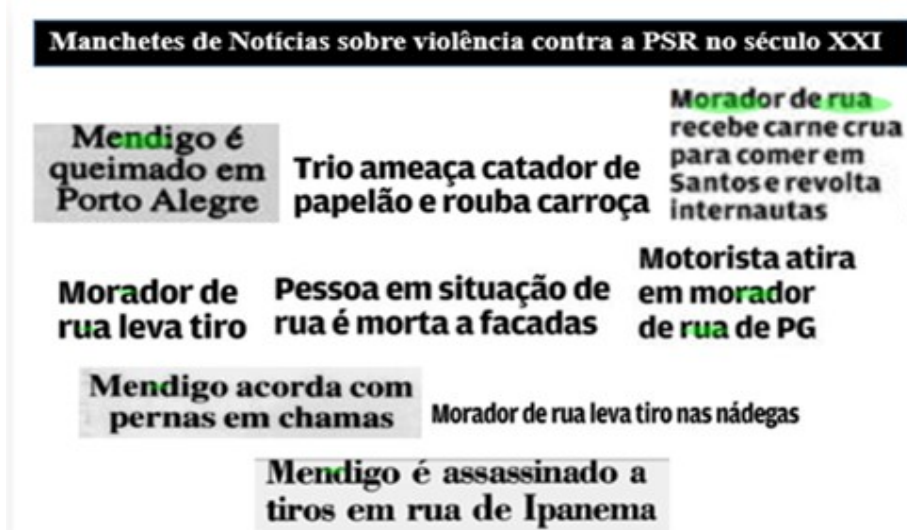
²⁷ As “biqueiras” são os pontos de comercialização no varejo de pedras de crack (ALVES, 2017, p. 28).

Nos séculos anteriores (XIX e XX) a migração e o desemprego eram as categorias chave nas produções científicas e nas publicações da grande imprensa sobre PSR, a partir do século XXI o crack se alia a essas categorias. A relação situação de rua e crack é assim analisada por Rui (2014, p. 295): “o crack pode tanto ser uma possibilidade para quem já frequentava as ruas quanto pode levar indivíduos a essa condição”. E, para além dos impactos físicos que essa droga proporciona, atentamos aos prejuízos de sua associação à PSR de forma estigmatizada imputando-lhe uma nova representação social preconceituosa.

O crack carrega um estigma maior que outras drogas porque é associado a: morar na rua, usar a droga em grandes conglomerados de pessoas, estar muitas vezes sujo, com imagem associada à de um ‘zumbi’” (TEIXEIRA; ENGSTROM; RIBEIRO, 2017, p. 323). Remete, portanto, à formação das velhas “multidões” das publicações sensacionalistas da imprensa dos anos 1990, mas, acrescidas da nova representação do “zumbi”, que confere a essa “multidão” as características de serem capazes de qualquer coisa, incontroláveis e desprovidos de características e sentimentos humanos.

A associação da situação de rua ao crack “opera no sentido de reforçar representações estigmatizantes e piorar condições de socialização de grupos historicamente presentes nesses espaços, como moradores de rua, pedintes e profissionais do sexo, que acabam com suas imagens ligadas às de usuários de crack” (RAUPP; ADORNO, 2015, p. 804). Essa relação, aloca a PSR em uma posição de ainda maior vulnerabilidade perante as medidas coercitivas adotadas pelo Estado e pelo aumento da incidência de atos violentos e criminosos como espancamentos, assassinatos e incendiamentos.

Figura 27 – Manchetes de notícias sobre violência contra a PSR no século XXI



A este respeito, apresentamos na figura 27²⁸, acima, com as principais manchetes que localizamos nos jornais periódicos brasileiros no século XXI sobre atentados contra a PSR.

A representação social preconceituosa que, de forma sensacionalista e alarmante, associa situação de rua e crack corrobora para a retomada do clamor da elite conservadora pela prisão dessas pessoas. Parece haver uma espécie de saudosismo dos códigos penais do século XIX nesse sentido e, ainda, a recorrente busca de novos argumentos para reaver práticas punitivas. Nos trechos de notícia a seguir é possível vislumbrar a incitação à discussão das prisões como soluções ao problema:

Figura 28 – Trecho de notícia (Jornal A Tribuna - SP, edição n.44, 2010)

Viciados são presos e liberados

■■■Assim como em outros pontos de consumo de drogas da cidade, resolver o problema na praça do INSS é como enxugar chão com a torneira aberta, comparou o comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, Armando Bezerra Leite. “A maioria dos usuários ali é formada por moradores de rua. Por isso, temos realizado ações constantes com a Secretaria de Assistência Social (por meio dos educadores de rua), para levar esses moradores para acolhimento. Mas normalmente a pessoa se nega. E não se pode obrigar o indivíduo a sair da rua”, explicou o comandante.

“O indivíduo é liberado ou encaminhado para tratamento. Ele vai voltar pra casa, mas a casa dele é a rua. Então, vai voltar para o mesmo lugar e continuar se drogando”, lamentou Bezerra Leite. “Pegamos um hoje e amanhã ele está de volta”.

Ele defende uma alteração na lei. “Em outros países, o dependente químico não tem alternativa: ou passa por tratamento ou vai para a prisão”.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Assim, se propaga uma dupla representação social preconceituosa que alia dependência ao crack e situação de rua. De acordo com Zanotto e Assis (2017, p. 785) o discurso da imprensa “[...] constrói no senso comum uma imagem negativa dos usuários de crack, permeado por preconceitos e estigmas”. E isso é fruto de um “[...] processo histórico de exclusão dos portadores de doença mental, negros pobres, homossexuais, entre outras classes

²⁸ Referências pela ordem sequencial: Jornal A Tribuna da Imprensa (RJ) edição 15382 de 2000; Jornal A Tribuna (SP) edição 43840 de 2020; Jornal A Tribuna (SP) edição 44021 de 2020; Jornal A Tribuna (SP) edição 44032 de 2020; Jornal A Tribuna (SP) edição 44197 de 2021; Jornal A Tribuna (SP) edição 44111 de 2020; Jornal do Brasil (RJ) edição 333 de 2003; Jornal A Tribuna (SP) edição 43955 de 2020; Jornal do Brasil (RJ) edição 274 de 2001.

desfavorecidas, reproduzindo a ideologia da classe dominante”. Para as autoras “existem formações discursivas que colaboram para a construção de verdades em nosso meio” e a mídia se constitui enquanto “um potente aparelho ideológico e formador de opinião”. Nesse sentido, consideramos que uma mudança significativa na forma de representar a PSR no século XXI vem sendo o estabelecimento de sua identificação ao crack.

Romanini e Roso (2013, p. 380) refletem sobre o papel dos projetos modernos que abrangem o mercado, o consumo e os aparelhos ideológicos e repressivos de Estado na operação de medidas em prol da ordem e “[...] pela eliminação do caos”. Para tanto, busca-se eliminar o lixo, o refugio, sendo assim, os autores referem que, nesse contexto, os usuários de crack “subjetivam-se como refugos humanos”.

No momento em que consideramos algo – ou nesse caso alguém – passível de descarte, estamos considerando sua eliminação, extermínio. No mínimo, se considera necessário sumir com o problema, recolhê-lo da via pública e não ter que lidar com ele como um dos frutos da exclusão e desigualdade social. Dessa forma, podemos concluir que a associação da situação de rua e o crack fortalece ainda mais atos violentos e de extermínio da PSR na atualidade.

5.8 OS AVANÇOS NA DESCONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRECONCEITUOSAS CONTRA A PSR

Na contramão das representações sociais preconceituosas sobre a PSR destaca-se o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPSR) e de ações como as do Jornal Boca de Rua²⁹ de Porto Alegre e, demais iniciativas desse segmento populacional em busca de exercer o protagonismo na construção de representações sociais sobre si. Ressalta-se ainda, o importante papel do Primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre PSR no processo de desconstrução de representações sociais preconceituosas contra a PSR. E, ainda, da Política Nacional para Inclusão Social da PSR.

O levantamento quanti-qualitativo sobre essa população feito pelo Primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre PSR em 2008, possibilitou identificar seu perfil e situá-la no âmbito das contradições do sistema capitalista. Os dados foram apresentados pela grande imprensa entre os anos de 2008 e 2009 e, nas manchetes publicadas foi possível verificar o alto grau de surpresa e espanto acerca destes:

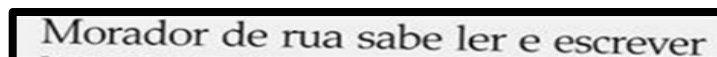
²⁹ Site para acesso a maiores informações a respeito do Jornal Boca de Rua: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/sobre-nos/>

Figura 29 – Trecho de notícia (Jornal do Brasil - RJ, edição n. 22 de 2008)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Figura 30 – Trecho de notícia (Jornal do Brasil - RJ, edição n. 27 de 2008)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Figura 31 – Trecho de notícia (Jornal do Brasil - RJ, edição n. 22 de 2008)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

O caráter de espanto dessas manchetes se dá devido a constatação de que as representações sociais sobre a PSR disseminadas há mais de dois séculos estão erradas, pois não condizem com a realidade, são falsas. Ou seja, tem caráter exclusivamente preconceituoso e foram baseadas em preceitos estigmatizantes intrínsecos à ideologia capitalista. Ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil a identidade da pessoa que está em situação de rua foi associada à preguiça, falta de vontade de trabalhar e a exploração imoral da caridade.

Apenas no século XXI foi executada uma pesquisa censitária com a PSR com o intuito de conhecer sua realidade através de entrevistas a este segmento populacional e não na representação construída e disseminada pela elite burguesa. E, através dela se constatou o oposto do que fora publicado na imprensa nos séculos anteriores: a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, sendo que 70,9% deles exercem alguma atividade remunerada. “Contrariando a imagem comumente difundida, apenas 15,7% das pessoas em situação de rua pesquisadas pediam dinheiro como principal meio para a sobrevivência” (BRASIL, 2008, p. 99).

Os dados obtidos a partir do Primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre PSR foram utilizados para subsidiar a construção da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. E, durante os anos de 2008 e 2009 – durante a realização do Censo Nacional e elaboração da Política – foi possível constatar a influência desses movimentos nas publicações jornalísticas. Nesse período, percebemos que pela primeira vez na história da

grande imprensa brasileira a situação de rua foi representada para além das categorias violência, criminalidade, extermínio, drogadição e julgamentos de ordem moral e ideológica.

A força da atuação, luta e mobilização dos Movimentos Sociais Nacionais da População de Rua (MNPR) e dos Catadores de Materiais Recicláveis foi fundamental para que a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua se tornasse realidade. E, nesse importante período foi possível, de forma inédita, identificar na grande imprensa – em algumas notícias - uma tímida representação social da PSR como cidadãos brasileiros, como classe trabalhadora e, principalmente, como seres humanos. Como exemplo a notícia publicada na edição n. 295 de 2009 no Jornal do Brasil (RJ) apresenta a seguinte manchete:

Figura 32 – Trecho de notícia (Jornal do Brasil - RJ), edição n.295 de 2009)

A busca de caminhos para o povo da rua

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Nesta são criticadas as ações de simples recolhimento da PSR para abrigos e albergues (similares aos antigos asilamentos) dada a “complexidade desse problema social”. Além disso, a notícia aponta a questão como “uma das maiores tragédias da humanidade associada ao inchaço das grandes cidades e o abandono de parcela significativa de cidadãos a degradante situação de viver nas ruas”. E, ainda traz importantes reflexões sobre a urgência no estabelecimento de ações integradas para materialização da Política Nacional, como a interlocução do debate com os diversos atores envolvidos, principalmente as próprias pessoas que estão em situação de rua.

A visibilidade que o levantamento censitário adquiriu na imprensa foi importante, pois, além de apresentar um perfil diverso daquele propagado até então, ainda apresentou dados sobre os motivos que levam os indivíduos à situação de rua. Refletir sobre os processos de rualização³⁰ favorece a identificação do sujeito com aspectos da vida humana e social e não apenas com sua relação com a rua. Além disso, desassocia a concepção da rua enquanto estado imutável e transmite a ideia de processo permeado por múltiplos e diversos condicionantes.

³⁰ De acordo com Nunes (2019, p. 16) o termo rualização foi cunhado pela PUCRS em resultados de pesquisas sobre População de Rua na década de 1990, em Porto Alegre/RS, cuja definição/caracterização em Prates, et al (2011 - Temporalis, Brasília/DF, n.22, p.191-215, jul./dez.). “Ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação – e essa parece ser uma questão central. [...] O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes”.

Segundo o Primeiro Censo Amostral Pop-rua, dentre os principais motivos da ida para a rua estão os problemas de alcoolismo e/ou drogas, 35,5%; o desemprego, 29,8% e as desavenças com pai/mãe/irmãos, 29,1%. Segundo Nunes (2019, p. 52) “[...] os processos de rualização, podem ter início no convívio das relações primárias, na esfera doméstica e, manifestam-se geralmente a partir do desemprego, também em separações e decepções amorosas, maus tratos ou morte na família e/ou no uso de drogas”.

A representação social da pessoa em situação de rua na imprensa a partir de sua identificação com uma história de vida pode ser considerada um avanço, que apesar de pontual e limitado, apresenta, com ressalvas, aspectos dessa população que até então haviam sido totalmente negligenciados. Seus limites e pontualidade residem na discussão rasa ofertada aos leitores tendo em vista que não aborda todos os aspectos complexos que permeiam a situação de rua, não discutem e/ou questionam a ordem social vigente e não dão voz diretamente a PSR.

É preciso, portanto, salientar que não há uma efetiva mudança em termos de acesso a PSR às políticas sociais, tendo em vista que ainda existem inúmeras limitações à implementação da Política Nacional para Inclusão Social da PSR. Assim como não são observadas mudanças nos padrões de representação social da PSR pela grande imprensa brasileira. O que se verifica é que entre 2008 e 2009 ocorreu uma intensificação de notícias sobre o perfil dessa população, contudo, estas estavam em consonância com efervescência da temática durante a realização do Censo e elaboração da Política Nacional. E, como o objetivo das manchetes e notícias consiste em atrair a atenção aos assuntos do momento e, com isso, obter lucro, não se pode afirmar que havia interesse em retratar a causa da PSR.

Isso fica evidente quando ainda em 2009 retornam exclusivamente aos jornais notícias que representam a PSR de forma preconceituosa, essas perduram até os dias atuais. Isso ocorre conforme Guilherme (2018, p. 221) porque “o jornal destaca-se como porta-voz dos interesses empresariais” e, a grande imprensa de “caráter ideológico e conservador [...] sabe que a melhor forma de vencer um debate é não debater”. Assim, as notícias são veiculadas de forma tendenciosa em manchetes alarmantes sobre a PSR, entretanto, o problema não é discutido, as vítimas da situação não são ouvidas, suas vozes são caladas e sobre elas quem palestra é a elite burguesa.

Mesmo assim, a título de conclusão, salientamos o potencial transformador da classe trabalhadora organizada e os impactos que movimentos sociais causam na estrutura dominante. Nesse caso especificamente da PSR verificamos importantes passos rumo a desconstrução de representações sociais preconceituosas tão consolidadas. O que se dá através da pesquisa, da visibilidade a PSR e das lutas sociais que permitam o vislumbre da realidade concreta e, não de

imagens fetichizadas sobre essas pessoas. Em síntese, entendemos que o questionamento dessas representações preconceituosas é urgente e precisa ser contrastado com base em dados de realidade. É preciso romper com todas as formas de preconceito e defender o direito humano acima de qualquer perspectiva de merecimento estabelecida sob os pilares da propriedade privada.

5.9 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PSR NO SÉCULO XXI

O capitalismo no século XXI encontra-se modernizado, revestido de novas estratégias, porém estabelecido sob a mesma base: a busca pela valorização e acumulação de capital. Sob domínio financeiro, na corda bamba constante entre expansão e crise e, proporcionando a miséria que garante a manutenção das desigualdades sociais. De acordo com Nunes (2019, p. 53) um traço característico do capitalismo contemporâneo “é a miséria de grandes contingentes da população superexplorada funcionando como mecanismo de financiamento de parte crescente do lucro especulativo”. E na morfologia social do trabalho no mundo atual “a dinâmica histórica posta pelo novo metabolismo social do trabalho com a nova precariedade salarial instaura o que podemos denominar de ‘crise do trabalho vivo’. Esta dilacera a “subjetividade e intersubjetividade do homem-que-trabalha” reduzindo o tempo de vida ao tempo de trabalho estranhado.

Em meio ao cenário contemporâneo de barbárie, os "laços sociais que constituem a sociabilidade humano-genérica” são dilacerados pela insegurança (e incerteza) de contratos de trabalho flexíveis”. O ser genérico do homem sofre assim um processo de estranhamento na medida em que o “trabalho vivo” da pessoa humana é reduzindo a mera “força de trabalho” como simples mercadoria e, nesse processo, o trabalhador tem sua subjetividade capturada pelo capital (ALVES, 2011, p. 53). Acresce-se a esse contexto de superexploração o aumento nos índices de desemprego e/ou de inserções informais no mercado de trabalho. E, com isso, o crescimento das taxas de pobreza e vulnerabilidade social que contribuem conseqüentemente para o agravamento do fenômeno social urbano PSR que, ano após ano, atinge maior número de pessoas no Brasil.

A grave crise política, econômica e social do capital foi intensificada pela pandemia de COVID19 e, no Brasil em especial pelas repercussões das decisões político-administrativas em âmbito governamental. E, a esse cenário de crise, podemos acrescentar as poucas medidas adotadas como “respostas” ao agravamento da questão social que, não foram capazes de sequer

amenizar o quadro de miséria e desproteção social. A culpabilização aos trabalhadores pela miséria sofrida aliada a desproteção social no cenário contemporâneo é denunciada por Prates, Carraro e Zacarias (2020, p. 27):

Se for levado em conta o contexto presente de retrocesso de direitos, assiste-se a uma retomada de análises e iniciativas de proteção social de cunho meritocrático e conservadoras que, com críticas similares, buscam desconstituir direitos, culpabilizar aqueles que lutam contra as interdições e por uma vida mais digna, deslocando de sua raiz as expressões da questão social que se agudizam. Igualmente, penalizam os mais pobres, que mais necessitam dos serviços públicos, negando-lhes o atendimento de suas necessidades mais elementares, como o direito à vida, e ofertando-lhes políticas públicas focalizadas, de caráter gerencialista e voltadas ao alívio imediato da pobreza.

O aumento da pobreza e das desigualdades sociais resultante da exploração da força de trabalho e da riqueza expropriada do trabalhador e apropriada pelo capitalista, associado a repressão, criminalização da pobreza e minimização do Estado constituem elementos cruciais “[...] para a garantia e conservação de privilégios e da propriedade privada” (PRATES; CARRARO; ZACARIAS, 2020, p. 28). O neoconservadorismo preconiza a forte repressão dos trabalhadores e age ideologicamente na construção de ideais de família, de pessoas, de um país distante da realidade e apartado da história. A história é reescrita com base em elementos importados, fetichizados e idealizados.

Não se pode negar, entretanto, os avanços obtidos no século XXI com destaque a Política Nacional para Inclusão Social da PSR. Todavia a materialização dos serviços baseados na PNPSR tem se mostrado um desafio. As conquistas, principalmente advindas das lutas dos movimentos sociais organizados precisam ser reconhecidas, mas ainda existem grandes batalhas pela frente. Já que o número de pessoas em situação de rua vem aumentando exponencialmente, assim como, o número de mortes pela fome, frio, pela falta de acesso ao mínimo e pela violência que tem se acirrado cada vez mais nas últimas décadas.

A luta da PSR tem como seu maior oponente a ideologia burguesa que se caracteriza por levar os indivíduos a crer que “são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos, empobrecem”. A falsa ideia de que todos são livres e que podem trabalhar e, por isso, tem “[...] chances de melhorar” oculta o fato de que “[...] suas chances de melhorar não dependem deles, mas de quem possui os meios e as condições de trabalho”. Ou ainda, leva os homens a crer “[...] que são desiguais por natureza e pelas condições sociais, mas que são iguais perante a lei e perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento dos dominantes” (CHAUI, 2008, p. 78).

No sistema capitalista as relações de dominação e poder revogam as indagações, os preconceitos são naturalizados assim como, a desigualdade social. Nesse sentido, não ocorre uma mudança nos padrões de representação social da PSR justamente porque a base ideológica permanece inalterada. Desde o século XIX quando os pressupostos capitalistas começaram a adentrar no Brasil, até hoje em pleno século XXI a ideia de trabalho, renda e propriedade privada está relacionada ao mérito individual, à vontade e à honestidade. Logo, alguém que não detém propriedades e sequer trabalho formal é considerado um indivíduo vagabundo que por preguiça e acomodação não adquiriu o que sua liberdade o possibilita ter.

O sujeito que, seja por qualquer motivo, não se enquadra ao ideal de trabalhador da ideologia do capital é considerado uma “erva-daninha” que invade a sociedade e deve ser eliminada. A violência e a criminalidade passam a ser os balizadores de sua existência, pois, o mesmo sistema que cria o problema é o responsável por contê-lo e, logicamente o faz, em proporções infinitamente menores que sua multiplicação. Criadas as condições ideais ao capital a partir da ideologia perpetrada em todos os âmbitos, quaisquer atos contra a PSR parecem ser justificados em prol da ordem e bem-estar da sociedade.

Até mesmo os atos mais chocantes como assassinatos e agressões são considerados práticas genuínas e, com o passar dos anos, tornam-se cada vez mais comuns como observamos nas notícias analisadas. A este respeito, Prates, Carraro e Zacarias (2020, p. 26) refletem sobre a estratégia capitalista de extermínio sistemático como forma de lidar com as desigualdades sociais:

O enfrentamento às desigualdades e à pobreza como uma de suas mais significativas expressões exige investimentos que não interessam ao Estado. O seu reconhecimento, como fruto do modo de organização da sociedade, supõe o compromisso de enfrentá-las pelo conjunto da sociedade e por ele próprio como seu representante. Portanto, livrar-se dos pobres sistematicamente tem sido uma prática persistente em todas as sociedades regidas pelo modo de produção capitalista, inclusive sendo avaliada como estratégia mais adequada.

Nas publicações da imprensa nacional identificamos que a categoria migração associada a problemática da PSR perde ainda mais destaque do que no século XX, correspondendo a apenas 2%. As notícias que tratam da temática caridade e/ou doação de esmolas correspondem a 6%, enquanto que 12% discutem o tema PSR a partir dos resultados obtidos através do 1º Censo Amostral sobre a PSR realizado em 2008 e da Política Nacional para Inclusão Social da PSR publicada em 2009. E, 28% associam situação de rua, criminalidade e uso de drogas. Com índices similares estão as notícias sobre violência contra a PSR e/ou extermínio desta (28%) e medidas higienistas de “combate” à situação de rua (24%).

Com relação às representações sociais preconceituosas constatamos no século XXI a presença das mesmas utilizadas nos séculos XIX e XX denotando o forte caráter ideológico sob o qual foram forjadas e, que as mantêm presentes até a atualidade. No entanto, percebemos algumas mudanças significativas a qual chamamos atenção:

- a) A representação das pessoas em situação de rua enquanto “população” dado o aumento quantitativo observado desde o século anterior quando foi representado de forma estigmatizante como: “multidão”, “bando” e “corja”, por exemplo;
- b) A representação da PSR como “perigosa” em uma perspectiva higienista que utiliza a drogadição, principalmente pelo uso de crack, como justificativa;
- c) O fortalecimento da representação da pessoa em situação como “não-humana”, eliminável e passível de extermínio;
- d) A substituição gradual na grande imprensa da utilização dos termos “mendigo” e “morador de rua” pelo termo “população em situação de rua”, porém, com manutenção das representações sociais preconceituosas mesmo face a mudança nas nomenclaturas.

Ademais, duas novas formas de representação social da PSR ganham visibilidade no século XXI: a que associa esse segmento populacional ao consumo de crack e outras drogas e, que a considera um problema de grandes proporções dado o aumento quantitativo do número de pessoas em situação de rua.

As representações sociais preconceituosas sobre a PSR apontam para a urgência de sua superação. A constatação, ainda na atualidade, sobre a associação dessa população a “mendicância” e/ou a “vadiagem” são inadmissíveis dado o potencial estigmatizador e destrutivo que tais representações possuem. Essa discussão se alinha à perspectiva de Prates, Prates e Machado (2011, p. 193) ao problematizarem que “[...] as expressões utilizadas para caracterizar esse segmento populacional” e os conceitos a ele associado “[...] para além de expressões e conceitos [...] podem reiterar processos excludentes”. Em contrapartida, a maior precisão de conceitos é capaz de subsidiar estudos e pesquisas e, com isso, dar visibilidade à realidade dessas pessoas. Ademais, esse debate é fundamental para o “fortalecimento das resistências empreendidas por esses sujeitos”.

À vista disso, salienta-se que expressões como “mendigo”, “morador de rua”, “vagabundo”, entre outras, para designar o sujeito que se encontram em situação de rua contribuem para a reprodução de representações sociais preconceituosas tendo em vista que estão em desconformidade com a realidade, são inapropriadas e estigmatizantes. São termos que

carregam conceitos cunhados com base em preconceitos que tem como força motriz a ideologia capitalista.

O rompimento político com as terminologias preconceituosas carregadas de representações historicamente fortalecidas sobre esse segmento populacional e sua substituição por “pessoas em situação de rua” foi um grande avanço. Pois, de um lado, objetiva atentar para a “situacionalidade da experiência nas ruas e, de outro, combater processos de estigmatização dessa população, definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível, e não através de uma falta ou uma carência” (GEHLEN; SCHUCH, 2012, p. 17).

Entretanto, novos passos precisam ser dados no sentido de que a PSR tenha voz e protagonismo na construção de sua identidade, já que mesmo com os avanços alcançados ainda há uma forte representação desta população apenas a partir de suas mazelas sociais e raras considerações sobre seus movimentos de luta e resistência. Ou seja, por mais que a nomenclatura oficial tenha avançado, ainda existem questões a serem discutidas com relação a conceituação e organização de políticas, serviços e programas voltados a sua proteção social. Essa reflexão é realizada por Gehlen e Schuch (2012, p.19) quando se refere ao conceito de PSR apresentado pela Política Nacional para a População em Situação de Rua:

Trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória” (BRASIL, 2008, p.08).

De acordo com os autores, a própria política voltada à inclusão dessa população a define apenas a “partir de sua pobreza, da interrupção de vínculos familiares e pela inexistência de moradia regular convencional – atributos de despossessão”. E, também “pela dependência de agentes e instituições”. Essa definição “contrasta frontalmente com aquela proposta pelo Movimento Nacional da População de Rua”:

O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social (GEHLEN; SCHUCH, 2012, p. 19).

Para os autores a definição do MNPSR, apresenta mais do que apenas despossessão, na medida em que, ressalta a “disposição para a luta por direitos e dignidade, o protagonismo dos seus participantes na produção da história e a sua união na solidariedade, na lealdade e na mobilização para conquista de direitos”. Desta forma, concordamos com os autores que, nessa definição “há uma autoconstrução positiva da identidade da população de rua”.

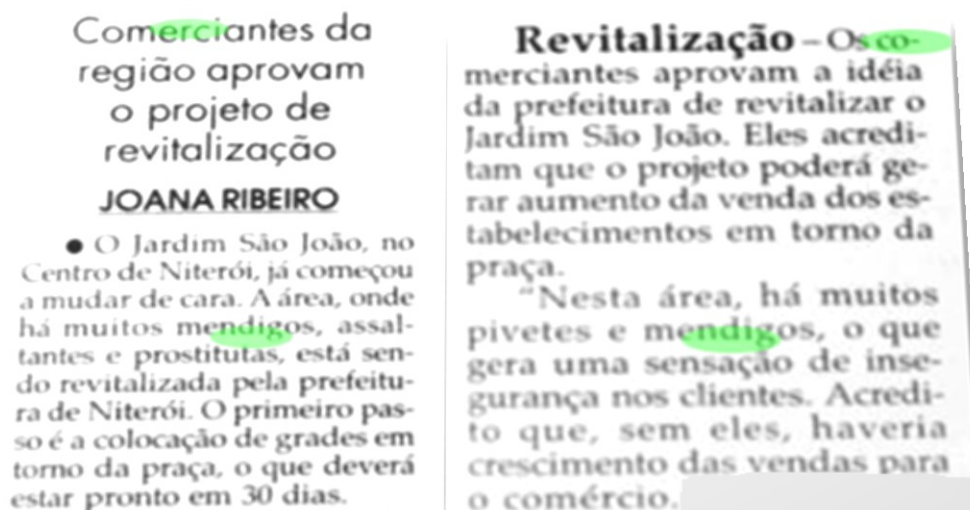
Além disso, a grande imprensa nacional permanece utilizando termos como “mendigo” e “morador de rua” e, mesmo quando utiliza “situação de rua”, ainda assim, mantém representações sociais preconceituosas em seus discursos. Não há, portanto, uma mudança efetiva em termos de representação deste segmento populacional perante a sociedade. Por mais avanços que o país tenha alcançado em termos legais, principalmente a partir do século XXI, muito ainda há de ser trilhado rumo a mudanças significativas.

O crime e a violência ainda são as categorias mais utilizadas para se referir a PSR, na contrapartida, não há, por parte da grande imprensa nacional comandada pela elite burguesa a intencionalidade de apresentar outros aspectos dessa população, para além daqueles que as minoram e desumanizam. A evolução nos meios de comunicação através da internet tem possibilitado a propagação de ações coordenadas, principalmente pelo MNPSR na realização de documentários cujos protagonistas são aqueles que estão, ou estiveram em situação de rua e, cujo relato, o olhar e a experiência os aproximam da sociedade. Mesmo assim, o impacto da grande imprensa ainda é enorme tendo em vista que os meios de comunicação de massa permanecem sob controle da elite burguesa e são voltados a propagação da ideologia do capital.

É importante ainda, reconhecer que houveram avanços no reconhecimento de direitos civis e políticos da PSR no século XXI, entretanto, percebe-se que o mesmo não pode ser dito sobre os direitos humanos. Para melhor compreender o porquê dessa limitação recorreremos a Marx que, em A Questão Judaica explica que a cisão entre o individual e a esfera do gênero humano reverbera na inexistência de emancipação humana. Ou seja, o Estado não garante os direitos públicos, apenas os direitos do indivíduo particular, do cidadão burguês, que na modernidade tem seus princípios fundados no direito à propriedade privada. Sendo assim, na cidadania moderna, quanto mais os indivíduos tentam se universalizar mais se isolam em direitos individuais.

Nestas condições, na sociedade capitalista o interesse individual, na manutenção da propriedade privada sempre irá se sobrepor ao direito humano. E notícias como esta, representada na figura a seguir, irão se repetir, tal qual vem ocorrendo no Brasil ao longo de mais de dois séculos.

Figura 33 – Trecho de notícia (Jornal O Fluminense - RJ, edição n. 35848, 2000)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Há uma insistência no uso de nomenclaturas carregadas de representações sociais preconceituosas que desqualificam a pessoa em situação de rua, além de uma clara sobreposição do direito à propriedade privada do comerciante sobre uma praça pública. O que os coloca em pé de igualdade (comerciantes e pessoas em situação de rua) – sua humanidade - não é levado em consideração. Apenas considera-se o que os diferencia – a propriedade privada – e, é ela quem ditará quem deve ter o direito e o interesse reconhecido e defendido pelo Estado. Para atender a este interesse a parcela da população incômoda deverá ser excluída daquele espaço, e realocada nos lugares periféricos que lhes restam na lógica excludente do capitalismo. Isso ocorre porque não há direitos humanos e/ou não há emancipação humana se não houver o rompimento com a propriedade privada e a transcendência da auto alienação de si e da guerra de todos contra todos.

Faz-se importante salientar ainda, a influência do conservadorismo e do discurso de ódio propagado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na intensificação das manifestações de representações sociais preconceituosas contra a PSR. Com base em uma política de reforço a segregação entre “cidadãos de bem” e “desviantes” o governo adotou medidas cujo intuito foi atacar “[...] diretamente grupos específicos na sociedade em defesa dos interesses escusos de grupos conservadores e detentores do grande capital financeiro e político”. Dentre estas, destaca-se “a flexibilização da posse e do porte de armas [...] utilizando o argumento da defesa pessoal do cidadão de bem contra os marginais e bandidos”. Em claro incentivo “à violência

contra grupos e corpos desviantes do modelo masculino, branco e heteronormativo”. E, com isso, colocando “como alvos principais as pessoas negras, LGBTQ+, as mulheres e as minorias étnicas”, além da PSR altamente criminalizada e estigmatizada durante a vigência do governo Bolsonaro (CUTRIM; SEFAIR, 2019, p. 32).

Há, portanto, um conjunto de práticas discursivas essenciais à reprodução social do capitalismo e que implica na ideia de modelos sociais, como o “‘cidadão de bem’ que não se trata de um sujeito concreto, mas de uma figura de linguagem, uma representação discursiva que visa conferir legitimidade a determinadas práticas sociais e, portanto, com a qual diferentes sujeitos podem se identificar” (COSTA, 2021, p. 08). Essa representação tem o papel de mascarar as contradições derivadas da divisão social de classes, ou seja, serve “para ocultar a divisão real entre privilégios e luta por dignidade”. Nestas condições, a “figura do ‘cidadão de bem’ necessariamente nos conduz a uma crítica de uma sociedade fraturada e hierarquizada entre cidadãos de primeira e segunda categoria (COSTA, 2021, p. 08).

A representação do “cidadão de bem” antagônica à do “mendigo mau” propagada no Brasil há mais de dois séculos consolida posições sociais e corrobora para o estabelecimento de domínios sobre os espaços e serviços públicos. A quem o aparato policial deve proteger? A quem pertence as vias públicas? A noção de privilégio acompanha a história do Brasil desde sua invasão, o privilégio branco, da elite, dos colonizadores perdura e confere direitos de acesso desigual.

Figura 34 – Trecho de notícia (Jornal A Tribuna - SP, edição n. 43934, 2020)

Até nos finais de semana, quando o movimento é menor, a presença deles é incentivada por almas piedosas que trazem marmitas para o almoço e jantar. Parece desumano se queixar de quem vive na rua. Mas nem de longe, o caso é de pobres desvalidos. Todos são homens adultos e nem tão maltrapilhos, como se imagina. E com energia de sobra para insultos e agressões. Vez por outra, a Guarda Metropolitana ou a Polícia Militar intervém na balbúrdia. O que dura só até os guardas se afastarem. É evidente o domínio que eles têm sobre o “ponto”. Já passou da hora de a Prefeitura resgatar o espaço porque a situação não é mais de assistência social e, sim, de ordem social.

Esse privilégio incide sobre o direito à cidade que, progressivamente cai em mãos privadas, como denuncia Harvey (2008p. 87) o “direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto”. Isto valida ações de caráter higienista contra a PSR como se pode observar no trecho acima extraído da sessão Tribuna do Leitor que publica cartas de leitores enviadas ao Jornal A Tribuna (SP), Edição 43934 (2020, p. 02).

O que vemos acontecer hoje, é fruto de um percurso histórico marcado pelo ódio e pela perseguição aos desviantes, negros, mulheres, desempregados, pessoas em situação de rua, migrantes, denotando o caráter xenofóbico, racista e preconceituoso do pensamento burguês.

6 CONCLUSÃO

Toda essa prolixidade foi necessária para rasgar o tecido de erros que se esconde em apenas uma coluna de jornal (MARX, 2010, p. 13).

Compreender como se constituiu historicamente a formação da população adulta em situação de rua e as representações sociais preconceituosas sobre ela no Brasil foi o principal objetivo desta pesquisa. O percurso realizado possibilitou as indicações a seguir, que sustentam a tese de que a PSR é um resultado/produto da violência e criminalidade incitadas pela desigualdade social inerente ao modo de produção capitalista. O que, por sua vez, contrasta com a perspectiva ideológica hegemônica que a coloca em posição de causadora do aumento da violência e criminalidade, principalmente nos grandes centros urbanos.

A pesquisa permitiu identificar um mascaramento da realidade através da disseminação de representações sociais de caráter preconceituoso sobre a PSR ao longo da história do Brasil. Estas corroboram para a construção de uma identidade deteriorada à PSR associando-a diretamente ao crime, a violência, a violação de normas sociais, a exploração, a vadiagem e a dessemelhança. Essa forma de representar incita o medo, a repulsa e o desprezo e é utilizada como justificativa para medidas e atos coercitivos, punitivos e até mesmo de extermínio destas pessoas.

A população adulta em situação de rua é uma expressão da questão social que, a partir da gênese do sistema capitalista, adquiriu grandes proporções, tornando-se um fenômeno social urbano. Isso ocorre, devido a necessidade do sistema capitalista de criar uma massa de trabalhadores desocupados, sobrantes, “[...] uma população trabalhadora supérflua

relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 1989, p. 731). A formação de uma população excedente chamada por Marx (1989) de “exército de reserva” é essencial para a superexploração do trabalhador empregado e, conseqüente extração de mais-valia.

Dessa massa de trabalhadores sem meios para manter sua subsistência se formou a PSR, inicialmente na Europa a partir da Primeira Revolução Industrial, tornando-se posteriormente, um fenômeno social de enormes proporções no mundo todo a partir da expansão do sistema capitalista. A PSR, é, portanto, produto da desigualdade social e da pauperização enquanto expressões das contradições capitalistas, principalmente na relação capital x trabalho que evidencia as condições desumanas em que vive a classe trabalhadora.

No Brasil, a população adulta em situação de rua, assim como as formas de representação social a ela atribuídas, assumem características particulares. Isso se dá, principalmente, em decorrência dos determinantes estruturais do desenvolvimento histórico do capitalismo dependente brasileiro. Dentre os quais, destacam-se o trabalho escravo; o grande prestígio da elite burguesia nacional; a má distribuição de terras com predomínio do latifúndio e da oligarquia agrária; as desigualdades econômicas regionais; a influência do capital e domínio estrangeiro sobre o país; o acesso desigual à educação e a informação que deixam a classe trabalhadora a mercê da manipulação ideológica e, ainda, o autoritarismo do Estado e as medidas de caráter higienista e punitivo contra a pobreza.

Nestas condições, constatamos que, apesar de já haver pessoas em situação de rua no Brasil antes da instauração do capitalismo no país, a formação de um grande contingente populacional nessa situação se tornou realidade a partir da instauração deste sistema. Isto posto, podemos afirmar que o capitalismo agravou a problemática da situação de rua no país em termos de complexidade e quantidade.

A PSR faz parte da classe trabalhadora e, como tal, sua história é a própria história da formação da classe trabalhadora do país, marcada pela exploração do trabalho escravo por 388 anos. Assim, os pressupostos históricos anteriores à instauração do capitalismo no Brasil são cruciais à compreensão acerca da formação da PSR brasileira. Isso porque, dos 523 anos de história – contada de forma ideológica apenas a partir de sua invasão – e, de seus mais de 11.000

anos de história total³¹, o Brasil vivencia o capitalismo há apenas 135 anos³². Capitalismo que se estabeleceu sob os pilares do Brasil colônia, explorado, desigual e dependente o que, por sua vez, influenciou diretamente na formação da classe trabalhadora.

O colonialismo teve um impacto profundo na geração da pobreza e, conseqüentemente, na formação de um segmento populacional que, por necessidade, fez das ruas seu local de moradia e subsistência. A exploração econômica através da extração desmedida de riquezas, associada ao desenvolvimento da agricultura e pecuária baseada na exploração da mão de obra escrava corroboraram para a formação de um cenário de extrema desigualdade social. Sendo assim, o colonialismo estabeleceu uma estrutura social desigual, com os colonos brancos ocupando posições de poder e privilégio em relação aos escravos negros e aos nativos. A escravidão e a discriminação racial que se seguiram ao período colonial levaram a uma exclusão sistemática de grupos étnicos e raciais do mercado de trabalho e da educação, impedindo-os de progredir econômica e socialmente.

Nesta direção, a pobreza da população negra no Brasil é resultado de séculos de desigualdade racial e socioeconômica e, perdura no país até a atualidade. Essa realidade influencia diretamente na formação e no perfil da PSR brasileira composta em sua maioria (67%) por pessoas autodeclaradas negras ou pardas (BRASIL, 2008, p. 06). Assim, quando nos referimos a PSR brasileira e as representações sociais preconceituosas as quais estão sujeitas cotidianamente, faz-se importante salientar as especificidades desse preconceito no país.

O preconceito contra a população adulta em situação de rua engloba a disseminação de estereótipos e estigmas sociais que a associam ao uso de drogas, a criminalidade e a falta de higiene. Todavia, no Brasil, o racismo estrutural tem um papel central na construção de representações sociais preconceituosas contra a PSR. A elite nacional alimenta o medo e o ódio contra a população negra, a associa ao crime e, isso influencia diretamente no olhar estigmatizante sobre a pessoa em situação de rua, tomada como uma ameaça. A escravidão criou uma sociedade extremamente desigual, com os negros escravizados sendo admitidos a condições brutais e privadas de seus direitos humanos. E, causou impactos duradouros na cultura brasileira, deixando uma herança de desigualdade social, racial e de forte preconceito.

³¹ De acordo com Prous (2007, p. 21) “as pesquisas realizadas nos últimos decênios revelaram uma presença humana inquestionável de 11.500 a 13.000 anos atrás [...] no Brasil central (Lapa do Boquete, em Minas Gerais, e Santa Elina, no Mato Grosso), no Nordeste e na Amazônia (Monte Alegre).

³² Contados a partir da Abolição da escravidão (1888) e, posterior Proclamação da República (1889) que marcam o início da transição para o capitalismo no Brasil.

A partir da instauração efetiva do capitalismo dependente no Brasil e da formação dos centros urbanos, os migrantes, principalmente das regiões Norte e Nordeste, se juntaram ao exército de desempregados e subempregados do Brasil. E, essa população migrante, junto com os negros ex-escravizados e seus descendentes, foram gradativamente adensando a massa populacional em situação de rua.

A PSR brasileira vem se formando, portanto, desde o início do século XIX por pessoas consideradas desclassificadas, aquelas que viviam de biscates, sobrevivendo de esmolas, os chamados “mendigos”. Libertos, bastardos, doentes, aleijados, imigrantes formavam a categoria dos desclassificados sociais. Numa sociedade de extremos bem delimitados quem não era senhor e nem escravo compunha uma parcela populacional livre e pobre.

Com o passar do tempo, a PSR brasileira se tornou um segmento populacional heterogêneo, cujos processos de rualização abarcam uma série de fatores como o rompimento ou fragilização dos vínculos familiares, o uso de álcool e outras drogas, o desemprego e a própria identificação com a rua. No entanto, apesar do perfil díspar e dos variados motivos da rualização, essa população apresenta como características comuns a ausência de moradia, de trabalho formal e/ou de renda.

As primeiras representações sociais preconceituosas que identificamos no Brasil sobre pessoas em situação de rua datam do início do século XIX. Se tratam de opiniões pautadas em pressupostos de ordem moral cindidos sob os pilares do trabalho e da construção do trabalhador ideal do capitalismo. São publicações baseadas em relatos de correspondentes internacionais sobre a miséria que se alastrava pela Europa. Enquanto representantes da perspectiva da elite dominante brasileira os periódicos jornalísticos descreviam os “mendigos” como seres espertos e ardilosos que, por serem vadios e preguiçosos, desenvolviam uma série de artimanhas maliciosas para enganar o povo trabalhador e, com isso, se aproveitar de sua caridade.

Pouco a pouco, à imagem inescrupulosa do “mendigo aproveitador” foi associada uma representação que o situa enquanto criminoso e assassino, capaz de qualquer coisa para obter vantagens. O sensacionalismo em torno de publicações da imprensa nesse sentido, junto a leitura esvaziada e acrítica da realidade, desprovido de análise sobre as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo, colaboraram para a incitação de um temor histórico aos pobres e não às causas da pobreza. Preocupada com os riscos a seu poder e propriedades, a elite disseminava o ódio aos “maus pobres”, enquanto se aliava à igreja para enaltecer os “bons pobres”, coitados trabalhadores e, por isso, merecedores de caridade.

Ainda no início do século XIX ganharam força as primeiras medidas de repressão e combate à chamada “mendicidade” através da proibição da imigração de “vadios”,

“vagabundos” e “mendigos” para o Brasil. Observa-se um interesse da elite pelo progresso e, por tudo aquilo que os países de economia central representavam em termos de consumo e ideologias e, ao mesmo tempo, uma forte repulsa ao pauperismo resultante da lógica capitalista. A associação entre pobreza, situação de rua e criminalidade já era disseminada no Brasil antes mesmo da PSR ser um fenômeno social no país.

A ideologia capitalista da moral e dos bons costumes foi importada pelo Brasil logo após a invasão já que era interessante para os colonizadores a domesticação do povo pobre de sua colônia. E, mesmo não havendo postos de trabalho para quem não integrava a tríade nobreza, senhores e escravizados, quem não trabalhasse sendo pobre, era considerado “vadio” e/ou “mendigo”. E, como tal, um criminoso em potencial ou, no mínimo, um parasita da sociedade.

Também desde muito cedo na história do Brasil, logo após a invasão europeia, se propagou a representação da pessoa em situação de rua como sujeito inferior, menos humano, desimportante. A elite deseja tornar essas pessoas invisíveis, já que, dentre os pobres, eles são os que mais incomodam, pois são, os pobres aparentes. Não estão nas comunidades afastadas, em cima dos morros, vestidos com uniformes de serviçais, em senzalas ou nos campos. Estão nas cidades, nas calçadas, nas vias públicas e em frente às lojas.

Uma vez representados - os “mendigos” – como criminosos, arditos, aproveitadores, animalescos e invisíveis, foi mais “fácil” para a sociedade, senão desejar sua morte, mas ao menos, ignorá-los e, até comemorar seu sumiço. O asilamento, aprisionamento, atos violentos e o extermínio foram, desta forma, práticas presentes e validadas socialmente ao longo dos séculos e, até a atualidade no Brasil. São termos e/ou expressões de caráter pejorativo utilizados há mais de 200 anos, que permanecem influenciando o modo de pensar do povo brasileiro e, contribuindo para a perpetuação do preconceito e discriminação contra a PSR.

Às representações sociais preconceituosas sobre quem vive em situação de rua se somam aquelas que tem como cerne a xenofobia e o racismo, nesse sentido, concordamos com Neto (2017, p. 118) que afirma que, no Brasil, “a xenofobia tem cor e alvo”. Os migrantes das regiões Norte e Nordeste em sua maioria negros, pobres eram considerados não civilizados, representados como preguiçosos e pouco afeitos a hábitos morais e higiênicos. Desempregados, fugindo das grandes secas e/ou procurando oportunidades nas capitais, muitos passaram a compor a PSR e a sofrer o forte preconceito de duplo caráter. Isso é similar ao que ocorre na atualidade com os imigrantes de países africanos que vêm para o Brasil em busca de trabalho e melhores condições de vida e se deparam com o preconceito e exclusão social.

Outro tema que ocupou lugar de destaque no Brasil do século XIX e que influenciou diretamente na construção de representações sociais preconceituosas sobre a PSR foi a libertação da escravidão. A preparação do Brasil para o trabalho assalariado do capitalismo impunha para a elite nacional uma grande questão: “o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade?” (AZEVEDO, 1987, p. 27).

A resposta foi a concessão do trabalho livre aos imigrantes europeus brancos e o desemprego, subemprego e extermínio à população negra ex-escravizada. O que foi, por sua vez, balizado pela disseminação de representações que incutiram no imaginário social o medo “do negro instável e perigosos que exigia um permanente controle da parte do branco”. Ao passo de que o imigrante era representado como personagem central e redentor dos males brasileiros em cujas mãos estavam a paz e o progresso (AZEVEDO, 1987, p. 219). A não absorção desses indivíduos, principalmente de libertos e sua substituição pelo emprego de mão de obra imigrante deixou grandes marcas no país.

A população em situação de rua brasileira é consequência de um conjunto de desigualdades sociais cuja gênese encontra-se na invasão e exploração estrangeira e nas medidas político-administrativas, econômicas, ideológicas e culturais adotadas na gestão do Brasil colônia. O problema da situação de rua se agravou década após década desde então, influenciado por fatores como a regulamentação da propriedade privada em 1850 através da promulgação da Lei de Terras, a não inserção equânime dos libertos e migrantes ao mercado de trabalho, a consolidação do modelo agrário latifundiário, o preconceito e o racismo.

Com a instauração do capitalismo a problemática da situação de rua no Brasil adquiriu maiores proporções tornando-se um fenômeno social urbano devido principalmente, à precariedade no acesso a trabalho, renda e moradia por parte da população pobre, especialmente da população negra. À medida em que o capitalismo avançou no Brasil no século XX a representação da PSR ganhou novos ares já que passou a ser pensada em sua composição enquanto grupo.

A formação de amontoados ou multidões de pessoas em situação de rua agrupadas nas vias públicas, atravancando o comércio e invadindo a propriedade privada era um temor antigo do Estado e da elite burguesa e, no século XX, se tornou realidade. Para dissipar essas formações foram estabelecidas medidas de “recuperação” que consistiam nas mesmas adotadas há mais de um século, porém repaginadas. Gases lacrimogêneos, dispersão física pela cavalaria policial, internações compulsórias, prisões, mortes, espancamentos, conformam um cenário de guerra urbana. A associação da PSR ao uso de drogas, principalmente ao crack, vem agravando

os impactos das medidas repressoras e violentas que partem tanto dos aparelhos do Estado quanto da sociedade civil.

Apesar disso, uma série de avanços foram alcançados, principalmente no século XXI em termos de proteção social à PSR, materializados sob a forma de serviços voltados à atenção integral com base em ações multiprofissionais e intersetoriais. Esses serviços foram desenvolvidos, no Brasil, a partir da Política Nacional para Inclusão Social da PSR que, sem dúvida, é uma grande conquista da luta do MNPSR associado ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Contudo, mesmo com os avanços obtidos muito ainda precisa ser feito em termos de proteção social, acesso a direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e humanos à esta população. Principalmente levando-se em consideração os impactos sofridos em decorrência da crise recente que se instaurou no Brasil cujo legado de destruição do governo de Jair M. Bolsonaro associado a pandemia de covid-19 deixaram um rastro de morte, adoecimento e aumento de cerca de 120% no número de pessoas em situação de rua no Brasil (BRASIL, 2020).

Assim, ressalta-se a urgência da desconstrução e superação das representações sociais preconceituosas sobre a PSR dados os impactos que estas causam na vida desses sujeitos. A incitação da violência, o sensacionalismo em torno do medo, a ultra generalização em torno de figuras caricatas como o “mendigo”, o “vagabundo”, o “zumbi do crack” entre tantas outras, apenas agravam o problema. A PSR integra a classe trabalhadora, e, como tal, é composta por seres humanos dos quais foram retiradas as condições de subsistência, os sentidos do trabalho e a dignidade em benefício do enriquecimento de uma pequena parcela da população.

Enquanto as representações sociais preconceituosas sobre a PSR forem naturalizadas as notícias que denotam o descaso, a invisibilidade e o ódio permanecerão sendo as mesmas, ano após ano, século após século, como pode ser observado na figura 35 a seguir.

Desde a gênese da imprensa brasileira em 1808 já eram utilizados discursos e representações sociais preconceituosas para designar a população adulta em situação de rua. Logo no início do século XIX eram comuns nos jornais brasileiros as notícias que relatavam o crescimento da mendicância na Europa, no entanto, nenhuma delas estabelecia relações entre o aumento de pessoas em situação de rua e o capitalismo.

Pelo contrário, as publicações se referiam a esse segmento como incômodo, violento, perigoso e aproveitador, repassando a ideia de que os pobres optavam por não trabalhar e viver às custas da caridade. Os “mendigos” eram segundo essa concepção, arditos, malandros e larápios, utilizavam-se de artimanhas para lucrar e viam na mendicância uma espécie de trabalho desonesto. O que significa que os “mendigos” e “vagabundos” foram – e, ainda são, -

considerados causadores da violência e criminalidade junto a demais segmentos da classe trabalhadora, considerados “perigosos”. Nestas condições, 72% das publicações do século XIX se referiam a necessidades de se evitar o aumento no número de "mendigos" no Brasil e, ainda, ao extermínio ou da retirada dos sujeitos em situação de rua da cena pública.

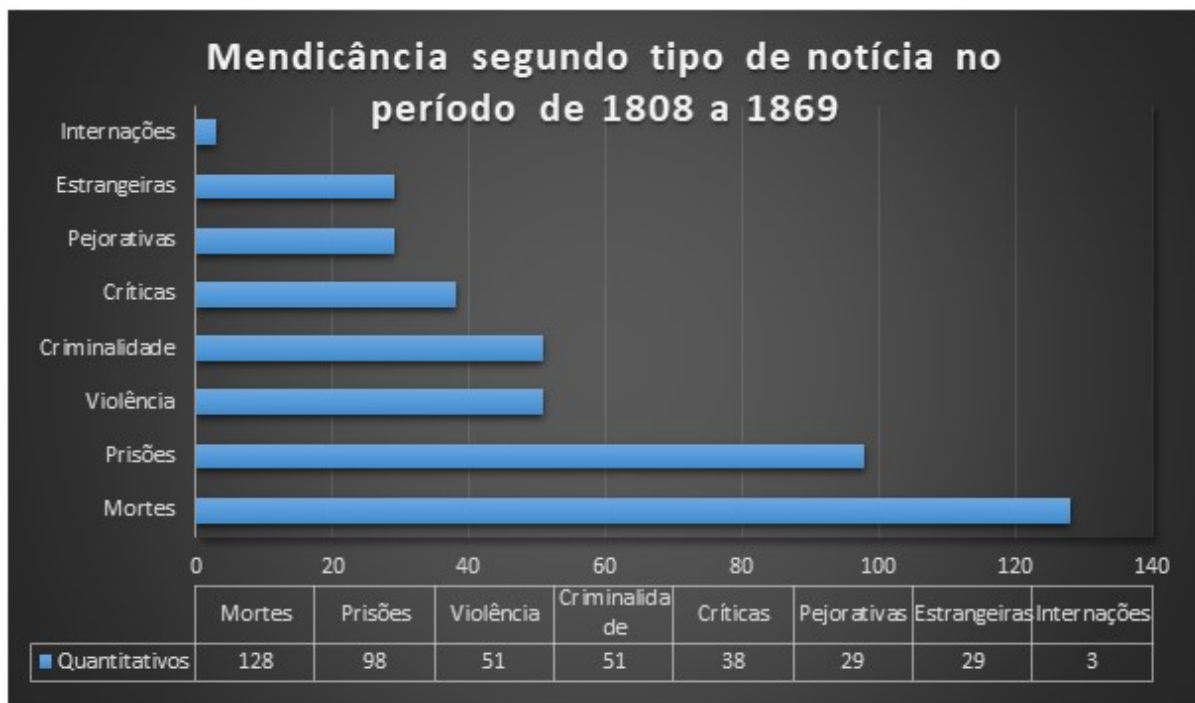
Figura 35 – Trechos de notícias (Jornal do Commercio – RJ, edição n. 47 de 1853. Jornal Diário de Pernambuco – PE, edição n. 68 de 1864. Jornal O momento – BA, edição n. 699 de 1948. Jornal A Tribuna – SP, edição n. 44116 de 2020

1853	<p>Na do Engenho Velho, procedeu-se a corpo de delicto no cadaver de um preto mendigo, que falleceu repentinamente, e no do preto Bento, escravo, que se suicidou com um barão ao pescoço.</p>
1864	<p>—« Na terça feira desta semana a policia fez conduzir para o hospital de caridade uma desgraçada preta mendiga, que agonisava debaixo do arco da Conceição, e já ante-hontem ali estava e se conservava ainda outro mendigo, quasi na mesma situação.</p>
1948	<p>MORRENDO A' MINGUA NA VIA PUBLICA</p> <p>Encontra-se abandonado sob uma mangueira da Praça 11 de Dezembro, desde sabado, um mendigo, exposto ao sol e á chuva ameaçado de morrer a qual quer hora.</p>
2020	<p>Um morador de rua foi encontrado morto, no último domingo à noite, no estacionamento de uma antiga concessionária.</p>

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>)

Entre os anos de 1808 e 1869 localizamos 1.139 ocorrências do termo “mendigo” e selecionamos um total de 427 publicações jornalísticas que abordam a temática da mendicidade nos jornais brasileiros, as quais agrupamos em 8 categorias: mortes, prisões, violência/negligencia, criminalidade, críticas, termos pejorativos, estrangeiras e internações. As notícias que se referem aos “mendigos” como perigosos e criminosos tanto no Brasil como no exterior somam 54%. Conforme demonstrado no gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 1808 a 1869.



Fonte: A autora (2023).

O Brasil, no início do século XIX, vivia um intenso movimento político - desde o processo de Independência – que conduziu à cisão entre a esquerda e a direita. A direita aliada ao dominador português, “pretendia uma separação em que não se rompesse com o passado, sem quebrar a louça, sem arranhão na estrutura colonial” (SODRÉ, 1998, p. 64). Para atingir seus objetivos atacou severamente através de ações violentas quaisquer manifestações de liberdade, inclusive e principalmente da imprensa. “O primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros quebrando a monotonia da imprensa áulica, começou a circular na Bahia a 4 de agosto de 1821. Foi o Diário Constitucional” (SODRÉ, 1998, p. 58). Ano após ano o número de periódicos aumentou no país e apresentou clara distinção de posicionamento refletindo ideais de esquerda ou direita. Toda essa luta de grandes proporções levou a imprensa a um desenvolvimento político intenso, os jornais passaram a emitir opiniões conforme o direcionamento ideológico de seus redatores.

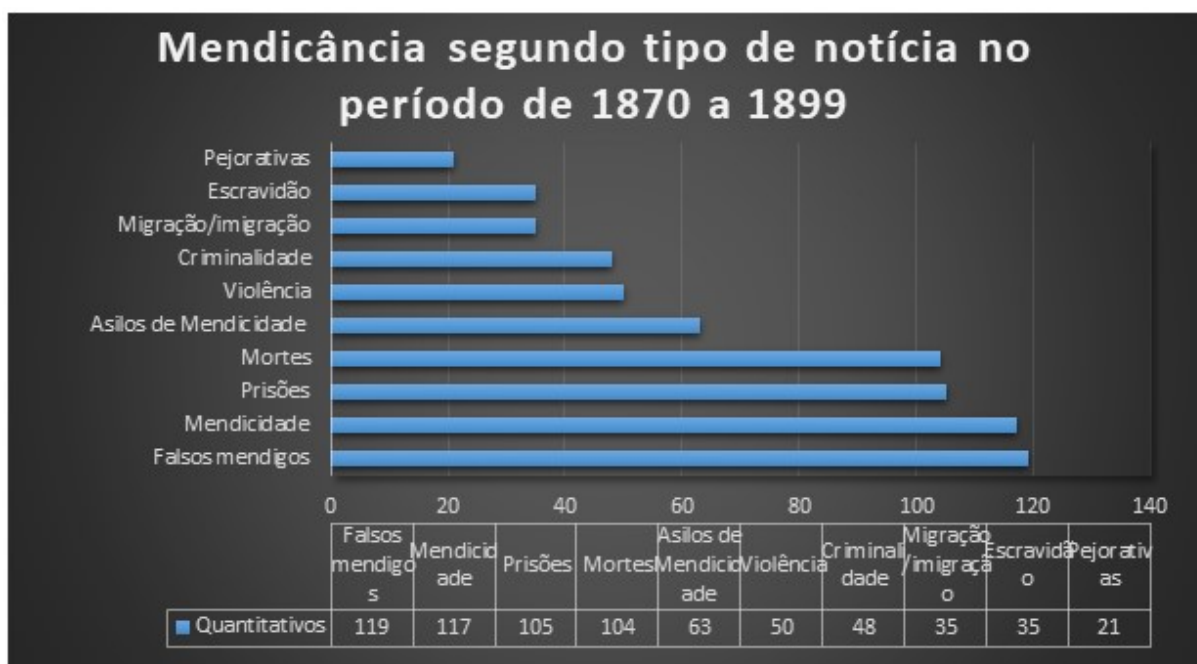
Neste período, observamos que a representação social a respeito dos “mendigos” sofreu uma alteração, na medida em que, permaneceram aquelas notícias focadas na morte, extermínio e estigmatização enquanto “classe perigosa”, mas a estas acresceram-se notícias com viés político. Surgiram nos jornais brasileiros redações extensas com textos elaborados

sobre o problema da mendicância e da necessidade da criação e manutenção de albergues e casas de acolhida, então chamados de “asilos de mendicidade”. Também ficaram evidentes as preocupações da elite nacional com a criação de mecanismos de controle à imigração de “mendigos” e “vagabundos”. O avanço dos ideais conservadores de direita incitou a adoção de medidas de controle e punição às “classes perigosas”, o trabalho adquiriu centralidade e, com isso, a “vadiagem” e a mendicância passaram a ser combatidas via aparato policial.

Já entre os anos de 1870 e 1999 localizamos 5.954 ocorrências para o termo “mendigo” e selecionamos 697 notícias para esta pesquisa, cujas categorias são: prisões, morte, mendicidade no Brasil, utilização do termo “mendigo” de forma pejorativa, criminalidade, violência, “falsos mendigos”, asilos de mendicidade, imigração/exterior e escravidão.

A maior parte destas notícias, 55%, denota a forte preocupação com a “limpeza” urbana a partir da retirada das pessoas das ruas com base em medidas de encarceramento e abrigo. Acrescidos de artigos sobre a mendicidade e seus impactos nas cidades e sobre os processos de inchaço desordenados dos centros urbanos pelos movimentos de migração e imigração. Outros 27% das notícias representam o “mendigo” de forma pejorativa e criam estereótipos relacionados à criminalidade e má fé. E, 24% das notícias remetem a invisibilidade e desimportância desses sujeitos para a sociedade em notícias sobre mortes e violências sofridas por esta população. Conforme o gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 1870 a 1899



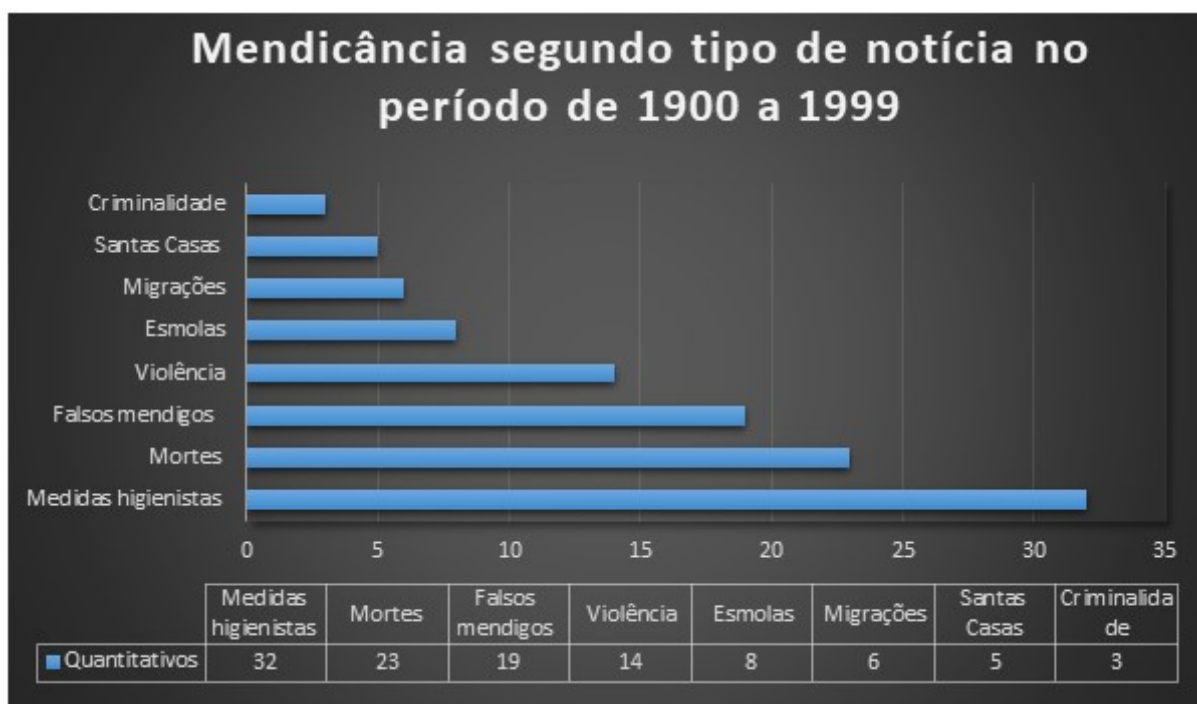
Fonte: A autora (2023)

No século XX percebemos a manutenção de representações sociais preconceituosas sobre a PSR, principalmente no que diz respeito a sua associação a violência, criminalidade e extermínio (40% das notícias localizadas nos periódicos jornalísticos do século XX). Seguida pela representação da pessoa em situação de rua como aproveitadora/inescrupulosa (27%).

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX somam-se a estas, outras categorias. Quais sejam: notícias que vinculam a situação de rua ao problema da precariedade da higiene urbana; as que associam o aumento do número de indivíduos em situação de rua com a migrações principalmente da população do Nordeste para o Centro-oeste; e, notícias que discutem o papel das Santas Casas de Misericórdia na atenção ao crescente número de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social.

A preocupação com as medidas de higiene e sanitário urbano e social aparece com força na imprensa e fortalece a ideia de um novo perigo da pobreza: o contágio biológico. Os dados da pesquisa referentes ao século XX estão sintetizados no gráfico 6 a seguir:

Gráfico 6 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 1900 a 1999



Fonte: A autora (2023)

A virada do século XIX para o XX acelerou o ritmo da vida cotidiana com novas tecnologias como o cinematógrafo e o gramofone, e ainda, com o aumento da produção de livros e de revistas. Neste período, segundo Carvalho (1996, p. 04) “os jornalistas ditavam a

nova forma de vida, contrariando a Igreja e até mesmo influenciando a formação de um novo padrão de linguagem e de uma nova consciência”. Ademais, seguindo as tendências do capitalismo “a imprensa passou a ser vista como instrumento de poder e a informação vista como mercadoria vendável” (CARVALHO, 1996, p. 05). Imagens, anúncios, propagandas associadas a artigos sobre a vida no exterior, fofocas, esportes e lazer chamavam atenção do público que consumia cada vez mais informações via imprensa.

De acordo com Damasceno e Peruzzo (2021, p. 05) “ao longo do tempo, as empresas de comunicação transformaram-se em grandes organizações econômicas, produtoras e difusoras de circulação em massa de bens imateriais”. De acordo com as autoras, os grupos que controlam a grande imprensa “participam das estruturas de poder”, e são “majoritariamente formados por pessoas brancas, que são as responsáveis por gerir e interferir nas informações, interpretações e crenças sociais”. Nesta conjuntura, utiliza-se os recursos da imprensa não apenas para informar “[...] mas também para influenciar, criar e transformar realidades”. A imprensa motiva comportamentos e percepções e modela representações que refletem o “discurso público da elite” que versa “controlar as ações dos indivíduos” (DAMASCENO; OPERUZZO, 2021, p. 04).

O discurso da elite disseminado pela grande imprensa no Brasil no século XX tem direcionamento ideológico de caráter higiênico-sanitarista. A noção de rentabilidade, disciplina e trabalho necessárias ao acúmulo de capital requeiram, historicamente, a adoção de medidas de combate aos vícios e ociosidade. Para isso, a elite intensificou um discurso de forte criminalização da pobreza.

A pobreza passou a ser, através de uma explicação “pseudocientífica”, associada às doenças contagiosas causadas pela falta de higiene em moradias insalubres. E esses ambientes foram considerados responsáveis pela “[...] degeneração do corpo físico e social”, são exemplos os cortiços, os prostíbulos e as próprias ruas dos centros urbanos. Esses espaços se tornaram “motivos de preocupação das elites e autoridades”, pois representavam “[...] uma ameaça à própria moralidade burguesa cristã da família”. As áreas públicas e privadas do meio urbano incluindo a própria rua passaram a ser “[...] objeto da disciplina devido à ameaça à própria ordem que mantém desigualdades” (SOBRINHO, 2013, p. 214).

O discurso que associa situação de rua e medidas higienistas se fortaleceu ainda mais no século XXI, as notícias a este respeito correspondem a 30% ficando atrás apenas daquelas que associam esse segmento populacional à criminalidade, violência e extermínio (45%). Um aspecto que ganha destaque no século XXI é o aumento significativo no número de notícias que trazem a discussão sobre as políticas públicas (14%). As publicações sobre políticas públicas

noticiam a realização do Primeiro Censo Amostral e Pesquisa Nacional sobre a PSR que embasou a elaboração e implementação da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua entre os anos de 2007 e 2009. O gráfico 7, a seguir, apresenta as categorias de notícias identificadas nesta pesquisa no século XXI (de 2000 a 2021).

A respeito da formação das representações sociais preconceituosas sobre a PSR brasileira concluímos, portanto, que estas são construídas e disseminadas historicamente de forma intencional e direcionada. A ideologia da classe dominante é veiculada pela grande imprensa que, através de discursos, imagens, representações e ultrageneralizações engendram o tecido da vida cotidiana. Modelam opiniões e fornecem modelos do que é ser fracassado ou poderoso do que é ser bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. A imprensa legitima o poder dominante e esse poder se alastra no cotidiano como se fosse natural, óbvio, a única opção.

Gráfico 7 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 2000 a 2021

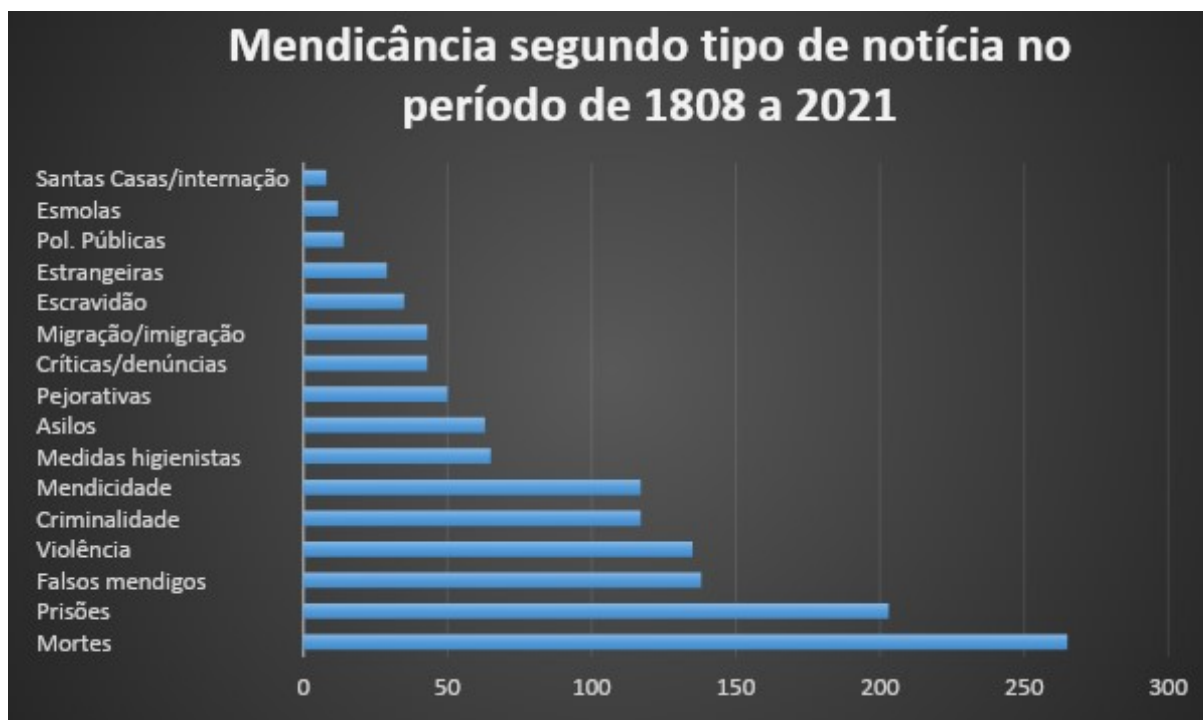


Fonte: A autora (2023)

E, nestas condições, as representações sociais sobre a PSR se alteraram pouco ao longo de mais de dois séculos no Brasil, pois, atendem aos mesmos interesses. Sendo assim, as publicações da grande imprensa desde 1808 até 2021 sobre essa população mantêm um padrão similar e denotam a constância do discurso dominante ao longo da história. Esse padrão

discursivo, quando não questionado se alastra, se dissemina facilmente e é absorvido, validado e, sem maiores questionamentos, tomado como verdade inclusive na definição de políticas públicas. O gráfico 8, a seguir, auxilia a visualizar as categorias com maior e menor incidência nas 1.334 notícias analisadas nesta pesquisa.

Gráfico 8 – Mendicância segundo tipo de notícia no período de 1808 a 2021.



Fonte: A autora (2023)

Em síntese, a maior parte das publicações da grande imprensa brasileira desde o século XIX até a atualidade associa a PSR ao crime e a violência e, ainda, ao extermínio, invisibilidade e prisão representando essas pessoas como vis, aproveitadoras e inescrupulosas. Essas representações preconceituosas corroboraram para a construção de uma identidade social deteriorada que impõe limites de diversas ordens a esse segmento populacional.

Devido ao preconceito que sofrem têm dificuldades de acesso a serviços, benefícios e políticas sociais, a uma série de espaços públicos e privados, são criminalizadas, violentadas e mortas diariamente.

O que, por sua vez, evidencia o caráter de urgência do rompimento com formas de representação social preconceituosas sobre essa população e fortalecimento de sua participação enquanto sujeitos políticos.

Porém, a compreensão e reconhecimento da PSR na sua condição constitucional de sujeito de direitos, ainda está distante, pois, o que pudemos observar ao longo desta pesquisa é que há uma construção histórico-cultural (ideológica) e econômica-política (material) que subjuga e perpetua o reconhecimento da PSR, expressada na tese que ora apresentamos, indicada na introdução: o fenômeno população adulta em situação de rua no Brasil apresenta características particulares relacionadas à história do próprio país, assim como, à formação do seu povo. Sendo essa história marcada pela dominação, exploração e racismo herdados do modo de produção escravista colonial no contexto de um país político-econômico dependente.

Parte-se do pressuposto de que ocorre, historicamente com a PSR um processo de deterioração da identidade que destrói seus atributos e qualidades humanas e enfatiza seus desvios. Com isso, oculta-se o caráter ideológico dos estigmas e, imputa-se a rejeição e o descrédito à pessoa em situação de rua como se esta não fosse vítima mas sim, culpada/causadora de problemas sociais como o aumento da criminalidade, da drogadição e da violência no cenário urbano.

E, esse estigma sobre a PSR no caso brasileiro, possui raízes bem demarcadas no racismo, eugenia, xenofobia além do preconceito de classe que associa a pobreza e o desemprego ao crime, conformando as chamadas “classes perigosas”.

Nestas condições, percebemos que não houve, ao longo dos séculos estudados (XIX, XX e XXI), uma mudança (redução) com relação ao preconceito contra a PSR no Brasil, pelo contrário, este foi acentuado, porém sem alterações na sua forma e conteúdo.

A sociedade mudou ao longo dos anos, o país cresceu e se desenvolveu, o contexto histórico, social e político e a própria organização do mundo do trabalho e da configuração do cenário urbano sofreram profundas transformações. Contudo, o Brasil segue com uma visão burguesa de mundo com concepções entranhadas a respeito de raça e classe, na qual, de forma peculiar buscou inspiração em determinismos raciais europeus e norte-americanos para tentar se consolidar enquanto sociedade moderna e branqueada como se isso fosse corrigir o início contraditório da formação do povo brasileiro.

A PSR nesta perspectiva é um contrassenso, uma falha histórica, algo que deu errado e saiu do controle da burguesia nacional que falhou na seleção racial e classista, vindo conseqüentemente, seu projeto de desenvolvimento afundar face ao aumento da criminalidade e da “sujeira humana” no país. Segundo essa visão de mundo completamente deturpada, o pobre, o negro, a pessoa em situação de rua são os culpados pela falha do progresso brasileiro e, o reconhecimento de direitos humanos e sociais são uma barreira ao projeto de branqueamento e limpeza.

Assim, a luta pelo reconhecimento desta população e a construção política de um conceito que lhe permita identidade, hoje expressado pelo próprio Estado brasileiro é fundamental, mas, a substituição de termos mesmo considerado um avanço, por si só não produz alterações nas ideologias arraigadas na sociedade brasileira. Prova disso, é a utilização dos novos termos (pessoa/população em situação de rua) pela grande imprensa, sem que, isto trouxesse uma mudança de paradigmas. O preconceito permanece explícito nas publicações jornalísticas, no imaginário social e, na forma pela qual o Estado concebe esse segmento populacional.

O que queremos dizer com isso, é que importantes passos foram dados rumo a desconstrução das representações sociais preconceituosas sobre a PSR, dentre os quais pode-se destacar:

- a) o estabelecimento de novos termos para designar esse segmento populacional afastando-o da ideia do imutável e conferindo-lhe caráter processual, transitório, situacional, capaz de mudanças;
- b) as pesquisas censitárias aos níveis regionais e nacional que estabeleceram um perfil dessa população identificando-a enquanto classe trabalhadora e servindo como parâmetros para definição de serviços, orçamentos e políticas públicas;
- c) a própria Política Nacional para Inclusão Social;
- d) a organização e fortalecimento do MNPSR;
- e) a resistência da PSR através da apropriação da imprensa alternativa;
- f) os avanços em termos de oferta de serviços vinculados as políticas sociais e;
- g) os estudos e pesquisas a respeito da temática no interior das organizações.

Entretanto, não se pode perder de vista que a desconstrução das representações preconceituosas é processual e, ainda está em curso. É uma batalha que está longe de ser vencida, uma vez que as raízes do preconceito contra essa população são profundas e se mantêm perenes há mais de dois séculos no Brasil.

Para Heller o preconceito é uma categoria do pensamento e do comportamento que são assumidos como estereótipos em nossa vida cotidiana e, na medida em que vão sendo introjetados, tornam-se passíveis de uma ultra generalização, tornam-se regras provisórias de comportamento e conformismo e, mesmo diante da ciência e das experiências cuidadosamente analisadas, conservam-se inabaladas contra todos os argumentos racionais, ou seja, são preconceitos. O que compreendemos nesta amostra representativa do pensamento social, por meio do jornalismo, é um preconceito.

E Heller, indica ainda que nos fixamos ao preconceito, pois, ele nos protege dos conflitos, favorece a integração e coesão de classe (burguesa) seu ideário e materialidade. O que este raciocínio da autora indica é que todo “preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo” (HELLER, 2000, p. 59).

Sendo assim, consideramos que o levantamento de dados e informações sobre a representação social é fundamental à elaboração crítica na medida em que, possibilita o reconhecimento dessa população enquanto resultante do processo histórico desenvolvido até hoje. Porém, ainda está distante da reconstrução de conhecimento que permita um projeto emancipatório em que coloque esta população em outro patamar, não apenas material, mas, até mesmo sociocultural, isto é, um conhecimento que implique ações em que sua crítica ao estabelecido seja, de fato, possibilidade de superação do preconceito.

Isso significa que é preciso retomar a história, a memória e a identidade real dessa população, situá-la no âmbito das contradições, evitando assim, a reprodução de representações que lhe foram enxertadas com intuito de atribuir-lhes uma identidade submissa e deteriorada.

A desconstrução de representações sociais são um grande desafio já que estão arraigadas na sociedade enquanto “construções simbólicas do mundo” (GUARESCHI, 2010, p. 79). E, como tal, no capitalismo, são carregadas de ultra generalizações e intencionalidades, na medida em que, “participam organicamente dos mecanismos de construção e reconstrução de concepções e práticas que sustentam os projetos dos dominadores” (GOETTERT, 2002, p. 102).

Tais representações levam a construção de modelos sociais e, conseqüentemente de identidades individuais e coletivas, uma vez que, a identidade “é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 230). No caso da PSR a estigmatização acentuada pela construção e disseminação de representações sociais preconceituosas ao longo da história conferiu ao segmento uma **identidade social deteriorada**, que permitiu atribuir a este trabalho. Vinculada ao crime, ao desvio e a violência e desprovida de atributos “positivos” na esfera do pensamento dominante.

As representações sociais preconceituosas são influenciadas pela dicotomia antagônica estrategicamente engendrada pelo modo de pensar burguês. No Brasil a PSR é a imagem antagônica do modelo de trabalhador idealizado pelos discursos do higienismo e eugenia. E, como tal, é considerada uma barreira ao progresso baseado no branqueamento, na

seleção racial e no enquadramento do trabalhador oprimido a determinado padrão estético e comportamental.

Assim, é possível afirmar que o preconceito contra a PSR perdura ao longo dos séculos porque contribui para a consolidação de lugares sociais. O preconceito leva a crer no outro como inimigo e, com isso, prejudica a capacidade de reflexão crítica a respeito da realidade favorecendo, em contrapartida, a naturalização dos fenômenos sociais decorrentes do modo de produção capitalista como a desigualdade social, a exclusão, a pobreza e a própria situação de rua.

O mecanismo utilizado para enfrentamento desses fenômenos sociais no capitalismo é a violência naturalizada através da ocultação da pluralidade e subjetividade de identidades sociais. Esse movimento de caráter ideológico incentiva a indiferença e o individualismo, principalmente nos sujeitos inseridos no espaço urbano. Uma vez que, o indivíduo moderno está cada vez mais fechado em si, sem laços sociais e comunitários, transformado em mera mercadoria que consome mercadorias. O conglomerado urbano que, ao longo da história vem absorvendo as representações sociais preconceituosas, sem jamais se defrontar com os pressupostos históricos e materiais que as forjaram, aceita e concorda com as medidas coercitivas e violentas contra sua própria classe social.

É essencial para a superação de representações sociais preconceituosas o resgate das características históricas e estruturais do fenômeno social população em situação de rua, de modo a apreendê-lo em sua concreticidade.

REFERÊNCIAS

ABIB, Leonardo Trápaga. **Crônicas urbanas: Consultório na Rua, população em situação de rua, clínica menor e outras histórias**. 2014. Dissertação de Mestrado. Disponível em: http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/4877/Leonardo_dissertacao_vers%c3%a3o_final%20-%20Lista%20de%20Ilustra%c3%a7%c3%b5es.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 de junho de 2020.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça: políticas públicas e as populações em situação de rua**. In: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Volume 15, nº 03, 2011.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira; RAUP, Luciane Marques. **Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades**. Revista brasileira adolescência e conflitualidade, n. 4, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, Delano. **MORADOR DE RUA: Da questão social para a questão midiática.** Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/puca/article/view/95/92>. Acesso em: maio de 2022.

ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI.** São Paulo: LTr, p. 39-55, 2011.

ALVES, Ygor Diego Delgado. **Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo.** EdUFBA, 2017.

ANDRADE, Sebastião Costa; DE ASSIS, Alanna Mendes; SOUSA, Roseane de Silva. **Dar ou não dar: eis a mendicância como questão social.** Revista Mosaicum, n. 14, 2011.

ANTONIO, Mariana Dias. A “Operação mata-mendigos” (Rio de Janeiro, 1962-1963) às margens de alguns livros. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 7, n. 2, p. 163-180, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5759/575965958011/575965958011.pdf>. Acesso em out. de 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da Crise e Metamorfose do Mundo do Trabalho.** In: Serviço Social e Sociedade, nº 50, 1996.

_____, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Ana Cláudia Henriques de. **Andrajos e Mendigos, Sinônimos de Visualidade.** Monteiro, R. H. e Rocha, C. (orgs) 837-849. Anais do VI Seminário nacional de pesquisa em arte e cultura visual. Goiânia – GO: UFG, FAV, 2013.

AREDES, Janaína. **Um morrer em vida: a morte social na esfera da saúde.** Disponível em <http://observatoriodiversidade.org.br/site/um-morrer-em-vida-a-morte-social-na-esfera-dasaude>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX.** Annablume, 1987.

BACILA, Carlos Roberto. **Os Estigma a Partir de Duas Obras Inacabadas sobre Preconceitos.** Revista Justiça e Sistema Criminal, v. 7, n. 12, p. 329-354, 2015.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** São Paulo: Cortez, 2010.

BASTILDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros.** Editora perspectiva, 1973.

BENFICA, Gregório. **A Taça do Mundo é Nossa! Globalização, exclusão e futebol no Brasil.** Revista Educação e Contemporaneidade, ISSN 0104-7043. Salvador, v. 11, n. 17. 2002. Disponível em: <https://i0.statig.com.br/educacao/revista-faceba.pdf#page=123>. Acesso em fev. 2021.

BERGER, Peter. L., & Luckmann, Thomas. (1985). **A Construção Social da Realidade.** Petrópolis: Vozes.

BOLOGNESI, Mario Fernando. **Mendigos, Comerciantes e Artistas Profissionais**. Arte da Cena (Art on Stage), v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/artce/article/view/59305> Acesso em: abr. 2020.

BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

_____. **Código Criminal**. Lei de 16 de Dezembro de 1830.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

_____. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa sobre a População em Situação de Rua**. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Plano Operativo para implementação de ações em saúde da População em Situação de Rua 2012-2015**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Educação & Sociedade, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000400004 Acesso em: 15 de julho de 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da Pobreza**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

BRITO, Cláudia; SILVA, Lenir; XAVIER, Caco. (org). **Histórias de vida, vozes da rua: relatos de pessoas em situação de rua**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2021. ISBN: 978-65-89501-02-2. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/46455/Historia_Vida_Vozes_Rua_Relatos_populacao_ rua.pdf?sequence=9&isAllowed=y. Acesso em: jan. 2022.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira et. al. **São PAULO 1975: crescimento e pobreza.** São Paulo: Edições Loyolas, 1976.

CARVALHO, Kátia de. **Imprensa e Informação no Brasil, século XIX.** Ciência da informação, v. 25, n. 3, 1996.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “Questão Social” no Brasil: crítica ao discurso político.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, bar e botequim.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, Sidney. **Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio.** Universidade Estadual de Campinas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 8, n. 16, pp. 83-105. Março de 1988.

_____, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Marilena de Souza. **O que é Ideologia.** São Paulo. Editora Brasiliense, 2008.

COLODETI, Elisângela. **Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte.** PPGCOM Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_ColodetiE_1.pdf. Acesso em: abr. de 2022.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Direitos humanos e criminalização da pobreza.** Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza. Anais. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro/RJ, Graal, 3ª Edição, 1989.

COSTA, Décio Bessa da. **Cidadãos e cidadãs em situação de rua: Uma análise de discurso crítica da questão social.** 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4308/1/2009_DecioBessadaCosta.pdf Acesso em: 05 de junho de 2020.

COSTA, José Fernando Andrade. **Quem é o “cidadão de bem”?** Psicologia USP, v. 32, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/wZ8DHtsYrgSc7tTZKJZSszS/abstract/?lang=p> Acesso em: jan. 2023.

CRUZ, Marcelo Santos; VARGENS, Renata Werneck; DE LEÃO RAMÔA, Marise. **Crack. Uma abordagem multidisciplinar. Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias.** 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas: SENAD, 2011.

CUTRIM, Isadora Abreu; SEFAIR, Clara. **A necropolítica neoliberal e as políticas de austeridade no governo de Jair Bolsonaro**. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 3, n. 10, p. 30-45, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/16880>. Acesso em: jan. de 2023.

DAMASCENO, Adriana; PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **O Racismo e suas Implicações na Imprensa Brasileira: aspectos teóricos**. Anais do Seminário Comunicação e Territorialidades, v. 1, n. 7, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/poscom/article/view/37835>. Acesso em jul. de 2022.

DÂNGELO, Newton. **Ouvindo o Brasil: O Ensino de História pelo Rádio-décadas de 1930/40**. Revista Brasileira de História, v. 18, n. 36, 1998.

SILVA, Rodrigo Carvalho da. **A Transição do Jornalismo—Do Século XIX ao Século XX**. 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-rodrigo-carvalho-transicao-do-jornalismo.pdf>. Acesso em: maio de 2021.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo. Editora Boitempo, 2008.

ENGBRUCH, Werner; SANTIS, Bruno Morais. **A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo**. Revista das Liberdades, n. 11, 2012. Disponível em: http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/14/historia.pdf. Acesso em: agosto de 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e da Assistência Sociais**. Editora Cortez/SP, 6ª ed. 1991.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. **Como Usar o Jornal na Sala de Aula**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 2ª edição. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

_____, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1987.

_____, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume I. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FRAGA, Patrícia. **População em Situação de Rua e Acesso à Saúde**. 2015. Dissertação [Mestrado em Serviço Social]. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis.

GEHLEN, Ivaldo; SCHUCH, Patrice. **Desafios metodológicos ao estudar populações “em situação de rua”**. Aline E. Dornelles et al, p. 27-42, 2012. Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_rua_em_movimento.pdf#page=27 Acesso em: jul. de 2022.

GIGLIO-JACQUEMOT, Armelle. **Urgências e Emergência em Saúde: perspectivas de profissionais e usuários**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 1995ª.

GIORGETTI, Camila. **Morador de Rua: uma questão social?** São Paulo. Editora da PUC-SP, 2014.

GODOI, Stela Cristina de. **Trabalho e trabalhadores no Brasil desenvolvimentista: um diálogo entre duas histórias**. REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/1729>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

GOETTERT, Jones Dari. **Aos “Vadios”, o Trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil**. Formação (Online), v. 2, n. 9, 2002. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1018>. Acesso em: set. de 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Rio de Janeiro. Revista brasileira de Educação. Volume 16. Disponível em: 2011. <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/>. Acesso em: março de 2022.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense S/A, 1998. ISBN 85-11-02029-2.

GOUVEA, Viviane. **Prisões, Presingangas e Cadeias na Colônia**. Arquivo Nacional, 2018.

GUARESCHI, Pedrinho. **Capítulo 5: Representações Sociais, Mídia e Movimentos Sociais**. In: Representações Sociais em Movimento: psicológico político. EDIPUCRS. 2010.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. Dimensões, n. 40, p. 199-223, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/17905>. Acesso em: jan. 2023.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão?** Psicologia: teoria e pesquisa, v. 22, p. 201-209, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/abstract/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2020.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. **Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade**. Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade, v. 3, 2012. Disponível em:

https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf.

Acesso em: jan. 2021.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas sociais, n. 29, p. 73-89, 2012.

HASKELL, Francis. **Mecenas e pintores: arte e sociedade na Itália barroca**. Edusp, 1997.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Editora Paz e Terra, 2016.

HOBBSBAWN, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro. Florense. 1979.

_____, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 – 1991**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais**. Desenvolvimento em questão, v. 14, n. 36, p. 158-186, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/752/75247943007.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

_____, Marilda Villela. **Trabalho e Indivíduo Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Octavio. **A Questão Social**. In: A Ideia do Brasil Moderno. São Paulo. Editora Brasiliense, 1992, p. 87-109.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2004.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. **O papel da mídia na (re) construção do mito das classes perigosas: contribuições para uma perspectiva contra hegemônica de análise**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UERJ, 2013. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/16008/1/Luiz%20Carlos%20de%20Souza%20Junior%20dissertacao.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KERN, Francisco Arseli; SANTOS, André Miche dosl; GRAEFF, Betina Alves. **AIDS: morte social e estigmas no contexto das redes de apoio**. Anais, Brasil. 2017.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem, a origem do trabalho livre no Brasil**. Editora 34, 2019. ISBN 978-85-7326-741-9.

LOZZA, Carmen. **Escritos sobre jornais e educação: olhares de longe e de perto**. São Paulo: Global, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa in MARX. Karl. **O Capital: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. 2. ed. Campinas: Átomo, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A política dos Sentimentos e a Questão Social no Século XIX**. Anos 90, v. 24, n. 46, p. 239-268, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

_____, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

_____, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. 1 e 2.

_____, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. (Livro I, v. I).

_____, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I. (18ª ed.).

_____, Karl. **A Origem do Capital – A Acumulação Primitiva**. 3ª ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1979.

_____, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a Reforma Social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: SADER, E. (org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p. 105-165.

_____, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua**. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: ago. 2020.

MAUROIS, André, *apud* FREITAS, Gustavo de. **900 textos e documentos de História**. Lisboa: Plátano, 1978, p. 311.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **“Da Rua pra Rua”: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)**. Em RUI, Taniele;

MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Org). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EDUFScar, 2016.

_____, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **Mundos que refugam, ruas como refúgio: reconfigurações no perfil social da população em situação de rua**. *Revista Florestan Fernandes*, n. 5, p. 10-31, 2016b.

MENDES, Kíssila Teixeira; COSTA, Pedro Henrique Antunes da. **No Meio da Pandemia Tinha Uma Pedra? uma análise das políticas para em situação de rua no contexto pandêmico brasileiro**. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Costa11/publication/363771627_No_meio_da_pandemia_tinha_uma_pedra_Uma_analise_da_s_politicas_para_a_populacao_em_situacao_de_rua_no_contexto_pandemico_brasileiro/links/632d8ea8cec0d30494b755a3/No-meio-da-pandemia-tinha-uma-pedra-Uma-analise-das-politicas-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-no-contexto-pandemico-brasileiro.pdf Acesso em: dez. 2022.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Facetas marginais do sonho de civilização: imigração francesa e prostituição no Brasil—1816-1930**. *Franceses no Brasil, séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora Unesp, p. 231-252, 2009.

MÉSZAROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. [Tradução Francisco Raul Cornejo, et al. São Paulo. Editora Boitempo, 2009.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro. 1 Edição 2005. ISBN: 85-7541-071-7

_____, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil contemporâneo**. Editora Universitária UFPE, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. Annablume, 2005.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 127, p. 587-607, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000300587. Acesso em: ago.2020.

MOREIRA, Henrique Tavares. **A transição do jornalismo partidário para o jornalismo de informação e a formação dos impérios midiáticos no Brasil**. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, v. 11, n. 1, 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. ISBN: 85.326.2896-6.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Texto para Discussão, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10074> Acesso em: set. 2022.

_____, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em: set. 2022.

NETO, Reinaldo Venâncio da Cruz. **No Brasil, xenofobia tem cor e alvo: a realidade do deslocamento humano de haitianos ao Brasil, através do Estado do Acre, pós-catástrofe natural no Haiti em 2010**. Dissertação UNB. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31269>. Acesso em: jan. 2023.

NETTO, José Paulo. **Apêndice à terceira edição: Cinco notas a propósito da “questão social”**.

_____, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 3ª edição ampliada. São Paulo: Cortez, p. 151-162, 2001.

_____, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012.

NONATO, Domingos do Nascimento; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. **Pessoas em situação de rua e violência: entrelaçados em nome da suposta garantia de segurança pública**. Revista Direito em Debate, v. 27, n. 49, p. 90-116, 2018. Disponível em: <file:///D:/Downloads%20Patr%C3%ADcia/7505-Texto%20do%20artigo-35879-1-10-20180816.pdf>. Acesso em: 01 de nov. 2022.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; BONATTO, Daniella do Amaral Mello; RODRIGUEZ, Andrea. **Os (in) visíveis da cidade: pobreza, segregação urbana e população em situação de rua em tempos de pandemia**. In: Cidades: dilemas, desafios e perspectivas. Universidade Veiga de Almeida, 2020. p. 175-196.

NUNES, Rodrigo dos Santos. **Como a população em situação de rua está contemplada no processo de vigilância socioassistencial?** Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, PUCRS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/15339/1/000494786-Texto%2Bcompleto-0.pdf>. Acesso em: mar. 2021.

OLIVEIRA, Walter F. de. **Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular**. São Paulo: Artmed, 2004.

OSÓRIO, Jaime. **Sistema Mundial e formas de capitalismo. A Teoria Marxista da Dependência Revisitada**. Revista Direito e Práxis. Rio de Janeiro, volume 07, nº 13, p. 494-539, 2016. ISSN: 21798966.

PARKER, Ricardo. **Estigma, preconceito e discriminação na saúde pública global**. Cadernos de Saúde Pública, v. 28, p. 164-169, 2012.

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. **Criminalização da Mendicância e a Realidade da População de Rua no Brasil**. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, julho a agosto de 2010.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832**. 2015. Arquivo Nacional MAPA. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/dicionario-primeira-republica/486-ministerio-da-industria-viacao-e-obras-publicas-1891-1906.html>.

Acesso em: 20 de set. 2020.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. **A ambiguidade da moral colonial: casamento, sexualidade, normas e transgressões**. Universitas FACE (substituída pela Universitas Humanas), v. 3, n. 4, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia%20Fraga/Downloads/460-2412-3-PB.pdf>. Acesso em: set. 2020.

PINTO, Jefferson de Almeida. **“Uma esmola pelo Amor de Deus! ”: Caridade, filantropia e controle social (Juiz de Fora, 1870-1930)** DOI10. 5216/o. v8i11. 9365. OPSIS, v. 8, n. 11, p. 275-298, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

_____, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

PRATES, Jane Cruz et al. **A política de inclusão para populações em situação de rua no Brasil e o desafio da integralidade**. I SIPINF-Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: desafios éticos no ensino, na pesquisa e na formação profissional, p. 1-9, 2014.

_____, Jane Cruz. PRATES, Flavio Cruz. MACHADO, Simone. **Populações em Situação de Rua: Os Processos de Exclusão e Inclusão Precária Vivenciados por esse Segmento**. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22. p. 191-215, jul./dez. 2011.

_____, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz. **Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito**. Sociedade em Debate (UCPel), 2009.

_____, Jane Cruz; CARRARO, Gissele; ZACARIAS, Inez Rocha. **A produção da pobreza e das desigualdades no capitalismo: uma leitura a partir da obra marxiana**. Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do Serviço Social, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/19029/2/A_produo_da_pobreza_e_das_de_sigualdades_no_capitalismo_uma_leitura_a_partir_da_obra_marxiana.pdf/-) Acesso em: out. 2022.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país**. Zahar, 2006.

RAUPP, Luciane; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre, RS, Brasil**. Saúde e Sociedade, v. 24, p. 803-815, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2015.v24n3/803-815/pt/>. Acesso em: nov. 2022.

RESENDE, Viviane de Melo. **Violência simbólica: representação discursiva da extrema pobreza no Brasil-relações entre situação de rua e vizinhança**. Discurso & Sociedad, n. 1, 2, p. 106-128, 2015. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v09n01-2/DS9\(1-2\)Resende.html](http://www.dissoc.org/ediciones/v09n01-2/DS9(1-2)Resende.html) Acesso em: mar. 2021.

_____, Viviane de Melo. **Representação discursiva de pessoas em situação de rua no "Caderno Brasília": naturalização e expurgo do outro.** Linguagem em (Dis) curso, v. 12, p. 439-465, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/TtkPWLJ7TPd9dNwFztSTRyy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2022.

_____, Viviane de Melo. **Dessemelhança e Expurgo do Outro no Debate Acerca do Rebaixamento da Maioridade Penal no Brasil: Uma análise discursiva crítica (1930-1976).** Forma y Función, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-338X2009000100007. Acesso em jan. 2021.

_____, Viviane de Melo; GOMES, Maria Carmen Aires. **Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbo-visuais – a violência no periódico eletrônico Correio Braziliense (2011-2013).** Linguagem em (Dis) curso, v. 18, n. 1, p. 165-191, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ld/v18n1/1518-7632-ld-18-01-165.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

_____, Viviane de Melo; MENDONÇA, Daniele Gruppi de. **População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo.** DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 35, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/YJvBX8ShDWhBgh76qpf8Psr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em jul. 2021.

RIBEIRO, Mariana Schreiber. **Inconveniente e perigosa? Um estudo sobre a representação pública da população em situação de rua no caderno Zona Sul do jornal O Globo.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional: Minas Gerais, 1888-1928.** 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1099>. Acesso em: jul. 2022.

ROCHA, Andréa Pires. **Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas.** Serviço Social & Sociedade, n. 115, p. 561-580, 2013.

ROMANINI, Moises; ROSO, Adriane. **Mídia, ideologia e cocaína (Crack): produzindo "refugio humano".** Psico-USF, v. 18, p. 373-382, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/dNCHx43MNVQdhf3GmwLxDyC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: set. 2022.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua.** São Paulo: Hucitec; Associação Rede Rua, 2005.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção.** Editora Terceiro Nome, 2014.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo.** Revista Novos Rumos, v. 52, n. 1, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=apitalismo+e+processo+pol%C3%ADtico+no+Brasil%3A+a+via+brasileira+para+o+desen&btnG. Acesso em: nov. 2022.

SANTAGADA, Salvatore. **A situação social do Brasil nos anos 80. Indicadores Econômicos.** FEE, v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990. Disponível em: <https://revistas.fee.tc.br/index.php/indicadores/article/view/179>. Acesso em: ago. 2020.

SANTANA, Tânia Maria Pinto. **Caridade, devoção e assistência hospitalar aos pobres: o hospital de São João de Deus da Vila da Cachoeira (1734-1770).** História e Cultura, v. 6, n. 2, p. 35-55, 2017.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana.** Topoi (Rio de Janeiro), v. 5, n. 8, p. 138-169, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n8/2237-101X-topoi-5-08-00138.pdf>. Acesso em: set. 2020.

SAVENHAGO, Igor José e SOUZA Wlaumir Doniset de. **Estereótipo.** In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (Org.). Dicionário crítico de gênero. Dourados (MS): Editora UFGD, 2015.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.** In: MAIO, M.C; SANTOS, R.V. (*orgs*). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Editora Record, 2015.

SILVA, Edna Mara Ferreira da. **A Ação da Justiça e as Transgressões da Moral Processos-crime em Mariana—1747-1830.** Anais do I Colóquio do Lahes, Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a17.pdf>. Acesso em: set. 2020.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Priscilla Coronel da; GOMES, Angela Quintanilha. **A população em situação de rua no contexto pandêmico.** Conversas & Controvérsias, v. 8, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/conversasecontroversias/article/view/40080>. Acesso em: jan. 2023.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80.** Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 1, p. 79-94, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9199>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

SIMON, Thomas. **Disciplinamento social e combate à vadiagem no Antigo Regime.** Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, p. 121-139, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2009v30n59p121>. Acesso em: mai. 2020.

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. **São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade.** Sociologias, v. 15, p. 210-235, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/LJBz4P3sqLrM4ss4sNQJZSG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jun. 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Mauad Editora Ltda, 1998.

SOUTTO MAYOR, Sarah Teixeira.; MACIEL DA SILVA, Igor. **Uma Educação para Salvar o Povo do “Contágio dos Vícios e dos Perigos da Ociosidade”**: as preocupações com o tempo livre no jornal *O Universal* (Província Mineira, 1825). V Congresso Sudeste de Ciências do Esporte. 25 a 27 de setembro de 2014, Universidade Federal de Lavras – MG.

SPOSATI, Aldaiza. **Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 2315-2325, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5SMZzhGjWn5wHHsQvy649qL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: dez. 2022.

STOFFELS, Marie Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TEIXEIRA, Mirna Barros; ENGSTROM, Elyne Montenegro; RIBEIRO, José Mendes. **Revisão sistemática da literatura sobre crack: análise do seu uso prejudicial nas dimensões individual e contextual**. *Saúde em Debate*, v. 41, p. 311-330, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/RXYBpTBFJtkRmkLnXrpQwtq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2022.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. **Vadiagem e prisões correccionais em São Paulo: Mecanismos de controle no firmamento da República**. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 29, no 58, p. 381-400, maio-agosto 2016.

TIENGO, Verônica Martins. **O fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo**. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 17, n. 1, p. 138-150, 2018.

_____, Verônica Martins. **A pandemia e seus impactos para a população em situação de rua**. *Revista de Políticas Públicas*, v. 25, n. 1, p. 46-62, 2021.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde**. *Revista Saúde e Sociedade*, v.13, n.1, p. 56-69, jan.-abr. 2004.

VALENCIO, NORMA et al. **Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização**. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, 2008.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. **Jornalismo e linha editorial: construção das notícias na imprensa partidária e comercial**. Editora E-papers, 2009.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro. Companhia Editora Americana, 1975.

WOLKMER, Antônio Carolos. **Fundamentos da crítica do Pensamento Político e Jurídico Latino-Americano**. In: *Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serviço Social & Sociedade, p. 288-322, 2012.

ZANOTTO, Daniele Farina; ASSIS, Fátima Büchele. **Perfil dos usuários de crack na mídia brasileira: análise de um jornal e duas revistas de edição nacional.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 27, p. 771-792, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/PbPP5GvzZgVLT3C3bT3xTbD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: out. 2022.